



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

SIRLENE CRISTINA DE SOUZA

COLÉGIO NORMAL SÃO JOSÉ, IBIÁ/MG (1937-1969):
ENTRE OS CÂNONES RELIGIOSOS, MORAIS E EDUCATIVOS VOLTADOS PARA
A PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE

Uberlândia - MG
2024

SIRLENE CRISTINA DE SOUZA

**COLÉGIO NORMAL SÃO JOSÉ, IBIÁ/MG (1937-1969):
ENTRE OS CÂNONES RELIGIOSOS, MORAIS E EDUCATIVOS VOLTADOS
PARA A PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de concentração: História e Historiografia da Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S729
2024

Souza, Sirlene Cristina de, 1978-
Colégio Normal São José, Ibiá/MG (1937-1969): Entre os
cânones religiosos, morais e educativos voltados para a
profissionalização docente [recurso eletrônico] /
Sirlene Cristina de Souza. - 2024.

Orientadora: Betânia de Olivieria Laterza Ribeiro.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em Educação.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2024.189>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Educação. I. Ribeiro, Betânia de Olivieria Laterza,
1961-, (Orient.). II. Universidade Federal de
Uberlândia. Pós-graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4212 - www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, 05/2024/393, PPGED				
Data:	Vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e quatro	Hora de início:	[14:00]	Hora de encerramento:	[17:00]
Matrícula do Discente:	12013EDU037				
Nome do Discente:	SIRLENE CRISTINA DE SOUZA				
Título do Trabalho:	"Colégio Normal São José, Ibiá/MG (1937-1969): entre os cânones religiosos, morais e educativos voltados para a profissionalização docente"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"Educação, política e pobreza: a formação da força de trabalho na nova capital de Minas Gerais, 1909"				

Reuniu-se, através do serviço de Conferência Web da Rede Nacional de Pesquisa - RNP, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Elizabeth Farias da Silva - UFSC; Juarez José Tuchinski dos Anjos - UNB; Armindo Quillici Neto - UFU; José Carlos Souza Araujo - UFU e Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Betania de Oliveira Laterza Ribeiro, Professor(a) do Magistério Superior**, em 23/02/2024, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **José Carlos Souza Araujo, Usuário Externo**, em 27/02/2024, às 09:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Elizabeth Farias da Silva, Usuário Externo**, em 27/02/2024, às 20:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Armindo Quillici Neto, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/02/2024, às 16:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Juarez José Tuchinski dos Anjos, Usuário Externo**, em 05/03/2024, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5208682** e o código CRC **364F9730**.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto da colaboração de pessoas dispostas a ouvir, falar, disponibilizar material, orientar, desenvolver análises, além de todo o apoio humano/afetivo que nos fez prosseguir. De modo que, a participação genuína, de cada um, foi o que tornou possível a realização desta pesquisa.

Agradeço a Deus por ter me permitido chegar até aqui e agradecer a todos os encontros que este estudo permitiu realizar com pessoas tão imprescindíveis à construção desta tese de doutoramento, pois foi no esforço de cooperação e gentileza que este trabalho se tornou possível.

Agradeço à minha mãe, Maria da Conceição de Jesus, que mesmo não compreendendo muito bem o significado do processo, sempre sonhou com a efetivação deste momento.

Ao meu esposo, Adilour Nery Souto, companheiro de todos os momentos, com quem tenho dividido minha vida, meus projetos e minhas conquistas, pelo apoio irrestrito a todas as minhas decisões.

A todos meus familiares, que sempre me apoiaram e incentivaram meus projetos.

À professora Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, pelo acolhimento e compreensão irrestrita, devido ao problema de saúde que enfrentei nos dois últimos anos da pesquisa, referente a capsulite adesiva. Por sua presença amorosa, propositiva, em que se dedicou, profundamente, à orientação segura, ao diálogo franco e rigor teórico na pesquisa, lendo, cuidadosamente, o texto, observando os acertos, apontando as falhas, sugerindo caminhos.

Aos professores doutores José Carlos Souza Araujo e Carlos Henrique Carvalho, cujas orientações, no exame de qualificação, foram pertinentes e valiosas para redirecionar os rumos da pesquisa e da escrita.

Aos professores doutores José Carlos Souza Araujo, Elizabeth Farias da Silva, Juarez José Tuchinski dos Anjos e Armindo Quillici Neto que, gentilmente, aceitaram o convite para a banca de defesa, ou seja, para enriquecer minha formação acadêmica ao compartilhar conhecimentos e vivências.

Aos queridos James e Alli, da secretaria do Programa Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, pelo apoio constante e pela disponibilidade em nos atender em nossas mais variadas demandas.

A todos os funcionários dos arquivos consultados: Acervo Particular de D. Wilma Duarte, Casa da Cultura de Ibiá, Biblioteca Municipal de Ibiá, Museu da Rede Ferroviária Mineira de Ibiá, Acervo da Escola Estadual São José, Acervo da Congregação das Religiosas

Missionárias de Nossa Senhora das Dores e o Acervo da Cúria Metropolitana de Uberaba, a todos esses, nossa gratidão por disponibilizarem documentos e colaborarem na localização de fontes.

Às depoentes do Colégio Normal São José, participantes da pesquisa, que nos concederam esclarecedoras entrevistas.

Recebam todos(as) o meu profundo respeito e gratidão.

RESUMO

Esta tese de doutorado situa-se na linha de pesquisa de História e Historiografia da Educação, insere-se na subárea da História das Instituições Escolares e centra-se na análise da História da Profissão Docente, Gênero e Educação. O trabalho de investigação científica tem como tema principal a história do Colégio Normal São José, em Ibiá, Minas Gerais, fundado pelas Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores (RMNSD), em 19 de março de 1937. No que tange à hipótese de pesquisa, acredita-se que a fundação do Colégio se deu pela influência da elite local com o apoio dos poderes políticos e religiosos de instalarem, no município, um colégio que atendesse a demanda de formação das mulheres, devido à falta de um corpo docente qualificado e que pudesse atender aos interesses desses mesmos segmentos. Essa instituição de ensino funcionava em regime de internato, externato e semi-internato para frequência feminina e sua trajetória, nas três primeiras décadas de atividades, sintetiza a participação no processo de disseminação da moral católica e a profissionalização docente das meninas/mulheres, no município de Ibiá e na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Desta forma, o objetivo geral da pesquisa é investigar a participação da Congregação das RMNSD por meio da trajetória do Colégio Normal São José, no processo de profissionalização docente, partindo da análise das práticas docentes e discentes, dos saberes e valores veiculados dentro e fora do cotidiano escolar, no decorrer do intervalo compreendido entre 1937 e 1969. Em 1937 ocorre a fundação do colégio, nos anos posteriores até 1969 evidencia-se a efetiva atuação da Congregação RMNSD, em Ibiá, a partir dessa data ocorre o ingresso de professores leigos, incluindo professores do sexo masculino e a desativação progressiva do Patronato São José. Neste sentido, algumas problemáticas se explicitam no decorrer da investigação: Quais são as características, as finalidades e as dimensões da trajetória histórica do Colégio Normal São José fundado pela Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores, no município de Ibiá? Quais os cânones educacionais, morais e religiosos do Colégio Normal São José, voltados para a formação das professoras primárias, no contexto histórico de 1937 a 1969? Quais as suas implicações na projeção dessas mulheres na sociedade? Quais são as prescrições legais conteudistas e metodológicas para realização desse ideal de formação? Qual a identidade dos sujeitos da pesquisa sobre o processo de profissionalização docente quanto ao perfil docente e perfil discente? De modo que, no diálogo com o quadro referencial teórico e as fontes inventariadas emergem as seguintes categorias de análise: gênero, profissionalização docente, renovação católica, congregação religiosa, elite política, classes sociais, pedagogia do exemplo. Trata-se de uma pesquisa sob a ótica analítica das fontes, levantadas por meio da articulação das informações sincrônicas e diacrônicas, entre o singular e o universal, e das relações de reciprocidade e determinação entre as esferas: nacional, regional e local. A investigação se desdobrou como pesquisa oral, bibliográfica e documental, contou com dados quantitativos e qualitativos obtidos na consulta das fontes documentais, iconográficas e entrevistas realizadas com ex-alunas e professoras do Colégio; com uso de fontes primárias e secundárias submetidas a análises explicativas do materialismo histórico dialético. De modo que, a pesquisa apresenta a tese que o Colégio Normal São José pela ação da Congregação das RMNSD, mediante os cânones religiosos, morais e educativos, contribuiu para a promoção das mulheres no espaço público, a partir do processo de formação e profissionalização docente. A maior possibilidade de participação no espaço público, através da saída de casa para a escola, apresentava-se como um processo de resistência, abrindo as portas do mercado de trabalho para aquelas que queriam mais que educar seus próprios filhos, tornarem-se professoras primárias e profissionais respeitadas. Os resultados da pesquisa apontam que Colégio Normal São José conseguiu tirar do anonimato um número significativo de mulheres que compunha a sociedade ibiaense e região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, elevando-as a ocupar uma posição no espaço

público. As mulheres instruídas procuraram romper com a hegemonia da sociedade patriarcal, criando a partir da formação e profissionalização docente, campos de atuação e de autonomia no espaço público. Concluiu-se o que Colégio Normal São José contribuiu para a manutenção dos valores morais tradicionais, mas, também, para a formação intelectual, com o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias às normalistas para o exercício de sua profissão. De forma que, ser professora primária possibilitou a muitas daquelas meninas/mulheres maior autonomia, liberdade de movimentos e poder de decisão, advindos do exercício de uma atividade intelectual e remunerada.

Palavras chaves: Colégio Normal São José; Congregação das RMNSD; Renovação católica; Profissionalização docente.

ABSTRACT

This doctoral thesis is located in the line of research of History and Historiography of Education, falls within the sub-area of History of School Institutions and focuses on the analysis of the History of the Teaching Profession, Gender and Education. The main theme of the scientific research work is the history of Colégio Normal São José in Ibiá, Minas Gerais, founded by the Religious Missionaries of Our Lady of Sorrows (RMNSD), on March 19, 1937. Regarding the research hypothesis, it is believed that the founding of the College was due to the influence of the local elite, with the support of political and religious powers to install a college, in the municipality, that would meet the demand for women's training, due to the lack of a qualified teaching staff that could meet the interests of these women same segments. This educational institution operated as a boarding school, day school and semi-boarding school for women and its trajectory in the first three decades of activities summarizes its participation in the process of disseminating Catholic morality and the teaching professionalization of girls/women in the municipality of Ibiá and in the Triângulo Mineiro and Alto Paranaíba region. Thus, the general objective of the research is to investigate the participation of the RMNSD Congregation by means of trajectory of Colégio Normal São José in the process of teaching professionalization, based on the analysis of teaching and student practices, the knowledge and values conveyed inside and outside the school routine, during the period between 1937 and 1969. In 1937, the school was founded, in subsequent years until 1969, the effective activity of the RMNSD Congregation in Ibiá became evident, and from that date onwards, lay teachers entered, including teachers from the male gender and the progressive deactivation of Patronato São José. In this sense, some problems become clear during the investigation: What are the characteristics, purposes and dimensions of the historical trajectory of Colégio Normal São José founded by the Congregation of Missionary Religious Women of Our Lady das Dores, in the municipality of Ibiá? What are the educational, moral and religious canons of Colégio Normal São José, aimed at the training of primary teachers, in the historical context of 1937 to 1969? What are its implications for the projection of these women in society? What are the content and methodological legal prescriptions for achieving this training ideal? What is the identity of the research subjects on the teaching professionalization process in terms of teaching profile and student profile? So, in the dialogue with the theoretical framework and the inventoried sources, the following categories of analysis emerge: gender, teaching professionalization, Catholic renewal, religious congregation, political elite, social classes, pedagogy of example. This is research from an analytical perspective on the sources, raised through the articulation of synchronic and diachronic information between the singular and the universal, and the relationships of reciprocity and determination between the spheres: national, regional and local. The investigation unfolded as oral, bibliographic and documentary research, using quantitative and qualitative data obtained through consultation of documentary and iconographic sources and interviews carried out with former students and teachers of the College; using primary and secondary sources subjected to explanatory analyzes of dialectical historical materialism. Therefore, the research presents the thesis that Colégio Normal São José, through the action of the Congregation of the RMNSD, through religious, moral and educational canons, contributed to the promotion of women in the public space, through the process of teacher training and professionalization. The greater possibility of participation in public space, through leaving home for school, presented itself as a process of resistance, opening the doors of the job market to those who wanted more than to educate their own children, to become primary teachers and professionals respected. The research results indicate that Colégio Normal São José managed to remove a significant number of women from Ibia society and the Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba region from anonymity, elevating them to occupy a position in the public space.

Educated women sought to break with the hegemony of patriarchal society, creating, through teacher training and professionalization, fields of action and autonomy in the public space. It is concluded that Colégio Normal São José contributed to the maintenance of traditional moral values, but also to intellectual training, with the development of skills and competencies necessary for normalists to exercise their profession. So being a primary teacher gave many of those girls/women greater autonomy, freedom of movement and decision-making power, resulting from the exercise of an intellectual and paid activity.

Keywords: Colégio Normal São José; Congregation of RMNSD; Catholic renewal; Teaching professionalization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Irmã Maria de Jesus, aos 21 anos	45
Figura 2 - Foto da família de Ir. Maria de Jesus	49
Figura 3 - Congregação RMNSD: a semente lançada	52
Figura 4 - Diploma de professora primária de Madre Maria de Jesus	55
Figura 5 - Certificado de Aptidão Pedagógica para Docência nas Escolas Primárias	56
Figura 6 - Carta de Madre Maria de Jesus endereçada a comunidade de Ibiá-MG	76
Figura 7 - Regiões para fins de planejamento de Minas Gerais	80
Figura 8 - Município de Ibiá no Alto Paranaíba	82
Figura 9 - Divisão de Minas Gerais em Dioceses – 1960	85
Figura 10 - Fundadoras da Comunidade das RMNSD em Ibiá (1937)	108
Figura 11 - Corpo docente e discente do Colégio Normal São José de Ibiá – 1937	109
Figura 12 - Origem do Colégio São Normal São José	113
Figura 13 - Igreja Matriz de São Pedro de Alcântara – Ibiá/MG	114
Figura 14 - Fotografia do Colégio Normal São José – 1938	116
Figura 15 - Reconhecimento oficial do Colégio Normal São José	117
Figura 16 - Prédio do Colégio Normal São José em 1942	119
Figura 17 - Prédio do Colégio Normal São José em 1966	120
Figura 18 - Sala de aula do Colégio Normal São José – 1947	139
Figura 19 - Fotografia de parte do Teatro do Colégio Normal São José – 1946	143
Figura 20 - Livro didático do acervo do Colégio Normal São José	148
Figura 21 - Grupo de alunas do Colégio Normal São José em 1946	151
Figura 22 - Filhas de Maria do Colégio Normal São José – 1946	155
Figura 23 - Curso de Pintura do Colégio Normal São José – 1960	165
Figura 24 - Apresentação de Ginástica executada no Colégio Normal São José – 1966	167
Figura 25 - Legado de Madre Maria de Jesus – RMNSD	171
Figura 26 - Cine Ibiá – 1954	178
Figura 27 - Imagens de mulheres em propagandas na década de 1950	180
Figura 28 - Croqui da Cidade de Ibiá – 1941	186
Figura 29 - Certificado de Admissão – 1957	190

Figura 30 - Prêmios de menção honrosa à aluna: Magna Rodrigues Dias	198
Figura 31 - Lembrança de Formatura: Dulce Consuelo França	202
Figura 32 - Wilma Duarte – ex-aluna do Colégio Normal São José	204
Figura 33 - Diploma de Normalista: Eurípedes Maria de Ávila	206
Figura 34 - Corpo Docente do Ginásio Estadual de Ibiá - 1969	210
Figura 35 - Vereadores de Ibiá – 1959	211
Figura 36 - A questão salarial – 1961	215
Figura 37 - Alunas do Ginásio e Colégio Normal São José – 1963	216
Figura 38 - Convite para 2ª Concentração das ex-alunas do CNSJ – 1957	218
Figura 39 - Alunas do Colégio Normal São José – 1957	222

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Ordens e Congregações Religiosas Femininas: Triângulo/Alto Paranaíba	87
Quadro 2 -	Corpo docente do Colégio Normal São José de 1943	133
Quadro 3 -	Disciplinas e Corpo Docente do Colégio Normal São José em 1946	142
Quadro 4 -	Matérias nas diversas séries do Curso Normal – CNSJ - 1963	163
Quadro 5 -	Formandas do Colégio Normal São José (1939-1964)	198

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Entrada de Ordens e Congregações femininas no Brasil – 1880 a 1930....	37
Tabela 2 -	Entrada de Ordens e Congregações masculinas no Brasil – 1800 a 1930..	38
Tabela 3 -	Congregações por país de origem.....	41

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 -	Congregação por país de origem quantidade	42
-------------	---	----

Para ser mestras é preciso preocupar com o trabalho de ensino. Devemos ser abelhas e não borboletas. Procurar que as alunas que breve nos deixarão para sempre levem profunda saudade do seu Colégio.

Me. Maria de Jesus - 1945

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
SEÇÃO 1 - IDE E ENSINAI A TODOS OS POVOS: MADRE MARIA DE JESUS – MULHER, MISSIONÁRIA E EDUCADORA	35
1.1 O processo de romanização e a disseminação das congregações religiosas no Brasil	36
1.2 As Religiosas de <i>Notre Dame de Fourvière</i> e a vinda de Madre Maria de Jesus para o Brasil	43
1.3 Criação da Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores	50
1.3.1 A Congregação RMNSD: em sua ação missionária e educadora em Minas Gerais	57
1.4 As relações de conflito e complementariedade entre o Estado e a Igreja Católica no processo de expansão da Congregação RMNSD	65
SEÇÃO 2 - PROCESSO DE CRIAÇÃO DO COLÉGIO NORMAL SÃO JOSÉ EM IBIÁ, REGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA	78
2.1 A presença da Igreja Católica na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	79
2.1.1 Estado <i>versus</i> Igreja e o papel da mulher na sociedade em transformação: uma questão de gênero e de classe social	89
2.2 Instalação e criação do Colégio Normal São José em Ibiá: esforço colaborativo entre Estado, Igreja e sociedade civil	99
2.3 Processo de reconhecimento e equiparação do Colégio Normal São José de Ibiá	111
SEÇÃO 3 - DINÂMICA INTERNA DO COLÉGIO NORMAL SÃO JOSÉ COMO PARTES DE UM TODO: ENTRE PRESCRIÇÕES E PRÁTICAS	122
3.1 Legislação educacional: CNSJ sob diretrizes e normas federais e estaduais	123
3.2 Organização interna do Colégio Normal São José: organização de tempos e espaços	134

3.2.1	Colégio Normal São José: entre métodos, metodologias e realidade sociocultural	146
3.3	Colégio Normal São José sob novo contexto histórico: formação profissional entre teorias e práticas	161
SEÇÃO 4 -	COLÉGIO NORMAL SÃO JOSÉ: PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE ENTRE OS CÂNONES RELIGIOSOS, MORAIS E EDUCATIVOS	174
4.1	O papel da mulher mediante as transformações do mundo moderno ..	175
4.2	Profissionalização docente e o movimento de ocupação do espaço público	186
4.2.1	Professoras primárias entre os cânones religiosos, morais e Educativos	200
4.3	Profissão docente e a busca por valorização profissional	213
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	225
	REFERÊNCIAS	234
	ANEXOS	
Anexo 1 -	O poder da imagem como fonte histórica: sobre as escadarias do Colégio Normal São José a história da educação feminina se constituiu	242
Anexo 2 -	A importância dos acervos documentais públicos e privados na construção da História da Educação do Brasil	245
Anexo 3 -	Fontes Orais: os sujeitos históricos como testemunho do vivido	256

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, na área de História e Historiografia da Educação, insere-se na subárea da História das Instituições Escolares e centra na análise da História da Profissão Docente, Gênero e Educação. O trabalho de investigação científica tem como tema principal a história do Colégio Normal São José em Ibiá, Minas Gerais, fundado pelas Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores, em 19 de março de 1937¹. Essa instituição de ensino funcionava em regime de internato, externato e semi-internato para frequência feminina e sua trajetória nas três primeiras décadas de atividades sintetiza a participação no processo de disseminação da moral católica e a profissionalização docente das meninas/mulheres no município de Ibiá e na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

De forma que, o Colégio Normal São José tinha como finalidade, não somente, a instrução e formação das moças de Ibiá, mas de toda a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. A disseminação e consolidação do projeto da Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores, em consonância com a moral cristã, almejava um maior engajamento da população com a Igreja e as práticas da religião católica, associadas a atividades educativas.

Entretanto, cabia ao Estado garantir a educação às crianças, além de nomear e formar os professores, pois na ausência de um plano central que ditasse as diretrizes para o estabelecimento de uma política nacional de educação, o sistema escolar era fruto das mais diversas injunções locais. A renovação no terreno da educação vinha muito mais do plano regional do que da União. De modo que, os cursos de formação de docentes², na maioria das vezes, eram insuficientes para capacitar o contingente de educadores necessários para atender a demanda do ensino primário, que em várias localidades mineiras se mostravam carente de docentes qualificados.

Nesse cenário, o município de Ibiá sofria, também, com o número insuficiente de professoras formadas para o preenchimento das vagas nas escolas urbanas e rurais, o que urgia reorganizar o ensino, de modo a satisfazer as necessidades imperiosas do Estado, referente à

¹ O Colégio Normal São José de Ibiá foi equiparado à Escola Normal Modelo do Estado pelo Decreto nº 1.778, de 1º de março de 1939, conforme consta em seus arquivos. Por força do disposto do art.2º do Decreto Lei Federal nº 8530, e 2 de janeiro de 1946, (Lei Orgânica do Ensino Normal) e nos termos do parágrafo 2º art. 4º do Decreto Estadual nº 1873, de 28 de outubro de 1946, o Curso Normal mantido pelo Colégio Normal São José, passou a denominar-se Curso de Formação de Professores Primários.

² A iniciativa privada mantenedora de escolas normais, qualificadas de livres ou equiparadas, cada vez mais buscou compensar a escassez de estabelecimentos oficiais na maioria dos Estados.

escolarização primária. Assim, vale ressaltar o papel das instituições privadas e confessionais, principalmente, católicas, responsáveis pela formação de professoras para o setor público em Minas, não deixando, contudo, de transmitir sua influência religiosa.

Mediante esse contexto, o propósito do Colégio Normal São José deveria ser preparar docentes para a escola elementar, visto como capaz de preceituar o processo do saber sistematizado e estruturar o ensino-aprendizagem. Para tanto, o trabalho de pesquisa buscou refletir sobre a importância dessa instituição de ensino na formação das professoras primárias, no município de Ibiá e na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, e o processo de ocupação do espaço público daquelas meninas/mulheres, mediante sua profissionalização docente. Pelo lugar sócio educacional significativo, que a este educandário atribui-se, no conjunto das escolas normais particulares confessionais, julga-se enriquecedor para a história da educação local, regional e estadual este estudo.

No que tange às hipóteses de pesquisa, acredita-se que a fundação do Colégio Normal São José, em Ibiá, se deu pela influência da elite local com o apoio dos poderes políticos e religiosos, de instalarem no município um colégio que atendesse a demanda de formação das mulheres, devido à falta de um corpo docente qualificado e que pudesse atender aos interesses desses mesmos segmentos, pois a presença da Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores potencializa as ações educativas, além de elevar os valores morais e religiosos da época. Neste contexto, soma-se a falta de investimentos do Estado mineiro e/ou recursos materiais e de formação às estratégias políticas e ideológicas da Igreja, no seu projeto de restauração, interferindo, de forma direta, no plano moral, através do processo de escolarização da mulher e profissionalização docente.

Desta forma, o objetivo geral da pesquisa foi investigar a participação da Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores através da trajetória do Colégio Normal São José de Ibiá, no processo de profissionalização docente, partindo da análise das práticas docentes e discentes, dos saberes e valores veiculados, dentro e fora do cotidiano escolar, no decorrer do intervalo compreendido entre 1937 e 1969. Em 1937 ocorre a fundação do Colégio, nos anos posteriores até 1969 evidencia-se a efetiva atuação da Congregação RMNSD em Ibiá, a partir dessa data ocorre o ingresso de professores leigos, incluindo professores do sexo masculino e a desativação progressiva do Patronato³. Assim, além de

³ O Patronato São José terá por fim o amparo as menores desvalidas. A par da instrução primária e gratuita, as crianças receberão formação moral e religiosa, bem como o ensino de trabalhos domésticos, bordados, cortes, costura, aprendizagem de horticultura e jardinagem, enfim tudo que possa concorrer para a boa formação das domésticas (Estatuto do Patronato São José-1955).

analisar o processo do trabalho docente, desde as relações de classe e de gênero, considerando suas conexões com os processos históricos de constituição do professorado nos rincões das Gerais, buscou-se examinar o processo do trabalho docente, em consonância com a organização do trabalho escolar e a assistência social, prestada pela Congregação no processo de formação humana, moral e técnica/pedagógica.

Considerando os objetivos e hipóteses levantadas, esta pesquisa propôs defender a tese de que o Colégio Normal São José, pela ação da Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores, mediante os cânones religiosos, morais e educativos, contribui para a promoção das mulheres no espaço público, mediante o processo de formação e profissionalização docente. A maior possibilidade de participação no espaço público através da saída de casa para a escola apresentava-se como um processo de resistência, abrindo as portas do mercado de trabalho para aquelas que queriam mais do que educar seus próprios filhos, tornando-se, então, professoras primárias, um passo a mais na emancipação feminina e, conseqüentemente, um modo de contestação à ordem vigente de dependência e subordinação às diferentes formas de poder instituídos.

Neste sentido, algumas problemáticas se explicitam no decorrer da investigação: Qual o papel do Colégio Normal São José na homogeneização cultural de várias gerações de meninas mineiras, sendo que esse atendia o primário, ginásial e normal, na formação de ibiaenses e estudantes na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba? Quais são as características, as finalidades e as dimensões da trajetória histórica do Colégio Normal São José, fundado pela Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores, no município de Ibiá? Quais são os cânones educacionais, morais e religiosos do Colégio Normal São José, voltados para a formação das professoras primárias, no contexto histórico de 1937 a 1969? Quais as suas implicações na projeção dessas mulheres na sociedade? Quais são as prescrições legais conteudistas e metodológicas para realização desse ideal de formação? Qual a identidade dos sujeitos da pesquisa sobre o processo de profissionalização docente quanto ao perfil docente e perfil discente? Quais são os materiais pedagógicos e os recursos didáticos utilizados no ensino do Curso Normal do Colégio Normal São José, em Ibiá?

O interesse em pesquisar sobre tal temática está associado à trajetória profissional da pesquisadora⁴, que empreendeu na carreira educacional com a conclusão do Curso de Ensino

⁴ Isto significa que a relação sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico não é uma relação de externalidade; antes, é uma relação em que o sujeito está implicado no objeto. Por isso mesmo, a pesquisa e a teoria que dela resulta, da sociedade exclui qualquer pretensão de neutralidade, geralmente identificada com objetividade. Entretanto, essa característica não exclui a objetividade do conhecimento teórico: a teoria tem uma instância de verificação de sua verdade, instância que é a prática social e histórica.

Normal – Magistério de 1º grau, em 1997, na Escola Estadual São José⁵, antigo Colégio Normal São José de Ibiá. Daquele período, no final do século XX, pouca coisa restara da Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores, além do magnífico prédio que sempre chamou atenção por sua suntuosidade. Mas, certamente, a maior lembrança dos anos áureos do Colégio Normal é a memória viva da Irmã Edwirges que, desde 1962, permanece representando os ideais⁶ dessa Congregação em Ibiá. Essa freira, que faz parte das reminiscências de criança, que por escolha pessoal sempre fez uso do hábito religioso, abriu mão de seu nome e de suas posses⁷ e, enquanto sujeito histórico, constitui-se como verdadeiro patrimônio da cidade, fazendo junção de um passado-presente que nunca morre, pois jamais será esquecido, a ela dedico esta tese.

Atuando como professora primária por uma década, fica nítido que nas escolhas que se realizou não houve neutralidade e, durante todo o tempo, teve-se consciência de que, neste trabalho, também havia traços de nossa própria história. Assim, nosso desafio foi aprofundar a reflexão sobre a profissionalização do trabalho das mulheres como professoras primárias, a partir da formação educacional e instrucional, entre os anos de 1937 a 1969, de forma que, o que aproxima da investigação, de uma determinada temática, não está, exclusivamente nela, mas em nós mesmos, enquanto sujeitos históricos. Para compor o estado do conhecimento realizou-se o levantamento de pesquisas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e, primeiramente, delimitou-se a busca, apenas, com o descritor “Colégio Normal”, sem a delimitação da área de conhecimento, com a finalidade de observar a quantificação de estudos realizados sobre a temática no Brasil. Assim, obteve-se a quantificação de 170 estudos realizados; posteriormente, demarcou-se somente a busca no campo título, resultando na quantificação de 18 estudos produzidos, sendo que a maioria dessas pesquisas configuram como dissertações com enfoque na memória de professores primários.

No repositório da Universidade Federal de Uberlândia, a partir da busca pelo descritor “Colégio Normal”, das 443 pesquisas apresentadas através da utilização do filtro: ciências

⁵ No dia 01 de dezembro de 1981, através da lei de nº 1005, foi autorizada a compra do Colégio São José à prefeitura de Ibiá. Em 1985 foi estadualizada pelo decreto nº 24420 de 22/03/85, publicado no *Minas Gerais* de 23/03/85, com denominação de Escola Estadual de 2º grau de Ibiá, a partir de 1987 passa a denominar-se Escola Estadual São José, conforme decreto nº 27188 de 29/07/87, publicado no *Minas Gerais* de 30 de julho de 1987.

⁶ Ser presença solidária junto aos mais necessitados é a missão que as Irmãs da Comunidade São José procuram exercer junto aos mais carentes. Elas buscam evangelizar e testemunhar as maravilhas que Deus realiza na humanidade pelo acompanhamento de crianças, jovens e adultos no crescimento da fé. Colaboram na formação das lideranças nas Comunidades, participam de círculos bíblicos, dão apoio à Fraternidade Cristã dos Deficientes (FCD), ao clube de mães, à Associação Pais Amigos Excepcionais (APAE) e movimentos de jovens (<https://rmnsd.com.br/comunidade/comunidade-sao-jose-ibia-mg/>).

⁷ Iza Montenegro de Araújo Aguiar, filha do farmacêutico Antônio de Araújo Aguiar e Diva Montenegro de Araújo Aguiar, proprietários da fábrica de velas *Cereápis*, rua Gurupema - Brás de Pina Rio de Janeiro – RJ.

humanas/educação, localizou-se estudos com diversas temáticas: instituição escolar, educação feminina, ensino confessional católico, memória de alfabetizadoras, disciplina História da Educação, dentre outras. Contudo, tais estudos ratificam a validade do trabalho de pesquisa, que compõem no cenário macro o movimento de institucionalização do ensino, renovação católica e profissionalização docente e, no aspecto regional e local, a expansão das congregações femininas na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Além de apontar lacunas existentes a estudos referentes a peculiaridades das congregações e suas diferentes formas de ação, junto ao governo local e regional, a pesquisa se desenvolve apresentando um itinerário diferente, criando o entendimento de toda uma realidade social, a partir do empreendimento crítico que imprimiu, de forma quanti-qualitativa, todo o processo de construção desse *corpus* científico-acadêmico.

É importante considerar que, as escolas normais criadas e instaladas em Minas Gerais, pela iniciativa pública estatal, no início do século XX, faziam parte de um projeto maior que constituíam como estratégia de realização para a modernidade, civilidade e o progresso, em consonância com os ideais do Estado educador. Contudo, não houve, de fato, a execução de um plano de ação para a materialização de tal projeto, de forma a viabilizar as condições necessárias para a criação e expansão desses estabelecimentos de ensino. Muito embora, tivessem sido consideradas primordiais para o desenvolvimento dos cidadãos em formação e para a melhoria das condições culturais e civilizacionais, por meio da educação. Foram poucos os investimentos efetivos nas condições materiais da escola normal, um verdadeiro desencontro entre as prescrições legais e as práticas das leis destinadas à formação dos professores primários. O que se evidenciou em todo o Estado mineiro, seguindo a tendência do contexto educacional, da época, foram as constantes dificuldades de consolidação e funcionamento da escola normal de iniciativa pública.

Contudo, os ensejos e demandas, por parte da sociedade, se materializavam por meio da imprensa da época e representavam os discursos de determinados grupos sociais. De modo que, a criação e instalação das escolas normais, em Minas, estiveram associadas ao processo econômico e a expressividade política dos municípios, em âmbito regional e nacional, bem como faziam parte do projeto moderno estabelecido em consonância com os interesses dos poderes locais e religiosos. Assim, os estabelecimentos de ensino público destinados à formação de professores, mesmo sendo vislumbrados pelas autoridades políticas mineiras, se desenvolveram marcados pela dificuldade de funcionamento.

Nas lacunas, deixadas pelo Estado, ampliou-se a iniciativa privada, especialmente confessional, associada ao projeto para a formação de mulheres e sua atuação no cenário educativo, para atender a demanda do ensino primário, mudando o horizonte de perspectiva dessas meninas/mulheres, em relação à profissionalização e participação na sociedade. As instituições religiosas, congregações e/ou ordem, então, se legitimam diante da educação mineira tornando-se uma instância promotora educacional ao lado do Estado, fortalecendo a ação católica frente ao ensino normal particular, por via de colégios confessionais, ratificando o intercambiamento entre o público e privado, na educação em Minas Gerais, especificamente, na região do Triângulo Mineiro, como se vê neste estudo.

Neste sentido, o cenário que propôs analisar, mediante o movimento de expansão das congregações e/ou associações religiosas, em Minas Gerais, possui a configuração da articulação do Estado com a Igreja católica, na manutenção dos ideais cívicos educacionais que vigoram no período em que a Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores se estabelece no município de Ibiá e encampa uma ação evangelizadora educacional com a fundação do Colégio Normal São José, em 1937. Contudo, vale ressaltar que esse cenário é muito mais amplo, pois compõe o movimento que se articulava desde o final do século XIX, com a vinda de várias ordens e congregações religiosas para o Brasil. De forma que, vários colégios já haviam se instalados e se constituídos na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, como se vê neste trabalho, coabitando e/ou transitando com as RMNSD, em um jogo de influência e poder.

De modo que, relações e conexões entre o Estado, a Igreja e a sociedade fazem a história, a partir de um tempo complexo, construído e multifacetado, uma história que vai se desenvolvendo nos espaços entre homens, mulheres, classes sociais tornando-se uma linha de demarcação da identidade desses sujeitos. Nesse processo compreende-se os indivíduos como sujeitos objetivos, históricos-sociais, homens e mulheres como sujeitos históricos reais, que no processo social de produção e reprodução cria a base e a superestrutura, forma a realidade social como totalidade de relações sociais, instituições e ideias; e, nesta criação da realidade social objetiva cria, ao mesmo tempo, a si próprio, como ser histórico e social, dotado de sentidos e potencialidades humanas (Kosik, 1976). Assim, o desafio foi oxigenar, ampliar e/ou aprofundar os estudos, até o momento, desenvolvidos sobre a temática dos colégios normais entorno da educação feminina, religiosa católica, em Minas Gerais, entre os anos de 1937 a 1969, com o intuito de contribuir na construção da pesquisa da História da Profissão Docente, Gênero e Educação no Brasil.

Nesta perspectiva, adotou-se como método de pesquisa o materialismo histórico-dialético, num exercício analítico de alguns de seus elementos constituidores: totalidade, contradição, aparência e essência. A partir da compreensão de que, a realidade é dialética e tais elementos não existem a priori⁸, mas emergem do movimento real do objeto. No diálogo com o quadro referencial teórico e as fontes inventariadas emergem as seguintes categorias de análise: gênero, profissionalização docente, renovação católica, congregação religiosa, elite política, classes sociais, pedagogia do exemplo.

O materialismo histórico de Marx e Engels é constataativo e não normativo: ele reconhece que, nas condições de insuficiente desenvolvimento das forças produtivas humanas e de divisão da sociedade em classes, a economia tem imposto, em última análise, opções estreitas aos homens que fazem a história. Isso não significa que a economia seja o sujeito da história, que a economia vai dominar eternamente os movimentos do sujeito humano. Ao contrário: a dialética aponta na direção de uma libertação mais efetiva do ser humano em relação ao cerceamento de condições econômicas ainda desumanas (Konder, 2004, p. 68-70).

Como apresentado, na citação acima, os elementos constitutivos da prática social existem, são reais e possuem uma estrutura e dinâmica interna de funcionamento efetivo, a qual pode ser apreendida pela consciência humana, por meio da atividade da investigação científica. Deste modo, à luz do materialismo histórico-dialético, o conhecimento científico se constitui na prática social humana, à medida que, a própria vida social vai se desenvolvendo e se complexificando, numa processualidade histórica e dinâmica, característica cuja realidade, necessariamente, é portadora.

Desta forma, a pesquisa através do pensamento dialético apresentou um trabalho cuidadoso de identificar, com esforço científico, as contradições concretas e as mediações específicas que constituem a trama, compreensão das conexões e conflitos internos, de cada totalidade e das partes que compõem o objeto. Focalizando cada uma das diversas totalizações: regime jurídico-político, sociedade, economia, religião, realidades que revelam aspectos distintos e que ajudam a compor a verdadeira fisionomia do movimento do objeto em estudo.

Por este ângulo, o desafio foi compreender a totalidade do fenômeno da profissionalização docente, como um todo⁹ que possui sua própria estrutura, que se desenvolve

⁸ É a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador. O método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações (Paulo Netto, 2011, p.53).

⁹ De forma cada aspecto pode ser compreendido como momento do todo em estudo, bem como a compreensão dialética da totalidade concebida como as partes em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo. Tendo clareza que o todo não é a soma das partes, mas está em constante reciprocidade com essas, pois se constitui das mesmas.

ao longo dos anos, que constitui em um movimento irregular/mutável formado por vários aspectos/partes através da trajetória do Colégio Normal São José, pela ação da Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores, em Ibiá. Entretanto, vale ressaltar que a problemática da pesquisa visou salientar a participação da Igreja Católica no processo de formação docente, na interação dinâmica com os diferentes aspectos socioeconômicos, políticos e culturais, buscando compreender as relações organizadas que resultam da interação das partes envolvidas em todo o procedimento de análise.

Se a realidade é entendida como concreticidade, como um todo que possui sua própria estrutura (e que, portanto, não é caótico), que se desenvolve (e, portanto, não é imutável nem dado uma vez por todas), que se vai criando (e que, portanto, não é um todo perfeito e acabado no seu conjunto e não é mutável apenas em suas partes isoladas, na maneira de ordená-las), de semelhante concepção da realidade decorrem certas conclusões metodológicas que se convertem em orientação neurítica e princípio epistemológico para estudo, descrição, compreensão, ilustração e avaliação de certas seções tematizadas da realidade, quer se trate da física ou da ciência literária, da biologia ou da política econômica (Kosik, 1976, p. 44).

À vista disso, homens e mulheres se revelam como sujeitos reais do mundo social e a realidade social se cria como união dialética de sujeitos e objetos que os cercam. A realidade é, portanto, concebida como um todo indivisível de entidades e significados e é, implicitamente, compreendida em unidade de juízo de constatação e de valor.

Neste sentido, buscou-se compreender neste estudo as mulheres como sujeitos de uma história particular e geral. Madre Maria de Jesus é sujeito histórico representativo da ação católica no Brasil, representativo de um grande número de outras congregações femininas que aqui chegaram no processo de romanização¹⁰. Exerceu verdadeira influência sobre a vida e o destino de várias mulheres no processo de evangelização e missão educativa compreendida como profissionalização docente. O que chama a atenção enquanto sujeito histórico, a Madre fundadora da Congregação de Nossa Senhora das Dores, em sua trajetória de vida, em sua singularidade, consegue abarcar um conjunto de aspectos e fatos, indivíduos/sujeitos na constituição e expansão de normas e hábitos de grupos sociais diversos no período em que esteve à frente da Congregação das RMNSD.

¹⁰ O processo de romanização como o esforço de resgatar o primado de Roma sobre o mundo ocidental, irradiando a doutrina para além das fronteiras eclesiásticas e espirituais do mundo romano, reafirmasse a autoridade do papa e dos fundamentos eclesiásticos estabelecidos pelo Direito Canônico e consagrado nas bulas papais para todos os povos e culturas onde houvesse indivíduos que professassem a fé católica. Com isso fomentou-se o estímulo às congregações religiosas femininas no mundo educacional, a educação como fim à evangelização.

A Me. Maria de Jesus, de origem francesa, neste estudo, é sujeito histórico com engajamento prático no conjunto das relações sociais, compreendida do ponto de vista deste engajamento pessoal, individual e subjetivo. Ela é parte de uma conexão em que desempenha um papel objetivo, supraindividual e coletivo, mas do qual, provavelmente, não se dá conta da importância de sua atuação, enquanto indivíduo naquele contexto histórico¹¹.

No final do século XVIII, a França passaria por transformações ideológicas devido aos conflitos entre Estado e Igreja, condições históricas pós-Revolução Francesa, em um processo de secularização¹² da sociedade e da separação entre a Igreja e o Estado no século XX. No período entre 1901 e 1905, a França testemunhou a aprovação e a aplicação da Lei das Associações e da Lei da Separação; a primeira impôs a intervenção do Estado nas atividades desenvolvidas pela Igreja Católica, sobretudo em relação às ordens e Congregações Religiosas, cujo carisma era a educação de crianças, jovens e adultos; a segunda garantiu a separação entre religião e Estado¹³. A formulação dessas leis foi resultado de um longo processo que teve início com a Revolução Francesa e conheceu diferentes fases caracterizadas pelo anticlericalismo e por medidas que reivindicavam o laicismo para o Estado francês.

A Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores foi fundada em 1913, na cidade de São Domingos do Prata, Minas Gerais, no contexto da reorganização da Igreja Católica no Brasil. A vinda da Madre fundadora e sua prima, Irmã Maria Miguel, para o Brasil aconteceu dentro desse contexto histórico, elas conheceram, juntamente, com a sua antiga congregação religiosa, as Irmãs de *Notre Dame de Fourvière*, o avanço e as consequências do laicismo francês. Responsável pela instalação da congregação, em solo brasileiro, foram acolhidas pela Igreja do Brasil dentro de um projeto eclesial, que enxergava no trabalho e nas aspirações das religiosas de vida apostólica uma oportunidade de realizar os seus desejos de reestruturação. No entanto, para a Me. Maria de Jesus, estar no Brasil era atender aos apelos divinos que a conclamavam a continuar vivenciando a sua vocação e a salvar da extinção a sua família religiosa francesa.

¹¹ A situação política francesa durante a Terceira República nos finais do século XIX com a vinda das religiosas francesas ao Brasil, estando as causas da saída da Europa estritamente vinculadas às pressões do anticlericalismo francês desse período.

¹² A secularização é compreendida como processo social do humanismo moderno, privilegia a vontade humana de achar soluções terrenas para os problemas terrenos. O conceito revela a perda de hegemonia ou de influência das instituições religiosas sobre o cotidiano das pessoas, sobre seus hábitos e costumes e sobre as próprias instituições.

¹³ A reforma do ensino empreendida na França por Jules Ferry impunha uma série de modificações que levavam à laicização das escolas e a secularização das freiras. Desde 1879, uma lei limitava o ensino somente para Congregações autorizadas. A partir daí outras leis impediram gradativamente a ação de Congregações Religiosas na área educacional.

No início do século XX, as freiras já se encarregavam de inúmeras tarefas necessárias à sociedade, particularmente, no campo da educação, da saúde e da assistência social. As freiras foram as primeiras a exercerem uma profissão quando, ainda, a maioria da população feminina era do lar. Assim, a história da vida religiosa feminina no Brasil, especificamente, em Minas, é marcada por submissão e transgressões, passividade e criatividade.

A Congregação das RMNSD se expandiu fundando casas em várias localidades de Minas Gerais, como Itabira, Ouro Preto, Ibiá, Patos de Minas e Belo Horizonte e estabeleceram comunidades nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia e Goiás. O período dessas fundações corresponde à primeira metade do século XX, portanto, antes da realização do Concílio Vaticano II¹⁴. As religiosas e as atividades, por elas desenvolvidas, estavam, de maneira geral, neste contexto histórico e eclesial, inseridas nas características da vida religiosa tradicional, por isso o apostolado desenvolvido pelas Irmãs de Nossa Senhora das Dores, naquela época, concentrava-se em colégios, asilos, orfanatos, visitas aos presidiários, ensino do catecismo e serviço aos doentes, inclusive com a administração de hospitais.

Entretanto, neste estudo, compreende-se que as Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores não apenas como uma agregação de indivíduos, mas, também, como uma agregação de consciências que possuem determinadas representações sobre o que se deseja, que possuem demandas e visões de mundo. E teriam como função manter a unidade desse grupo e garantir suas ideias fundamentais, agir em comum e criar uma percepção desse comum.

Nesse âmbito, a religião, de maneira geral, é a forma sob a qual se manifesta as ideias morais, mas, também, a primeira tentativa de conhecimento sistemático do mundo. Dado que, a representação social¹⁵ deve ser estudada articulando elementos afetivos, mentais e sociais, e integrando ao lado da cognição, linguagem e comunicação, as relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideal sobre a qual elas vão intervir.

Na concepção de Émile Durkheim¹⁶ a representação coletiva ou social traduz o modo como o grupo se idealiza nas suas relações com os objetos que o afetam. Para entender como a

¹⁴ O Concílio Vaticano II teve um profundo impacto na renovação da Igreja Católica, de aproximação entre a hierarquia e os fiéis, e de abertura ao mundo com a teologia da libertação.

¹⁵ Ideias que adquirem materialidade dentro de um determinado grupo social e garante uma identidade do grupo.

¹⁶ A proposição mais fundamental de toda a teoria durkheimiana é a de que a sociedade só existe como uma comunidade moral, que depende também um ideal compartilhado, cristalizado nas representações coletivas. A questão é que em cada momento de seu desenvolvimento uma sociedade deve encontrar o ideal moral que mais corresponde ao seu estado de coisas, pois aquilo que constitui o domínio do bem e do mal é sempre relativo a cada sociedade. O ideal está relacionado com a moral, ele é aquele aspecto da moralidade que faz com que o indivíduo a deseje; porque a moral é a expressão de um ideal a que se aspira, ela pode ser amada e/ou simplesmente obedecida. Assim, para Émile Durkheim existe uma relação profunda entre religião e moral, contudo um ideal moral laico desperta o mesmo tipo de reação e tem características semelhantes a um ideal propriamente religioso.

sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia, precisa-se considerar a natureza da sociedade e, não somente os indivíduos, ou seja, as ações coletivas decidem o modo de agir, pensar, sentir das pessoas. A representação coletiva só existe quando é formada pelo todo, resultante da coercitividade, exterioridade, generalidade dos fatos sociais.

Mas não é apenas isso que faz com que o ideal seja uma produção coletiva, não é apenas o fato de que todos compartilham a representação, mas especialmente o fato em virtude de ela ter sido elaborada coletivamente, como resultado da combinação das consciências individuais, uma combinação produzida pela interação, pela deliberação, pela reflexão conjunta. Por isso é mais que a soma, é um produto da interferência mútua, não a soma das representações ou consciências singulares. O ideal é uma criação coletiva precisamente nesse sentido. É exatamente isso o que Durkheim pretende dizer quando afirma que os ideais são criação e expressão da sociedade (Weiss, 2010, p. 197).

Neste sentido, a representação religiosa tem uma marca forte e significativa no *habitus*¹⁷ docente, no período em análise. Várias normas e deveres foram sendo exigidos para o exercício docente, tais como: a moral cristã, o civismo, a ordem, a disciplina, zelar pelo patrimônio, garantir o funcionamento da escola, comprometer-se com a qualidade do ensino, dentre outros. Destarte, esta pesquisa se estrutura no significado que se tem da profissão docente naquele período histórico, a partir da representação que possuem dos professores primários, o discurso político sobre o magistério, as imagens projetadas sobre o ofício docente e o papel da mulher mediante sua ocupação do espaço público na sociedade mineira, especificamente, na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Vale lembrar que, o Brasil se tornou um país omissor em relação à educação feminina e resistente à sua saída do espaço doméstico¹⁸. Havia uma compreensão entre as esferas privada e pública, a esfera privada era o lugar próprio das mulheres, do doméstico, da subjetividade, do cuidado; enquanto a esfera pública era considerada como o espaço dos homens, dos iguais, da liberdade, do direito. Para as mulheres educar-se e instruir-se, mais do que nunca, representaram a forma de quebrar os grilhões domésticos e conquistar uma parcela do espaço público. Para isso, procuraram mediante o conhecimento e o trabalho, adequar-se às normas sociais e ao mundo novo que se descortinava e principiava a selecionar os mais preparados.

¹⁷ O *habitus* “é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas”. E, nos dois casos, “exprimem a posição social em que foi construído” (Bourdieu, 1999, p. 55).

¹⁸ O mundo público, que necessitava de saberes políticos e econômicos para o gerenciamento de recursos, exigia conhecimento e instrução. “A educação escolarizada, enquanto veiculadora desses pressupostos, passava a ser cada vez mais importante para as mulheres. Mas, primordialmente, tinha de ser domesticadora para que não transcendesse os limites impostos pelas estruturas sociais” (Almeida, 1998, p. 120).

O processo de escolarização oportunizou às meninas/mulheres maior acesso ao espaço público, circulando pelas cenas urbanas para frequentar as escolas normais, após formação atuando como professoras primárias e/ou como servidoras da pátria em várias outras carreiras públicas/estatais, o que constituía uma possibilidade para as mulheres abrirem uma fresta nos estreitos limites da ideologia patriarcal que, ainda, permeavam as relações sociais.

Neste contexto, o repúdio à coeducação liderado pela Igreja Católica e a necessidade de professoras para reger classes femininas possibilitaram a abertura de um espaço profissional para as mulheres no ensino. Assim, durante muito tempo, a profissão de professora foi, praticamente, a única em que as mulheres puderam ter o direito de exercer um trabalho digno e conseguir uma inserção no espaço público.

Como se vê, no decorrer deste trabalho, a educação exerce papel relevante nas relações sociais, familiares, trabalhistas e entre os sexos, acarretando modificações nas mulheres e no modo de se perceberem como sujeitos históricos. Pois, apesar da profissão docente surgir marcada por estereótipos de maternidade, ela representou o primeiro passo dado pelas mulheres, naqueles tempos, para obterem instrução e conseguirem o ingresso no campo profissional. Desta forma, o magistério primário constituiu uma das grandes oportunidades de inserção da mulher de classe média no mercado de trabalho, o ofício de ensinar foi, certamente, uma conquista. Ser professora significou, além do trabalho remunerado, apropriar-se de uma cultura e de conhecimentos necessários para a vida.

[...] é certo que a ocupação do magistério pelo sexo feminino deveu-se também às lutas que as mulheres tiveram de enfrentar para conseguir introduzir-se no campo do trabalho remunerado e, em outras palavras, alcançar a liberdade, a autonomia e uma certa independência financeira. Não se pode negar que a abertura do mercado de trabalho para as mulheres e as alterações no regime patriarcal não se deram sem reivindicações. Estas transpareceram na estruturação social principalmente por intermédio da imprensa feminina e educacional do período e nas sucessivas mudanças de costumes e mentalidades acerca do trabalho feminino, que vinham na esteira do novo século, para uma sociedade que precisava, por sua vez, de novos atores sociais para o seu desenvolvimento (Almeida, 1998, p. 70).

Ainda, na primeira metade do século XX, as profissões que fugissem aos padrões, ditos¹⁹ femininos, ofereciam tenaz resistência à entrada e promoção da mulher sob os mais variados argumentos, desde o risco de prejuízo à sua saúde e à dos futuros filhos, a desagregação

¹⁹ No imaginário da sociedade brasileira no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o sexo feminino aglutinava atributos de pureza, doçura, moralidade cristã, maternidade, generosidade, espiritualidade e patriotismo, entre outros, que colocavam as mulheres como responsáveis por toda beleza e bondade que deveriam impregnar a vida social. Um perfil feminino de desprendimento, bondade, beleza e meiguice, a figura da mulher-mãe deveria ser pura e assexuada e nela repousariam os mais caros valores morais, éticos e patrióticos.

da família e as consequências para a sociedade e para a pátria. O magistério primário representou o ponto de partida e o que foi possível no momento histórico vivido. Contudo, pode-se associar outras conquistas²⁰ a partir do magistério, como: a coeducação, uma certa independência econômica e pessoal, o voto, a licença maternidade.

Nesta perspectiva, ao utilizar a categoria gênero, como ferramenta conceitual no movimento do olhar investigativo, nesta pesquisa, buscou-se analisar a profissão docente e a prática das professoras, em sua constituição histórica. De forma que, o conceito de gênero não se refere, especificamente, a um ou outro sexo, mas sobre as relações que são socialmente construídas entre eles. Essas relações estão imbricadas, por sua vez, com as relações de poder que revelam os conflitos e as contradições²¹ que marcam a sociedade. O conceito de gênero, como categoria científica, quer explicitar as relações sociais entre os sexos, a mulher como sujeito social e, portanto, sujeito histórico.

Para Scott (1995), gênero refere-se à organização social das relações entre os sexos, a autora defende um ponto de vista ampliado acerca da categoria gênero, um sentido que ultrapassa as relações de parentesco e agrega, também, o mercado de trabalho, o qual é sexualmente separado. Destarte, pensar a construção de gênero, a partir da perspectiva da História das Instituições Escolares, é compreender até que ponto o trabalho escolar, os currículos, a legislação educacional, os procedimentos de ensino, as teorias pedagógicas, os materiais didáticos e processos de avaliação contribuem para as diferenças de gênero verificadas na escola.

Contudo, interessa pensar a categoria gênero articulada à categoria de classe, visto que a participação feminina na educação e no mercado de trabalho, em geral, está diretamente relacionada a um processo de trabalho vinculado às mudanças sociais, econômicas e políticas, ao longo do tempo, que são tensionadas por relações autoritárias, patriarcais e preconceituosas. Discursos carregados de sentido sobre os gêneros explicam como mulheres e homens constituem suas subjetividades e é, também, no interior e em referência a tais discursos que elas e eles constroem suas práticas sociais. As representações do masculino e do feminino, os lugares sociais previstos para cada um são integrantes do processo histórico.

²⁰ As mulheres saíram da retaguarda e assumiram pouco a pouco os ofícios que predominantemente foram reservados aos homens. No século XX, ficou mais claro que as mulheres têm uma história, e que podem conscientemente tentar tomá-la nas mãos.

²¹ Ser capaz de ultrapassar a aparência do real, dos fatos, dos fenômenos, da facticidade, da empiria e captar a essência do objeto, suas múltiplas determinações e contradições. É indispensável à reflexão teórica um conhecimento esmerado do objeto, da dinâmica e estrutura que constitui a realidade a ser investigada.

De maneira que, a categoria gênero é aqui compreendida como uma construção social articulada a outras categorias como classe social e religião, o que determina algumas posições que as mulheres/professoras ocuparam naquele contexto histórico.

O termo "gênero" não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem tampouco designa a parte lesada (e até hoje invisível). Enquanto o termo "história das mulheres" proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo "gênero" inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça. [...] O termo "gênero", além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino. Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo (Scott, 1995, p. 75).

Por outro lado, os sistemas econômicos e os sistemas de gênero interagem para produzir as experiências sociais e históricas e operam, simultaneamente, para reproduzir as estruturas socioeconômicas e as estruturas de dominação masculina de uma ordem social particular. Assim, como persistem as associações entre masculinidade e poder, e o fato de que se valoriza mais a virilidade do que a feminilidade.

O lugar da mulher na vida social humana não é, de qualquer forma direta, um produto das coisas que ela faz, mas do significado que suas atividades adquirem através da interação social concreta. Para buscar o significado, precisamos lidar com o sujeito individual, bem como com a organização social, e articular a natureza de suas interrelações, pois ambos são cruciais para compreender como funciona o gênero, como ocorre a mudança (Scott, 1995, p. 86).

A partir do entendimento da citação acima, empreende-se neste trabalho o esforço em compreender as contradições em que vivem os sujeitos em sociedade e, assim, analisar o processo de profissionalização docente, de maneira a abarcar o campo material, histórico e, dialeticamente, articulado com os objetivos de estudo no período delimitado na pesquisa.

Para tanto, os referenciais teóricos²² que deram sustentação à tese estão ancorados nas pesquisas de Saffioti (1976), que contribui com a compreensão em relação aos professores, a

²² Marx e Friedrich Engels (1820-1895), desenvolveram o método Materialista Histórico Dialético como o caminho epistemológico para fundamentar a interpretação da realidade histórica e social que buscavam compreender. No entanto, não vamos encontrar uma formulação deste método em forma de definição, entre os escritos destes dois pensadores. Contudo, muitos estudos têm sido empreendidos para a identificação e análise do método, como Kosik (1976); Kopnin (1978); Konder (1981, 1991, 2003); Ianni (1982); Gramsci (1991); entre muitos outros.

partir da origem de classe, relações de trabalho no sistema capitalista, movimentos sindicais e questões de gênero; os estudos de Magda Chamon (2005) e Guacira Louro (2002) que apoiam em questões sobre gênero e magistério. Riolando Azzi (1983) ajuda com os conceitos de romanização e renovação católica, fornecendo subsídio para a compreensão do processo de expansão das congregações católicas no Brasil. Moura (2000) e Nagle (1976) desenvolvem pesquisas sobre educação católica. Perrot (1988, 1998, 2005), Beauvoir (1980, 1990), Rago (1985), Del Priore (1997, 2000, 2013), Ciribelli (2006), Manoel (1996) e Almeida (1995, 1998) contribuem com o resgate de alguns cenários da educação feminina na história das mulheres do início do século XX. Além de outros autores como Araujo (1986, 2005, 2007), Bourdieu (1998), Nunes (1985), Peixoto (2003), Bittencourt (2017), Scott (1994, 1995) e Tanuri (2000) que, também, foram utilizados como aporte teórico ao longo da construção desta tese.

O processo metodológico de abordagem quanti-qualitativa se sustenta nos processos sociais, pautado no método dialético, baseado no singular, particular e o geral. Assim, classifica-se esta pesquisa como bibliográfica e documental, com os dados coletados nas fontes.

Por intermédio de Idbas Veloso²³, atual secretária da Escola Estadual São José de Ibiá²⁴, ex-aluna do Colégio e grande defensora de seu acervo histórico, obteve-se acesso a inúmeras fontes primárias, como: livros de ponto diário, atas de exames, correspondências expedidas e recebidas, quadro geral dos números totais e parciais de alunos por séries e cursos (primário, ginásial e normal), quadros de funcionários e professores (com respectivas matérias), programas e conteúdo de cada disciplina do currículo, pastas contendo decretos, normas e regulamentos do período, jornais escolares e recortes com notícias variadas e publicações da imprensa oficial relativas ao estabelecimento, além de um rico acervo iconográfico.

Parte dos manuais pedagógicos da época foram localizados junto ao acervo do Colégio Nossa Senhora das Dores, em Itabira²⁵, pois após a municipalização do Colégio São José, em

²³ Idbas Veloso, também contribuiu com a organização, distribuição e devolutiva dos roteiros de entrevistas com as ex-alunas do Colégio Normal São José residentes no município de Ibiá. Contribuição valiosa no levantamento de dados empíricos realizado na primeira fase da pesquisa devido às limitações impostas a pesquisadora no contexto da pandemia do covid-19, nos anos de 2020 e 2021.

²⁴ Cabe aqui ressaltar que o acervo documental do Colégio Normal São José de Ibiá é de natureza ímpar e, com certeza, os dados neles contidos possibilitam revelar aspectos muito significativos para compor um quadro mais inteligível da história da educação mineira. Contudo, no início da pesquisa, entre os anos 2020 e 2021, ficamos indignados quanto ao processo de guarda, catalogação e preservação do acervo como patrimônio histórico material do município. No ano de 2023, a atual gestora da Escola Estadual São José entrou em contato com a pesquisadora para que contribuísse com o projeto de preservação da memória da unidade escolar, estando o projeto ora em desenvolvimento.

²⁵ Inspirada no Carisma Missionário de Madre Maria de Jesus, a Rede Nossa Senhora das Dores oferece, por meios de suas unidades educacionais um projeto educativo que reafirma a identidade cristã e integra tradições pedagógicas e realidades organizacionais às atuais contribuições teóricas, a fim de responder às demandas e aos desafios da educação contemporânea (<http://cnsditabira.com.br/quem-somos/>).

Ibiá, os exemplares que compunham sua biblioteca²⁶ foram encaminhados para as outras unidades da Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores. A disponibilização, via digital, deste acervo contou com a colaboração da bibliotecária daquela unidade, Narcisa Helena Pessoa Lanna de Melo, CRB 1260.

Adotou-se, também, como fonte documental as edições do Jornal Cidade de Ibiá²⁷ e a Folha de Ibiá, parte dos acervos sob a guarda da Biblioteca Municipal, esses periódicos influenciaram sobre maneira a instituição de novos hábitos e comportamentos, especialmente ligados às transformações urbanas locais. Naquele contexto histórico iniciara uma reviravolta nas expectativas sociais, familiares e pessoais acerca da mulher que, até então, estivera confinada no resguardo do espaço doméstico e no cumprimento da função reprodutiva. Algumas ideias liberais atravessaram as fronteiras da sociedade patriarcal por intermédio da imprensa, do rádio, do cinema e da circulação de periódicos influenciando as mentalidades daquela sociedade.

Ainda, contou-se com fontes documentais primárias da Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores, por intermédio e extrema dedicação à pesquisa da atual secretária geral, Irmã Maria Vanildes Vieira de Jesus, que gentilmente, desde o primeiro contato, em janeiro de 2021, mobilizou todo o trabalho de localização e digitalização dos documentos junto ao acervo/memorial da Congregação. Foi disponibilizado, via correio postal, cópia impressa do Compêndio da História da Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores; em formato digital as Cartas escritas pela Madre fundadora Madre Maria de Jesus como forma de comunicação com as diversas unidades escolares; a Constituição da Congregação de 1943; as Regras das Religiosas Professoras; Relatórios internos referentes ao Colégio São José, em Ibiá, e um rico acervo iconográfico.

A busca realizada na base de dados da biblioteca digital e no catálogo de teses e dissertações da Capes confirmou que não há nenhum trabalho acadêmico publicado sobre as duas principais unidades escolares: Colégio Nossa Senhora das Dores em Itabira, onde se encontrava a sede da Congregação e o Colégio Normal São José, em Ibiá. Sendo essas unidades consideradas, neste estudo, como fundamentais para se compreender o processo de expansão e consolidação dos ideais missionários e educacionais das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores. Contudo, localizou-se a dissertação realizada pelo pesquisador Leandro

²⁶ A área da biblioteca do Colégio Normal São José em Ibiá era de 41,76 metros quadrados, registrada no Instituto Nacional do Livro, possuía mais de 2000 volumes em seu acervo.

²⁷ Em 1939 foi lançado o primeiro jornal “Cidade de Ibiá” sob a coordenação de Francisco Ângelo Coelho, Pe. José Borges Mundim, Dr. Carlos Fulgêncio e Alfredo Silva (elite econômica, cultural e religiosa do município).

Nery Brito, da Universidade Federal da Bahia, a qual ocupa-se em narrar a história da vida religiosa feminina, especificamente, no Brasil, durante os períodos colonial e imperial, ao longo do século XX, enfatizando as transformações que nela ocorreram a partir da realização do Concílio Vaticano II. A dissertação teve como fonte principal o livro “Traços Biográficos de Madre Maria de Jesus” o qual, surpreendentemente, localizou-se disponível para venda na plataforma “Estante Virtual”, com uma significativa dedicatória das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores e alunas do Colégio Normal São José de Ibiá, em 07 de novembro de 1969, para o Reverendíssimo Padre Euler.

Na Paróquia de São Pedro de Alcântara, de Ibiá, analisou-se o Livro de Tombo Nº 1, de 1924 a 1953. Em Uberaba, com ajuda do Monsenhor Célio Lima, conseguiu-se obter acesso ao Anuário Católico de 1960, publicado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, através da editora Vozes, que muito contribuiu para compreender a organização da Igreja Católica junto à sociedade brasileira. Associado a estes dados examinou-se o Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939-1940; a Enciclopédia dos Municípios Mineiros de 1957; Anuário de Minas Gerais, Cronologia Mineira – Governo Civil e Eclesiástico – 1913; Censo Demográfico: Recenseamento Geral do Brasil de 1940, Série Regional - Parte XIII – Minas Gerais (Tomo 1).

Utilizou-se, também, as fontes orais, por meio de entrevistas com as Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores, ex-professores e ex-alunas do Colégio Normal São José de Ibiá. Salienta-se que se desenvolveu os mesmos critérios com todas as entrevistadas: aceitar voluntariamente participar da entrevista oral e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O documento Instrumento de Coleta de Dados não contém nenhum campo que possa identificar o participante da pesquisa. As informações foram realizadas por um código de conhecimento apenas da pesquisadora, a fim de evitar qualquer possibilidade de identificação. De maneira que as entrevistadas foram referidas no texto com uma codificação criada para a narrativa da tese, qual seja, a letra E (de entrevistada) seguida de um numeral e a data da entrevista. Assim, permearam no texto as formas designativas E1, E2, E3, E4, sucessivamente.

As entrevistas foram semiestruturadas, feitas face a face ou por videoconferência, entre a pesquisadora e a depoente, gravadas em áudio e/ou vídeo; em seguida, transcritas e retornadas as entrevistadas para conferência e autorização do uso. Tais documentos, como o testemunho da história trazem lembranças refeitas, reconstruídas, reelaboradas e não as impressões exatas do que fora vivenciado na juventude. As egressas e as ex-docentes detêm a autoridade de testemunhas das ações e atividades pedagógicas vivenciadas, pessoalmente, naquele momento

do passado e, podem, no presente, desempenhar essa função que, segundo Bosi (1994), lhes é própria: a de lembrar. E, assim, trazer para esta pesquisa parte da memória do ensino daquela instituição educacional e as contribuições em sua formação docente.

Desta forma, analisou-se a construção de uma memória coletiva nas fontes pesquisadas e nos usos internos e/ou externos que se faz dessas memórias. Os procedimentos adotados procuram desenhar a construção da narrativa das fontes e, dentro dela, o conteúdo veiculado, sua finalidade, os agentes, as circunstâncias e os efeitos dessa narrativa. Enfim, o que se procura formar são ideias, moralidades, que compuseram imagens, representações e/ou modelos. Contudo, ao analisar essas questões, não se excluiu a situação política, social e cultural do período em que foram criadas e o que foi selecionado ou esquecido no discurso da trajetória das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores e na dinâmica interna do Colégio Normal São José em Ibiá/MG.

Neste sentido, o movimento de olhar a Congregação das RMNSD por dentro, mesmo que, através de textos produzidos pelas missionárias para elas mesmas, foi um movimento de enveredar pela forma como as freiras se compreendiam, como pensavam suas instituições de ensino, suas ações e as reinventavam. Trata-se de uma pesquisa sob a ótica analítica das fontes, levantadas por meio da articulação das informações sincrônicas e diacrônicas, entre o singular e o universal, e das relações de reciprocidade e determinação entre as esferas: nacional, regional e local.

Assim, a totalidade do fenômeno da profissionalização docente, em estudo, constituiu-se em um conjunto de capítulos, que compreende os diferentes fatos e processos, que compõe a essência do todo, em seus múltiplos aspectos, desde sua gênese, estrutura e consolidação ao longo das décadas em estudo.

Desta forma, tendo como princípio o exposto, na primeira seção deste trabalho aludiu-se a caracterização do processo de romanização e restauração católica que culmina com a vinda de Me. Maria de Jesus e sua prima para o Brasil, sua trajetória no movimento de criação e expansão da Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores pelo Brasil, em sua ação missionária e educadora. Uma análise das elites eclesiásticas regionais e locais, cujo anseio aponta para a evangelização com o sentido de civilidade e patriotismo. Revelando os aspectos políticos da Era Vargas, aspectos socioeconômicos, em consonância com os processos de urbanização e industrialização e, os aspectos ideológicos, com princípios nacionalistas e um forte desejo de desenvolvimento e progresso pelos quais passava o Brasil, nas primeiras décadas do século XX. Buscando relacionar o contexto político-econômico e

sociocultural do país ao sistema educacional, sem perder, jamais, o todo dialético, unidade das contradições e mediações das partes que constituem o objeto de pesquisa.

Nesta perspectiva, na segunda seção expôs na esfera macro as prescrições legislativas, em âmbito nacional e/ou estadual, e micro pelo trabalho escolar realizado pelas Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores, especificamente, em Ibiá, a partir do processo de construção e instalação do Colégio Normal São José, descrevendo o movimento de constituição de sua identidade histórica. Também se retratou o lugar/espço que essa instituição de ensino ocupa na cena urbana, pela concretização do texto narrativo resultante das análises interpretativas, partindo da identificação histórico institucional do colégio buscou-se inferir os elementos da realidade que os constituem em suas particularidades, extraindo destes elementos suas múltiplas determinações. Assim, por meio da presença da Igreja Católica na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, na saturação da análise do Estado versus a Igreja perquiriu o papel da mulher na sociedade em transformação, sem perder de vista as categorias de gênero e de classe social, no processo de instalação, criação e reconhecimento do Colégio Normal São José, como resultado do esforço colaborativo entre Estado, Igreja e sociedade civil.

Na terceira seção partiu-se das formulações teóricas capazes de permitir a apreensão do sentido que os fatos e as totalidades parciais ganham no todo orgânico, sob a análise das diretrizes e normas federais e estaduais, e a organização interna de tempos e espaços, nos quais estão inseridos os movimentos dialéticos que animam a dinâmica interna do Colégio Normal São José. De modo que, compreender o espaço escolar pressupõe, além do estudo do espaço físico, analisar as relações que foram engendradas naquele local, mediante verificação histórica, política e socioeconômica. Pois, é a partir das relações sociais que vão se estabelecendo que irá de fato influenciar diretamente as prescrições e as práticas educativas. As experiências antes arraigadas e profundamente ligadas à formação cristã vão aos poucos fundindo-se à elaboração racional do início do século XX que, paulatinamente, engendram acontecimentos e situações para além da força da tradição, incutindo na experiência dos sujeitos, especialmente, das meninas/mulheres, novas formas de saber, fazer e sentir o mundo. Onde a atividade educativa e o papel da mulher na sociedade sofrerão mudanças a partir da perspectiva de sua profissionalização docente. Assim, a pesquisa vai além da simples reconstrução pontual do passado de um colégio normal feminino, pois coloca em evidência em que medida essa instituição de ensino se inscreve na estrutura social, de uma determinada comunidade e/ou região, desvendando as relações de classe e gênero e o papel da religião no processo da escolarização brasileira.

Na quarta e última seção abordou-se uma reflexão sobre a condição feminina, no contexto das mediações históricas da existência humana, no período delimitado de estudo, as memórias revividas das normalistas do Colégio Normal São José, no processo de profissionalização docente, concomitante, ao movimento de ocupação do espaço público. Assim, lançando no âmago de uma reflexão, mediante os cânones educativos e religiosos, no complexo tempo histórico e social, dos idos de 1937 a 1969, analisando o papel da mulher mediante as transformações do mundo moderno. Explicitou-se as práticas docentes rememoradas, durante as entrevistas com as professoras e as ex-alunas, com vistas a perceber possíveis marcas desse ensino, na vida profissional ou pessoal, dessas egressas. Perscrutou as contradições, em tempos e espaços diversos, em que as professoras são vistas como modelos a serem seguidos, investigando as subjetividades das professoras e suas diferentes formas de apropriação dos discursos de dominação e seus movimentos de resistência. O desafio foi apreender descontinuidades, rupturas e resistências na busca da construção histórica da professora primária como profissional, procurando explicar a produção social da mulher nos múltiplos lugares, demonstrando as contradições da instituição escolar na tentativa de, por um lado, controlar a mulher e, por outro, potencializá-la e/ou libertá-la.

De forma que, o intuito nesta pesquisa foi interpretar o processo de profissionalização docente, mediante as relações de gênero e classe, considerando suas conexões com os processos históricos de emancipação da mulher e a influência da Igreja Católica em sua formação moral e intelectual. Para tanto, buscou-se produzir os conhecimentos que garantam uma interpretação do mundo social, de forma mais aprofundada do que a experiência empírica imediata. Importa compreender as articulações dos problemas em estudo, analisar as evoluções, rastrear as conexões entre os fenômenos que os determinam e que os envolvem, tendo a lógica dialética como possibilidade de compreensão da realidade em análise. Apreender as relações dinâmicas e processuais do conjunto das determinações que constituem a profissionalização docente concebida pela Congregação de Nossa Senhora das Dores, através do Colégio Normal São José, em Ibiá, e as categorias de análises que expressam as formas de ser desse objeto/fenômeno, sendo, portanto, formas de existência, ontológicas e históricas. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para a ampliação do estado do conhecimento sobre a temática abordada e para a historiografia da educação, assim como, para a preservação do patrimônio documental e das diversas fontes históricas que a investigação conseguir sistematizar.

SEÇÃO 1 - IDE E ENSINAI A TODOS OS POVOS: MADRE MARIA DE JESUS - MULHER, MISSIONÁRIA E EDUCADORA

[...] a Congregação de Notre Dame de Fourvière não subsistirá, de sua semente nascerá uma grande árvore, cujos ramos se estenderão por toda a terra.

(Madre Maria de Jesus, 1913).

Nesta seção analisou-se o papel de Madre Maria de Jesus, como figura idealizadora da criação da Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores e sujeito histórico de seu tempo, mulher e religiosa, que age objetiva e praticamente sobre a natureza das coisas, mediante seus ideais e/ou necessidades. Entretanto, a Madre nunca esteve sozinha, além da companhia de Madre Maria Miguel, prima e Irmã de fraternidade, sua trajetória de vida perpassa a ação da própria Igreja católica, na França e no Brasil, e de outros sujeitos que constituem diferentes classes sociais, no final do século XIX e primeira metade do século XX.

Contudo, o conhecimento dos sujeitos históricos só é possível na base da atividade dos próprios sujeitos sobre o mundo; o sujeito só conhece o mundo na proporção em que nele intervém ativamente, e só conhece a si mesmo mediante uma ativa transformação do mundo. O conhecimento de quem são os sujeitos significa conhecimento da atividade do próprio sujeito no mundo (Kosik, 1976). Neste sentido, a trajetória de Madre Maria de Jesus, fundadora da Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores, e Madre Maria Miguel do Sagrado Coração, cofundadora e primeira Superiora Geral da Congregação, aponta para possibilidade dialética pela qual se relacionam e encadeiam, reciprocamente, as condições de existência social e as distintas modalidades de consciência do mundo que as circunscrevem.

Desta maneira, para irmos além das aparências e penetrar na essência do objeto de estudo realizou-se, nesta seção, operações de síntese e de análise, que esclareçam não só a dimensão imediata, inteligível e/ou tangível, como também, a dimensão mediata, posta como os recursos, meios e/ou modos como se estrutura o Colégio Normal São José, a partir da Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores. Pois, é o próprio objeto quem confere as possibilidades do alcance de suas determinações, visto que elas são imanentes à própria pesquisa.

Neste sentido, a tomada da consciência histórica dos sujeitos, homens e mulheres, que constitui o itinerário da Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores, a partir do processo de romanização, mediante as ações empreendidas por Madre Maria de

Jesus, ajudam a compreender o movimento da ação católica no processo de profissionalização docente no Brasil e, especificamente, em Minas Gerais, como se vê a seguir.

1.1 O processo de romanização e a disseminação das congregações religiosas no Brasil

A partir das primeiras décadas do século XX o conceito de romanização passou a ser visto como processo de restauração e/ou reforma da Igreja Católica no Brasil. Entretanto, tal fenômeno é marcado por uma complexidade histórica, envolvendo a laicização do ensino nos processos de secularização e o exílio das congregações²⁸ femininas, como se vê nesta seção.

Ainda, no século XIX, a França e o Brasil²⁹ foram palco de uma nova organização de forças entre poder espiritual e poder temporal. Na França, houve a entrada significativa de mulheres nos quadros permanentes da vida religiosa; e sua posterior internacionalização ou exílio. No Brasil, a separação Igreja-Estado levou ao acirramento da política ultramontana e à aliança entre os dois poderes.

Neste contexto, a França destacou-se como uma nação católica após as guerras de religião do século XVI. No entanto, no final do século XVIII, passaria por transformações ideológicas, devido aos conflitos entre Estado e Igreja por ocasião da Revolução Francesa, o que irá desencadear, dentre outras condições históricas pós-Revolução Francesa, um processo de secularização da sociedade e a separação entre a Igreja e o Estado no século XX. Na Terceira República Francesa (1870-1940), quando se desenvolveu no país um forte anticlericalismo decorrente das ideias nacionalistas e republicanas, a propagação dessas novas ideias contribuiu para acentuar o processo da laicização do ensino, que acabaria por marginalizar as congregações religiosas dedicadas à educação.

Nesta conjuntura, a secularização afetou os modos de vida e de trabalho das religiosas e religiosos mais antigos, que foram obrigados a abandonar o sistema de comunidade em que viviam e que lhes garantia a subsistência. Assim, o movimento migratório das Congregações e Ordens Religiosas foram muito bem acolhidos na América Latina e, em particular, na sociedade

²⁸ De acordo com o Código Canônico de 1917, havia uma diferenciação entre ordens religiosas e congregações. As ordens religiosas eram os institutos nos quais, segundo sua história e índole, se emitiam os votos solenes, enquanto as congregações emitiam os votos simples. Assim, as ordens religiosas precedem historicamente às congregações, mas atualmente do ponto de vista das leis da Igreja Católica, não existe nenhuma distinção. Nesse sentido, devido ao período de abrangência desse estudo, por compreender o intervalo de vigência do Código Canônico de 1917-1983, utilizasse-se o conceito de congregação e instituto religioso como sinônimos.

²⁹ Com a Proclamação da República no Brasil em 1889, as tendências laicizantes já existentes no Império ganharam espaço. Dessa forma, por meio do Decreto n.º 119-A, de 7 de janeiro de 1890, houve a separação entre a Igreja e o Estado.

brasileira. No Brasil, um relevante volume de religiosos, do sexo feminino e masculino, não apenas pela imigração de congregações novas, mas também pela chegada de ordens antigas, já estabelecidas no país desde os tempos da colônia, vindos não somente da França, mas de distintos países europeus, ganharam apoio do Estado e do povo brasileiro.

Vale frisar, que ordens religiosas e congregações assemelham-se, no fato de que ambos se referem à vida dos(as) religiosos(as), ou seja, daqueles grupos dentro da Igreja que segue a Cristo na esteira de uma espiritualidade e/ou carisma próprio, geralmente relacionado à figura de um(a) fundador(a) ou grupo de fundadores. Entretanto, no Código Canônico de 1917 há a diferença que apenas nas ordens religiosas se faziam votos solenes. Às congregações reservava-se os votos simples. O código canônico de 1983, acabou tornando, formalmente, ordens e congregações, a mesma coisa, todavia, geralmente, as ordens são de fundação mais antiga que as congregações.

As congregações vivem sob uma regra e sob a dependência de uma casa geral, além dessa especificidade, distinguiram-se das antigas ordens religiosas por terem uma vida ativa como professoras ou enfermeiras, por exemplo. Durante o século XIX, praticamente todas as antigas casas foram reorganizadas em congregações com uma superiora geral e todas as fundações novas adotaram essa forma de organização, foi o modelo dominante na França.

Tabela 1: Entrada de Ordens e Congregações femininas no Brasil – 1880 a 1930.

ANO	Espanha	Áustria	Itália	França	Portugal	Brasil	Egito	Colômbia	Bélgica	Polónia	Ucrânia	Rússia	Holanda	Alemanha	Total
Até 1880	2	-	3	2	-	3	-	-	-	-	-	-	-	1	11
1881-1890	-	1	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	6
1891-1900	-	-	4	4	-	4	-	-	2	-	-	-	-	2	16
1901-1910	-	-	4	12	-	3	1	-	1	-	-	1	1	1	24
1911-1920	4	1	3	4	3	4	-	1	1	-	1	-	-	-	22
1921-1930	3	1	8	4	-	8	-	-	1	1	-	-	-	4	30
TOTAL	9	3	24	28	3	22	1	1	5	1	1	1	1	9	109

Fonte: Azzi (1983, p. 126)

Como constatado na Tabela 1, entre as congregações femininas que chegaram no Brasil, no final do século XIX e primeira metade do século XX, predominam as de origem francesa com 28, seguidas pelas de origem italiana com 24. Nesse período foram fundadas no Brasil 22

congregações femininas, dentre essas, em 1913 a Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores, associada ao desejo de reestruturação de Madre Maria de Jesus sob sua congregação de origem francesa: Congregação de *Notre Dame de Fouvrière*.

Tabela 2: Entrada de Ordens e Congregações masculinas no Brasil – 1800 a 1930.

	Brasil	Espanha	Itália	França	Holanda	Alemanha	Bélgica	Áustria	Uruguai	Ucrânia	Total
1800-1879	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
1880-1889	-	1	1	2	-	1	-	-	1	-	6
1890-1899	-	2	-	1	2	1	1	-	-	1	8
1900-1909	-	-	1	4	-	1	-	-	-	-	6
1910-1919	-	-	6	1	1	1	-	-	-	-	9
1920-1930	1	-	4	1	1	-	-	1	-	-	8
TOTAL	1	3	12	10	4	4	1	1	1	1	38

Fonte: Azzi (1983, p. 120)

Na Tabela 2, pode-se observar o movimento de chegada de Ordens, Congregações e/ou Institutos masculinos, por país de procedência e período de entrada no Brasil, diferentemente do que ocorrera nos três séculos anteriores, em que a maioria das congregações masculinas vieram de Portugal, no final no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, ocorre a predominância italiana, com doze congregações e a francesa com 10 congregações.

Neste contexto, em que ocorre a expulsão de religiosos(as) das atividades sociais nos Estados em processo de laicização na Europa, especialmente, na França e na Itália, associado ao projeto católico para a América Latina, implementado a partir do Papa Leão XIII (1878-1903) e as demandas do episcopado, para realizar a reforma do catolicismo em âmbito local; a sociedade brasileira será palco do processo de restauração, em que se verifica uma concentração das congregações nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde se instalaram, sobretudo as de origem francesa e italiana³⁰.

³⁰ O que pode ser constatado na pesquisa realizada por Paula Leonardi: Além dos espelhos Memórias, imagens e trabalhos de duas congregações católicas francesas no Brasil, 2008.

Assim, conforme Azzi (1983), restaurar é restabelecer, em perfeita medida, o modelo antigo/tradicional, em uma forma de colaboração harmônica entre o Estado (poder temporal) e a Igreja (poder espiritual). Para tanto, o estabelecimento do processo da restauração católica no Brasil contou com a colaboração das ordens e congregações religiosas masculinas e, especialmente, as femininas.

Neste sentido, os colégios femininos representam um instrumento para restauração católica, como rede de influência, na formação da mocidade, da localidade e região, base para a expansão de uma visão de mundo cristã capaz de disseminar por toda a sociedade a mentalidade que se deseja instituir.

É impressionante, fazendo comparação com outras tarefas, o número de Institutos Religiosos que se fixam ou são criados no Brasil para atender ao mercado de escolas e colégios. Será através deles que o catolicismo prestará serviços preciosos à classe média e alta, sem esquecer de atender, também às camadas desfavorecidas, ao mesmo tempo que se beneficiará dos favores e do prestígio, como também das vocações que, em grande parte, sairão das camadas intermediárias (Lustosa, 1977, p. 54).

No final do século XIX e início do século XX, a Igreja Católica se constitui como instituição formada por um quadro organizador da vida civil, individual e coletiva, funcionando como registro civil, escolas, órgãos de assistência social, médica e hospitalar, como asilos e orfanatos, como centros de grupos locais ou profissionais, como centro de festas e lazer. De maneira que se faz presente e atuante na vida da sociedade para além do aspecto religioso clerical, ela é capaz de realizar ações de diferentes formas em diferentes instâncias: cultural, social e política.

O objetivo principal de qualquer igreja é propagar sua mensagem religiosa. Todavia, dependendo da percepção que tenha dessa mensagem, pode vir a se preocupar com a defesa de interesses tais como sua unidade, posição: em relação às outras religiões, influência na sociedade e no Estado, o número de seus adeptos e sua situação financeira. Quase toda instituição se preocupa com a própria preservação; muitas tratam de se expandir (Mainwaring, 1989, p. 16).

À vista do que é apresentado por Mainwaring (1989), a separação com o Estado descortinou o amadurecimento da própria Igreja Católica como instituição, de forma a consolidar a restauração católica, através de eventos que evidenciassem uma maior presença da fé católica na sociedade brasileira. A Igreja passou a tomar decisões próprias, independentes das do Estado, sobretudo na Primeira República, com o intuito de unir os interesses da religião e da pátria, com o objetivo de colaboração mútua, onde o poder civil e religioso se unia para defender interesses e metas comuns.

O termo restauração católica tem um sentido análogo. Não se trata de introduzir novas perspectivas ou novas orientações na vida da Igreja, mas fundamentalmente em reconduzir a instituição eclesiástica a um modelo antigo. Esse modelo, na consciência da hierarquia eclesiástica, é o de uma Igreja entendida como poder espiritual, que no exercício de sua missão colabora com o Estado na manutenção da ordem social. O elemento fundamental da Restauração Católica é o esforço para que efetivamente a fé católica volte a ser um dos elementos constitutivos da sociedade (Azzi, 1981, p. 6).

Vale ressaltar que a religião é um campo de ação autônomo e capaz de influir na esfera social e política. Destarte, as forças religiosas apresentam-se como um fator de explicação em vários domínios que fazem parte das interrelações políticas, possibilitando novas análises que ampliam as possibilidades compreensivas da sociedade. De maneira que a Igreja Católica no Brasil, enquanto instituição, articulou estrategicamente, tanto na esfera política, quanto na esfera religiosa, contra as ameaças que pudessem prejudicar o projeto de implantação de uma sociedade republicana integralmente cristã.

Assim, foi somente a partir da Primeira República que a hierarquia católica passou a se preocupar, efetivamente, com uma presença mais atuante da Igreja Católica³¹ na sociedade e, ao mesmo tempo oferecer sua colaboração efetiva ao governo. O governo esperava o apoio da Igreja como legitimação do poder e, a Igreja, esperava a colaboração do governo como instrumento para retomar seu prestígio na sociedade brasileira.

Houve um amplo processo de fortalecimento organizacional eclesiástico, com a finalidade de garantir as condições necessárias de ampliação da participação política no Estado republicano brasileiro. A manutenção e conservação da ordem social e a pacificação das consciências, ficou por conta do projeto de romanização, responsável por garantir que a maioria dos prelados³² reproduzisse de maneira satisfatória o desejo da Santa Sé³³ de atuação da Igreja como pacificadora da República.

A Constituição de 1891 não foi declarada em nome de Deus e a separação e a retirada das subvenções à Igreja foram mantidas. Contudo, estes não estavam entre os pleitos do Papa. Dentre os itens colocados pelo Papa foram mantidos: o matrimônio civil, o ensino laico e a exceção feita ao clero quanto ao direito de voto. Entretanto, isso não se caracterizou como uma derrota política. Ao contrário além de garantir a não perseguição e a consequente não expulsão dos

³¹ A Igreja se viu livre do Estado, o qual também propugnava ser livre. E, paradoxalmente, a separação foi promotora de união: encontros periódicos do episcopado, em nível nacional e regional, ocorreram por todo o período da Primeira República. Tais reuniões intencionavam, em última instância, repensar a inserção sociopolítica da Igreja Católica, que ficara abalada com a separação (Araújo, 1986, p.23)

³² As prelazias constituem-se em território próprio, separado de toda a diocese, com clero e povo (Cf. Código de Direito Canônico, 1957, Can.319, p.125.)

³³ A Santa Sé reúne o Papa e a Cúria Romana que é a representação jurídica do Estado da cidade do Vaticano desde 1929, mas antes disso já se apresentava como o governo da instituição católica em todo o mundo.

jesuítas, o acordo garantiu os bens materiais e a liberdade da Igreja, dos itens fundamentais do pleito do Romano Pontífice (Rosa, 2011, p. 65).

Nesta conjuntura, dentre as ações do processo de romanização estava a aproximação e a construção de laços de dependência, cada vez mais fortes entre o episcopado brasileiro e o Papa. A nomeação de D. Joaquim Arcoverde, em 1905, como primeiro cardeal da América Latina, revela uma forma de aproximação no andamento do projeto de ampliação da presença papal no Brasil. Houve toda uma ação gradativa, mas constante, de fortalecimento da nunciatura³⁴ como o centro de difusão do poder papal no Brasil, movimento que abrangia a hierarquia eclesiástica local, paroquial e diocesana.

Era preciso agir rápido para reorganizar a estrutura eclesiástica e coordenar a articulação política-religiosa necessária à sobrevivência da Igreja Católica. Devido ao número reduzido de padres e as grandes distâncias associadas às dificuldades de locomoção fez com que a Santa Sé estabelecesse todo um plano de ação. Assim, dentre as principais ações adotadas foi realizado grande incentivo para que as congregações religiosas estrangeiras viessem atuar no Brasil.

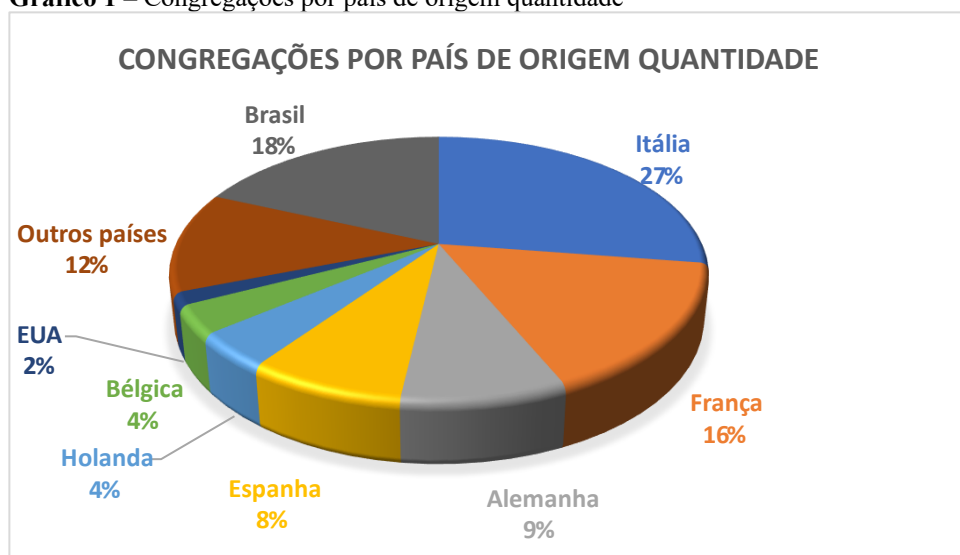
Tabela 3: Congregações por país de origem

País	Qtd	%
Itália	71	27
França	42	16
Alemanha	22	9
Espanha	21	8
Holanda	11	4
Bélgica	9	3,5
EUA	4	1,5
Outros	32	12
Brasil	48	19
Total	260	100

Fonte: Bittencourt (2017, p. 45)

³⁴ A nunciatura apostólica é um alto nível das missões diplomáticas da Santa Sé, seu titular, o núncio apostólico, é, portanto, como um embaixador da Santa Sé no país a que foi designado.

Gráfico 1 – Congregações por país de origem quantidade



Fonte: Elaborado pela autora a partir da Tabela 3

Como se pode constatar na Tabela 3, e para melhor visualização conforme gráfico acima, no final do século XIX e começo do XX, chegaram no Brasil numerosas congregações provenientes da Europa, sendo fundadas um número expressivo no Brasil, 18% do total do percentual geral no período em estudo. Vale lembrar que várias dessas ordens religiosas acompanharam o movimento migratório de seus países. De modo que superadas as primeiras dificuldades para sua adaptação e as resistências por parte de setores liberais da sociedade, as congregações religiosas femininas afirmaram-se pela multiplicação de seus quadros e o desempenho de sua função social³⁵, como instituições de serviço público. De maneira que as ações do processo de romanização se intensificaram na reorganização das dioceses, fundação de escolas, seminários e irmandades, pelo poder de influência associado a ação dessas ordens e/ou congregações religiosas estrangeiras ou nativas/criadas no Brasil.

Neste contexto, a secularização afetou os modos de vida e de trabalho das religiosas e dos religiosos mais antigos, que foram obrigados a abandonar o sistema de comunidade em que viviam e que lhes garantia a subsistência. Oficialmente, o processo de secularização era individual e o(a) interessado(a) deveria solicitá-lo por escrito à sua superiora geral, depois ao bispo diocesano, o qual lhe entregaria então a ordem de secularização. Neste sentido, tal decisão adquiriria a significação de um ato de obediência, não de uma escolha individual. Contudo,

³⁵ Com o processo de urbanização foram abertas obras assistenciais como as Santas Casas, asilos e orfanatos, necessidades da época, que acolhem crianças abandonadas, doentes, idosos, cegos e acidentados, grupos colocados à margem e esquecidos, inúteis para a produção capitalista e ignorados pelo Estado liberal não intervencionista.

algumas freiras decidiram solicitar sua secularização, outras escolheram a clandestinidade, outras ainda preferiram deixar seu país de origem e se expatriar.

O exílio foi concebido como opção triste e difícil inicialmente, principalmente pelas freiras, mas, por outro lado, a questão missionária foi uma opção considerável, na medida em que incluía a possibilidade da preservação da vocação, da restauração de seus institutos, além da missão evangelizadora e educativa. Para as religiosas continuarem em seus países de origem restaram poucas escolhas, voltar para sua família consanguínea, aprender novos ofícios como artesãs, confeitadeiras, empregadas domésticas e catequistas a serviço das paróquias, ou criar pensões para senhoras ou estabelecimento para atender mulheres pobres. No entanto, para as mais idosas, as casas de repouso foram a única saída.

Por conseguinte, as congregações brasileiras são fruto de dissidências das estrangeiras, outras cumprem o papel de substituir uma congregação estrangeira que não se adaptou ou que enfrentou forte conflito com a população local. Estas apareceram nos Estados periféricos e nas cidades do interior, enquanto, as congregações como as francesas elegeram os centros urbanos mais desenvolvidos, cujas elites, nas primeiras décadas do século XX, almejavam uma educação refinada para seus descendentes, especialmente para suas filhas.

1.2 As Religiosas de *Notre Dame de Fourvière* e a vinda de Madre Maria de Jesus para o Brasil

No início do século XIX, na parte central do território francês, havia uma aldeia conhecida pelo nome de *Usson-en-Forez*, no atual departamento de Loire, em uma capela, a pequena distância da igreja matriz, era venerada uma imagem de Nossa Senhora das Dores que os camponeses da vizinhança apelidaram de “*Notre Dame D’Usson*”. Nesse pequeno lugar a vida das religiosas produzia a melhor impressão sobre a mocidade de *Usson*, e atraídas pelo exemplo de virtude de suas professoras, várias moças solicitaram admissão naquela pequena comunidade religiosa. As religiosas de “*Notre Dame*”, tal foi o nome adotado, multiplicaram-se, rapidamente, e fundaram vários estabelecimentos nas paróquias vizinhas.

Entretanto, devido a fatores de ordem econômica, referente a manutenção daquela pequena congregação, ocorre a transferência da sede para *Fourvière*, em *Lyon*. Nesse período a comunidade local começou a se referir a congregação com o nome popular de Religiosas de *Notre Dame de Fourvière*, pois já haviam várias outras comunidades com o título genérico de Religiosas de *Notre Dame*.

Vale salientar que os padres jesuítas assumem a direção espiritual desde o início da constituição da Congregação de *Notre Dame de Fourvière*, orientando inclusive na composição de suas regras de vida, definição do trabalho de interesse social, além dos ofícios religiosos. Desta forma foram responsáveis por revisarem as constituições da congregação dando-lhes o cunho e o espírito de Santo Inácio de Loyola³⁶. O que se pode observar analisando as fontes primárias da Congregação das Religiosas de Nossa Senhora das Dores é que Madre Maria de Jesus foi, particularmente, inspirada/motivada por esse espírito inaciano, como se vê ao longo deste estudo.

As Religiosas de *Notre Dame de Fourvière* constituem uma comunidade de espírito monástico e missionário ao mesmo tempo. Aos cuidados da Superiora Geral Madre Maria dos Anjos e a mestra de noviças Madre Maria da Cruz, através da pedagogia do exemplo, ensinavam às suas jovens discípulas as virtudes religiosas.

Muito antes de se tornar a Madre³⁷ fundadora da Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores, Sarah Pauline Charlotte Marie Gayetti, nasceu em Lyon aos 15 de agosto de 1882, filha de Joseph Severin Pierre Gayetti, engenheiro mecânico de origem italiana e Marie Gayetti, dona de casa e natural de Alsácia, no nordeste da França. Naquele período os consagrados à vida religiosa mudavam de nome assim que faziam seus votos, o que simbolizava o começo de uma nova vida. Contudo, essa alteração não modificava o registro civil, o nome de batismo permanece inalterado. Assim, Sarah Gayetti ingressou na congregação em 3 de abril de 1899, iniciou o postulado³⁸ aos 17 de abril do mesmo ano, e aos 18 anos de idade ocorreu a vestição religiosa³⁹, com a mudança de traje e nome.

Raiou, finalmente, o venturoso dia 17 de abril de 1900, fixado para as núpcias de Mademoiselle Sarah Gayetti com o Filho de Deus, Senhor do Universo. Naquela fresca manhã de primavera, quem penetrasse na modesta Capela das

³⁶ Santo Inácio de Loyola sempre compreendeu e apreciou o valor da educação na vida do ser humano, sua própria vida é um exemplo disso. Passando por um profundo processo de conversão, aos 30 anos, aspirando servir a Deus da forma mais eficaz possível, sentiu a premente necessidade de estudar. Para completar os estudos de gramática, em março de 1526 dirigiu-se a Alcalá, em cuja universidade se inscreveu. Passou depois a Salamanca em junho de 1527, mas não conseguiu lá permanecer. Foi na Universidade de Paris que, finalmente, conseguiu o almejado título de Mestre. Foram sete anos de estudo intenso: aos 37 anos dedicou o primeiro ano e meio de sua estada em Paris a cursar, no Colégio de Montaigu, gramática e humanidades, retomando os estudos de latim. Depois, em outubro de 1529 começou o curso de filosofia no Colégio Santa Bárbara, recebendo a licenciatura em março de 1533 e, no ano seguinte, o grau de Mestre. Em seu ideal de jesuíta havia até um traço que favorecia a aceitação de um apostolado com os mais rudes e com crianças: o professor da Companhia devia fazer um voto suplementar de se consagrar ao ensino da doutrina às crianças e as pessoas rudes (Moura, 2000, p.31)

³⁷ Madre, do latim *mater*, em português significa mãe. É o título dado à irmã religiosa que exerce a função de coordenadora de uma comunidade de irmãs ou de uma congregação religiosa. Cabe a ela a responsabilidade do cuidado em geral de suas irmãs, principalmente no que se refere à fidelidade ao carisma e missão da congregação.

³⁸ Tempo de exercícios e provas que antecede a afirmação dos votos, noviciado, nas comunidades religiosas.

³⁹ Vestição religiosa é uma cerimônia, também designada vestidura e tomada de hábito, em que a postulante, ou seja, aquela que deseja entrar em determinada ordem, veste o hábito que usará durante o seu noviciado.

Religiosas de Notre Dame de Fourvière, assistiria a uma cena emocionante [...] Admirar-se-ia, porém, se soubesse que a pequena Postulante, cujo semblante desaparecia sob as dobras do longo véu virginal, era a futura Madre Fundadora: a alavanca de que Deus se serviria para levantar dos escombros da destruição, a Família Religiosa de *Notre Dame*. [...] recebeu Sarah o santo hábito, com o profético nome de Irmã Maria de Jesus (Bouissou, 1965, p. 39).

Nesse período, no final do século XIX e início do século XX, a Congregação de *Notre Dame de Fourvière* contava com mais de duzentos membros, divididos em, aproximadamente, vinte conventos e a maior parte dos estabelecimentos eram colégios, internos ou externos. Mas, além dos educandários a congregação contava com o serviço de enfermagem e administração de hospitais e dirigia o internato operário de duas fábricas de tecidos.

Figura 1: Irmã Maria de Jesus, aos 21 anos



Fonte: Bouissou (1965, p. 62).

Na Figura 1, temos Irmã Maria de Jesus⁴⁰, que em 8 de setembro de 1901 pronunciou os votos temporários de pobreza, castidade e obediência em conformidade com as constituições da Congregação das Religiosas *Notre Dame de Fourvière*, sendo transferida em outubro

⁴⁰ Na vida consagrada existem muitos termos utilizados para qualificar as funções de cada membro. Para as religiosas femininas, existem três termos que são mais conhecidos: freira, irmã e madre. A freira é o feminino da palavra frei, que vem do latim *frater*, que significa irmão, portanto, a palavra freira é o mesmo que irmã.

daquele mesmo ano para casa filial de Valeilles, pois até então encontrava-se na sede em *Fourvière*, em *Lyon*. A Comunidade de Valeilles, na comuna francesa na região administrativa de Occitânia, compunha-se apenas de três religiosas: a Priora, Madre Maria do Sagrado Coração; Irmã Maria San'Ana e Irmã Maria da Visitação⁴¹.

Irmã Maria da Visitação com o nome de batismo de Emma Poyet, nasceu aos 12 de setembro de 1867, na aldeia de Saint-Just-en-Bas, departamento do Loire na França. Seu pai, Eugene Poyet era agricultor e proprietário de uma fazenda, sua mãe, Philomene Gouttefangeat era por parte de mãe, irmã da avó paterna da Irmã e futura Madre Maria de Jesus. Embora sendo primas tinham pouco contato, foi no convento que se estreitaram as relações.

Na comunidade de Valeilles as Irmãs se ocupavam de uma escola municipal, do catecismo, do tratamento dos doentes a domicílio e de uma pequena farmácia. Nesse cenário, nos primeiros meses do ano de 1902, em toda a França, mesmo nos mais modestos recantos como a comunidade de Valeilles, as Irmãs foram acometidas pelas leis francesas que não reconheciam as congregações que se dedicavam a outros ofícios que não fossem: hospitais, orfanatos, asilos, ou quaisquer obras, exclusivamente, filantrópicas, proibindo assim o magistério.

Nos conventos também, as Comunidades esperavam por uma era de perseguições. Os Institutos Religiosos deliberavam sobre as medidas a tomar. Em geral, opinavam pelo refúgio no estrangeiro, enquanto se aguardava o fim da tempestade sectária. As Congregações que já possuíam estabelecimentos fora da França tomaram a decisão de multiplica-los e reforça-los. As outras pensavam em fundações (Bouissou, 1965, p. 46).

Neste contexto de secularização, a então Ir. Maria de Jesus, com seus 21 anos, experimentou um período de grande aflição e apreensão, sentiu de perto as perseguições do Estado francês em relação as congregações quanto à prática educativa, vivenciou o desaparecimento completo de algumas comunidades religiosas, além de sentir ano a ano a queda do número de membros de sua congregação de origem. A princípio foram poucas religiosas da Congregação de *Notre Dame de Fourvière* que pediram para voltar para suas famílias, algumas solicitaram ingresso em outras congregações não visadas pela lei.

Contudo, a maioria aceitou a secularização aparente, como Ir. Maria da Visitação e Ir. Maria de Jesus. Vale sublinhar que mesmo com a laicização e secularização algumas religiosas

⁴¹ Irmã Maria da Visitação mudará de nome pela segunda vez quando de forma simbólica receberá o hábito após o processo de secularização. Assim, no Brasil revestida de um novo vigor no intuito de restaurar sua comunidade religiosa ficará conhecida como Madre Maria Miguel do Sagrado Coração, cofundadora e primeira superiora geral da Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores.

descobriram formas de permanecer ligadas às suas comunidades de origens e manter seus votos e compromissos sempre animados. Conseguiram reunir em pequenas conferências e retiros anuais sob a direção de padres jesuítas⁴². De modo que a Ir. Maria de Jesus conseguiu um diretor espiritual, Revmo. Pe. Paret, que no início animou-a a entrar em outra congregação dedicada ao ensino, pois conhecia seus anseios referentes a prática docente. Entretanto, ela se mantinha fiel à sua congregação, todos os anos regularmente renovava os votos temporários. Informada que alguns grupos de religiosas secularizadas pertencentes a diferentes congregações estavam dispostas a pronunciar seus votos perpétuos⁴³, decidiu de pronto a fazê-lo. Infere-se que esse era, também, um ato de resistência, como forma de se manter fiel aos propósitos que inspirava sua vocação em tempos tão turbulentos.

Em 08 de setembro 1908, Ir. Maria de Jesus proferiu seus votos perpétuos⁴⁴ e acrescentou aos três votos religiosos de obediência, castidade e pobreza, o voto perpétuo de dedicação ao Instituto/Congregação, como se pode constatar no ato de oblação registrado pela própria Ir. Maria de Jesus.

Meu Deus, neste belo dia de minha profissão perpétua, quero oferecer-me inteiramente a Vós! Consagro-Vos todo o meu ser, para que disponhais dele conforme Vossa santa Vontade! Tenho a intenção de Vos oferecer tantos atos de amor, quantos átomos há no ar, quantas gotas de água no oceano e quantos grãos de areia sobre a terra. Eu Vos renovo esta oferta a cada pulsação de meu coração, a cada respiração de meu peito. [...] Conservai-me muito fiel a meus santos votos e às minhas constituições. Suplico-Vos me concedais a graça de usar novamente o hábito religioso. Peço-Vos também me deis dedicação sobrenatural, desprego, humildade, obediência, espírito interior, verdadeira energia para me vencer, constância nas resoluções, força para me dominar, espírito de penitência e sincero conhecimento de mim mesma. Rogo-Vos docilidade às inspirações da graça. Que eu faça um pouco de bem em torno de mim e tenha oportunidade de Vos provar meu amor, pelo sofrimento e pela humilhação. [...] Senhor, assumo também o compromisso de me dedicar à nossa pequena Congregação e de lhe consagrar todos os instantes de minha vida. Trabalharei para restituir à nossa Família Religiosa o verdadeiro espírito de Santo Inácio. Se necessário for comprometo-me a exilar-me, a me afastar de minha bela e doce França, que tanto amo, para transplantar nossa cara Congregação onde me ordenardes. [...] Doravante, Vossa Eucaristia será minha força; Vosso coração, meu refúgio; Vosso cálice e Vossa cruz, meu

⁴² As leis de 1902 atingiram duramente a Companhia de Jesus, cujos membros na sua quase totalidade, foram mandados para o estrangeiro, pouquíssimos ficaram na França as ocultas, e ainda assim como se pertencessem ao clero secular.

⁴³ Os votos perpétuos acontecem depois de um tempo de formação e discernimento dentro da congregação, pelo qual a religiosa se consagra para sempre ao serviço de Deus e da Igreja. Os votos têm como finalidade proporcionar à consagrada a ruptura com todas as coisas terrenas, afim de que só haja espaço para o Divino Esposo em seu coração.

⁴⁴ De acordo com o Código Canônico de 1917 as professoras de votos simples, como é o caso das Congregações, se as Constituições não determinam o contrário, conservam a propriedade de seus bens e a capacidade de adquirir outros (c. 580). As professoras de votos solenes, como no caso das Ordens Religiosas, se adquirem bens, estes pertencem à Ordem, à província ou à casa, conforme as Constituições dessa comunidade.

tesouro; meu título de esposa toda Vossa será minha glória e minha esperança. Coração de fogo, vontade de ferro, eis a minha divisa. Na vida e morte, quero ser Maria de Jesus. *Sponsa Christi in Aeternum* – R.M.N.S.D (Bouissou, 1965, p. 63-64).

Na transcrição do ato de oblação de Ir. Maria de Jesus pode-se observar seu desejo de manutenção de sua ordem religiosa e os sentimentos de aflição que lhes assolavam naquele contexto de secularização. Suas palavras demonstram a angústia do possível exílio numa terra desconhecida, cuja língua e costumes lhes eram totalmente estranhos, mas também reafirmava o desejo e a coragem de promover as mudanças necessárias para a promoção de um ideal maior.

Diante disso, Ir. Maria de Jesus, em contato com uma aluna interna de um dos colégios da congregação, que por circunstâncias particulares os pais se viram obrigados a se estabelecerem no Brasil, foi possível conhecer as possibilidades que o país oferecia quanto ao campo de apostolado e o zelo pelas congregações religiosas em qualquer setor de ação. Assim, traçou seu plano de implantar a Congregação das Religiosas *Notre Dame de Fourvière* no Brasil. Em 02 de julho de 1902, comunicou seu projeto à Ir. Maria da Visitação, propondo que assumisse o cargo de superiora, pois achava que uma religiosa de mais idade havia de ser uma garantia moral. O primeiro contato com o Brasil aconteceu em 08 de setembro de 1912, através de D. Joaquim Arcoverde⁴⁵, naquele momento cardeal arcebispo do Rio de Janeiro.

A resposta à carta enviada ao Cardeal D. Joaquim Arcoverde chegou no dia 06 de janeiro de 1913, um sacerdote, Pe. Antônio Afonso Sanson, então vigário de Santa Luzia do Carangola, em Minas Gerais, requeria que aceitassem a direção de um colégio primário e secundário, que pretendia fundar em sua paróquia⁴⁶. Em posse da carta Ir. Maria de Jesus apresentou ao Cardeal de Lyon, Mgr. Sevin e solicitou o consentimento para seguir para o Brasil. Mas, o Cardeal francês negou veementemente a autorização para tal empreendimento. Ao comunicar à superiora geral, Madre Maria do Anjo da Guarda, também desaprovou a ideia e declarou que se opunha a tal empreitada. Desse modo, em 14 de julho, foi declarado o

⁴⁵ D. Joaquim Arcoverde, foi ordenado como sacerdote em abril de 1874, na Arquibasílica de São João Latrão, em Roma, posteriormente foi estudar por dois anos em Paris. De volta ao Brasil, se dedicou ao ensino de francês e se tornou diretor do Ginásio Pernambucano de Recife e professor de filosofia e reitor do Seminário de Olinda. Em sua biografia consta que recebeu a missão de ir à Europa para contratar as congregações religiosas que deveriam vir ao Brasil para ações missionárias e de educação. No ano de 1894, D. Joaquim Arcoverde tornou-se bispo diocesano em São Paulo entre os anos de 1894 e 1897. Em 1897 foi promovido a arcebispo metropolitano do Rio de Janeiro, e em 1905 foi elevado, em Roma, como primeiro cardeal da América Latina. Em abril de 1906, regressou ao Rio de Janeiro sendo recebido com grandes manifestações e homenagens, permanecendo como cardeal arcebispo do Rio de Janeiro de 1897 até a sua morte em 18 de abril de 1930.

⁴⁶ Paróquia é o local em que o padre atua ou exerce influência, equivalente administrativo a um bairro.

desligamento de Ir. Maria de Jesus e Ir. Maria da Visitação, das autoridades diocesanas de Lyon. De forma que deveriam renovar seus votos perante as autoridades eclesiásticas do Brasil.

Figura 2: Foto da família de Ir. Maria de Jesus



Fonte: Bouissou, G. (1965, p. 03). Traços Biográficos de Madre Maria de Jesus.

Na Figura 2, tem os pais, irmãos consanguíneos, cunhada e sobrinhos de Ir. Maria de Jesus, esse é o registro da última reunião em família com sua presença, na véspera de sua partida para o Brasil. Na foto Ir. Maria de Jesus (1) se acha sentada ao lado de seu pai (2); atrás de sua mãe (3) está sua irmã Emma (5); de branco à esquerda, sua irmã Camille (7) ao lado de Fernando (6); atrás dela sua cunhada (8), e sua irmã Andrée (4) de pé à direita de sua mãe, de saia preta e blusa branca, à frente seus sobrinhos (9,10). Nesse registro fotográfico tem a imagem de uma típica família tradicional católica que formou três freiras para a sociedade de sua época. Além da futura Madre Maria de Jesus, sua irmã Camille Gayetti (7) também foi Madre Maria Santa Eulália na Congregação inglesa de *Notre Dame des Missions*; sua irmã Emma Gayetti (5), chegou no Brasil em 1919 e ingressou em 1920 na Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores, recebendo o hábito da congregação com o nome de Ir. Maria Inês de Jesus. Seu irmão Fernando Gayetti (6), casou em Lyon e faleceu em 1954, sua irmã Andrée Gayetti (4), casou-se com o Sr. Eugênio Stamm, membro da Embaixada Francesa na Espanha, onde fixou residência em Valência.

Raiou o dia 10 de agosto... Era um domingo, o sol radioso iluminava o nosso último dia na bela terra da França. De manhã, bem cedo, fomos ao célebre santuário de Notre-Dame de la Garde para ouvir a santa missa e receber a sagrada comunhão, a última comunhão com uma hóstia francesa. Sinto-me incapaz de traduzir os sentimentos que me encheram o coração. Os anos se sucederam cheios de trabalhos e de provações, entretanto, continua viva, pungente a imensa dor que me invadiu ao despedir-me da pátria, dor esta que se reaviva a cada aniversário da nossa saída da “douce France”. R.M.N.S.D (Congregação RMNSD, 1960, p. 46).

Em 10 de agosto de 1913, Ir. Maria de Jesus (31 anos) e sua prima Ir. Maria da Visitação (46 anos) saíram da França⁴⁷ em direção ao Brasil, a viagem durou 18 dias. Chegando ao Brasil, pelo porto do Rio de Janeiro, foram recepcionadas pelo Pe. Antônio Afonso Sanson, que falava fluentemente o francês o que facilitou os primeiros contatos. Padre Sanson, pertencente ao clero secular, foi vigário de várias paróquias, mas naquela ocasião encontrava-se nomeado como pároco de São Domingos do Prata, Minas Gerais, local onde as Irmãs francesas iriam iniciar sua ação missionária e educativa.

1.3 Criação da Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores

No dia 28 de agosto de 1913, a congregação das freiras francesas que acabara de chegar no Brasil foi rebatizada, pois o nome de Nossa Senhora de Fourvière, pelo qual eram conhecidas na França, no Brasil não teria sentido. Ir. Maria de Jesus e Ir. Maria da Visitação consideraram como prenúncio o fato de ter ouvido a primeira missa no Brasil no altar de Nossa Senhora das Dores, assim passaram a ser (re)conhecidas como Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores. Contudo, as Irmãs francesas teriam que esperar seis anos para conseguir junto a arquidiocese de Mariana o reconhecimento de sua congregação no Brasil.

Os primeiros anos foram de grande provação devido ao desafio de adaptação à cultura, à angústia do desconhecido, do aprendizado da língua, a impressão do exílio, o temor pela grande responsabilidade do empreendimento e, principalmente, referente às condições econômicas. Pois, confiaram ao Pe. Antônio Afonso Sanson, todo o que haviam reservado para suas despesas e investimento no projeto de implantação da congregação. Nos

⁴⁷ Partiram para outros países não para expandirem suas comunidades, mas para abrirem novas possibilidades de manutenção da instituição, já que sua sobrevivência estava ameaçada em seu país de origem. Desde as leis sobre o ensino, instauradas na Reforma Jules Ferry, as Congregações de professoras estavam ameaçadas de perderem seus estabelecimentos de ensino. Essas leis delimitavam o campo de ação das instituições, obrigando-as a solicitarem uma autorização junto ao ministério de cultos para manterem o funcionamento de suas escolas. Embora a aplicação da lei tenha sido branda, no início do século XX, duas outras leis foram publicadas em 1901 e 1903. A primeira ratificava as obrigações anteriormente exigidas e a segunda proibia qualquer tipo de ensino oferecido por congregações católicas.

registros de Madre Maria de Jesus, consta o valor de 40.000 francos, quantia avaliada por ela como verdadeira fortuna.

Durante os sete anos que ficamos sob a autoridade do Pe. Sanson, ele não nos comprou um só par de sapatos: aparecíamos diante do povo nesse estado humilhante e deprimente. Foi um verdadeiro milagre o despertar da vocação religiosa na alma de algumas de nossas alunas, filhas de abastados fazendeiros. Não tínhamos dinheiro algum: alimentos, remédios, material escolar, tudo era severamente controlado pelo Pe. Sanson. Todas as nossas cartas, recebidas ou mandadas, passavam pelas mãos do padre e por ele eram rigorosamente fiscalizadas (Congregação RMNSD, 1960, p. 9).

Neste sentido, pode-se observar, no relato acima, elementos de autoridade justificados pela hierarquia da igreja católica, numa relação articulada pela fidelidade e pertença, mas com atenção às contradições pode-se traçar alguns limites desse conflito de interesses. Por esse ângulo, Madre Maria de Jesus aponta as condições que atravessam as relações internas e externas da vida religiosa feminina no Brasil, naquele período. Foram muitos os embates sofridos com o Pe. Sanson, no que tange a constituição do espaço físico e afirmação da própria identidade e autonomia da Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores.

Contudo, mediante as situações de repressão vivenciadas, as religiosas, como sujeitos de seu tempo, promovem as mudanças e resistências possíveis a nível do imediato e do mediato. Os sujeitos que retornam a si mesmo depois de ter andado em peregrinação pelo mundo é diferente dos sujeitos que empreenderam a peregrinação. O mundo percorrido pelos sujeitos é diferente, é um mundo mudado, pois a simples peregrinação dos sujeitos pelo mundo modificou o próprio mundo, e neles deixou as suas marcas (Kosik, 1976).

Nesta perspectiva, as Madres demonstram, ao longo de sua trajetória, marcas de personalidade e firme propósito de realizar seu projeto de evangelização e ação educativa, começando simbolicamente com a mudança do nome, pois a partir da chegada ao Brasil a Ir. Maria da Visitação, passaria a ser conhecida como Madre Maria Miguel do Sagrado Coração.

Assim, a Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores é uma Congregação brasileira, que tem suas raízes na França, e sua missão de educar e evangelizar em terras brasileiras começou, efetivamente, em São Domingos do Prata, Minas Gerais, com a abertura do Colégio Nossa Senhora das Dores, aos 15 de fevereiro de 1914.

Figura 3: Congregação RMNSD: a semente lançada



Fonte: <https://rmnsd.com.br/quem-somos/historia/>

Iniciaram suas atividades de forma tímida, com três alunas internas, mas a oportunidade de ensino e o status de obter formação inicial e/ou continuada, de religiosas francesas, se espalhou e encantou as famílias que tinham condições de custear tais despesas com suas filhas. No ano letivo de 1915 houve aumento significativo de matrículas.

Vale ressaltar que o desejo das oligarquias mineiras, admiradoras da cultura francesa, e a precária situação da educação no Brasil foram fatores decisivos para a fundação dos colégios confessionais no país. O Estado brasileiro apoiou a instalação dessas escolas católicas visando, sobretudo, a atender os anseios da classe média em ascensão que desejava proporcionar as mulheres oportunidade de instrução no próprio país, uma educação⁴⁸ conforme os valores marcadamente tradicionais daquela sociedade.

⁴⁸ As escolas normais religiosas tornaram-se importantes espaços para a difusão da educação, como o modelo de mulher ideal, que correspondia aos propósitos sociais vigentes e disseminados pela própria Igreja. Nesse sentido, a educação feminina constituiu para a Igreja num projeto de evangelização ou restauração católica na sociedade republicana.

A formação feminina correspondeu aos anseios católicos como importante meio de evangelização e interiorização da própria religião naquela sociedade, pelo cultivo e estímulo em defesa da família, pela ordem e a disciplina. De maneira que o projeto de restauração da Igreja assumiu diferentes formas, adaptando-se às mudanças e aplicando seus objetivos em ações educacionais, sociais, políticas e religiosas.

Para a Igreja Católica, vista como educadora natural, a missão de educar fazia parte de um fim maior que era a propagação da fé. Assim, as congregações especificavam em seus colégios uma educação de conduta estética, religiosa e essa formação tornava-se estratégia ideológica da Igreja no seu projeto de restauração, no decorrer do período republicano, com objetivo de centralizar e aprofundar o controle católico na sociedade.

Neste contexto, Madre Maria de Jesus e Madre Maria Miguel do Sagrado Coração, exerceram seu protagonismo a partir da religião, com uma necessidade de ser e agir, em sua missão de evangelizar e educar outras mulheres. Embora empenhassem em influenciar pelo exemplo as moças em diferentes idades de escolarização, seguiam uma hierarquia na organização de tomada de decisões, formas de participação e responsabilização, em uma relação entre normas e orientações institucionais. Mas, também inspiravam muitas jovens que diziam sentir-se chamadas por Deus⁴⁹, fascinadas pelo mistério que envolve os modos de vida separados do mundo, rituais, regras e normas coletivas que levam à renúncia, à entrega e ao compromisso da vida religiosa.

Nesta conjuntura, em 29 de junho de 1919, o arcebispo de Mariana, Revmo. Sr. Dom Silvério Gomes Pimenta⁵⁰, nomeou o Revmo. Monsenhor José Silvério Horta, então vigário geral da arquidiocese, para estabelecer canonicamente a Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores, além de receber a renovação dos votos perpétuos das Madres fundadoras, a portaria de reconhecimento da congregação autorizava a abertura do noviciado⁵¹.

⁴⁹ Laços religiosos e afetivos, referência a uma tradição cristã e de sua própria congregação, assim como uma dinâmica de comunicação e diálogo de caráter racional costuram afinidades e sentido de pertença em torno de comunidades, que ao mesmo tempo formam parte de uma instituição religiosa.

⁵⁰ Em 1890, foi sagrado Bispo Auxiliar de Mariana e, nessa época, começa a redigir suas célebres cartas pastorais (datadas de 24 de novembro de 1890 a 10 de fevereiro de 1922). Tais cartas, que constituem a maior parte da produção literária de Dom Silvério, lhe deram acesso, em 30 de outubro de 1919, à cadeira número 20 da Academia Brasileira de Letras, consagrando-o como o primeiro prelado a ocupar um lugar entre os consagrados escritores da Associação Brasileira de Letras.

⁵¹ São consideradas etapas de formação inicial o postulante, período que pode durar de nove meses a dois anos de acordo com as congregações. Durante esse tempo, as jovens começam a ter um compromisso estável com a congregação, passam a formar parte de uma comunidade de formação e se iniciam nos conhecimentos da Congregação. O noviciado é um período de intensa formação nos discursos e práticas da congregação que prepara para a consagração na vida religiosa mediante a profissão dos votos.

As primeiras candidatas à vida religiosa pela congregação foram: Emma Gayetti, irmã consanguínea de Madre Maria de Jesus, Maria de Lourdes Cota e Maria das Dores Cota, filhas de Manoel Cota, produtor agrícola e colaborador do Instituto. A vinda de Emma Gayetti para o Brasil representa um reforço para o processo de consolidação e expansão da Congregação. Na França, ela era professora de francês, mas também dominava o inglês e o alemão. No Brasil estudou a língua e dedicou-se integralmente ao Instituto, em 19 de novembro de 1920, recebeu o hábito religioso com o nome de Irmã Maria Inês de Jesus.

Neste contexto, as religiosas missionárias de Nossa Senhora das Dores comprometeram-se com as elites locais, com o projeto educacional e moral, e deles recebiam apoio para manter seu propósito de assegurar a vocação e missão missionária e educacional. Neste sentido, as autoridades eclesiásticas não poderiam se eximir, assim após vários confrontos com Pe. Sanson, Madre Maria de Jesus consegue por sua persistência e ousadia indo ao encontro D. Joaquim Arcoverde, no Rio de Janeiro, que fosse instaurado processo canônico para avaliar a postura do Padre, quanto ao processo de recepção e lisura referente a sua postura diante à congregação. Na ocasião o arcebispo nomeou outro vigário para São Domingo do Prata, Pe. Antônio Barros, parente de uma das consagradas à congregação.

Desta maneira, na medida que iam se constituindo como comunidade religiosa, as autoridades eclesiais iam reafirmando o propósito da congregação. Em 21 outubro de 1921, D. Silvério Gomes Pimenta⁵², aprovou a tradução das regras e constituições da Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores.

Constituições Geraes: 1ª Parte. Capítulo I – Do Instituto em geral. Artigo. I Nome da Congregação. O nome dado ao Instituto lembra àquelas que lhe pertencem que ele nasceu à sombra dos santuários de Maria e que está colocado de modo especial, debaixo de sua protecção. O epitheto de Missionaria lembra a cada membro da Congregação que se deve entregar com zelo ao ensino da doutrina christã e procurar fazer reinar Jesus Christo nas almas não somente pela palavra, como também e ainda mais pelo exemplo. Artigo II – Fins da Congregação. Paragrapho I – A Congregação das Religiosas Missionárias de nossa Senhora das Dores dedicase à santificação de seus membros e a todas as obras de misericórdia espirituais e corporaes principalmente: a) educação da mocidade; b) serviços hospitalares; c) ensino do catecismo nas parochias e nos povoados; d) catechese dos Infiéis. Paragrapho II – Para honrar a Santissima Padroeira do Instituto, as Religiosas empenhar-se-ão em retratar em sua vida as virtudes de que Maria nos deu o exemplo no Monte Calvario, especialmente a generosidade, a paciência, a resignação, o zelo pela salvação das almas (RMNSD, 1921, p. 4-5).

⁵² Dom Silvério em 1897, sucedeu a Dom Bevenides no bispado de Mariana, e, em 1907, foi sagrado arcebispo com a elevação da Diocese de Mariana para Arquidiocese, sob determinação do Papa Pio X. Tornou-se, assim, o primeiro arcebispo negro da história do país (<http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/424-silverio-gomes-pimenta>).

No manuscrito das constituições gerais da congregação chama a atenção os fins/objetivos do instituto/congregação, dedicar-se à santificação de seus membros e a todas as obras de misericórdia espirituais e corporais, principalmente a educação da mocidade com a fundação de colégios femininos, com a prestação de serviços sociais, como o Patronato em Ibiá, e/ou gestão de hospitais e a catequese nas paróquias e povoados. Pois, ao considerar como um dos fins primeiros a educação da mocidade, infere-se o valor/poder atribuído à educação por Madre Maria de Jesus, e como em sua trajetória a formação acadêmica/profissional, como professora primária garantiu a ela uma condição *sine qua non* para promover a formação de outras mulheres.

Figura 4: Diploma de professora primária de Madre Maria de Jesus



Fonte: Acervo do Memorial da Congregação R.M.N.S.D, em Belo Horizonte

Na Figura 4, constatou-se que Sarah Pauline Charlotte Marie Gayetti, antes de constituir-se freira passa por todo um processo de formação acadêmica/intelectual. O certificado de capacidade para o ensino primário de 1897, certamente, no contexto da época, era motivo de muito orgulho. Ser professora primária fazia com que tivesse uma posição pública/social capaz de transformar a realidade de outras pessoas, e enquanto Madre, certamente, inspirou outras mulheres a serem capazes de promover tal transformação.

Neste sentido, a mulher por trás do hábito religioso, além da posição firme marcada pelo propósito da missão de fé, *Ad Majorem Dei Gloriam*⁵³, como descrito no terceiro parágrafo, do artigo segundo dos fins da congregação, se move inspirada também por um ideal educacional. Assim, entre certezas e contradições, enquanto sujeito histórico de seu tempo, se constitui como mulher de fé e ação que chega no Brasil, com 31 anos, e consegue disseminar por onde passa o progresso pela força da profissionalização docente e assistência social.

Figura 5: Certificado de Aptidão Pedagógica para Docência nas Escolas Primárias



Fonte: Acervo do Memorial da Congregação R.M.N.S.D, em Belo Horizonte

Contudo, isso só será possível com a certificação de aptidão pedagógica que confere a Sarah Gayetti, intitulada no Brasil como Madre Maria de Jesus, a possibilidade de materializar o desejo que a secularização havia privado, de exercer a docência. Sujeito histórico de seu tempo, essa mulher-religiosa se posiciona com iniciativa e coragem frente ao Estado francês, e diante do Estado brasileiro empreende com ousadia promovendo as articulações necessárias no intuito de realizar seus projetos. Assim, com a interação e colaboração de outros tantos sujeitos históricos-sociais consegue efetivar a missão educacional e evangelizadora que a motivou na travessia do Atlântico, contribuindo na formação humana, cultural e social de tantas outras mulheres, incluindo os rincões das Gerais.

⁵³ “*Ad Majorem Dei Gloriam*” foram a divisa de Santo Ignácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus, cujas constituições e regras inspiraram as da Congregação das RMNSD.

1.3.1 A Congregação RMNSD: em sua ação missionária e educadora em Minas Gerais

O Brasil manteve, ao longo do período em análise, um projeto conservador no intuito da manutenção da ordem e dos valores tradicionais da Igreja Católica. Em Minas Gerais, uma das tônicas do discurso católico é a harmonia existente entre o governo e a hierarquia eclesiástica. A partir da diocese de Mariana e, em seguida, da diocese de Diamantina, o catolicismo romanizado foi se consolidando no território mineiro.

Assim, o Estado mineiro além da atuação de diversos bispos e religiosos vindos da Europa, dentre tantas congregações e ordens femininas e masculinas, em uma ação coletiva ofereceram uma colaboração expressiva para manutenção da mentalidade cristã católica. A Igreja Católica conseguirá se posicionar ao lado das autoridades, legitimamente, constituídas pela força da lei, procurando não participar oficialmente da militância política, mas irá aos poucos desenvolver consciência de sua força política e sua influência e prestígio junto à sociedade, principalmente no que tange às massas populares.

Neste quadro, por cinco décadas, Madre Maria de Jesus conseguiu pessoalmente transitar entre a Igreja e o Estado, mesmo sofrendo o peso do voto perpétuo de obediência à hierarquia da Igreja Católica, se apresentava e posicionava junto aos seus superiores em defesa dos seus projetos e ideais. Permanecia sempre fiel aos propósitos de fazer prosperar sua comunidade religiosa e sua missão evangelizadora e educativa, contando com a proteção divina e ajuda material daqueles que ela intitulava: “propagandistas e ardentes defensores do Instituto”.

Contudo, as religiosas missionárias tiveram que enfrentar dissidências políticas de ordem local em São Domingos do Prata, onde se encontrava a sede da congregação, que impediam o êxito de seus empreendimentos. Assim, buscaram expandir seus horizontes em Itabira, Minas Gerais, local onde obtiveram apoio financeiro e logístico, de donatários particulares e, praticamente, todos os grupos/classes, especialmente, a elite local que compunha a sociedade itabirana, pois estes comungavam dos mesmos ideais: educação, moral e religião.

Nas relações municipais é difícil separar as práticas políticas das religiosas, dadas as ligações profundas existentes entre a elite e as autoridades eclesiásticas locais. De maneira que nas primeiras décadas da República ocorre o aumento significativo de escolas confessionais oriundas da colaboração da Igreja Católica com outras forças locais associadas ao Estado e/ou ao município, a partir da articulação das dioceses e/ou paróquias. Assim, um grande número de

escolas surgiu da ação de congregações religiosas, já existentes na época ou vindas para o Brasil, a convite do clero brasileiro.

O município de Itabira se dedicava a atividades econômicas como exploração do ouro e de minério de ferro, siderurgia incipiente realizada em pequenas forjas, indústrias têxteis e alimentares, agricultura caracterizada pelo cultivo de produtos como o arroz, feijão, uva usada para o fabrico de bebidas e pecuária extensiva. Contudo, a partir de 1942, com a instalação da Companhia Vale do Rio Doce, Itabira consolidou-se como uma cidade monoindustrial e, essa empresa estatal, passou a influenciar na economia, na política e em outros aspectos da vida local e regional.

As religiosas missionárias de Nossa Senhora das Dores logo se simpatizaram pelo povo daquele lugar e demonstraram o desejo de transferir para aquela cidade o noviciado⁵⁴ e a sede da congregação. No compêndio da história da Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores consta que em 1923, chegaram as primeiras Irmãs para formar a Comunidade de Itabira, vinham em grupos: professoras, noviças e postulantes. Apesar das instalações precárias abriram o Colégio Nossa Senhora das Dores, em 15 de fevereiro daquele ano e entre 1924 a 1958, colaboraram na direção do Hospital Nossa Senhora das Dores nessa cidade.

A comissão composta das pessoas de maior destaque da cidade, garantiu-lhe a contribuição do município, com o fornecimento de água e energia elétrica. Todos se puseram em atividade, em benefício do futuro estabelecimento. Nossa Madre simpatizou-se vivamente com esse bom povo radicado nas encostas das colinas de ferro, que cercam o majestoso Cauê. Apesar dos inúmeros dissabores ali sofridos, nunca se lhe arrefeceu a afeição pela família itabirana (Bouissou, 1965, p. 110).

Vale sublinhar que em sua maioria as congregações elegeram os centros urbanos mais desenvolvidos, cujas elites, nas primeiras décadas do século XX, almejavam uma educação refinada para seus descendentes. Embora, em Minas Gerais, a maior parte de sua população trabalhasse na agricultura e morasse de fato nas zonas rurais, o poder local determinava grande parte das alianças políticas. A formação de algumas cidades e a consolidação de outras

⁵⁴ O aspirantado, quando jovens começam a entrar em contato com as congregações, podendo, em alguns casos, residir em comunidades com religiosas ou entre jovens. As etapas de formação inicial consistem no postulante, período que pode durar de nove meses a dois anos de acordo com as congregações. Durante esse tempo, as jovens começam a ter um compromisso estável com a congregação, passam a formar parte de uma comunidade de formação e se iniciam nos conhecimentos da congregação. O noviciado é um período de intensa formação nos discursos e práticas da congregação que prepara para a consagração na vida religiosa, mediante a profissão dos votos. O Juniorato demora entre três e nove anos, tempo durante o qual não se faz um compromisso definitivo ainda com a congregação. Nesse período, muitas cursam uma faculdade e se iniciam em algum trabalho da congregação.

desembocam como elemento fundamental no processo embrionário urbano-industrial. Nesse cenário, a educação é fortemente associada a disciplina, controle/moral, divisão de trabalho e renda.

Todavia, quando nos referimos aos municípios mineiros, devemos nos lembrar da não existência no Estado de uma estrutura minimamente homogênea, mas de uma diversidade que incluía cidades de proporções muito diferenciadas em termos econômicos, políticos ou demográficos⁵⁵, o que denotava competências diversas para o enfrentamento do problema da educação.

A fragmentação regional prevalecerá entre os séculos XIX e XX, sendo quase um anacronismo histórico considerar Minas Gerais como uma entidade homogênea sob qualquer aspecto que se considere, pois, a diversidade será característica marcante da economia e da demografia mineira⁵⁶.

A estrutura de poder que predomina em Minas Gerais é assente no controle da terra e na subordinação política das populações rurais. A parcela da população que vivia em espaços verdadeiramente urbanos ainda era francamente minoritária. Desse modo, o Estado mineiro busca desenvolver a economia com ênfase na atividade agricultura, pecuária, indústria extrativa e de transformação. Contudo, o número total de pessoas envolvidas nessas atividades, o desenvolvimento da agropecuária e da agroindústria se sobressai, principalmente sobre os gêneros da agricultura e da pecuária para a indústria, conquanto se observe forte expansão da siderurgia⁵⁷. De modo que o grosso da economia mineira⁵⁸ estava orientada para o mercado interno, seja para o seu próprio mercado interno, seja para o mercado interno do país.

Todavia, Minas apresentava uma economia regional pouco integrada ao mercado nacional, onde predominava um projeto de desenvolvimento econômico diversificado, em que

⁵⁵ No ano de 1872, 60% da população do país morava no campo; nos anos de 1900 e 1920, respectivamente, 64% e 70%. Alguns anos depois, em 1940, 71,7% da população brasileira vivia em zona rural (Carone, 1988, p.5-6).

⁵⁶ Por razões de ordem política o recenseamento de 1910 foi suspenso, o mesmo ocorreu com o censo de 1930. O Censo de 1920 foi considerado deficiente, com uma aparente superestimação de cerca de 10%. Por outro lado, os censos de 1940, 1950 e 1970 são considerados exemplares. Um escândalo administrativo suspendeu o processamento do censo de 1960, o qual só foi completado, mesmo que de forma precária, quase 20 anos depois.

⁵⁷ Ainda que não seja hegemônica no quadro do desenvolvimento regional, a siderurgia cresce sobremaneira no período em estudo.

⁵⁸ Entre os séculos XVIII e XX, a mineração e, posteriormente, a produção cafeeira foram as atividades mais importante da economia brasileira, concentrando quase toda produção interna do país. Assim, em Minas Gerais não foi muito diferente, pois possuía a maior extração de ouro e depois uma das maiores produções de café do Brasil. Contudo, Minas Gerais caracterizava por outras atividades econômicas além do café, possuía atividades relacionadas à pecuária, a agricultura, a indústria têxtil, a siderurgia, entre outras. Entretanto, não se tinha a mesma dinâmica e pujança que a atividade cafeeira.

a principal característica é a centralidade do Estado⁵⁹ como agente privilegiado do desenvolvimento regional. Entretanto, existiam alguns importantes espaços regionais e sub-regionais agroexportadores. Mas, também pode-se observar um grande número de mão de obra empregada nas atividades da administração pública, justiça e ensino, sendo que nos serviços e atividades sociais as mulheres superavam os homens por uma pequena diferença percentual.

Por conseguinte, o mundo rural abrigava um considerável excedente de população, mas paulatinamente essa população deslocou-se para as zonas urbanas em busca de melhores condições de vida, a partir das transformações do mundo dito moderno advindo das décadas de 1940/50. Houve um crescimento robusto da população urbana, com a passagem de 1.693.040 habitantes, em 1940, para 3.940.557 em 1960, o que assinala um crescimento da ordem de 132,75% em apenas duas décadas. Contudo, o processo de migração rural-urbana a partir de 1930, revela que a industrialização brasileira, embora tivesse promovido uma articulação da economia nacional, não chegou a realizar sua integração.

John Wirth, no livro *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira*, enfatiza o mosaico mineiro como o elemento de identidade regional distinta, composto de zonas bastante diferenciadas entre si; com dispersão parcial da população e sem um centro urbano polarizador⁶⁰, ou seja, nesta concepção Minas detinha várias regiões dentro da mesma região, com ausência de uma dinâmica econômica homogênea, no sentido de integrar seu mercado interno.

Na primeira metade do século XX, o Estado ainda absorvia mão-de-obra dos imigrantes que vieram da Europa. Como era um país de terras abundantes e virgens, nessa época o Brasil conciliava o setor rural com o setor urbano. Até os anos 50, não havia preocupação com a geração de emprego, mas sim, com a produtividade, a fim de se ganhar competitividade internacional. Ou seja, o Estado precisava fomentar a criação de indústrias modernas, ou não teria desenvolvimento. Mais adiante, o resultado dessa política foi uma situação crescente de desemprego estrutural.

Destarte, o processo de industrialização mineira foi forjado mediante um mercado disperso que correspondia a atividades econômicas também dispersas. Não se tinha base para a

⁵⁹ Com recursos escassos para realizar a diversificação produtiva necessária para o desenvolvimento mineiro, Benedito Valadares realizou uma modernização da estrutura administrativa do Governo Estadual. Começando pelo o desdobramento da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho e da Secretaria de Viação e Obras Públicas, em abril de 1935.

⁶⁰ A criação de uma nova Capital para Minas Gerais se deu neste contexto, no qual segmentos da elite mineira encaravam a proclamação da República como uma ruptura com o passado e o início de um tempo de modernização e desenvolvimento.

produtividade mercantil, pois geralmente eram destinadas ao abastecimento interno. Além das exportações relacionadas ao café, existiam em Minas, nas primeiras décadas do século XX, atividades relacionadas à pecuária, ao queijo, variados produtos agrícolas, fumo, indústria têxtil, siderurgia, dentre outras.

De maneira que o processo de formação econômica e social do Estado mineiro configura inúmeras desigualdades em seu tecido regional. A partir de seu processo histórico de formação, onde esteve presente a ação concentradora do capital, gerando regiões desenvolvidas em detrimento de regiões com pouco dinamismo econômico. No início do século XX, o Estado é um agente privilegiado no processo de tentativa de superação da condição de subdesenvolvimento ou da implantação de um modelo de desenvolvimento. Em meio a um cenário de mudanças estruturais, o modelo de incentivos e subsídios públicos a iniciativas modernizantes é baseado em privilégios e monopólios, e as elites mineiras não perdem tempo em se aproveitar desse modelo.

Dentre as características socioeconômicas da sociedade mineira pode-se destacar uma fragmentação dos interesses das elites mineiras, onde prevalecem os princípios patrimonialistas e clientelistas que tendem a mediar as relações entre a sociedade civil e o Estado. Vale ressaltar também a resistência à mudança social, uma sociedade conservadora apegada a certos valores tradicionais.

As correntes de ideias e os movimentos político-sociais delimitam outra esfera de indagações, definições e opções diante desse quadro em mudança quando determinadas correntes ou movimentos se comprometem com a conservação das condições existentes, ou quando se contrapõem ao modo com que se configura a ordem social estabelecida, ou, ainda, quando se definem contraditoriamente, que é o caso mais comum, isto é, quando apresentam, ao mesmo tempo, elementos de preservação e de alteração das condições dominantes. O que interessa deixar suficientemente claro é que tais correntes ou movimentos se colocaram – quanto aos seus padrões de pensamento e atuação frente ao aspecto medular da “crise” do sistema: civilização urbano-industrial versus civilização agrário-comercial (Nagle, 1976, p. 98).

Nagle (1976) faz-se refletir sobre o desafio de situar tal realidade humana em uma relação de mudanças e permanências, em um processo geral de transformação a que ele pertence, dentro da totalidade dinâmica de que ele faz parte. Pois, nas sociedades capitalistas, como a brasileira e, especificamente, a mineira, a contradição é engendrada por questões econômicas, políticas e socioculturais e, naquele contexto, mediante processo de urbanização, seria esperado um embate com as bases rurais.

Assim, o processo de adaptação não se faz sem conflitos, o dualismo entre a resistência rural e o avanço reivindicatório urbano, o comportamento interveniente do Estado, bem como

o fortalecimento de novos grupos atuantes no meio urbano provocaram mudanças significativas na forma de se conceber as relações sociopolíticas.

De modo que o desenvolvimento de cidades e indústrias foi mais lento e desigual do que desejavam seus defensores. Porém, os valores urbanos e industriais ganharam força ideológica nas décadas de 1930 e 1940, mas em Minas Gerais, como se viu até aqui, a maior parte de sua população trabalhava na agricultura e morava nas zonas rurais, e o poder local determinava grande parte das alianças políticas. Assim, no período republicano, com o surgimento da indústria para produzir novos materiais e desenvolver novas técnicas de construção/transformação veio também a reorganização de espaços urbanos, a disciplina e o controle, e a moral religiosa.

Neste sentido, a análise histórica possibilita uma interpretação de diferentes características que fazem parte do processo de formação e desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, como questões econômicas, geográficas e sociais. Conforme, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1950), no que se refere à leitura e à escrita desde os cinco anos de idade, entre 1940 e 1950, a população do Estado de Minas Gerais era, em sua maior parte, analfabeta, sendo o percentual daqueles que sabiam ler e escrever muito baixo, alcançando, em média, apenas 35,7% da população do Estado, e a maior parte da população 64,3% permanecia sem saber ler e escrever.

Neste período evidencia-se um movimento de transição de uma sociedade rural de modelo agroexportador, para uma sociedade voltada para a industrialização e um desejo de escolarização, em todo o país. A ideia de Brasil moderno associava-se aos valores de progresso e civilização, tornando o processo de escolarização uma realidade necessária. Pois, a baixa escolarização e o elevado índice de analfabetismo eram significativos em termos quantitativos no Brasil: “em 1890 – 84%; 1920 – 75%; 1940 – 57%” (Ortiz, 2001, p. 35).

Neste contexto, a educação era o grande baluarte das elites brasileiras na primeira metade do século XX. Alimentados pelas ideias de modernização e progresso, e estando profundamente insatisfeitos com o atraso do país e com a má formação intelectual e moral das pessoas, os intelectuais, políticos e grandes proprietários rurais viam a educação como um meio de transformação social. Assim, a escola se estrutura tendo com finalidade conduzir o homem/cidadão à modernidade e, por consequência, à civilidade e ao progresso. De maneira que para além da religião, a educação, a ciência e a nação tornaram-se os pilares dos discursos da modernidade no período em análise.

A educação passou a ocupar posição estratégica no sentido de assegurar o progresso econômico a partir da manutenção da disciplina e da ordem. Enquanto a família possuía importante função de projeção externa, de conservação dos costumes associada à consolidação da ordem pública e ao progresso da pátria.

As autoridades eclesiásticas intensificaram seu discurso no sentido de esclarecer a real necessidade de avançar a oferta do ensino católico como autêntica opção perante os perigos, cada vez mais, presentes do mundo moderno, assim como dos efeitos disso no seio da sociedade brasileira. Na medida em que sob a inspiração do lema do pontificado do Papa Pio XI⁶¹: “restaurar todas as coisas em Cristo”, justifica-se a ideia de restaurar a hegemonia espiritual da fé católica no mundo, repleto de perigos doutrinários adversos à fé católica. Em 1929, Pio XI, publicou a encíclica *Divini Illius Magistri*, em que exortou os católicos à reflexão sobre as condições, a prioridade e os efeitos da doutrinação católica sobre a juventude.

Assim, a expressão mais evidente dos ideários católicos acerca da educação pode ser notada na publicação da encíclica *Divini Illius Magistri*. Pela primeira vez, o Papa lança um documento que sintetiza as ideias católicas acerca da questão educacional, diante dos desafios impostos pelo mundo, cada vez mais, voltado para a escolarização e o atendimento às demandas sociais e econômicas da contemporaneidade.

O Papa Pio XI (1929) compõe a referida encíclica das seguintes partes: a quem compete a missão de educar; qual o sujeito da educação; quais as circunstâncias que devem constituir o ambiente da educação; e, qual o fim e a forma da educação cristã. No entender da encíclica, a educação pertence, eminentemente, à Igreja por dois títulos de ordem sobrenatural: a missão de magistério: “Ide e ensinai a todos os povos (Mateus, XXVIII, 18); e a maternidade espiritual pela qual Igreja, esposa de Cristo, gera, nutre, educa as almas”. A encíclica afirma:

E, pois, com pleno direito que a Igreja promove as letras, as ciências e as artes, enquanto necessárias ou úteis à educação cristã e a toda a sua obra para a salvação das almas, fundando e mantendo até escolas e instituições próprias em todo o gênero de disciplinas e em todo o grau de cultura (Pio XI, 1929).

Embora não aceite, de modo algum, o monopólio do Estado na educação e afirme que “a missão de educar pertence, antes de tudo e acima de tudo, em primeiro lugar, à Igreja e à Família”, a encíclica *Divini Illius Magistri* afirma que “o primado da missão educadora da Igreja e da Família “nenhum dano pode causar aos verdadeiros e próprios direitos do Estado

⁶¹ O Vaticano encorajou os esforços da Igreja brasileira para fortalecer sua presença na sociedade, especialmente durante o papado de Pio XI (1922-1939), cuja visão da Igreja e da política aproximava-se à de Dom Sebastião Leme. Sob Pio XI, os movimentos da Ação Católica tornaram-se peças-chave.

relativamente à educação dos cidadãos" (Pio XI, 1929). A encíclica reconhece o papel do Estado no processo de escolarização das nações católicas.

Todavia, a encíclica é um documento voltado, especificamente, para o desenvolvimento da visão educacional católica. Dentre outras premissas, Pio XI (1929) desenvolveu a ideia de que a atuação da família e da sociedade civil são instâncias fundamentais para o desenvolvimento educacional, porém ambas devem estar orientadas aos preceitos morais da Igreja Católica.

O Brasil, na primeira metade do século XX, conheceu um movimento complexo que apontava para a construção da ordem familiar, tanto no terreno ideológico como no campo prático. No intuito de compor uma sociedade pautada em novas relações, visando um novo projeto de cidadania a partir da república e o ideal de progresso almejado. Não obstante, o conservadorismo mineiro colaboraria para a manutenção da ordem social vigente, mas as exigências trazidas pelas transformações ocorridas nas formas de produção e organização da sociedade exigiam um maior número de pessoas escolarizadas. Os professores configuram, neste contexto, como a elite intelectual e a escola normal, o lugar responsável pela formação de uma parcela considerável da elite feminina.

A educação era encarada como meio de ascensão social e tinha que ser ministrada de maneira adequada, de modo que não oferecesse riscos à ruptura da estrutura social conservadora, mas que preparasse os cidadãos para as transformações que o mundo moderno apresentava. De forma que a necessidade da escola elementar, cada vez mais se fez sentir e, as nas camadas médias, nas quais se incluíam as mulheres ligadas ao magistério, participaram, de alguma forma, dos movimentos de disseminação do processo de escolarização, procurando inclusive alterar o panorama da sociedade com uma participação mais efetiva no espaço público.

Destarte, no período em análise, a Igreja Católica estabelece vínculos profundos com as classes médias urbanas, através do sistema paroquial e da rede escolar católica, embora mantendo-se na quase sempre fiel a uma orientação básica conservadora. Vale salientar que a vida republicana se define conforme as tradições e conservadorismo do povo brasileiro, como fruto de uma sociedade paternalista, além de um governo autoritário nesse período. Soma-se a complexidade das mudanças sociais postas em andamento, a ascensão da classe média, a ocupação gradual da mulher no espaço público, o processo de urbanização e industrialização reforçava a necessidade de cidadãos letrados e civilizados.

Contudo, devido a precariedade e insuficiência numérica dos estabelecimentos de ensino público, no Estado de Minas, as congregações religiosas masculinas e femininas viram-

se encarregadas desse serviço, que para elas era parte de sua missão evangelizadora/educacional. Neste sentido, será por meio delas que o catolicismo prestará serviços preciosos à classe média, sem esquecer de atender também por iniciativa social⁶² as camadas desfavorecidas, como o patronato instalado no município de Ibiá, como se vê na seção 3 deste estudo.

Nessa conjuntura, a Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores, funda em 1937 o Colégio Normal São José em Ibiá/MG, nesse mesmo ano instala o Colégio Sagrado Coração de Jesus no Espírito Santo. Em 1940 funda o Colégio Nossa Senhora Aparecida no Rio de Janeiro/RJ, e em 1945, o Colégio São José de Formosa passa a ser administrado também por elas. A presença educativa e missionária da congregação contribui para diminuir a distância cultural que separavam regiões longínquas dos grandes centros urbanos do país.

1.4 As relações de conflito e complementariedade entre o Estado e a Igreja Católica no processo de expansão da Congregação RMNSD

Durante o período colonial, a Igreja constitui uma espécie de departamento de Estado, sendo os bispos e clérigos considerados como funcionários da Coroa, recebendo remuneração da Fazenda real para o exercício de suas atividades religiosas. Na República a Igreja e o Estado uniram-se num esforço comum para a formação de um clero moralmente rígido e dedicado às funções eclesiais, mas simultaneamente defensor da ordem social conservadora implantada no país, mediante o respeito e obediência ao poder estabelecido.

Desvinculada das malhas do padroado em 1890, a hierarquia católica sentiu profundamente a perda dos privilégios religiosos adquiridos desde a época colonial, mediante a Constituição de 1891. Por isso, nas três primeiras décadas da República a Igreja Católica manteve uma atitude de reticência com relação ao poder político, rejeitando as ideias liberais, favoráveis ao Estado leigo.

A Constituição de 1891, no artigo 72, parágrafo 7º, estabelece que “nenhum culto ou Igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo

⁶² Em Ouro Preto, as religiosas passam a administrar um orfanato, para essa cidade também é transferido o noviciado. Em 1927 acontece a Fundação do Asilo Nossa Senhora do Perpétuo Socorro em Santa Bárbara/MG, onde as Irmãs ficam até 1960. Em mais uma frente missionária, deu-se início a uma nova Comunidade em Patos de Minas/MG no Hospital Regional Antônio Dias. Ainda no campo da saúde, de 1935 a 1963, o Sanatório em Belo Horizonte foi administrado pelas missionárias religiosas de Nossa Senhora das Dores. Em 1943, o Hospital Cassiano Campolina em João Ribeiro/MG passa a ser dirigido por elas.

da União, ou o dos Estado”. Assim, com a separação do Estado e a consequente perda de seu apoio, a Igreja Católica, mesmo resistindo aos ideais modernos, desenvolveu estratégias para recuperar seu lugar na sociedade. Mesmo com resistência, por parte de grupos liberais, as congregações⁶³ logo se afirmaram e desempenharam um trabalho de relevância histórica, em escolas, hospitais e obras assistenciais, acompanhando o desenvolvimento urbano das diferentes regiões brasileiras.

A Igreja se abre à problemática cultural, política e internamente se habilita para um tipo de apostolado mais adaptado às necessidades da sociedade brasileira. Uma ação adequada ao contexto histórico da época, no âmbito político, com revoltas em que os tenentes tiveram um importante papel; literário, com a irradiação do modernismo com a semana de arte moderna em São Paulo; social, com a formação do Partido Comunista em 1922; e religioso, com a fundação do Centro D. Vital (1921) e da Revista: A Ordem (1922). Um cenário de tensões que abriga posições divergentes, de um lado conservadores, defendendo a ordem estabelecida e, o do outro, os que queriam a reforma governamental, mesmo à custa de movimentos revolucionários.

Neste contexto, o amplo processo de afirmação da Igreja, na sociedade mineira, contou com a ação efetiva do Arcebispo de Mariana, Dom Silvério Gomes Pimenta (1896-1922)⁶⁴. Segundo John Wirth (1982), o prelado de Mariana foi sempre fiel às diretrizes pontifícias de restauração do país, tornando Minas Gerais um do Estado de maior expressão católica no Brasil.

O Estado mineiro funcionava como uma grande caixa de ressonância onde repercute de modo significativo os principais problemas que envolve as relações entre Igreja e Estado na história brasileira. Pela influência do Cardeal Leme (1930-1942)⁶⁵, fez-se uma aproximação bastante significativa, entre a Igreja e o governo, após a revolução de 1930. Mas, foi em Minas

⁶³ A confluência de vários fatores, tanto de caráter social quanto religioso, foi responsável pela multiplicação da presença das congregações e da grande atuação que tiveram. Trabalharam a serviço da população em geral, a partir do lugar social da aristocracia rural e da burguesia emergentes, mas também desenvolveram obras de atenção às classes menos favorecidas.

⁶⁴ Em 1906, o papa Pio X elevou a diocese de Mariana a arquidiocese e o respectivo bispo, D. Silvério, a arcebispo. O Cardeal Arcoverde oficiou a cerimônia de imposição do pálio ao novo arcebispo, tendo feito a oração gratulatória o bispo de Petrópolis, D. João Francisco Braga. D. Silvério realizou várias viagens a Roma. Em 1899, em companhia de outros prelados da América, tomou parte no Concílio Plenário. A personalidade literária de D. Silvério ficou marcada por seus livros e cartas pastorais, gozando o arcebispo acadêmico da fama de poliglota, conhecedor que era do latim, grego, hebraico, além das línguas vivas que usava correntemente. [...] Os versos latinos, as cartas pastorais e os artigos na imprensa granjearam-lhe fama, sendo comparado ao padre Manuel Bernardes e a Frei Luís de Sousa. E foi esse renome que o levou à Academia Brasileira de Letras (<https://www.academia.org.br/academicos/silverio-gomes-pimentadom/biografia>).

⁶⁵ Dom Sebastião Leme da Silveira e Cintra, como arcebispo de Olinda (PE), entre os anos de 1916 e 1921 e, depois como auxiliar da arquidiocese do Rio de Janeiro entre 1921 e 1930 e finalmente como cardeal arcebispo daquela arquidiocese até 1942. A partir da liderança de D. Leme, o pensamento da Igreja Católica no Brasil se torna mais coeso, ao seu lado, podemos destacar a figura de D. Antônio dos Santos Cabral (1922-1967), arcebispo de Belo Horizonte.

onde essa aliança, entre o poder político e eclesiástico, continuou a se expressar em formas cada vez mais patentes.

Em 1927, os bispos de Minas Gerais reúnem-se em Belo Horizonte para uma celebração religiosa por ocasião da tomada de posse do presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrade. Em 1928, Antônio Carlos, juntamente com seu Secretário do Interior, Francisco Campos, autoriza o ensino religioso dentro do horário escolar, nas escolas públicas mineiras. A partir de 1930, os políticos mineiros passaram a participar do governo de Getúlio Vargas, trazendo para o Estado brasileiro a visão de cooperação da Igreja Católica, como experimentado em Minas.

Após a revolução de 1930, Francisco Campos foi escolhido para a pasta da Educação e propôs ao presidente Getúlio Vargas o decreto de autorização do ensino religioso nas escolas públicas do país, como havia realizado em Minas Gerais.

Permito-me acentuar a grande importância que terá para o governo um ato da natureza de que proponho a V. Excia. Neste instante de tamanhas dificuldades, em que é absolutamente indispensável recorrer ao concurso de todas as forças materiais e morais, o decreto, se aprovado por V. Excia., determinará, a mobilização de toda a Igreja Católica ao lado do governo, empenhando as forças católicas de modo manifesto e declarado, toda a sua valiosa e incomparável influência no sentido de apoiar o governo, pondo ao serviço deste um movimento de opinião de caráter absolutamente nacional (Francisco Campos, 1931).

No fragmento, citado acima, referente a carta datada de 18 de abril de 1931, de Francisco Campos, encaminhada a Getúlio Vargas, reforça no âmbito nacional a força política do ensino religioso nas escolas, pois viam nela o papel para a estabilização do novo governo. O que resultou no decreto de 1931, permitindo o ensino religioso nas escolas públicas. Para Campos (1931), o papel da Igreja era importante instrumento no interior do projeto político e sua visão voltava-se para a consolidação do novo governo. Seu pensamento estava relacionado com a própria visão que a Igreja tinha sobre o ensino religioso, como formação moral dos jovens.

A Reforma Francisco Campos de 1931, imposta a todo o território nacional, dá início a uma ação mais objetiva do Estado em relação à educação e inova o sistema escolar, refletindo uma realidade sociopolítica também nova. Nas ideias políticas educacionais de Francisco Campos, estava a crença de que a reforma da sociedade se concretizaria com a reforma da escola, com a formação do cidadão, particularmente, a instrumentalização das elites. Assim, seu ideário estava claro, que a capacitação das elites era prioritária e que, essa mesma elite, detinha as condições para decidir quais deveriam ser os rumos (meios e fins) da educação.

Nessas circunstâncias, a relação de colaboração mútua entre Igreja e Estado, em Minas, se manteve em nome da manutenção da ordem social instituída. De modo que os diversos

líderes políticos não só proclamavam abertamente sua fé católica, como também afirmavam sua disposição de colaborar, sempre que possível com a Igreja.

No entanto, diante da ausência dos serviços de assistência social do Estado diversas associações leigas e institutos religiosos passam a assumir a função assistencialista. Nesse cenário se destaca as congregações femininas. A não compreensão da pobreza como uma questão social, faz com que a nova burguesia emergente continue a deixar por conta das instituições cristãs o cuidado dos pobres desvalidos e marginalizados da sociedade. Multiplicam-se as Santas Casas, os asilos e orfanatos contando com a solidariedade da sociedade civil e organismos atrelados a diferentes credos, principalmente, as congregações femininas.

Vale destacar que a relação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro foi marcada pela ambiguidade, sendo que os interesses, ora comuns, ora divergentes, contribuíram para a solidez da parceria que marcou as décadas de 30 a 60, do século XX. A união entre o Estado e a Igreja era compreendida a partir da ideia de harmonia, subtendida como uma ação coordenada e integrada do Estado respeitando as diretrizes divinas. No que concerne à educação, a Igreja, além de se comprometer com a criação de novas escolas católicas, sempre se empenhou para a introdução do ensino religioso nas escolas públicas, bem como a liberdade de ensino e com a subsistência/subvenção das escolas particulares pelo Estado.

Por conseguinte, no Brasil, o aspecto religioso e as manifestações de religiosidade estão presentes no cotidiano e não podem ser desassociados da vida pública estatal, uma vez que se constituem esferas que se complementam. A quebra do monopólio católico diante da liberdade religiosa promovida pelo Estado, não conseguiu abalar o poder de influência da Igreja Católica que detinha boa base no meio rural onde vivia a maioria da população brasileira.

Destarte, a educação brasileira no século XX era um dos muitos urgentes desafios que cumpria enfrentar para se construir uma nova sociedade de perfil republicano. Nesse cenário, era necessário um projeto que fosse capaz, primeiramente, de equilibrar a oferta e a demanda educacionais, universalizando o ensino primário, oportunizando formação secundária e construindo uma base educativa-ideológica que se encarregasse de disseminar os ideais republicanos.

Neste contexto, a sociedade brasileira, carente de condições, no campo social e educacional, é palco de atuação para o episcopado realizar a reforma do catolicismo local, no intuito de atender as demandas do povo brasileiro. O que demonstra a amplitude do projeto da Igreja e a demanda aberta pelo episcopado sobre a sociedade brasileira. Ocorre então, uma

relação de interdependência entre o Estado e a Igreja, pois naquele contexto as instituições públicas não conseguiam realizar todo o trabalho que as congregações realizavam a partir dos serviços prestados pelas “irmãs de caridade” e dos religiosos em geral, atividades sociais e educacionais.

Embora, a Igreja Católica em meio a um clima de suspeição em face das inovações, do progresso, das ideologias laicas, da luta pela liberdade de ação, desenvolve medidas para intervenção para a constituição de seus valores morais junto ao povo, principalmente pela ação das escolas. A disseminação de novos padrões culturais, por meio do desenvolvimento da leitura, da escrita e da aritmética, tendo em vista as habilidades intelectuais requisitadas para o progresso do capitalismo industrial brasileiro, era uma realidade e demandava a mobilização da sociedade como um todo. Assim, atribuía-se à educação um papel importante na organização desse novo projeto societário.

Ocorria todo um movimento de conscientização em relação ao processo de democratização da instrução primária, sendo essa necessária para o desenvolvimento do país e, mas, para que isso se concretizasse, eram necessários professores bem formados, que dominassem as mais modernas técnicas pedagógicas e os conhecimentos científicos. Para tanto, caberia à escola normal oferecer o aparato teórico e prático para efetivação do processo de escolarização no Brasil e, especificamente, em Minas.

Era urgente e necessário investir na formação docente, de maneira a contribuir com o progresso da nação e o civismo como valor, consolidando a formação de um novo cidadão, o cidadão republicano. Neste sentido, a escola normal formaria professores capazes não só de alfabetizar, mas de contribuir para o desenvolvimento moral e intelectual do Estado. Em outras palavras, essas instituições de ensino, desde seus primórdios, traziam grandes expectativas e responsabilidade social⁶⁶.

Deste modo, a promoção da escola católica passou a constituir componente importante da ação pastoral da Igreja. As análises incidem sobre as estratégias políticas e ideológicas da Igreja no seu projeto de restauração, com o objetivo de centralizar e aprofundar o controle católico na sociedade, interferindo de forma direta no plano moral, nos costumes e nas bases cristãs das famílias através do processo de escolarização da mulher, no período em apreço.

[...] tanto nas cartas pastorais como em determinação de sínodos e das cúrias episcopais, encontram-se recomendações com a finalidade de restabelecer o controle eclesiástico sobre a vida feminina. Os bispos insistiam na educação familiar que a mulher deveria ter, na vida que deveria levar, o modo adequado

⁶⁶ Não podemos omitir que, naquele período, as escolas católicas serviam a uma pequena fatia da população, aquela que dispunha de condições socioeconômicas para frequentá-la.

de se vestir e de se comportar na sociedade. Considerando a mulher como um ser incapaz de se autogovernar, os pelados atribuíam a si a tarefa e a missão de orienta-la em sua vida particular e social (Azzi, 2008, p. 129).

Nesse contexto, os colégios dirigidos por congregações femininas desempenharam relevante papel na educação das jovens meninas dentro de padrões severos de conduta⁶⁷. Em grande parte, as religiosas através da pedagogia do exemplo transmitiam às suas alunas a formação que elas próprias haviam recebido. De maneira que os colégios católicos, até certo ponto, haviam uma intenção velada de preparar as mulheres para os cuidados do lar, e, ao mesmo tempo, atrair as jovens para a vida conventual. Um verdadeiro paradoxo relativo as exigências de um quadro estrutural em mudanças, com a disseminação da pedagogia da escola nova, associada aos avanços técnicos pedagógicos associados à sociologia e psicologia. Os valores morais tradicionais entravam em choque com os novos hábitos de mundo em transformação que exigia uma qualificação mais apurada das mulheres.

Os grupos mais abertos reconheciam que as mulheres podiam auxiliar no projeto de recristianização da sociedade, mediante sua atuação em algumas áreas específicas de trabalho como ação social e educativa. De forma que a mulher da década de 1930, com a imposição da sociedade urbana passou a ocupar um lugar mais destacado na vida pública, resultado de uma lenta conquista.

A convocação das mulheres por parte da Igreja é vista como estratégia para a manutenção da ordem e como resistência contra os ideais liberais, através do fortalecimento dos valores femininos na família. A multiplicação de fundações de congregações religiosas femininas ocorria no momento em que emergia a subjetividade feminina, quando as mulheres conseguiam um maior protagonismo na sociedade, engajando-se no mundo do trabalho e na reivindicação de direitos.

Nessa conjuntura, a Igreja lança-se num extenso trabalho de criação de escolas católicas por todo o país, em sua maioria escolas secundárias, pois o ensino primário devia, por lei, ser, gratuito. Desse modo, os colégios católicos contribuíram para o prestígio de suas respectivas congregações e garantiam à mesma visibilidade, além da garantia de recursos financeiros. Eram neles que se fazia o verdadeiro apostolado e se exercia o carisma institucional. Era quase sempre

⁶⁷ O controle moral exercido sobre a mulher, nos padrões da época, visto pela Igreja Católica como justo e necessário, pois foi pelo caráter pecador e desobediente da mulher, fruto da herança deixada por Eva, que ao ceder à tentação da serpente permitiu a introdução do pecado na vivência humana e o consequente afastamento do paraíso. Maria, reabilitava a mulher do pecado de Eva, já que pela maternidade havia gerado o Salvador da humanidade, e se tornava um ideal de mulher com amplos poderes sobre a formação identitária do feminino leigo católico. Possuir uma filha ou esposa virtuosa era sinal de prestígio social e de possibilidade de ascendência política e até econômica.

o único colégio nas pequenas localidades onde se situavam, era sempre referência de ensino, o mais exigente e disciplinado.

De maneira que os colégios católicos contribuíam para diminuir a distância cultural que separava as regiões interioranas dos grandes centros urbanos do país. Um aporte especial foi dado pelas religiosas na área da educação, como pode-se constatar a partir deste estudo, mediante a participação da Congregação RMNSD, no município de Ibiá e região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no processo de formação e profissionalização docente das meninas/mulheres, frente a um mundo em transformação.

Vencidas as dificuldades e resistências das primeiras décadas, por parte de grupos liberais, os colégios católicos alcançaram um grande desenvolvimento, favorecidos pelo Estado. A ação da Igreja, em aliança com o Estado, visava à manutenção da ordem estabelecida. Mediante a educação cristã dos filhos(as) das camadas média e alta da sociedade, esperava-se que, no futuro, remediasses as necessidades das camadas populares.

Por conseguinte, o contrato entre a Igreja e o Estado funciona na medida em que veicula representações, isto é, na medida em que as ideias e práticas simbólicas que produz ou sistematiza são transmitidas e incorporadas à consciência e a prática dos atores sociais. “É evidente que o discurso religioso tem seu estatuto próprio, e assim deve ser abordado. Porém, não se pode negar que ele seja uma elaboração de homens que vivem ou viveram numa configuração histórico-social determinada” (Araújo, 1986, p. 26).

De maneira que enquanto veicula representações religiosas, a Igreja Católica age sobre a consciência, a vontade, os sentimentos dos indivíduos e grupos, de modo a guiar seus comportamentos. Assim, também, as congregações religiosas exercem uma direção intelectual e moral sobre os grupos sociais, atuando pela convicção e pela adesão da vontade e/ou através da pedagogia do exemplo. No compêndio da “História da Congregação Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores” na terceira parte intitulada: A era das perseguições, relata o controle da hierarquia da Igreja sobre a congregação, e as acusações sofridas que fizeram com que ocorresse temporariamente a troca de Arquidiocese⁶⁸, de Mariana para Diamantina. Esse episódio só reforça a proposição que Madre Maria de Jesus sempre esteve firme em sua missão, no propósito de expansão de sua congregação, que nem sempre agradara os seus superiores.

⁶⁸ Em 1889 o Brasil tinha apenas uma arquidiocese e 11 dioceses; em 1900 são 17 circunscrições eclesiásticas, dez anos mais tarde, seu número já se elava a 30, e em 1930 o Brasil conta com 88 circunscrições eclesiásticas. Os seminários maiores e menores também se multiplicam. Em suma, num período de 40 anos o fraco aparelho eclesiástico do final do Império transforma-se numa formidável organização, de sólida disciplina interna, com controle sobre suas bases leigas, e capaz de até fazer demonstrações de força ao Estado.

Contudo, ao que se pode constatar, algumas daquelas religiosas, motivadas pelo espírito indagador de Madre Maria de Jesus, não se conformam com o silêncio a elas impostos pelo sistema eclesiástico, quebram regras, escrevem, ensinam e se aprofundam em assuntos considerados desnecessários ou inapropriados para uma mulher, principalmente uma mulher-religiosa. “Foi assim que estiveram em visita ao Embaixador da França, Monsieur Conti, que *Notre Mère*⁶⁹ já conhecia e a quem falara das lutas que a Congregação vinha enfrentando, desde sua chegada ao Brasil” (Congregação RMNSD, 1960, p. 80).

Pelos registros da própria congregação é perceptível o movimento realizado pelas religiosas no intuito de manter a fidelidade em relação sua obediência a hierarquia da Igreja, mas também o forte desejo, enquanto sujeitos histórico, de constituírem como atores conscientes de sua própria história. Assim, estabeleceram relações para além da hierarquia da Igreja, perpassam pelos representantes diretos dos poderes do Estado e da sociedade capitalista de forma geral. Pois, como analisou-se, no projeto de sacralização da sociedade, a Igreja considerava imprescindível contar com a colaboração do Estado.

Apesar dos impasses internos que permeavam as relações das religiosas missionárias de Nossa Senhora das Dores e seus superiores, havia um ideal maior em comum: a cooperação do Estado e da Igreja no projeto de formação civil/moral e educacional da sociedade. O regime de apoio mútuo e a colaboração entre as autoridades políticas e eclesiásticas se sobressai.

Só uma aliança real dos dois poderes, o espiritual e o temporal, poderá integrar em nossa vida social a ação nitidamente civilizadora da Religião. Essa aliança foi desvirtuada no Brasil pelo regalismo imperial de tal sorte que a Separação republicana foi, sob certos aspectos, uma libertação da Igreja. [...] A formação brasileira, ao contrário, está intimamente ligada a união constante entre as duas autoridades, às quais está afeta a orientação e coordenação dos dois fatores fundamentais de nossa formação: o fator econômico e o fator moral (Lima, 1935, p.27).

A citação de Alceu Amoroso Lima (1935) é representativa do novo contexto político-ideológico que se inicia com a revolução de 1930, momento da volta da Igreja Católica ao palco político com grande organização. Ciente de sua própria força, consciente da instabilidade do governo provisório, ela se mobiliza não só para a segurança de seu futuro, como para propor-se ao regime como instrumento de manutenção da ordem.

⁶⁹ As primeiras Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores, na convivência cotidiana com Madre Maria de Jesus, a chamavam de “*Notre Mère*”.

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, se inicia uma fase de expectativa relativa à moralização da coisa pública, de reconstrução nacional e, conseqüentemente, de ensaio de reformulação das próprias instituições a partir da nova carta constitucional.

O período do governo de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1937, apresenta-se sob uma configuração política e socioeconômica muito específica. Por um lado, “é marcado por lutas ideológicas em torno da forma do regime político, da atuação governamental para a superação da crise econômica e, no campo educacional, pela tentativa de resolver os problemas de disciplinamento da força de trabalho” (Peixoto, 2000, p. 87), num país que tendia a industrializar-se e, conseqüentemente, a exigir mais escolarização da população.

A constituição brasileira de 1934, em seu preâmbulo, põe “confiança em Deus” (Brasil, 1934), no seu corpo constitucional, ela resguarda as liberdades civis e permite a oferta do ensino religioso sob matrícula facultativa. Os membros das ordens religiosas podiam votar (art.17); as associações religiosas ficaram muito mais à vontade sob facilidades jurídicas (art.113 e 5); a assistência espiritual passou a ser permitida nos estabelecimentos oficiais e militares (art. 113 e 6); o casamento religioso ficou inteiramente reconhecido nos termos civis (art.145) e o divórcio proibido (art.144); ficou prevista a educação religiosa dentro do horário escolar e o Estado podia subvencionar as escolas católicas (art. 153).

O governo getulista compreendia a Igreja como uma possibilidade de aproximação com o povo, valendo-se de seu canal institucional, pois os segmentos populares também interessavam aos governos populistas. Contudo, a maior aproximação foi selada com a Constituição de 1934, que reafirmou as relações entre o Estado e a Igreja Católica, proporcionando um trabalho de colaboração mútua.

Nos governos de Getúlio Vargas a religião foi encarada como importante elemento legitimador do poder público, com caráter de integração social. Contudo, vale sublinhar que no texto da Constituição Federal de 1937 foram eliminadas as conquistas católicas da constituinte de 1934, aboliram o nome de Deus na introdução, e no art. 133 “O ensino religioso poderá ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores nem de frequência compulsória por parte dos alunos”.

Entretanto, o pacto de colaboração continua inalterado, a Igreja continua a ter plena liberdade para exercer a sua atuação religiosa, comprometendo em troca defender a ordem social estabelecida. “A Igreja apoiava Getúlio Vargas não só por causa dos privilégios que recebera, mas também devido à afinidade política. A ênfase que a Igreja atribuía à ordem, ao

nacionalismo, ao patriotismo e ao anticomunismo coincidia com a orientação de Vargas” (Mainwaring, 1989, p. 47).

No plano social, portanto, o Estado e a Igreja trabalham para o mesmo fim, tanto mais quanto os dois problemas, — o do trabalho (fundamento material da sociedade) e o da família (fundamento moral da sociedade) — reúnem-se finalmente em um problema único: o pedagógico. E no terreno da educação encontram-se mais uma vez a Igreja e o Estado como os colaboradores da mesma obra de formação do futuro da nacionalidade (Lima, 1935, p. 27).

Nessas circunstâncias, a ação da Igreja está associada a um poder moral de dirigir as vontades individuais para conceber uma vontade coletiva, constituindo-se assim, mais do que uma direção intelectual no sentido estrito de formação, implica uma dimensão emocional e afetiva que mobiliza os indivíduos e os grupos para ações concretas, uma espécie de poder que influencia as práticas dos atores sociais.

Destarte, nesse período, em alguns momentos, os discursos políticos e religiosos acabam por produzir efeitos semelhantes, a partir de argumentos diversos, e as instituições sociais produzem e/ou reproduzem tais discursos. Todavia, é importante destacar que os sujeitos históricos não cumprem sempre, nem cumprem literalmente, os termos das prescrições de sua sociedade. Homens e mulheres constroem de formas próprias e diversas suas identidades, e, muitas vezes, em discordância às proposições sociais de seu tempo.

Vê-se nesta seção que a vida religiosa era marcada pela hierarquização das relações, o voto de obediência era sinônimo de respeito total e incontestável aos superiores⁷⁰, ou seja, às madres, aos confessores espirituais, aos padres, aos bispos e, em última instância, ao Papa; a importância dada à obediência era tão contundente que se afirmava que “ser obediente caracterizava a boa religiosa” (Nunes, 1985, p. 46). Apesar da invisibilidade a que foram condenadas pelas estruturas patriarcais da Igreja Católica, as religiosas missionárias de Nossa Senhora das Dores lograram posição social e grande poder de articulação política nas localidades onde se estabeleceram.

Assim, mesmo dependente de uma Igreja conservadora, moralista e antiliberal, que servia às classes dominantes, sobretudo às oligarquias, e determinava para as mulheres um lugar de subserviência de acordo com os interesses do patriarcado, as RMNSD conseguem mesmo

⁷⁰ Compete ao Bispo da sede principal aprovar as constituições e confirmar as mudanças nelas legitimamente introduzidas, exceto aquilo em que a Sé Apostólica tenha intervindo, bem como tratar das questões mais importantes referentes a todo o instituto que superam o poder da autoridade interna, consultando, porém, os outros Bispos diocesanos, caso o instituto tenha se propagado por várias dioceses.

sofrendo coerção e enfrentando os tribunais eclesiásticos, permanecem firmes em seu propósito de manter viva e ativa sua congregação.

Contudo, não foi fácil para a Madre Maria Miguel do Sagrado Coração estar à frente da congregação como superiora geral, por causa do seu jeito introspectivo, embora não se furtasse ao dever, ela sentia dificuldade em posicionar-se nas situações difíceis pelas quais passou a congregação nas suas primeiras décadas de existência. Ela era oficialmente a Madre Superiora, mas na prática era Madre Maria de Jesus quem tomava as decisões e as atitudes nos momentos de dificuldade e pressão.

Embora, Madre Maria Miguel do Sagrado Coração demonstre estar ciente de suas limitações e manifeste o desejo de deixar de ser superiora geral, como se pode constatar, em parte da carta transcrita abaixo, dirigida a Irmã Maria da Cruz e datada em 06 de março de 1926; só consegue ser liberada do cargo em 1950:

Tive conhecimento do que nossas Irmãs fizeram no Rio de Janeiro junto ao Núncio. Eu aprovo sua determinação e vós deveis sem dúvida o aprovar também uma vez que insististes muitas vezes comigo para que tivesse eleições livres. Eu a vejo, e constato como a única salvação de nossa Congregação e creio que chegou a hora de reagir seriamente uma vez que estamos às vésperas de ver na frente da Congregação uma superiora imposta. Como deveis sabê-lo, sois visada diretamente e me parece que deveria tomar uma parte ativa na reação e todas nossas Irmãs devem se unir para obter o resultado almejado que somente poderá nos dar a paz e restabelecer a ordem em nossa família religiosa. Nisso eu correspondo ao desejo de todas as nossas Irmãs que, em várias circunstâncias, reclamaram instantemente junto de mim, para que eu exija eleições e me imputam como um crime ser superiora nomeada e não eleita. É justo e o será ainda mais porque não me importa aquela que será empossada por chapa ou por nomeação. Quando fui nomeada não havia outro remédio, nós éramos duas, agora a vontade das Irmãs deve ser consultada pelo voto livre e secreto. Depois de ter maduramente refletido, Madre Maria e eu decidimos fazer essa tentativa junto ao Núncio e esperamos que todas nossas Irmãs nos ajudarão. [...] Por esta tentativa não fazemos nenhum mal à sua Excia. Dom Helvécio, pois ele não pode ser contrariado (Fonseca; Silva, 2021, p.72).

Pode-se observar, neste registro documental, que desde os primórdios da Congregação RMNSD havia entre as Madres fundadoras (Me. Maria de Jesus e Me. Maria Miguel) um acordo quanto às atribuições e contribuições efetivas, de cada uma, no projeto de fazer prosperar sua comunidade religiosa. Contudo, intui-se que mesmo ocupando o papel de superiora geral, sendo por todos respeitada como tal, quem sempre se lançou à frente em todas as atividades a empreender e em todas as determinações a tomar foi Madre Maria de Jesus.

J. M. J.

Abira, 30-12-1950

Q. M. D. J.

Em nosso Convento N. S. P.

Minhas Filhas de Ibiá.

Courado seja Nosso Senhor Jesus-Christo!

Renovo-lhe meus votos de Boas Festas os quaes não lhe chegaram em mãos certamente, pois, até' hoje e desde principios de Novembro nenhuma carta recebemos; as outras casas também estranham seu silencio. Parece que Formosa está muito mais perto de nós, pois recebemos noticias de lá' muito mais aminde.

Desejo que o Ano Novo seja para nós todas um ano de progresso nas virtudes de nosso santo estado; Deus nos conceda tão grandes graças e abençoou tão vixivelmente nossa familia religiosa que devemos-lhe mostrar a nossa gratidão redobrando de fervor no seu santo serviço. Será que vós mandar algumas noticias dali? O que desejo não são cartas sociaes de Boas Festas, mas sim, cartas de Religiosas escrevendo cartas boas e noticias cartas de filhas..... será que vós ganhar?

Abraço a todas com religiosos affecto.

Deus as abençoe! Maria Mãe ao jubileu!

Sua M. M. de J.

Na Figura 6 temos de forma ilustrativa/demonstrativa uma das inúmeras cartas encaminhadas por Madre Maria de Jesus às Irmãs do Colégio Normal São José em Ibiá/MG, que da mesma forma acompanhava, cuidadosamente, o Colégio Normal São José de Formosa, o Colégio Nossa Senhora Aparecida no Rio de Janeiro/RJ e todo o processo de expansão da Congregação, que ocorria, principalmente, no Rio de Janeiro. Aqui chama a atenção o fato dos colégios receberem o nome da sagrada família, ora representada pela figura de Maria, ora pela figura de São José. Assim, a Congregação vai pintando um quadro de devoção e empenho às causas sociais e educacionais Brasil a dentro, atingindo como veremos adiante os rincões das Gerais.

Contudo, foi no Rio de Janeiro que a Família Religiosa de Madre Maria de Jesus conheceu e conviveu com um dos seus maiores amigos, protetores e incentivadores, D. Jaime de Barros Câmara⁷¹, responsável pela transferência do noviciado da congregação para a antiga capital do Brasil, em 1950. Além da casa de noviciado, a sede da congregação também foi

76

transferida para o Rio de Janeiro, permanecendo por algumas décadas naquela cidade até ser instalada em Belo Horizonte em 1995, onde ainda se encontra.

O processo de expansão da Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores, com a possibilidade de se desenvolverem em diversos lugares, mas sempre ligadas às suas fundadoras e à sede, de onde emanavam todas as ordens e decisões também determinam as relações de poder que perpassam a partir da congregação entre o Estado e a Igreja.

Desta forma, como já apresentado, apesar de ter vivido em um contexto sócio eclesial que exigia da mulher obediência e submissão aos homens, e no caso específico das freiras tal exigência era justificada pelo voto de obediência, Madre Maria de Jesus, com audácia e perspicácia, soube driblar e vencer, um a um, os empecilhos que o machismo eclesial lhe apresentara. Ela apesar de ser uma mulher de seu tempo, conseguiu ultrapassar os limites impostos pelas circunstâncias políticas, sociais e eclesiais, tanto na França quanto no Brasil, e realizar voto perpétuo de dedicação à Congregação RMNSD.

Por conseguinte, ao término desta seção, mediante processo analítico, a síntese emerge e com ela ressurgem aspectos surpreendentes que conseguem novamente colocar em cena o sujeito histórico e social, vivo, ativo e carregado de experiências. Ao explicitar as relações políticas e sociais, mediante as estruturas mediatas e imediatas, no processo de expansão da Congregação das Religiosas Missionária de Nossa Senhora das Dores, Me. Maria de Jesus⁷² e Me. Maria Miguel do Sagrado Coração⁷³ souberam resistir com coragem, criatividade e firmeza, aos problemas e às dificuldades e, mesmo sentindo-se aniquiladas em diversas ocasiões, não deixaram de viver os seus propósitos.

⁷² Em 1963, ano jubilar da Congregação, 50 anos de Vida e Missão. A “grande árvore” vai espalhando seus galhos graças à tenacidade e o Coração de Fogo de Madre Maria de Jesus e a perseverança das primeiras Irmãs. Magnificat! Mas sentindo suas forças diminuírem Madre Maria de Jesus pede renúncia do cargo de Superiora Geral e em visita à Comunidade de Formosa em 31 de maio, parte para a casa do pai deixando suas filhas órfãs e um legado de generosidade e dedicação à Congregação que será lembrado pelas gerações futuras. Irmã Sara Balbino Marra foi eleita Superiora Geral (<https://rmnsd.com.br/quem-somos/historia>).

⁷³ Uma missionária, que soube em tudo confiar na providência divina e, em quem a virtude do silêncio teve especial eloquência. Participou da mesma fé de Madre Maria de Jesus e, assim procedendo, a ela deu apoio na fé e na confiança de que Deus estava presente e que tudo iria ficar bem. Foi para a Madre Maria de Jesus, uma verdadeira irmã, que a amou em todas as circunstâncias e apoiou nas horas difíceis. Pela sua dedicação e entrega a Deus foi grande parte do alicerce da Congregação (Fonseca; Silva, 2021, p. 7).

SEÇÃO 2 - PROCESSO DE CRIAÇÃO DO COLÉGIO NORMAL SÃO JOSE EM IBIÁ, REGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA

Aquela torrezinha branca perdida no horizonte, parecia acenar-me, em minhas viagens a Patos de Minas: era um convite insistente, um apelo para nos estabelecermos em Ibiá.

(Madre Maria de Jesus, 1932)

Somada as expertises de Madre Maria de Jesus, que através dos trilhos da rede Mogyana⁷⁴ e da Rede Mineira de Viação, já conhecia, parcialmente, a região do oeste de Minas⁷⁵, associada ao interesse da Igreja e da sociedade local, as religiosas missionárias de Nossa Senhora das Dores chegaram para atuar no campo de formação da juventude ibiaense em 1937. Todavia, a trajetória histórica e as vicissitudes a que esteve sujeito o Colégio Normal São José de Ibiá, concretamente, nos diversos espaços e tempos escolares: local, regional e/ou nacional; tecendo reflexões, construindo inteligibilidade e interpretações possíveis, mediante análise dos modelos educativos e religiosos voltados para a profissionalização docente, move-se por caminhos distintos, produzindo eixos de relações que modificam o espaço vivido e redefine o sentido da sua própria existência.

Nesta perspectiva, a segunda seção segue perseguindo silenciamentos mediante a necessidade de recompor essa história, atribuindo-lhe sentido, de modo a contribuir com a construção historiográfica da região, do município e dessa instituição escolar, que foi responsável pela escolarização de uma ampla parcela de jovens mulheres nos rincões das Gerais; assim busca-se compreender numa visão holística de todo esse fenômeno histórico.

A imagem da mulher, na primeira metade do século XX, figura entre o modelo paradoxo de uma natureza passiva, fragilizada e dependente, para um ideal de mulher forte, decidida e competente. Assim, em diferentes situações buscava-se valorizar um ou outro discurso, às vezes os dois modelos simultaneamente. As mulheres que circulavam no espaço público deveriam estar devidamente instruídas a ocupar esses lugares com destreza e delicadeza, adjetivos imprescindíveis para seu engajamento na sociedade.

⁷⁴ Em 1888, a Mogyana transpõe o Rio Grande, divisa entre as províncias de São Paulo e Minas Gerais e, em 1889, a linha tronco chega até Uberaba, inaugurando o transporte ferroviário na região que, décadas depois, passaria a ser denominada, extraoficialmente, de Triângulo Mineiro. Uma vez instalada a estrada de ferro da Companhia Mogiana, a região viveu um tempo de franca expansão.

⁷⁵ O primeiro ramo que a Congregação projetou além das fronteiras da Arquidiocese de Mariana foi o Hospital Regional “Antônio Dias”, na Cidade de Patos de Minas. As religiosas missionárias de Nossa Senhora das Dores assumiram a direção do estabelecimento aos 14 de dezembro de 1932, por contrato com o governo do Estado de Minas, representado por seu presidente, Exmo. Sr. Dr. Olegário Maciel (Bouissou, 1965, p. 157).

Assim, nessa seção, optou-se por uma inquirição que focaliza a constituição histórica do sistema de educação, a partir da análise da estrutura econômica, social e cultural/religiosa, e suas correlações com as questões de gênero e classe social, presentes na sociedade mineira e, especificamente, no município de Ibiá.

2.1 A presença da Igreja Católica na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

De maneira geral, as elites mineiras apresentam uma ausência de consciência de pertencimento a uma entidade regional, para além da unidade político-administrativa. De forma que a diversidade regional corresponde a uma fragmentação dos interesses dessa mesma elite, prevalecendo o patrimonialismo e o clientelismo, que tendem a mediar as relações entre a sociedade civil e o Estado.

Neste contexto, falar sobre o desenvolvimento de uma região requer considerar inúmeros aspectos, pois ao lidar com o conceito de região, não se pode limitá-lo, exclusivamente, as nuances econômicas, que são apenas uma das faces deste complexo sistema. Sendo assim, a incorporação do aspecto político, sociocultural e religioso, dentro de qualquer análise que se debruce sobre o entendimento do desenvolvimento regional, faz-se necessário.

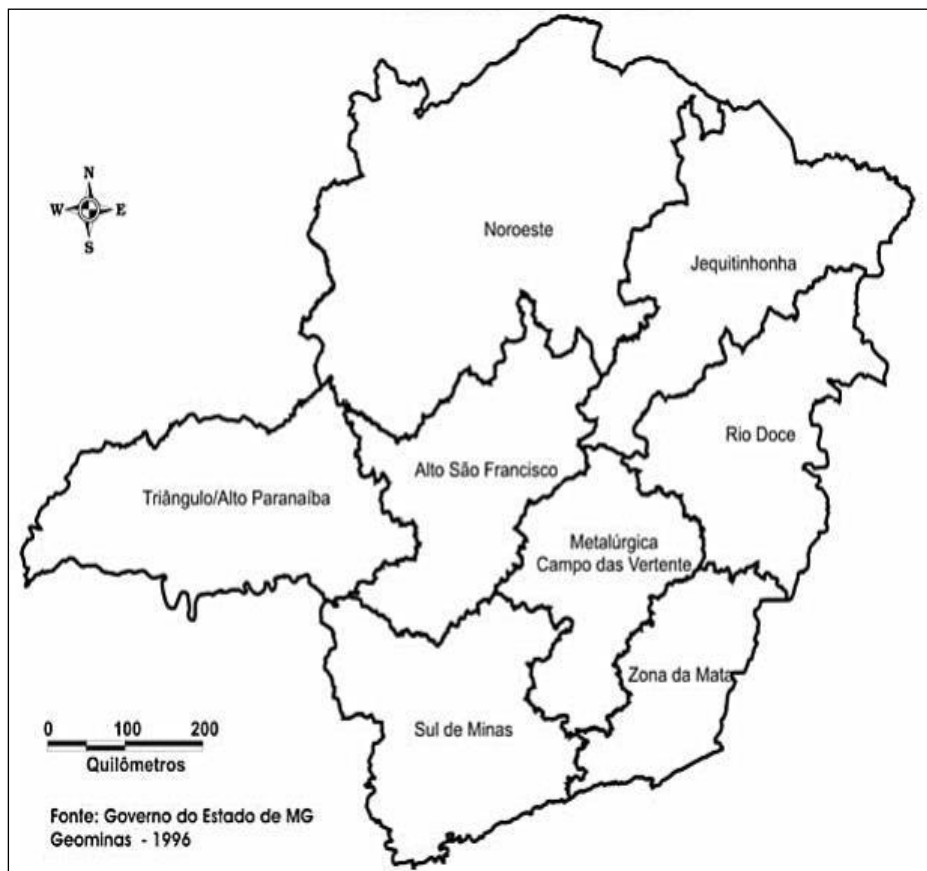
A análise histórica possibilita uma interpretação de diferentes características que fizeram parte do processo de formação e desenvolvimento do Estado mineiro, como questões econômicas, geográficas, sociais e educacionais. Deste modo, é possível regionalizar um dado território, infinitas vezes, ao sabor dos objetivos, indicadores, métodos e critérios adotados, noções como as de consciência regional, sentimento de pertencimento, mentalidades regionais, etc. A região passa a ter um papel importante, encarada como quadro de referência fundamental à sociedade, de forma a ser compreendida como concreta e real, fruto da vivência direta de grupos sociais.

Em 1941 ocorreu a divisão do Estado de Minas em zonas fisiográficas pelo IBGE⁷⁶, essa divisão serviu de base à produção e divulgação de indicadores econômicos e sociais referentes aos censos de 1950 e 1960. Contudo, com as sucessivas emancipações municipais, as zonas fisiográficas foram paulatinamente comprometidas. Ao final de 1968, Minas Gerais apresentava-se dividido em 46 microrregiões, em substituição às antigas zonas fisiográficas.

⁷⁶ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) passou a operar como órgão deliberativo e executivo subordinado à presidência da República em janeiro de 1938. O IBGE surge num momento de grande centralização política empreendida pelo Estado Novo, tendo desempenhado papel crucial na organização do quadro territorial brasileiro, além de subsidiar diversas intervenções estatais.

Em 1973, as microrregiões de Minas são agrupadas em oito grandes regiões, como pode-se observar na Figura 7, visando subsidiar o planejamento do desenvolvimento econômico e social do Estado⁷⁷.

Figura 7: Regiões para fins de planejamento de Minas Gerais



Fonte: <https://www.geo.mg.gov.br/progeo-web/>

A região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba pertenceu à Capitania de São Paulo até 1720; depois, à Capitania de Goiás, até 1816; por fim, à Capitania de Minas Gerais. Situada estrategicamente essa região tinha relações comerciais com São Paulo, Goiás e Mato Grosso. No final do século XIX e no início do século XX, a região foi entreposto comercial, devido a sua localização, servindo de passagem aos bandeirantes, exploradores territoriais com a finalidade de encontrar ouro e prata, principalmente paulistas, que massacraram e dizimaram muitas tribos indígenas, expropriando suas terras.

Doravante, na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a ferrovia constituirá um elemento integrador que não se restringirá a estabelecer somente as relações econômicas, mas

⁷⁷ Em 1990, o IBGE respeitando os limites político-administrativos, estaduais e municipais, as unidades da federação foram abordadas como universo de análise e através de processos analíticos, sendo determinadas as Mesorregiões e, em seguida, as Microrregiões dos Estados brasileiros.

também as relações sociais e urbanas nos recém-emancipados municípios. “A chegada das linhas férreas, no final do século XIX, trouxe novas características ao lugar, à paisagem e à região, diminuindo o tempo dos deslocamentos e transportes” (Lourenço, 2010, p. 97) e, como era de se esperar, propiciando o surgimento de novos lugares e povoações, como o município de Ibiá.

A implantação da ferrovia, no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, auxiliou no desenvolvimento da região e na ligação com outros Estados, como São Paulo, Goiás e Mato Grosso. As ferrovias “surgiram no Sul e no Triângulo somente após 1890. Essas duas zonas, estando próximas de São Paulo, se ligaram ao sistema ferroviário da Mogiana e ao Porto de Santos” (Wirth, 1982, p. 103). De forma que o prolongamento da Companhia de Estrada de Ferro Mogiana, que chegou em Uberaba no ano de 1889, proporcionou uma maior interação com os Estados das regiões mais distantes. Além disso, contribuiu para a penetração da economia de mercado nas localidades centrais do país.

Em 1919, a Estrada de Ferro Oeste de Minas⁷⁸ foi uma das encampadas pelo governo federal, vindo a ser arrendada pelo governo de Minas Gerais com a Rede Sul Mineira para formar a Rede Mineira de Viação, que se estendia pelos municípios de Araxá, Monte Carmelo, Patrocínio e Ibiá. Vale lembrar que na região já havia organizada a Estrada de Ferro Mogiana, com sede em Campinas, São Paulo, e se estendeu pelos municípios de Araguari, Uberabinha (Uberlândia) e Uberaba. De maneira que a ferrovia colocava em comunicação as localidades e a mobilidade da população, era um meio de circulação de notícias e produtos a nível material e cultural, na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, como os contatos realizados pelas religiosas missionárias de Nossa Senhora das Dores nessa região.

A ferrovia por onde chegava, gerava empregos, trazia o progresso, possibilitava a comunicação dos habitantes, até então isolados no interior do país, trazendo e levando pessoas, mercadorias e informação. Para tanto, foram construídas várias estações⁷⁹, tanto no meio urbano quanto na zona rural e em alguns locais grandes complexos ferroviários. Assim, vale salientar que além da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro – CMEF, a região em estudo era servida

⁷⁸ A rede ferroviária mineira Oeste de Minas, atingiu 2.279,4 km. De maneira que o crescimento da rede útil da estrada de ferro, de propriedade federal, elevou-se não somente pela expansão dos seus trilhos pelo interior do Estado, mas pela encampação de 156,4 km da Estrada de Ferro Paracatu, cuja construção iniciou-se em 1920, e 365 km da linha-tronco da Estrada de Ferro Goiás, entre Formiga e Patrocínio. Além dos 272 kms entre Ibiá e Uberaba, cuja concessão outrora havia pertencido à própria Goiás.

⁷⁹ Temos atualmente na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba poucas estações em funcionamento (Ibiá, Patrocínio, Araxá Nova, 3ª Estação de Uberaba, 5ª Estação de Uberlândia, Araguari Nova) que são estações operacionais da empresa ferroviária, em locais considerados estratégicos, entroncamentos ferroviários, pontos de recebimento de matéria a ser transportada, estando a grande maioria das estações abandonadas e ou sendo utilizadas com outras funções.

por mais duas companhias: a Estrada de Ferro Goiás – EFG em Araguari/MG – km 0 dessa ferrovia, implantada em 1909, e a Estrada de Ferro Oeste de Minas – EFOM que passa por Ibiá (1913) até Uberaba (1926). Das três companhias férreas, tem-se a Estrada de Ferro Elétrica Município de Sacramento – EFEMS, que operava uma linha de bonde entre a zona rural e a zona urbana de Sacramento, com a chegada dessas companhias férreas ocorreu o crescimento de algumas cidades e o surgimento de outros núcleos de povoamento na região.

Figura 8: Município de Ibiá no Alto Paranaíba



Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:MinasGerais_MesoMicroMunicip.svg

Nessas circunstâncias, as origens mais remotas do município de Ibiá estão associadas ao rancho de tropeiros que surgiu às margens do Rio Misericórdia, graças à doação de uma grande extensão de terras para formação de um povoado, onde se ergueria uma Igreja em louvor a São Pedro de Alcântara. Oficialmente, foram de 1818, as primeiras citações sobre o povoado de São Pedro de Alcântara, encontradas no Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais, de autoria de Waldemar de Almeida Barbosa. Em 10 de outubro de 1882, o povoado de São Pedro de Alcântara fora elevado a distrito, subordinado ao município de Araxá. Em 07 de setembro de 1923 criou-se o Município de Ibiá, emancipado pela Lei nº 483.

Doravante, o desenvolvimento de Ibiá ocorreu gradualmente, mediante o estabelecimento de prestação de serviços aos tropeiros e, posteriormente, os garimpeiros, no seu deslocamento em busca de novas áreas de mineração. Estes, devido às circunstâncias, passaram para a criação de gado, visando ao abastecimento de carne e fornecimento de animais de tração para garimpos remanescentes e para o povoado. Contudo, o impulso definitivo para a consolidação do crescimento de Ibiá só ocorre com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Goiás, em 1913.

A ferrovia não só se torna a principal artéria de comunicação da região, como contribui para a circulação de bens e produtos, dinamizando o comércio, mas também favorece a integração e/ou intercâmbio de pessoas e cultura: com novas informações e conhecimentos. Neste sentido, a rede ferroviária representa a modernidade, na medida em que reflete as mudanças de ritmos e mentalidades, associando-se aos projetos de superação do atraso, em busca da civilidade.

Associada a essa lógica, não há nada mais significativo, em termos de movimento urbano e desenvolvimento para o município de Ibiá, nesse período, que a criação da oficina de manutenção de locomotivas e vagões da Rede Mineira de Viação. A rede ferroviária proporcionou o aumento considerável de trabalhadores, com boa remuneração, de forma que o grupo de ferroviários se torna o principal grupo consumidor da cidade, propiciando o desenvolvimento em vários setores.

A Rede Mineira de Viação corta o território do município de leste a oeste, servindo todos os seus distritos. Contudo, uma segunda via de comunicação corta o município de sul a norte, constituindo a malha rodoviária⁸⁰. “A rodovia estadual Belo Horizonte–Uberaba tem contribuído para o desenvolvimento econômico do município, ligando-o diretamente à capital do Estado e à Uberaba, principal centro comercial do Triângulo Mineiro” (Araujo, 1942, p. 11).

Com a diversificação da rede de transportes o município de Ibiá alcança uma maior fluidez nas relações interestaduais com possibilidades de contato com grandes centros urbanos do país. Assim, somando a interpenetração das linhas de trens e a dinâmica em suas estações, que assumem um conteúdo social e territorial, introduz-se e sucedem-se elementos da modernidade, naquele contexto. Ocorre a criação de locais de polarização e aglutinação de pessoas, a partir da estação, pois em seu entorno, são construídos outros prédios ferroviários

⁸⁰ Não houve igualdade de investimentos nos dois modais, e sim um maior grau de investimento nas rodovias, ficando a ferrovia relegada a um segundo plano; mesmo com a encampação de dezenove ferrovias pelo governo federal e a criação da Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA, em 1957. O baixo investimento do Estado, na melhoria da malha e na tecnologia envolvendo as máquinas e vagões, tanto de passageiros como de cargas, levou a uma concorrência desleal entre o trem e os veículos automotores.

que davam apoio às atividades ferroviárias; edifícios particulares, como armazéns, vendas de secos e molhados e residências.

Neste contexto, a ferrovia dinamiza o processo de povoamento da região, além de contribuir de forma significativa para o processo de concentração populacional. Desencadeando um movimento de expansão comercial gradual que provocou modificações na paisagem urbana das pequenas cidades que emergiam. A ferrovia representava a modernidade, na medida em que refletia as mudanças de ritmos e mentalidades, associando-se aos projetos de superação do atraso, em busca da civilidade. Consequentemente, entrelaçada a essa visão e desejo de mundo moderno, “[...] se ancora a política educacional assentada na escola graduada, na defesa da escolarização, na luta contra o analfabetismo” (Araujo, 2008, p. 9).

Em Pierre Bourdieu (1998), na medida em que se discute a ideia de região, oferece-se uma chave para a análise da construção das redes educacionais e religiosas locais e regionais. Para este autor, uma região não é definida apenas por aspecto físico geográficos, mas por suas características econômicas, administração governamental e eclesiástica, língua e dialetos falados, construção oferecida à população dentre outros aspectos humanos. Apropriando-se desta ideia, entende-se o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba como o “lugar” de atuação e influência das religiosas missionárias de Nossa Senhora das Dores e do Colégio Normal São José, pois, “o que faz uma região não é seu espaço ou seus limites, mas o tempo, a história e a cultura” de cada localidade (Bourdieu, 1998, p. 115).

Para tanto, a multiplicação de dioceses⁸¹, com a consequente redistribuição das divisões territoriais das paróquias, surgiu como uma necessidade premente na política da criação de centros de decisão, mais próximos, estrategicamente localizados para estimular, supervisionar e controlar as tarefas pastorais da Igreja Católica, especialmente no que se refere à sua missão educativa/evangelizadora. Contudo, a expansão das províncias eclesiásticas⁸² não daria os resultados esperados para a aplicação do plano de ação da Igreja, se não houvesse um mínimo de convergência de pontos de vista, de coordenação de esforços e de unidade de objetivos entre as dioceses e suas respectivas paróquias.

⁸¹ As dioceses são circunscrições territoriais sujeitas a administração eclesiástica de um bispo. Uma diocese é erigida pelo Papa. Até o Concílio Vaticano II, as dioceses eram vistas apenas como territórios. Porém, após o Concílio, o Código de Direito Canônico, define as dioceses inspirado no Decreto “Christus Dominus” do Concílio Vaticano II” “A diocese é uma porção do povo de Deus confiada ao pastoreio do Bispo com a cooperação do presbitério, de modo tal que, unindo-se ela ao seu pastor e pelo Evangelho e pela Eucaristia, reunida por ele no Espírito Santo, constitua uma Igreja Particular...” (Código de Direito Canônico, 1983, Can. 364, p. 175).

⁸² Províncias eclesiásticas são divisões territoriais e administrativas da Igreja Católica cujo objetivo é organizar e tornar mais eficaz a gestão e o controle das populações e do território. Seus modelos paradigmáticos são as paróquias, missões, prefeituras apostólicas, prelazias, dioceses e arquidioceses.

Segundo o anuário católico publicado, em 1957, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em sua primeira edição, o Estado mineiro estava organizado conforme as seguintes circunscrições eclesiásticas⁸³, três Arquidioceses: Belo Horizonte, Diamantina e Mariana, e estas constituídas por quatorzes Dioceses: Araçuaí, Aterrado, Campanha, Caratinga, Governador Valadares, Guaxupé, Juiz de Fora, Leopoldina, Montes Claros, Oliveira, Patos de Minas, Pouso Alegre, Sete Lagoas, Uberaba; e por uma *Prezalia Nullius*⁸⁴ de Paracatu.

Figura 9: Divisão de Minas Gerais em Dioceses - 1960



Fonte: Anuário Católico do Brasil (1960, p. 1.281).

Na Figura 9, observa-se as três províncias/circunscrições eclesiásticas, Belo Horizonte, Diamantina e Mariana, que no período em análise coordenavam as ações da Igreja Católica no Estado de Minas Gerais. O Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba pertencia a Província Eclesiástica de Belo Horizonte⁸⁵. Enquanto, a Paróquia de São Pedro de Alcantara, no município de Ibiá, pertencia a Diocese de Uberaba, até 1955, pois a partir dessa data passará a pertencer a Diocese de Patos de Minas, como se vê com maiores detalhes neste estudo.

Todavia, a despeito das relações hierárquicas, a autoridade papal permanece suprema. De maneira que os meios mais importantes através dos quais o Vaticano exerce a influência no desenvolvimento das Igrejas nacionais são as nomeações episcopais. Os bispos são os líderes

⁸³ As circunscrições eclesiásticas são divisões eclesiásticas do país, a saber: Arquidioceses, Dioceses, Prelazias Nullius, Abadia Nullius e Ordinariato para os fieis de rito oriental (Anuário Católico do Brasil, 1960, p.43).

⁸⁴ Prelazia Nullius é um território particular, com clero e povo próprio, distinto e separado de qualquer Diocese, governado por um Prelado, denominado, por isso, “Nullius dioeceseos” o qual é investido da dignidade prelática. A Prelazia Nullius é uma Circunscrição Eclesiástica de ordem inferior à das Dioceses, do mesmo modo que o Pelado Nullius é inferior ao Bispo, embora o Prelado Nullius possa ser, também, investido do caráter episcopal (Anuário Católico do Brasil, 1960, p. 43).

⁸⁵ No Anuário Católico do Brasil publicado pelo CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais), em 1965, consta a Província Eclesiástica de Uberaba formada pelas Dioceses de: Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas e Paracatu, como se pode observar no Anexo 2º desse estudo.

formais de suas dioceses locais. Enquanto os núncios apostólicos⁸⁶ são os representantes do Vaticano nos diversos países, são eles que, em grande parte, determinam o processo de nomeação dos bispos.

Para organizar o episcopado, com o objetivo de interferir na política interna brasileira em defesa do catolicismo, a Igreja precisava fortalecer a hierarquia eclesiástica, estabelecer uma unidade de conduta, diagnosticar a situação das dioceses e promover sua reorganização, de maneira a criar um ambiente adequadamente sólido para uma ação conjunta e organizada da Igreja.

O aumento do número de dioceses, após a proclamação da República, foi determinado pela maior aproximação da Igreja Católica do Brasil com o Vaticano. No “período de 1890 a 1900, as dioceses passaram de 12 para 19; de 1900 a 1910, de 19 para 41; em 1920 são 58 dioceses; em 1930 são 88 dioceses; em 1940 são 100 dioceses, e em 1950 já são 145 dioceses” (Lustosa, 1977, p. 63). Os bispos brasileiros, em suas províncias e dioceses, tinham maiores facilidades em entender-se com as autoridades estaduais e municipais, inclusive para obter benefícios e subvenções. Nesse contexto, nos idos da década de 30, o município de Ibiá estava sob os cuidados da diocese de Uberaba.

Todavia, mesmo com estas mudanças, a Igreja ainda sofria com a falta de unidade, gerada, em parte, pelo isolamento geográfico. Pois, ainda predominava uma ação dispersiva e tumultuada, marcada pelo provincialismo do catolicismo e pelo isolamento regional, frutos da centralização da política eclesiástica e civil.

Vale ressaltar que, nesse período, o catolicismo e o patriotismo são duas forças ideológicas que atendem às necessidades de ordem e harmonia na sociedade brasileira republicana, e de forma peculiar na sociedade mineira. Nesse sentido, ocorre implicitamente um convite à ação cívica e religiosa ao mesmo tempo, principalmente nas cidades do interior das Minas Gerais. Assim, as religiosas missionárias de Nossa Senhora das Dores, a pedido de D. Frei Luiz Sant’Ana, bispo de Uberaba, inauguram na cidade de Ibiá, o Colégio Normal São José.

A partir da segunda metade do século XIX, Uberaba foi conquistando o status de portal da expansão capitalista para o interior, ligando o Triângulo Mineiro e os Estados vizinhos à região do Brasil Central. O Papa Pio X atendeu às solicitações de D. Eduardo Duarte Silva⁸⁷,

⁸⁶ A Nunciatura brasileira foi a primeira representação diplomática moderna na América latina. O representante diplomático da Santa Sé no Rio de Janeiro também representava os demais países da América Latina, na condição de delegado apostólico.

⁸⁷ O Papa Leão XIII, pessoalmente, convidou Mons. Eduardo para ser bispo da Diocese de Goiás. Para tomar posse de sua Diocese, D. Eduardo viajou do Rio de Janeiro até Uberaba de trem, onde permaneceu por dois ou três dias

criando a Diocese de Uberaba, que passou a representar toda a região do oeste de Minas. D. Eduardo exerceu durante quinze anos o episcopado como bispo de Uberaba. Com a sua retirada, em 1925, D. Antônio de Almeida Lustosa continuou o seu empreendimento educativo evangelizador e foi importante líder da restauração católica na região. Sendo transferido para Corumbá, em 1929, assumiu seu lugar o bispo D. Frei Luiz Maria de Sant'Ana, ingressante da Ordem dos Capuchinhos Franciscanos. Ele também ampliou o trabalho educacional na diocese, promoveu a vinda dos Padres Estigmatinos que receberam as Paróquias de Ituiutaba e Uberaba; dos Padres Capuchinhos, em Frutal e Carmo do Paranaíba, as Missionárias de Jesus Crucificado que abriram a Escola Normal em Uberlândia e as Missionárias de Nossa Senhora das Dores, em Ibiá.

Quadro 1: Ordens e Congregações Religiosas Femininas: Triângulo/Alto Paranaíba

CONGREGAÇÃO	DATA DE CRIAÇÃO	LOCAL DE INSTALAÇÃO	INSTITUTOS	ASSISTIDOS	TOTAL DE IRMÃS
Congregação de N. Senhora do Amparo	1939	Conquista	Colégio	80	6
Irmãs Dominicanas	1885	Uberaba	Colégio	700	95
Irmãs Franciscanas das Escolas Cristãs	1838	Araxá	Orfanato	30	4
Irmãs Missionárias de Nossa Senhora das Dores	1937	Ibiá	Colégio/Patronato	104	9
Irmãs Missionárias de São Carlos	1939	Ituiutaba	Colégio	70	8
Irmãs do Sagrado Coração de Maria	1918	Araguari	Colégio	764	116
Irmãs do Sagrado Coração de Maria	1918	Patrocínio	Colégio	200	-
Pia União Jesus, Maria, José	1915	Uberaba	Asilo	105	10
Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade	1940	Uberaba	Domésticas do Seminário	-	3
Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado	1932	Uberlândia	Colégio	350	34
Congregação das Irmãs de São José	1941	Prata	Ginásio	-	4

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Anuário Católico (1943, p. 392).

organizando sua viagem em comitiva, isto é, em turma de tropeiros que se encarregavam de toda a viagem, a cavalo, até Goiás. [...] Incluindo Uberaba, no final do século XIX, a Diocese de Goiás incluía todo o Estado de Goiás até a Arquidiocese de Mariana, no Sul de Minas. Tinha 94 paróquias e 54 estavam sem padre. [...] D. Eduardo Bispo de Goiás desde 1891, passou, de 1896 a 1907, a residir em Uberaba. D. Eduardo escolheu como sua residência esta cidade porque, à época era uma cidade de grande desenvolvimento, com um bom jornal e sobretudo porque ligada a São Paulo e Rio de Janeiro por muito boa Estrada de Ferro e ligada ao mundo por via telegráfica e postal. Também em homenagem à cidade de Uberaba que o acolheu tão bem, logo nos primeiros meses solicitou ao Vaticano para ser criada a nova Diocese de Uberaba, desmembrando-a do vastíssimo território da Diocese de Goiás (<https://arquidiocesedeuberaba.org.br/dom-eduardo-duarte-silva>).

Avaliando o projeto educativo católico no contexto brasileiro, especificamente o de Minas Gerais, compreende-se que a Igreja assumiu de forma significativa a tarefa educacional. No Quadro 1, elaborado a partir do Anuário Católico, sinopse da hierarquia eclesiástica brasileira - ordens e congregações religiosas, apresenta um retrato do Brasil católico em que fica nítida a relevância que as congregações desempenharam nesse período referente ao número de colégios em atividade na região do Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba. De modo que a colaboração da ação católica se profissionaliza e se intensifica, principalmente através do trabalho educativo desenvolvido pela Igreja por meio das diversas atividades desempenhadas pelas congregações. Como apresentado no Quadro 1, as congregações femininas além de criarem escolas, dirigem hospitais⁸⁸, fundam sanatórios e estão constantemente envolvidas em atividades sociais, que de maneira geral justificam sua existência.

Contraditoriamente, as atividades envolvendo as congregações femininas esbarram na busca pela mulher em encontrar o seu espaço de atuação na sociedade urbana, ora em ascensão. Pois, as congregações femininas além de oferecer oportunidade de escolarização e formação técnica em seus colégios, geravam grandes tensões e conflitos na configuração social tradicional, largamente defendida pela Igreja, contribuindo para o processo de emancipação da mulher na sociedade, o que se analisou com mais detalhes no próximo tópico desta seção.

Assim, para além do papel de mantenedora da vida de fé e da moral da população, as congregações religiosas participaram de toda a dinâmica da sociedade. A visita aos doentes, a fundação e direção de associações religiosas, a intensificação dos exercícios de piedade na preparação das festas religiosas são meios pelos quais exercem influência e afeição sobre o povo. Nesse sentido, estas congregações se encarregam da missão religiosa e educativa e, também têm como princípio a ação reformadora da Igreja de moldar o catolicismo, conforme o modelo romano e republicano, segundo contexto político e sociocultural brasileiro.

Embora a evangelização não esteja expressa como missão em todas as congregações, a maioria evangeliza nos colégios, cuja missão é educar; ou nos movimentos sociais, onde tem a missão de assessoria, em suas obras sociais como os asilos, os pensionatos ou os lares de acolhimento.

⁸⁸ As Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores além do Colégio Normal São José, nesse mesmo período, dirigiam o Hospital Regional Antônio Dias, em Patos de Minas.

2.1.1 Estado *versus* Igreja e o papel da mulher na sociedade em transformação: uma questão de gênero e de classe social

Faz-se necessário analisar as relações existentes entre as origens históricas de subordinação da mulher e seus possíveis entrecruzamentos com as relações de classe social e educação. As classes sociais, como totalidades parciais que são, apresentam, pelo menos do ponto de vista reprodutivo, a autonomia necessária à sua perpetuação física. A complementaridade da relação entre os sexos no momento da reprodução constitui, pois, importante dado a ser levado em conta na análise da condição da mulher nas sociedades de classes.

As relações de gênero e classe social, utilizando-se das mesmas premissas de Joan Scott (1994) demonstra que o sistema de gêneros se constrói segundo paradigmas religiosos, filosóficos, legais e políticos que definem as categorias sociais e culturais atribuídas a homens e mulheres, na medida em que a educação, as relações familiares e de trabalho incidem na interiorização e reprodução dos papéis sexuais.

A Igreja sempre se ocupou das questões educacionais, como condição para a veiculação de ideias e valores, assim a implantação do Colégio Normal São José em Ibiá foi estimulada pelos líderes políticos e membros do clero, com a finalidade de atender às dificuldades diante da lacuna de uma educação escolar voltada para o público feminino. A criação de uma escola normal em Ibiá atendeu às demandas locais e regionais de mestras, que atuariam no ensino primário, em expansão, principalmente por meio da criação e implantação de grupos escolares, no final da Primeira República, além das inúmeras escolas primárias reunidas e isoladas, urbanas e rurais.

Contudo, muitas articulações, acordos e arranjos internos de ordem política, religiosa e social serão necessários até a materialização do desejo comum que circundavam os interesses da ação católica representada pela Diocese de Uberaba, a Paróquia de Ibiá e a Congregação RMNSD, e os interesses políticos educacionais da sociedade local. No livro de Tombo da Paróquia São Pedro de Alcântara, em Ibiá, nos documentos históricos do Colégio Normal São José, acrescido dos documentos do acervo da Congregação RMNSD, localizou-se as formas de comunicação e interação dos diferentes sujeitos que participaram do movimento de idealização, captação de recursos e interlocução com o governo de Estado, até a materialização da instalação e criação do Colégio Normal São José.

Na carta assinada por Madre Maria de Jesus, em 16 de outubro de 1934, ao Padre Jacinto Fagundes⁸⁹, Pároco de Ibiá, ela apresenta em cinco laudas, descrita didaticamente em nove tópicos todos os desafios/dificuldades que deveriam enfrentar no processo de instalação do Colégio Normal São José. Um ponto a considerar é a forma como a Madre recebe a notícia da nomeação do prefeito Dr. Getúlio Portela: “ficamos contentes com a nomeação do novo prefeito católico e com as promessas feitas por ele em favor do Colégio”.

Getúlio Portela, era médico e dirigiu o município de Ibiá como prefeito nomeado pelo governador Benedito Valadares⁹⁰ no conturbado período da Era Vargas⁹¹ e da segunda guerra mundial, seu mandato teve início em julho de 1935 e terminou em junho de 1946, governou por onze anos ininterruptos apoiado por aquele contexto histórico-político. A construção do prédio da prefeitura e a urbanização da Praça São Pedro, onde se encontra a Igreja Matriz de Ibiá, com a implantação do jardim, são os destaques de sua administração.

Por mais modestos que desejemos ser, por mais restrita que seja a nossa apreciação, não poderíamos deixar de indicar o Prefeito de Ibiá como símbolo de honestidade, patenteada no milagre da ressurreição de Ibiá, prova indiscutível do bom emprego da renda que arrecada; verdadeiro administrador soube, com firmeza, solucionar, um a um, todos os problemas ligados, por assim dizer, à restauração do patrimônio que, em feliz hora, lhe fora entregue pelo Governador do Estado. Por tudo que tem realizado, pelo muito que poderá construir, o Dr. Getúlio Portela, merece a consideração de seus dirigidos, assaz inteligentes para compreenderem o desinteresse pessoal do administrador que o Governo Mineiro lhes deu; e, para a grandeza de Ibiá, para a prosperidade e felicidade de seus filhos, só há um caminho a seguir: os ferroviários de Ibiá, na grande manifestação tributada ao prefeito, já deram o exemplo, unindo-se com o Dr. Portela e sem atribuir a nós mesmos o dom da profecia, acreditamos que o povo de Ibiá formará com o ferroviário a frente única, ao lado do laborioso prefeito, pela prosperidade desse belo recanto mineiro (Atlântida, ago./1945).

No Folhetim Atlântida de 1945, que trata da imagem do município de Ibiá, indica uma relação de aproximação e harmonia entre os representantes políticos local e estadual, além de uma moral fortemente religiosa que aponta para o desejo de modernidade: “no milagre da

⁸⁹ De 1932 a 1934, Revmo. Pe. Jacinto Fagundes foi vigário da paróquia São Pedro de Alcântara de Ibiá, de 1935 a 1936 foi o Conego Salvador Antônio de Santa Maria, de 1936 a 1940, Pe. José Borges Mundim (Araujo, 1942, p. 8).

⁹⁰ Benedito Valadares, em 1935, foi eleito pela Assembleia Legislativa mineira, governador de Minas Gerais. Com a chegada do Estado Novo, em 1937, foram nomeados interventores para os Estados, Benedito Valadares, porém, continuou no cargo de governador, e continuou usando o título de governador, mantendo estreita fidelidade ao presidente Getúlio Vargas.

⁹¹ Era Vargas é o período em que Getúlio Vargas governou o Brasil por 15 anos, de forma ininterrupta de 1930 a 1945. Esse período foi um marco na história brasileira, em razão das inúmeras alterações que Getúlio Vargas fez no país, tanto sociais quanto econômicas.

ressurreição de Ibiá”. De forma que a modernidade se configura como algo que é produzido a partir do movimento da própria vida, a vida em toda a sua complexidade, produzindo eixos de relações que modificam o espaço vivido e redefinem o sentido da sua existência.

A ferrovia é percebida pela sociedade ibiaense como presença material e simbólica e se estabelece como necessidade às conexões dos lugares e das pessoas com toda a região. A estação de São Pedro de Alcântara situada no quilometro 674.360 foi inaugurada em 15 de novembro de 1913, servindo também as cidades de Araxá e São Gotardo e sendo ponto de entroncamento do ramal de Uberaba. A estação adquiriu um papel importante na vida urbana e rural do município de Ibiá, local de chegadas e partidas, de horários pré-estabelecidos, de modificação da dinâmica de ligação entre as cidades, transportando pessoas, mercadorias e ideias. Na carta de Madre Maria de Jesus, de 16 de outubro de 1934, ela sugere ao Padre Jacinto Fagundes que comece a noticiar e a propagar a existência do Colégio Normal São José. “Pensei também que V. Rev.ma poderia mandar fazer prospectos sobre o Colégio e esses prospectos serem distribuídos a todos e em toda parte, por exemplo, na porta da Matriz, na Estação, etc.; como meio de propaganda”.

Assim, é através das ferrovias, no primeiro momento, que a Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores consegue estabelecer todos os contatos e articulações necessárias no processo de expansão de sua missão evangelizadora e educacional, com a ligação das diferentes regiões e dioceses, com a possibilidade de transportes de mercadorias, pessoas e sonhos, inspirados nos desejos de progresso.

A sociedade ibiaense da década de 1930, como na maioria das cidades interioranas mineiras, defendia a criação das escolas normais femininas, pois estas estavam fortemente associadas com o ideal de progresso que buscavam alcançar. Contudo, vale sublinhar que na sociedade patriarcal, a mulher era considerada um ser inferior ao homem, incapaz de conduzir sua vida sem o amparo masculino. Dentro de uma sociedade urbana e burguesa, as mulheres das classes letradas poderiam conquistar progressivamente o espaço público.

Entre os católicos inflexíveis contra o mundo moderno, o chamado constante das mulheres para seus deveres de guardiãs da ordem patriarcal é o mais forte. Às mulheres devem renunciar, obedecer e consentir a sua própria sujeição. No entanto, a exaltação da diferença, do feminino (figura da Virgem Maria) pôde alimentar uma forte consciência de gênero e, com isso, um feminismo cristão, às vezes missionário e combativo, baseado na promoção dos valores femininos como forma de salvação (Perrot, 2005, p. 272).

Conforme apontado por Perrot (2005), na citação acima, os princípios cristãos trouxeram consigo as ideias de superioridade masculina e subordinação feminina, consagrando

como norma cultural a tradição do poder patriarcal, tanto na família quanto nas relações econômicas e sociais, e até mesmo na dinâmica interna da própria Igreja. O apego aos dogmas e à autoridade, a prática de princípios morais e de subserviência constituíam os fundamentos básico no processo de evangelização e educação das mulheres.

Romantizadas pela ideologia patriarcal, as mulheres buscavam, no casamento, uma estabilidade econômica e social que lhes permitia cumprir seu papel social de esposa e mãe. Já as moças das classes trabalhadoras eram totalmente negligenciadas quanto à sua escolarização. Os estereótipos das relações de gênero eram fortemente demarcados, e o ideal de feminilidade se enclausurava nos restritos limites da vida doméstica, nas mais diferentes classes sociais (Chamon, 2005, p. 39).

Assim como analisado por Chamon (2005), as características da sociedade patriarcal estão associadas às diferenças impostas entre homens e mulheres nos aspectos relativos às práticas sociais, econômicas, políticas, religiosas e educacionais, nas quais o processo de subordinação feminina é expresso. Embora o patriarcado seja uma forma de pensamento e ação implantada em um contexto cultural amplo, sua primeira localização ocorre no interior da família e envolve o poder masculino sobre a dependência feminina.

Quanto ao tema relacionado à família, o Código Civil de 1916, demonstra um modelo de organização familiar específico, marcado pela moral e pela tradição. Em parte, conseguiu expressar relações existentes no seio da organização patriarcal brasileira, ao contemplar o pátrio poder, as diferenças entre filhos legítimos e ilegítimos, biológicos e adotados, a figura do marido como chefe da relação conjugal e mais uma significativa quantidade de regras e procedimentos de conteúdo moral cristão, bem ao gosto das classes a quem o código se destinava. Em decorrência do lugar ocupado pela mulher no mercado de trabalho e da efetividade dos ideais de igualdade, em 1962, retirou-se a mulher do artigo que classificava os relativamente incapazes⁹². Todavia, a abertura do mercado de trabalho para as mulheres e as alterações no regime patriarcal não se deram sem reivindicações.

As mulheres tiveram que enfrentar uma batalha para conseguir introduzir-se no campo de trabalho remunerado e alcançar a liberdade de atuação no mercado de trabalho, com autonomia e uma certa independência financeira. Elas buscavam encontrar o seu espaço de atuação na sociedade urbana ora em ascensão. Mas, tal atitude gera grandes tensões e conflitos na configuração social tradicional, largamente defendida pela Igreja e por uma grande parte da sociedade conservadora. Uma similaridade entre a mulher e o lar é criada como forma de

⁹² Em 1977 a Lei nº 6.515 incluiu o inciso IV no art. 267, para permitir o divórcio como uma das modalidades da dissolução conjugal.

representação simbólica que submete a mulher a um trabalho de socialização que tende a diminuí-la pela aprendizagem da resignação. O que reforça que as relações sociais são produzidas considerando não apenas as diferenças de classes sociais, mas também as relações hierarquias e sexualmente construídas.

O casamento é obrigatório como garantia de moralidade, o celibato é desonrado como ato de ingratidão. O adultério e até mesmo o concubinato, perdoáveis em uma sociedade desigual, tornam-se "crimes sem desculpas". A escolha do cônjuge está submetida às necessidades da família e do grupo, e o convívio dos jovens se desenrola "sob os olhos de suas mães", censoras dos bons costumes. No ateliê bem como na escola, os sexos são separados; no baile, a mulher dançará apenas com seu marido; a arte bane a nudez na pintura assim como nos romances (Perrot, 2005, p. 172).

Como apontado por Perrot (2005), as mudanças sociais que se iniciaram na sociedade brasileira despertaram logo a atenção da hierarquia eclesiástica. De maneira que a Igreja, a preservação dos valores morais da família, como uma de suas metas prioritárias, propugnando por uma ordem social conservadora que impedisse quanto possível as transformações sociais em marcha no país.

Sobre a importância da família, instância de regulação fundamental, há unanimidade. Átomo da sociedade civil, ela é a administradora dos "interesses privados", cuja boa manutenção é essencial para a marcha dos Estados. Pedra angular da produção, ela garante o funcionamento econômico e a transmissão dos patrimônios. Célula de reprodução, ela engendra os filhos, aos quais dá uma primeira socialização. Fiadora da consciência nacional, ela vela sobre a sua pureza e sua saúde. Cadinho da consciência nacional, ela transmite os valores simbólicos e a memória fundadora (Perrot, 2005, p. 458-459).

A sociedade esperava que a mulher desempenhasse suas obrigações como zelo à família, a educação dos filhos, apoio ao marido, enfim, que acatassem o papel do anjo tutelar tão privilegiado nos romances da época. O decreto-lei nº 3200, de 19 de abril de 1941, dispõe sobre os efeitos civis do casamento religioso, estabelece incentivos financeiros ao casamento e à procriação, e facilita o reconhecimento de filhos naturais. O decreto tinha como pretensão dar proteção às famílias brasileiras, mas consegue abarcar a política de previdência social e o papel da mulher na sociedade relacionando inclusive o acesso à educação.

Nesse contexto, o casamento deveria unir capacidades de trabalho, o homem deveria ser trabalhador, provedor da subsistência de sua família; e a mulher, por sua vez, deveria ser prezada: cuidar e educar os filhos, costurar, lavar e cozinhar, etc. Desse modo, a mulher era a figura central da esfera doméstica, ponto de encontro e convergência para a manutenção da unidade familiar. Ao ser restringida à esfera privada, a mulher ficava responsável pelos cuidados

da harmonia do lar e a capacidade procriadora através da maternidade. Assim, ela resumia seu poder civilizatório, gerar descendentes saudáveis e educá-los na fé cristã.

No entanto, com a emergência dos valores burgueses novos critérios de conduta social, hábitos e costumes acabam se somando ao que se esperava da mulher. Novos atributos incluem-se às competências da mulher, domínio da maternidade, a polidez e a ilustração, para além do domínio do espaço privado a iminente ocupação do espaço público. Pois, se até então o papel social da mulher estava restrito somente à esfera doméstica, com o processo de urbanização e expansão do setor secundário e terciário, para ela também se abriam novos espaços para atuação, além das oportunidades de circulação e socialização em diferentes espaços como salões, teatros e mesmo as associações religiosas.

Certamente, um dos lugares mais importantes de sociabilidade das mulheres era mesmo a Igreja, visitada praticamente todos os dias, aos domingos participavam das missas, reza do terço, dos bazares de caridade, além de outros ofícios ligados à Paróquia. As mulheres exerciam um protagonismo, a partir da religião, como uma necessidade de ser e agir, de empenhar-se e de influenciar a sociedade à qual fazia parte. Assim, paulatinamente deixaram de ser as procriadoras incultas para tornarem-se as futuras esposas educadas, conhecedoras das necessidades do marido e dos filhos, alicerces da moral e dos costumes, fiéis guardiãs do lar cristão e patriótico, além da possibilidade de exercer atividades remuneradas fora da esfera doméstica.

Nesse cenário, para onde convergiam os mais variados interesses, uniram-se a sociedade e a Igreja Católica. Entretanto, o processo de urbanização, o crescimento demográfico das cidades e as constantes transformações sociais ocorridas, no início do século XX, passaram a sinalizar para a educação da mulher, como meio possível de criar condições para o progresso e ordenação do país. A mulher passou a ser vista como a grande responsável pela educação e, conseqüentemente, pela ordem social, mas, sobretudo, precisava ser preparada e esclarecida de sua missão. Pois, a sociedade brasileira que desponta com a República era mais complexa, com uma maior concentração urbana e novos estratos sociais, diversificando os interesses, origens e posições sociais.

Importante lembrar que tanto a urbanização quanto a industrialização não atingiram da mesma forma grupos diferentes da população. As diferentes camadas sociais viveram alterações em ritmos diferentes. Assim, as transformações histórico-sociais não fazem parte de um tempo único, de maneira que os diferentes espaços/regiões do Brasil e as diferentes classes sociais sofreram mudanças de intensidades distintas.

O desenvolvimento progressivo da vida urbana provocou o enfraquecimento do modelo de família patriarcal originário do mundo rural, e paulatinamente diminui o sentido de dependência da mulher com relação ao marido, pois esta passou a exercer algumas atividades fora do lar. Em Minas Gerais, na região do Triângulo Mineiro/Alto Parnaíba, as mulheres operárias já vinham trabalhando fora de casa desde o início do século XX, sobretudo nas lavouras de café e indústrias de transformação da agropecuária. Mesmo nas classes médias, começam a haver uma abertura em termos de maiores oportunidades de profissionalização, principalmente como servidoras públicas: secretárias, contabilistas, professoras, etc.

A sociedade, enquanto sociedade capitalista, exige, não de modo uniforme e institucionalizado, mas periodicamente, certos trabalhos femininos. À medida que ocorria o processo de industrialização a força de trabalho feminina vai sendo absorvida, no grau em que a fase de desenvolvimento econômico permite, no setor secundário e terciário do sistema de produção dominante. De forma que a evolução do trabalho feminino tem sido encarada como decorrência da secularização das atitudes, da mudança de estrutura da família etc. Além do controle da natalidade e a organização de serviços creches maternas que criaram as pré-condições para o trabalho feminino fora do lar.

Contudo, o mundo econômico não era estranho à mulher. A mulher mineira das camadas trabalhadoras era ativa, trabalhavam na lavoura, nas lojas, nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, além de realizar as tarefas domésticas. Pode-se dizer que tanto a Igreja quanto a vida religiosa acompanharam o processo de modernização social e colaboraram com ele, mas a partir de valores e concepções tradicionais, que ainda encontravam acolhida na sociedade, principalmente nas questões que respondiam ao mundo privado da família e as suas funções também em processo de mudança. Assim, o trabalho das religiosas missionárias de Nossa Senhora das Dores em Minas, e especificamente em Ibiá, somar-se-á a crescente demanda de serviços feitos às mulheres para atender às necessidades postas pela modernidade.

A modernidade é uma consciência cultural que se propõe como um projeto, ou seja, algo que se lança para adiante. Revela ideais, crenças e aspirações, os quais, em suma, afirmam que cabe ao homem conhecer suas capacidades como sujeito da história. A modernidade seria então um ideal que situa no sujeito humano o projeto que ela faz de si mesmo, situa no sujeito humano o destino de sua história, cabendo tão somente ao homem e à sociedade buscar traçar o seu destino, mas nele interferindo e avaliando-o. Nesse sentido, a historicidade humana é posta como o lugar do homem, cabendo-lhe descobrir na história o sentido de sua humanidade (Araujo, 2007, p. 182).

Na esteira do mundo moderno a sociedade precisava, por sua vez, de novos atores sociais para o seu desenvolvimento. Cada vez mais latente o desejo e a necessidade de se instruir

a mulher, a fim de que ela pudesse vir a desempenhar a contento as novas tarefas que a vida lhe reservava. Nessa conjectura, a mulher clama por mais oportunidades de educação adequada para que ela possa participar da vida pública. A modernidade exigia um povo disciplinado na ética do trabalho, e à ação educativa das professoras primárias contribuía para o avanço da nação sem, contudo, perturbar a sua ordem.

Enquanto a educação se projetou como fator de progresso, a escola se lançou como espaço de formação moral e cívica. A escolarização maciça foi pensada como solução para anular o analfabetismo. A ausência de pessoas na escola foi relacionada com a ideia de marginalização (exclusão, alheamento) em que se situavam as mulheres quanto às oportunidades de ocupar uma posição técnica, de serem remuneradas pelo seu trabalho e de conquistarem um lugar sólido na esfera pública (Ribeiro; Araujo, 2021, p. 31).

Enquanto a educação se projetou como fator de progresso, como analisado por Ribeiro e Araújo (2021), os papéis sociais da mulher e suas necessidades de instrução eram percebidos em consonância com as reformas sociais e políticas que cada corrente de pensamento pretendia realizar. Neste contexto histórico, a Igreja Católica representou o pensamento conservador, desdobrando seus esforços por manter a ordem social estabelecida.

Assim, a “história das mulheres é relacional, inclui tudo o que envolve o ser humano, suas aspirações e realizações” (Del Priore, 1997, p. 08). Ela é fundamental para se compreender a história geral, embora haja a necessidade de construir uma nova concepção histórica das mulheres que não seja mascarada exclusivamente pela fala dos homens e ausente dos contextos reais históricos.

Contudo, é preciso tratar as relações entre mulheres e homens a partir de uma ótica que faça como que estes sujeitos não sejam vistos em separados. Avaliando a importância da história das mulheres, sem, contudo, desprezar ou supervalorizar a participação do homem na constituição dos fenômenos históricos. De maneira que na busca em aprofundar as discussões e analisar de modo mais rigoroso o processo de como se dá e porque se reproduz a invisibilidade da mulher, será preciso construir relações mais equitativas no que se refere a mulheres e homens, sujeitos históricos de igual valor no processo de constituição das sociedades.

Os estereótipos masculinos ou femininos são cultural e socialmente impostos desde a infância e transmitidos pela linguagem muito antes que as crianças percebam as diferenças entre os sexos. Num sentido mais restrito o conceito de gênero refira-se aos estudos que têm a mulher como objeto; num sentido amplo este deve ser entendido como uma construção social, histórica e cultural, elaborada sobre as diferenças sexuais. Portanto, o conceito de gênero não se refere, especificamente, a um ou outro sexo, mas sobre as relações que são socialmente construídas

entre eles. Essas relações estão imbricadas, por sua vez, com as relações de poder que revelam os conflitos e as contradições que marcam a sociedade.

Nesta perspectiva, a diferença entre homens e mulheres é aceita, mas não é desculpa para desigualdades, o que significa um modelo de conduta pelo qual as peculiaridades entre os dois sexos sejam consideradas. É importante ponderar as configurações de poder entre os gêneros, da mesma forma que os significados, as normatizações valorativas, as práticas e os símbolos, que variam de acordo com as culturas, a religião, a economia e as classes sociais, como exemplo do que propõe neste estudo para os próximos capítulos.

Como exemplo de símbolo tem-se a utilização da figura feminina como alegoria cívica nos primeiros tempos republicanos, inspiradas no ideário francês, no qual a República sempre foi representada como mulher. Num momento em que se redefiniam os papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres na sociedade brasileira, a mulher deveria ter consciência dos seus deveres, e para isso precisaria ser educada com o objetivo de conscientizar-se de que sua função social se centrava em ser filha, esposa, mãe e servidora da pátria.

Após a agitação feminina, representada por reivindicações, por educação e instrução, nos moldes do que ocorria no panorama mundial; a mulher encontra-se num complexo contraditório, frente à sociedade em transformação do início do século XX, ora descreditadas por sua inércia e passividade, ora é creditada a elas uma capacidade moral e de moralização, de ordem e de disciplina, exaltada por sua força de regeneração e prosperidade para o mundo moderno. De maneira que como sujeitos históricos de seu tempo, não foram somente vítimas, elaboraram também estratégias de resistências que poderiam subverter os seus papéis aparentes.

As mulheres não só exercem ou se dedicam apenas a uma atividade, a uma só expressão, elas não revelam apenas uma singularidade, mas uma realidade multifacetada (Ciribelli, 2006, p. 20). A mulher é um ser singular e, ao mesmo tempo, plural; singular, pelas suas necessidades específicas; plural, por serem as mulheres não um grupo único, mas vários, tantos quantos são os seus diferentes papéis sociais, suas culturas/formação e suas opções religiosas. Assim, essas mulheres plurais, numa sociedade ainda conservadora e tradicional, buscavam espaços de emancipação⁹³ e lentamente iam superando a dominação masculina, bem como, limitações impostas pela sociedade em que viviam.

⁹³ O movimento feminista brasileiro liderado por Bertha Lutz, desempenhou funções de uma força social construtiva. Em 1918, Bertha Lutz transforma-se na primeira pregadora, através da imprensa e da tribuna, da emancipação da mulher. Em 1919, tendo assumido a liderança do movimento feminista brasileiro, representa o Brasil, juntamente com Olga de Paiva Meira, no Conselho Feminino Internacional da Organização Internacional do Trabalho.

O movimento feminista⁹⁴, desempenhou relevante papel no que diz respeito ao despertar da consciência da mulher não apenas para os seus problemas, como também para todos os problemas do mundo moderno que, em última instância, a afetam, direta ou indiretamente. A organização do movimento feminista no Brasil, apesar de ter resultado da importação de ideias que não encontravam muito eco na sociedade brasileira, este criou uma proposição significativa entre a legislação referente à mulher e as verdadeiras relações sociais que a interiorizavam.

De forma que boa parcela das mulheres tomou consciência da possibilidade de sua emancipação através do trabalho⁹⁵, processo este que foi amadurecendo à medida que, efetivamente, iam os elementos femininos penetrando em áreas até então reservadas exclusivamente aos homens. Contudo, o amadurecimento das ideias feministas⁹⁶ só foi possível mediante o avanço da mulher em determinadas áreas: educação, trabalho fora do lar, obtenção do direito ao voto e a participação na vida social em geral.

A necessidade de amparo não é inerente à condição da mulher. A finalidade que o movimento feminino tinha em mira, quando solicitou e obteve garantias constitucionais para o Lar, o Trabalho Feminino e a Maternidade, não era a de beneficiária passiva do Estado, mas de colaboradora ativa no progresso do país. Não encaramos a função feminina maternal apenas como fenômeno físico e clínico, mas na sua sublimação social e espiritual. (...) A mulher não representa, na vida pública, apenas um acréscimo numérico de participantes individuais, mas sim uma aspiração de reagrupamento de valores. Enquanto ao homem interessam primordialmente as questões partidárias e os problemas técnicos e econômicos, as mulheres se dedicam, de preferência, à harmonização das relações e no bem-estar dos seres humanos (Bertha Lutz, 1937).

A atuação de Bertha Lutz (1937), dentro do movimento feminista, revela uma identificação com os ideais dos estratos sociais médios no que tange à ascensão social, como modo a se abrirem novas vias à emancipação econômica da mulher. Não se pode deixar de considerar o imaginário da época, envolto pelos cânones morais e religiosos, a aceitação dos

⁹⁴ Bertha Lutz, fundou a primeira sociedade feminista brasileira, Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (F.B.P.F), em 1922, no Rio de Janeiro. A questão do trabalho da mulher seria uma das mais constantes e vigorosas preocupações do movimento feminista brasileiro.

⁹⁵ As associações feministas brasileiras, sobretudo através de suas representantes no poder legislativo, intensificavam sua atuação, tendo em vista obter legislação conveniente sobre o trabalho feminino e de proteção à maternidade e a infância.

⁹⁶ Grande parte da sociedade conservadora desqualificava o movimento feminista, ao referirem-se ao feminismo, contrapunham-no à feminilidade, "qualidade que deveriam ter todas as mulheres" e classificavam o movimento como um fator de desequilíbrio social. Esse desequilíbrio revelava-se ao incutir nas mulheres ideias pouco apropriadas ao seu sexo e ao que delas se esperava em termos sociais e familiares.

atributos de vocação e missão sagrada⁹⁷ tinha sua justificativa e essa imagética revestia-se de concretude na vida dessas mulheres. A profissão servia, assim, ao poder oficial, à profissão em si e às próprias mulheres, que se viam duplamente beneficiadas, podendo ser mães e ser professoras, com aceitação e autorização social e sob as bênçãos da religião católica.

Os tempos republicanos mostraram uma mudança gradativa das mentalidades femininas⁹⁸, apesar da sociedade ainda considerar o lar como o real espaço para as mulheres e o casamento sua garantia de felicidade, estas começam, gradativamente, a questionar esses valores. A identidade feminina situava-se nesse momento numa representação da mulher burguesa educada que havia se radicado nas cidades.

2.2 Instalação e criação do Colégio Normal São José em Ibiá: esforço colaborativo entre Estado, Igreja e sociedade civil

Ideias liberais de diferentes lugares e especialmente do continente europeu foram largamente disseminadas no período e ensejaram a abertura de discussões sobre os direitos das mulheres, sua educação e inserção social. O espaço urbano, antigamente usado por todos em encontros coletivos, festas, mercados, convívio social, etc., começa a ser governado por um novo interesse, qual seja, o interesse público, controlado pelas elites locais. As mulheres tiveram de aprender a comportar-se em público, a conviver de maneira educada, os homens eram dependentes da imagem que suas mulheres pudessem traduzir para o restante das pessoas de seu grupo de convívio.

Embora a autoridade familiar se mantivesse sobre o controle masculino, do pai ou do marido; as esposas, tias, filhas, irmãs, sobrinhas, etc., cuidavam da imagem do homem público. A emergência da família burguesa, ao reforçar no imaginário a importância do amor familiar e do cuidado com o marido e com os filhos, redefine o papel feminino e, ao mesmo tempo, reserva para a mulher novas atividades no interior do espaço doméstico. De maneira que ocorre a

⁹⁷ Talvez o fato mais significativo para a construção do papel feminino católico brasileiro tenha sido a coroação, em 1904, de Nossa Senhora Aparecida como rainha do Brasil, consagra a tradição católica e mariana. Nossa Senhora Aparecida era a representação da tríade mãe-mulher-santa, mas uma tríade encontrada em um feminino genuinamente brasileiro. Assim, o catolicismo romanizado tentava dar mostras que mesmo afastado do Estado tinha amplos poderes de influência simbólica sobre a nova nação republicana.

⁹⁸ No Brasil, a proposta de conceder o voto às mulheres tramitou no Congresso desde 1890, talvez inspirada na Proclamação da República e nos ideais igualitários advindos dos liberais republicanos. Porém, o movimento sufragista feminino só tomou forma por volta de 1910, mas, as mulheres puderam obter esse direito somente em 1932. Na França, o voto veio ainda mais tarde, apenas em 1945; na Itália, perseguidas pelo fascismo, as feministas só conseguiram ter suas reivindicações atendidas em 1946; e na Argentina, em 1950. Entretanto, apesar da conquista do voto, a participação política feminina no Brasil continuou restrita a um pequeno grupo de mulheres educadas pertencentes a uma classe social superior.

aprovação desse papel por parte dos meios médicos, educativos e da imprensa na formulação de uma série de propostas que visavam educar a mulher para além da tarefa de guardiã do lar e da família, era necessário desempenhar o papel de cidadã, defensora da pátria.

Nesta perspectiva, a mistificação da ação educativa é uma das características mais fortes do ideário da professora, a dignidade do ofício, a nobreza de sua missão, a exaltação do zelo, são comparáveis às causas religiosas e patrióticas, sendo tal mentalidade construída historicamente para cumprir funções políticas. Assim, a escrita e o saber escolarizado estiveram, em geral, ligados ao poder e funcionaram como forma de dominação ao descreverem modos de socialização para as mulheres, definição de seus papéis sociais e até sentimentos e posturas esperadas em determinadas situações.

A partir da década de 1930 houve mudanças significativas no processo de urbanização e fortalecimento da chamada classe média, com alterações nos comportamentos e nas mentalidades desse grupo social. O desenvolvimento progressivo da vida urbana provocou o enfraquecimento do modelo de família patriarcal originário do mundo rural. O desempenho das mulheres em algumas atividades⁹⁹ fora do lar, no início do século XX, ganhou maior significado, de maneira especial a atribuição de profissões femininas como: professoras, enfermeiras, datilógrafas, secretárias, telefonistas ou operárias de indústrias têxteis, de confecções e alimentícia. Com o advento e a valorização do espaço urbano, as mulheres, que antes tinham uma vida predominantemente doméstica, passaram a frequentar, cada vez mais, as ruas e suas novas atrações espaciais (praças, parques), culturais (teatros, cinemas), sociais (clubes, etc.), além das religiosas (procissões, missas e festas de santos).

A possibilidade da maior participação no espaço público, através da saída de casa para a escola, apresentava-se como um processo de resistência que se justifica pela profissionalização do magistério, abrindo as portas do mercado de trabalho para aquelas que queriam mais que educar seus próprios filhos, formar novos cidadãos. Doravante, tornando-se então professoras poderiam gerir o próprio sustento, um passo a mais na emancipação feminina e, conseqüentemente, um modo de resistência à ordem vigente de dependência e subordinação ao homem.

Neste contexto, a educação torna-se uma estratégia de luta, um campo de ação política, um instrumento de interpretação da sociedade brasileira e o enunciado de um projeto social. A

⁹⁹ Entre os ofícios que se multiplicam entre as mulheres no início do século XX, estas estão ocupadas na panificação, tecelagem e alfaiataria, dividindo com os homens tais funções, cabendo-lhes alguma exclusividade quando eram costureiras, doceiras, fiandeiras e rendeiras. Ainda como cozinheiras, lavadeiras ou criadas reproduziam os papéis que tradicionalmente lhes eram reservados.

educação escolarizada passa a ser compreendida como capaz de mudar as consciências e a vida material dos sujeitos. Neste aspecto, a legislação respondia às reivindicações da sociedade civil e tentava, sobretudo, acomodar-se aos discursos por esta produzidos.

A escola normal gerida pelo Estado ou por instituições religiosas, mesmo com todas as limitações que continha, desempenhou papel relevante na formação profissional e na elevação da cultura da mulher brasileira. Pela lei de 15 de outubro de 1827, a mulher adquiriu o direito à educação, com a determinação de criação de escolas de primeiras letras para meninas. Com isso também surgiram as primeiras vagas para os sexos femininos no magistério primário e sua possibilidade de instrução foi ampliada. A escola normal, então passou a representar uma das poucas oportunidades das mulheres prosseguirem com seus estudos além do ensino primário.

Desde a sua criação as escolas normais brasileiras¹⁰⁰ fizeram parte dos sistemas provinciais. O modelo que se implantou foi o europeu, mais especificamente, o francês, o projeto nacional era emprestado às elites, mas também articulado com o contexto nacional e com as contradições internas da sociedade. De modo que as escolas normais, gradativamente, conformaram-se ao projeto político das oligarquias locais, cada vez mais imbuídos da necessidade de uma educação primária para as classes populares. O federalismo inaugurado com a República deu abertura aos Estados para organizarem a instrução pública segundo os interesses locais e/ou regionais. Nesse processo, as escolas normais constituíram o palco privilegiado do debate educacional e acabaram por impor normas não só ao ensino elementar, mas também ao ensino secundário.

Em Minas Gerais, em 1906, foi inaugurada a primeira escola normal pública por João Pinheiro, em Belo Horizonte, e a formação de professores em escolas confessionais sofreu um forte impulso a partir de 1920, num cenário de necessidade e reconhecimento do magistério feminino como profissão. Contudo, desde a sua implantação tais escolas atraíram um maior número de moças do que de rapazes e era a única oportunidade oferecida às mulheres para a continuidade de seus estudos. O ensino normal era um curso de caráter profissional, para oferecer aos futuros professores os instrumentos indispensáveis para o magistério.

A escola normal vai assumindo a função de preparar os profissionais para atuarem na rede de escolas primárias públicas, em expansão, tão necessárias ao novo modelo político, econômico e social, sem, contudo, perturbar a ordem estabelecida. Pois, o grupo que assume o

¹⁰⁰ A primeira escola normal brasileira foi criada na Província do Rio de Janeiro, pela Lei nº 10, de 1835, que determinava: “Haverá na capital da Província uma escola normal para nela se habilitarem as pessoas que se destinarem ao magistério da instrução primária e os professores atualmente existentes que não tiverem adquirido necessária instrução nas escolas de ensino mútuo, na conformidade da Lei de 15/10/1827”.

poder vê na escola um instrumento capaz de auxiliá-los no processo de incorporação das classes dominadas ao projeto de desenvolvimento que se deseja imprimir no Brasil.

De forma que o Estado¹⁰¹ é o responsável pela organização e regulação coletiva, através da produção de normas gerais; é o lugar de integração da coletividade, não a vontade comum dos indivíduos singulares, mas uma vontade apresentada como universal. Vontade essa negociada no jogo dos interesses desiguais e combinados dos grupos que se sentem por ele e nele representados.

O Estado corresponde, assim, a uma forma social de organização política que, entretanto, adquire a aparência de situar-se para além dos indivíduos, como se fosse uma instituição que tivesse por objetivo a defesa do interesse comum de todos os homens. [...] O Estado aparece como uma forma de organização que, mesmo tendo uma base concreta nos laços que articulam socialmente os indivíduos, é simultaneamente um instrumento de exercício do poder político de uma classe dominante sobre todas as demais e, ao mesmo tempo como um poder que transforma as lutas reais entre as classes, em lutas meramente políticas, em formas ilusórias que escamoteiam as efetivas lutas entre as diferentes classes (Lombardi, 2005, p. 91-92).

Destarte, o Estado brasileiro assume a responsabilidade de promover, organizar, manter e controlar o sistema público de ensino elementar; e passa a regular profissionalmente os/as docentes, tanto como empregador quanto como aquele que evoca para si o direito e a responsabilidade de formar os/as profissionais para o ensino primário, além de legislar sobre a profissão. Mas, como apontado por Lombardi, na citação anterior, o Estado não é uma instância neutra, vale destacar a atenção dada à classe média em ascensão nesse período. De forma que a instrução passava a ser considerada como um instrumento necessário para o exercício de cargos na estrutura burocrática do próprio Estado, em atividades comerciais de pequeno e médio porte, bem como à prestação de variados tipos de serviços.

Contudo, faltavam recursos materiais, humanos e culturais para empreenderem modificações rápidas e profundas no sistema educacional existente. Assim, a expansão do Ensino Normal ocorreu de fato com a introdução de escolas normais de iniciativa privada, qualificadas de livres ou equiparadas, com o que se procurava compensar a escassez de estabelecimentos oficiais na maioria dos Estados. A iniciativa privada constituiria, cada vez mais, a principal mantenedora de escolas normais.

Todavia, entre as décadas de 1930 e 1950, a definição das funções da família, da Igreja e do Estado na esfera educacional constitui um dos eixos em torno do qual o conflito entre o

¹⁰¹ O Estado republicano defendia a ideia da educação pública, conquista irreversível das sociedades modernas, uma educação liberal e democrática, uma educação para o trabalho e o desenvolvimento econômico e, portanto, para o progresso das ciências e da técnica que residem na base da civilização industrial.

ensino público e ensino privado¹⁰² se desenvolve. O ensino público era aquele mantido com recursos governamentais e o privado era o ensino mantido por particulares, Igreja, ordens religiosas ou proprietários leigos. O conflito que se estabelece nos anos de 1930 se refere à laicidade do ensino público e nos anos de 1950, basicamente ao destino das verbas públicas e não necessariamente à existência da escola particular.

Visto que, a atuação sempre insuficiente do Estado deixa em aberto um espaço enorme para a iniciativa particular, que soube ocupar essa lacuna com destreza. Dessa forma, fica fácil entender em que medida ocorreram as disputas e os intercâmbios entre o ensino público e ensino privado na história da educação brasileira, mediante a ausência do Estado e à própria força numérica das escolas privadas, principalmente confessionais no país, o que evidentemente levou a limitação do alcance da iniciativa pública.

Na verdade, há um intercâmbio representado seja pelos interesses sociais na configuração da educação escolar – interesses estes publicizados ou privatizados, confessionais ou não, não implicando apenas uma mão única – seja promovida pela iniciativa pública ou privada, porque, apesar da concorrência e da rivalidade dos interesses privados em relação aos públicos – o que implicaria assumir posicionamentos dicotômicos –, observa-se a busca do intercâmbio, da parceria, da convivência inclusive por agentes da representação pública para instituir, alimentar ou fortalecer os interesses privados (Araujo, 2005, p. 142).

Nessas circunstâncias não é de se estranhar que a iniciativa para viabilizar o sistema educativo partisse também das localidades e não apenas dos Estados ou da União; mesmo porque certas necessidades e urgências eram sentidas inicialmente nas bases da organização social do lugar/município. Destarte, no município de Ibiá a sociedade se mobiliza para conseguir acampar a Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores e instalar o tão almejado “Colégio das Freiras”.

[...] em 1933, já se falava nesta cidade na fundação de um Colégio de Religiosas. Foi o Padre Jacinto Fagundes, vigário de Ibiá, quem primeiro lançou a ideia. Foi em julho de 1933, quando pela primeira vez, Pe. Jacinto falou na fundação do Colégio. A sua ideia encontrou eco em todos os corações bem formados. Todos se entusiasmaram com a feliz iniciativa. E o primeiro passo dado foi a organização de uma Comissão da qual faziam parte: Dr. Adolfo Portela, Afonso Mendes Ferreira, Francisco Cendón Moreira e Ozorio Xavier de Mendonça (Araujo, 1942, p. 24).

No Álbum histórico da cidade de Ibiá, de 1942, o memorialista Silvo Braga de Araújo dá ênfase à comissão formada por políticos influentes, fazendeiros e ferroviários, na defesa da

¹⁰² Sobre ensino público e ensino privado consultar Souto (2012).

educação e da moral religiosa no município. Contudo, observa-se pelo quantitativo de cartas encaminhadas ao Pe. Jacinto Fagundes pela Madre Maria de Jesus, que grande foi o empenho da Madre em relação à efetivação do projeto que se vira frustrado, ou melhor adiado devido os trâmites de ordem interna da Igreja com a mudança de Paróquia do Vigário¹⁰³.

Nas longas cartas redigidas por Madre Maria de Jesus e encaminhadas ao Pe. Jacinto Fagundes, ao longo do ano de 1934, fica claro o desejo de materialização da instalação do Colégio Normal São José, mediante descrição pormenorizada de todos os projetos e acordos firmados com a Câmara Municipal, donatários e todos aqueles que estavam envolvidos naquele empreendimento. Contudo, como pode-se observar na carta, datada de 19 de novembro de 1934, a Madre parece que já prenunciava que a realização daquele projeto seria postergada por mais alguns anos.

V. Rev.ma, não nos enviou a lista de alunas já matriculadas. Soubemos em Belo Horizonte que o número se elevava apenas a 15. É muito pouco, Snr. Padre! Não será possível manter um Colégio com tão poucos recursos. Considere que para o início já vamos mandar seis professoras e duas criadas. Raciocinei o seguinte: deixar a construção do prédio para ser empreendida só depois da matrícula das alunas e da abertura das aulas. Se as rendas nos proporcionarem o necessário para a contribuição mensal, faremos o contrato com a Companhia, lançando mão, para a entrada mínima do excedente do dinheiro em depósito no Banco. Se – Deus permita – o número de alunas for além de nossas expectativas e não pudermos abriga-las todas, poderemos alugar uma casa por uns seis meses, enquanto se constrói o pavilhão. (...) Soube que V. Rev.ma se achava bastante desgostoso com certos acontecimentos que se deram aí e pensava mesmo em se retirar de Ibiá. Não lhe quero ocultar o abalo produzido em mim, por tal notícia. Logo pensei no Colégio São José. Foi V. Rev.ma quem lançou os alicerces dessa fundação e tem trabalhado para tal fim, com todas as suas energias. V. Rev.ma é, depois de Deus, o nosso braço forte, a nossa firme coluna. Ah! sem o apoio de V. Rev.ma não sei si teríamos ainda coragem para enfrentar tantas lutas (Madre Maria de Jesus, 19 nov., 1934).

Com a transferência do Pe. Jacinto Fagundes para Uberaba, as negociações/articulações para a instalação do Colégio Normal São José só foram retomadas em 1936, com a chegada de Pe. José Borges Mundim à Paróquia de São Pedro de Alcântara, em Ibiá. De maneira que as cartas de Madre Maria de Jesus, que seguem no ano de 1936, resgata toda a logística de planejamento e implantação do Colégio, como se pode constatar no exemplo abaixo.

Exmo e Rev.mo Snr. Padre José Borges Mundim, Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo! Há muitos dias, aguardo ansiosa, uma resposta de V. Rev.ma sobre os negócios aí. Hoje lhe envio os estatutos para serem aprovados pelo Exmo Snr. Bispo. Esses estatutos são absolutamente idênticos aos do Colégio

¹⁰³ Pe. Jacinto Fagundes, nascido em 12 de outubro de 1904 e ordenado em 06 de dezembro de 1931, foi transferido como Pároco do Sagrado Coração de Jesus, na Catedral de Uberaba, e Consultor e Membro da Comissão do Seminário da Diocese, em Uberaba (O Brasil Católico, 1938).

daqui e esperamos para eles, o benévolo acolhimento de sua Excelência. Agora lhe peço, Snr. Padre, que me mande com a máxima urgência, o contrato da Câmara sobre a doação da casa e terrenos, água e outros pedidos, assim como a cópia do projeto total e do projeto parcial, a construir neste ano e mais ainda as seguintes informações: 1º Qual será aproximadamente o número das matrículas; 2º Em quanto se eleva, mais ou menos, a contribuição do povo. Tenho grande necessidade dessas respostas para mandar ao Snr Arcebispo de Mariana o relatório de nossa visita aí e lhe dizer quais as determinações (Madre Maria de Jesus, 29 set., 1936).

Em 1936, a prefeitura de Ibiá realizou a aquisição de uma casa e terrenos situados na Avenida Ananias Ferreira, pertencentes ao Sr. José Terêncio, que foi entregue à Congregação das RMNSD para nela se estabelecerem e, posteriormente, fazerem a doação da propriedade à Congregação, logo que estivesse funcionando o educandário como projetado. Aos 30 de janeiro de 1937, chegaram em Ibiá as primeiras Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores, para dar início a fundação do Colégio Normal São José: Irmã Maria Bernadete, Irmã Maria da Glória, Irmã Maria Santo Afonso de Ligorio, Irmã Maria Tereza do Menino Jesus e Irmã Maria Ignacia de Loyola; posteriormente Irmã Maria São João Evangelista e Irmã Maria Santa Joana de Chantal foram designadas para integrar a comunidade de Ibiá.

O Colégio São José foi autorizado a funcionar pelo decreto nº 1778, publicado no Minas Gerais de dois de março de 1937. Mas, a casa doada pela prefeitura teve que passar por vários reparos e adaptações para servir de habitação para as Irmãs¹⁰⁴ e acolher as alunas, como podemos observar pelo relatório produzido pela Priora, Superiora da Comunidade instalada em Ibiá, Irmã Maria Ignacia de Loyola, em 24 de janeiro de 1939.

Construída por um alpendre na entrada, três salas e três quartos ligando-se à cozinha por um pequeno corredor, possuía uma dispensa, um banheiro e uma instalação sanitária. Para que pudessem funcionar todas as instalações tiveram que sofrer completa reforma e necessário se fez adquirir mais um banheiro e uma sanitária. Os primeiros móveis adquiridos foram: 12 camas envernizadas, 12 criados-mudos, uma dúzia de cadeiras, um jogo de mobília para sala de visitas composto de 6 cadeiras, 2 poltronas, um sofá, 2 cantoneiras, 2 mesinhas de centro. Foram feitos 12 colchões e 12 travesseiros. Material mobiliário e utensílios para cozinha e refeitório, foram adquiridos na Casa “Candido Gonçalves” em Belo-Horizonte (Irmã Maria Ignacia de Loyola, 24 jan., 1939).

Nesse mesmo relatório consta que, no primeiro ano de atividades do Colégio Normal São José foram matriculadas 93 alunas, sendo cinco classificadas no 1º ano Normal, 20 alunas

¹⁰⁴ Em 30 de janeiro de 1937 desembarcaram duas religiosas para trabalhar na fundação do Colégio São José, essas ficaram hospedadas com o Padre José Mundim, na Casa Paroquial por vários dias até que pudessem instalar na casa destinada ao Colégio. Em fevereiro chegaram mais três religiosas e, em princípio de março a Diretora Madre Maria Ignacia de Loyola, em companhia da Revda. Madre Maria de Jesus que vieram estabelecer definitivamente o Colégio.

no 1º ano de Adaptação e 68 no curso primário. Esses dados chama a atenção, pois nesse período o Grupo Escolar de Ibiá¹⁰⁵ estava em plena atividade, e um número significativo de alunas foram matriculadas no ensino primário oferecido pelas religiosas missionárias de Nossa Senhora das Dores. O que ratifica nossa proposição referente ao poder simbólico da Igreja Católica naquela sociedade paternalista e altamente moralista.

Outro aspecto sinalizador a considerar é o fato que por insuficiência de salas, as aulas funcionaram no prédio do Grupo Escolar de Ibiá, de fins de março até a primeira quinzena de outubro em 1937, o que nos parece revelador a parceria da iniciativa pública com o ensino privado confessional, revestida de benevolência e caridade da comunidade local, num esforço coletivo para a garantia da implantação daquela comunidade religiosa, representada naquele contexto de tão nobre missão: moral e educativa. Assim, em 19 de março de 1937, dia em que a Igreja celebra a festa do patriarca São José, no salão de festas do Grupo Escolar de Ibiá, foi realizada a inauguração do Colégio Normal São José, como se pode constatar no Livro de Atas de Abertura das Aulas e de Encerramento do ano Letivo, do Colégio São José.

Aos 19 dias do mez de março do corrente anno de mil novecentos e trinta e sete (1937), nesta cidade de Ibiá, no salão de festas do Grupo Escolar local realizou-se a sessão de instalação do Collegio São José – dirigido pelas religiosas missionárias de Nossa Senhora das Dores, com selecta e numerosa assistência. As vinte (20) horas mais ou menos daquelle dia, o redactor da presente acta na qualidade de juiz municipal foi convidado a presidir a solenidade, e em abertura da mesma pronunciou ligeiras palavras nas quais procurou demonstrar a significação do acontecimento que se celebrara. Fez uma ligeira saudação aos corpos docente e discente do Collegio congratulando-se com o povo desta cidade de Ibiá pela magnífica conquista que acabara de fazer no campo da instrução, discorrendo sobre diversas questões relativas ao momento, a festa e ao ensino. A seguir anunciou em voz alta os diversos números apresentados na festa. Como número inicial ouviu-se o Hino Nacional, cantado por todas as alunas do Colégio; o segundo número uma saudação, o terceiro número um dueto – “A Pátria” – Encerrando com o Hino oficial do Collegio, o presente programa que foi magnificamente bem executado e no qual as allunas daquelle estabelecimento de ensino mostraram absoluta desenvoltura e desembaraço. O presidente da sessão que se achara ladeado pelo prefeito do município Dr. Getúlio Portela, pela Irmã Superiora Me. Maria Ignacia de Loyola, pelo Padre José Borges Mundim e pela visitadora Me. Maria de Jesus e demais membros do corpo docente, declarou franca a palavra. D’ella se utilizou primeiro o prefeito Dr. Getúlio Portella, que produziu um magnífico discurso em agradecimento as homenagens que lhe foram prestadas pelo Colégio, que tem em sua Excia. um de seus mais dedicados benfeitores. Continuando franca a pallavra, falaram também os senhores Luiz Gottieli e Pe. José Borges Mundim, os quais exaltaram ainda mais a significação da festa, com palavras cheias de fê, entusiasmo e civismo. Não havendo mais quem quizesse se utilizar da palavra, o presidente da sessão antes de encerrar a mesma fez um caloroso appello ao corpo docente do

¹⁰⁵ Sobre Grupo Escolar de Ibiá ver Souza (2010). **Grupo Escolar de Ibiá, MG (1932 a 1946):** uma expressão estadual. Dissertação (Mestrado em Educação). UFU.

Collegio para que reproduzisse sempre aquellas festas, porque ellas pela ambientação social que cria em torno do alumno e pela oportunidade que lhe por em jogo, em actividade, suas faculdades intellectuais, psychicas e morais, constituem de accordo com as modernas directrizes do ensino, magníficos factores pedagógicos. Em seguida e nada mais havendo a tratar, com respeito a Pátria e a Bandeira Nacional respondido por toda a assistência que nesse momento se pôz de pé, foi encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta que vai devidamente assinada (Colégio São José, 1937, p. 1-3).

Devido ao teor histórico, realizou-se a transcrição da ata da sessão de instalação do Colégio Normal São José, na íntegra, utilizando a ortografia da época. Através desse documento percebeu-se que o Colégio, sob a anuência e conclamação do prefeito municipal, pároco local e a sociedade civil representada, principalmente, pela elite agropecuária da região, deu-se publicamente o início das atividades daquele tão desejado educandário. Contudo, vale sublinhar que tão festiva cerimônia, contou com a presença de Madre Maria de Jesus, representante direta da Congregação das RMNSD, mas não há registro que a Madre fundadora da Congregação, tenha tido voz e/ou espaço de honrarias naquela solenidade. Contudo, no programa de inauguração oficial do Colégio consta o discurso da Sra. Rosa Cendon¹⁰⁶.

Cientes que todo período histórico tem suas próprias leis válidas dentro de limites históricos, assim, naquele contexto histórico haviam expectativas sociais acerca do papel das mulheres na participação da sociedade, fossem elas religiosas ou não. Contudo, para a efetivação da participação da mulher, na sociedade machista e patriarcal da década de 30, foram necessários inúmeros enfrentamentos.

Dessa forma, é imprescindível estabelecer com essas mulheres, enquanto sujeitos históricos de seu tempo, o movimento de análise de pensá-las não apenas como subjugadas¹⁰⁷, mas em diferentes situações e contextos, apesar do esforço em silenciá-las, ser capaz de torná-las também protagonistas, aptas de engendrar discursos discordantes, construir resistências e subverter comportamentos.

¹⁰⁶ Uma das fundadoras da escola particular primária Santa Terezinha, que funcionou em Ibiá ininterruptamente entre os anos de 1937 a 1975. Para saber mais consultar Souto (2012) Do ensino público ao ensino privado: uma análise da Escola Santa Terezinha em Ibiá-MG (1937 a 1959) (<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13892>).

¹⁰⁷ Nosso desafio é promover uma análise em que mulheres e homens sejam concebidos como sujeitos históricos de igual valor no processo de constituição das sociedades.

Figura 10: Fundadoras da Comunidade das RMNSD em Ibiá (1937)



Fonte: Acervo da Congregação RMNSD – Belo Horizonte/MG

Na Figura 10, o hábito escuro, sóbrio e a grande cruz sobre o peito coaduna com a expressão de seriedade, austeridade e responsabilidade com que as jovens freiras parecem expressar para com o compromisso assumido junto à Congregação, mulheres religiosas modelo de um ideal de moral cristã para a mocidade ibiaense e de toda região do Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba.

De maneira que pela pedagogia do exemplo as Irmãs “lançaram as redes para águas mais profundas”¹⁰⁸ e conseguiram mais que mobilizar as mentes com a formação e instrução educacional, mas também os corações da juventude ibiaense com a escolha da vocação religiosa. As irmãs ibiaenses: Irmã Maria Catarina de Sena e Irmã Maria da Salette, filhas do Sr. Alcides Bicalho e D. Alice, são fruto da seara de evangelização da Congregação RMNSD na comunidade de Ibiá.

A Figura 10 também ilustra o corpo docente do Colégio Normal São José em seu primeiro ano de atividade, para as disciplinas de português e educação física: Irmã Maria Santo Affonso de Ligorio; para o francês, trabalhos manuais e modelagem: Irmã Maria São João Evangelista; para matemática e desenho: Irmã Maria Santa Joanna de Chantal; para ciências naturais, geografia, história da civilização e educação cívica: Irmã Maria da Glória; para música e canto coral: Me. Maria Ignacia de Loyola. Assim, as freiras se responsabilizam por grande demanda de atividades pedagógicas respondendo por mais de uma disciplina em diferentes

¹⁰⁸ Referência bíblica ao Evangelho de São Lucas, capítulo 5, versículos 1 a 5.

níveis de ensino: primário, adaptação e normal, além das atividades administrativas atribuídas a Me. Maria Ignacia que respondia pela direção do Colégio, enquanto a vice direção coube a Irmã Maria da Gloria e a secretaria à Irmã Maria Santo Afonso de Ligorio.

Figura 11: Corpo docente e discente do Colégio Normal São José de Ibiá – 1937



Fonte: Acervo da Congregação RMNSD – Belo Horizonte/MG

Na Figura 11, onde vemos parte do corpo discente do Colégio Normal São José, o próprio registro fotográfico se constitui como evento simbólico e significativo para a sociedade naquele período, é representativo por exprimir a ocupação e/ou mobilização das jovens estudantes sob o cenário urbano do pequeno município de Ibiá. De forma que aquele grupo de mulheres se movem dentro do espaço público revestidas de um certo status cultural e moral, pois grande parte da população feminina ainda se encontrava afastada da educação formal, ou seja, sem acesso ou condições materiais para dispor de tal condição. Contudo, apesar da exclusão das meninas/alunas com menor poder aquisitivo, nota-se que o ingresso no espaço público através da escola torna-se uma realidade.

Todavia, vale ressaltar que a figura feminina passou a ser, cuidadosamente, moldada pelos colégios católicos, de acordo com as exigências do projeto modernizador, de abrir-se para a reconstrução de uma realidade ligada à viabilização de um projeto não apenas moralizador, mas também fomentador de atitudes modernizadoras. Assim, na Figura 11, distinguiu-se ao centro da fotografia e do contexto religioso daquele lugar o Pe. José Borges Mundim estando esse rodeado pela Me. Superiora Maria Ignacia de Loyola e todo o corpo docente do Colégio

Normal São José, além de duas órfãs auxiliares dos trabalhos gerais das freiras¹⁰⁹, estando as alunas ordenadamente dispostas e uniformizadas como referência de distinção social.

Em uma época onde o controle do comportamento das mulheres era intenso, a continuidade dos estudos possibilita a incorporação a um processo de socialização diferente dos estreitos limites da vida doméstica. O corpo é educado por meio de uma experiência sensorial que passa pelas múltiplas linguagens: olhar, escutar, tocar, falar e se movimentar, mesmo que fosse para ir à missa como representado na Figura 11. De forma que a pedagogia do exemplo perpassa toda a dinâmica do Colégio Normal São José, e tal dinâmica não se dá de maneira linear, mas repleta de contradições, lacunas, avanços e recuos, revelando um processo de construção contínua de práticas e saberes.

A formação de professores primários passou por transformações por meio da emergência de mudanças ligadas à ampliação da escolarização e da diversificação das aprendizagens necessárias a uma sociedade que foi se tornando cada vez mais complexa. E é em torno desse sistema, que vão somando-se inúmeras mulheres, originárias da classe média, que viam no magistério uma possibilidade de alcançar o espaço público, com aprovação social. Nesse sentido, o Colégio Normal São José de Ibiá faz parte de todo um contexto histórico que tem como objetivo promover uma educação estética, corporal e sensível com os valores da época, no intuito de homogeneizar e/ou modelar comportamentos próprios de uma cultura: urbana, cívica e moral.

Nessa conjuntura, parece importante ponderar que as mudanças nas relações de gênero podem se produzir a partir de considerações sobre as necessidades¹¹⁰ do Estado e da economia. Assim, o conceito de gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça. Logo, a maioria das alunas e, em especial, as normalistas do Colégio Normal São José de Ibiá pertenciam a uma classe social que podia ser definida como uma pequena burguesia interiorana, que partilhava de um certo acesso aos bens materiais e à cultura proporcionada pelo ambiente provinciano e religioso daquela cidade e região (sobre essa temática vê-se mais detidamente na próxima seção deste estudo).

¹⁰⁹ Essa informação consta em uma das cartas de Me. Maria de Jesus ao Pe. José Borges Mundim.

¹¹⁰ Necessidades associadas ao movimento histórico de base material que levou a quebra da rigidez do sistema familiar patriarcal.

2.3 Processo de reconhecimento e equiparação do Colégio Normal São José de Ibiá

O ensino normal era dividido em duas categorias de escolas, as de primeiro e as de segundo grau. As escolas normais de segundo grau eram escolas oficiais situadas nas grandes regiões de Minas Gerais e ofereciam a seguinte formação: curso de Adaptação, complementar ao primário (dois anos); curso Preparatório, de cultura geral (três anos) e curso de Aplicação, de caráter essencialmente profissional (dois anos). As escolas normais de primeiro grau eram escolas oficiais ou particulares reconhecidas e fiscalizadas pelo Estado que se destinavam à formação de professores primários. Tais escolas, como o Colégio Normal São José em Ibiá, ofereciam o curso de Adaptação (dois anos) e o Curso Normal com três anos de duração, além do curso primário.

A escola normal da capital mineira foi consagrada como o referencial necessário à orientação de todo o Ensino Normal do Estado, quanto às normas de administração, à adoção de programas, à organização de horários, processos de exames e regime interno. De forma que no esforço de homogeneização das escolas normais esteve incluída a homogeneização de um modelo de docência. Assim, uma escola normal particular, confessional ou não, era alçada à categoria de equiparada quando atendia a determinados requisitos estabelecidos pelo governo estadual, o que significava que a escola era oficialmente reconhecida, para tanto tais instituições de ensino eram criteriosamente fiscalizadas pelo Estado.

As escolas normais equiparadas ficam, portanto, “sujeitas à fiscalização permanente do estado” (art.103, dec. nº10.362/32). Por meio dela, o governo não só acompanha de perto os trabalhos nelas desenvolvidos, cuidando das condições materiais e pedagógicas desses estabelecimentos, como interfere diretamente no processo pedagógico reunindo “os professores para fins de orientação do trabalho escolar”, convocando “reuniões para conferências e leituras”, promovendo “as atividades de socialização” e acompanhando as aulas de prática profissional (art. 74, dec. Nº 11.501/34) (Peixoto, 2003, p. 64-65).

No livro de termos de visitas oficiais do Colégio Normal São José, consta quem eram os fiscais e qual o teor da inspeção realizada por eles em nome do Estado. No primeiro ano de funcionamento do Colégio foi nomeado como fiscal o Sr. Aristóteles de Barros, mas para que essa atividade ocorresse era necessário que a unidade escolar depositasse na coletoria estadual, por trimestre adiantado, a quantia de trezentos e sessenta mil reis. Tal quantia era destinada ao pagamento da gratificação pelo desempenho da comissão de avaliação daquela instituição escolar, como previsto na legislação vigente.

No ano letivo de 1938 o Colégio Normal São José efetuou a matrícula de 80 alunas, sendo mantidas gratuitamente¹¹¹ cinco alunas internas e quatorze externas, no intuito de cumprir as exigências da Secretaria da Educação e Saúde Pública do Estado, e afim de obter dispensa do depósito da taxa para o pagamento ao fiscal. Conforme previa o decreto nº11501 de 31 de agosto de 1934, dos fiscais de escolas normais reconhecidas:

Art. 72 – Os fiscaes das escolas normaes reconhecidas do Estado serão commissionados pelo Secretario da Educação e Saude Publica, dentre os funcionarios do ensino publico estadual. §1º – A comissão será de um anno, podendo o Secretario renovar-a ou não, a seu juízo. §2º – No caso de falta ou impedimento de um fiscal, poderá o Secretario designar outro funcionário do ensino para substituil-o. §3º – As despesas de fiscalização correrão por conta do próprio instituto em que servir o fiscal, observados os termos do art. 181, deste decreto¹¹² (Minas Gerais, Dec. nº11501 de 31/08/1934).

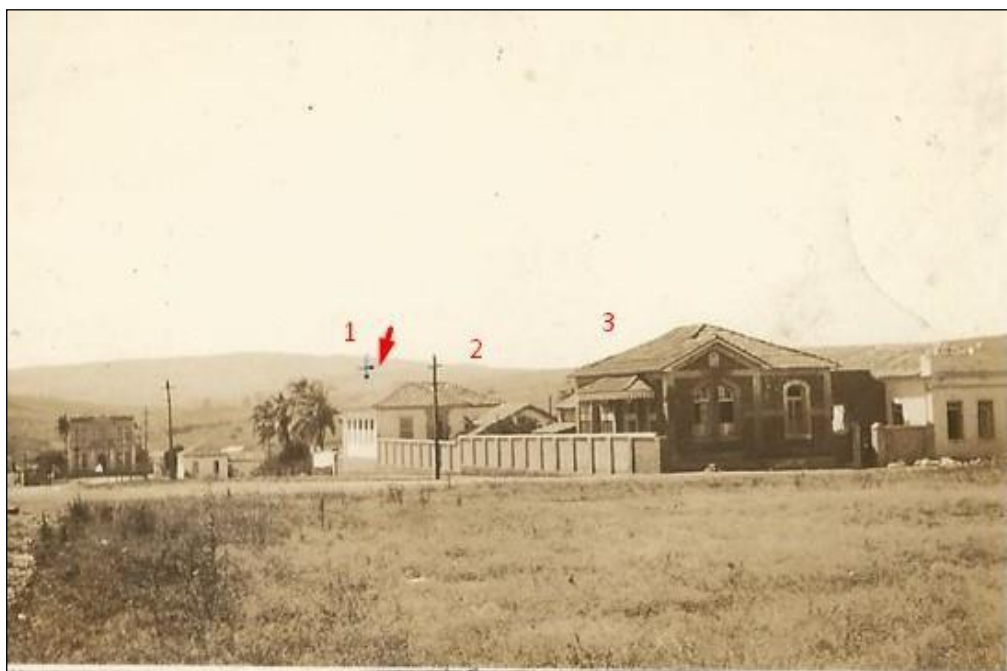
Além dos fiscais municipais nomeados pela Secretaria de Educação e Saúde Pública o Colégio Normal São José contava com a Inspeção do Ensino Secundário e Superior da 6ª Secção, em nome do inspetor Bolivar Tinoco Mineiro que atuou em todo o período deste estudo, somada a ação da Inspeção Técnica Regional da 67ª Circunscrição de Ensino. Tais órgãos desempenhavam a tarefa de manter as atividades do Colégio conforme os princípios da legislação vigente.

Com a projeção social da Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores, logo o Colégio Normal São José se transformou em polo de atração para o município e região, despertando o interesse dos pais e/ou responsáveis das jovens estudantes do sexo feminino inclusive para o internato. Com alunas de cidades próximas e distantes, inclusive de lugares onde já existiam colégios normais como nos municípios de Patrocínio, Araxá e Uberaba. Porém, o educandário ainda não oferecia a estrutura necessária para atender tamanha demanda. Assim, durante os dois primeiros anos de funcionamento o Colégio Normal São José funcionou no prédio doado pela prefeitura e nele realizou inúmeras benfeitorias e adaptações. Contudo, às expensas da Congregação, para atender as novas necessidades do Colégio, adquiriu-se mais três propriedades adjacentes.

¹¹¹ Como forma de compensar e/ou mascarar as dificuldades de acesso geradas pela privatização do ensino normal, o dec. nº 9.450/30, por seu artigo 136, determina que as instituições particulares reconhecidas receberão gratuitamente cinco alunos internos e dez externos, que forem indicados pelo governo. O dec. nº 10.362/32, em seu art. 108, define que “cada escola normal equiparada admitirá, por indicação da Secretaria da Educação, 6 alunos externos e 3 internos, mantidas as matrículas gratuitas concedidas anteriormente à publicação deste decreto”. De maneira que relativo à concessão de bolsas de estudo a Secretaria da Educação beneficiará: “1º aos alunos reconhecidamente pobres e que mais se distinguirem do curso primário oficial, 2º aos filhos de professores públicos primários do estado” (Dec. nº 10.362/32, Art. 109).

¹¹² Texto original.

Figura 12: Origem do Colégio Normal São José



Fonte: Acervo da Congregação RMNSD – Belo Horizonte/MG

Assim, como pode-se constatar na Figura 12, mediante a autorização do Bispo de Uberaba, Frei Luiz Sant'Ana, e da anuência da Madre Superiora da Congregação RMNSD, Madre Maria Miguel do Sagrado Coração, ocorreu a aquisição de três casas próximas, onde foi necessário adaptações e ampliação no intuito de atender a demanda das alunas. A Figura 12 retrata a vista dessas três casas que formavam o conjunto do espaço físico do Colégio Normal São José, naquele período. A seta aponta a casa onde funcionava o Patronato, onde foi construído o novo prédio do Colégio, sendo que seu primeiro pavilhão só ficou pronto em 1942. De forma que, com a ajuda do povo ibiaense houve uma expressiva mobilização de boa parte da sociedade para arrecadação de contribuições, em dinheiro ou outras espécies de doações, para a ampliação do prédio ao longo dos anos.

Membro da comissão encarregada de providenciar a fundação do Colégio na cidade de Ibiá, o Sr. Velú Antônio de Paiva foi o que mais distinguiu por sua dedicação aos interesses da nova fundação. [...] Contratado o engenheiro para fazer a adaptação, era ele que fornecia a importância necessária para todos os pagamentos. Encarregada a Comissão de angariar donativos entre os fazendeiros e pessoas da localidade que se interessassem pelo Colégio, se surgiam dificuldades que os outros membros não conseguiam superar sempre se mostrava a frente de tudo com sua vontade firme e enérgica, arcando muitas vezes com toda a responsabilidade das despesas. E se Ibiá conta hoje com um estabelecimento de ensino que muito vem concorrendo para o levantamento de nível intelectual da cidade muito deve a esta alma enérgica e generosa (Colégio Normal São José, 1946).

No Jornal “Cidade de Ibiá”¹¹³, no ano de 1939, consta a movimentação da comissão responsável por angariar os donativos para o Colégio Normal São José. O que nos chama a atenção é que além das contribuições recebidas foram publicadas para o conhecimento de toda a sociedade até mesmo as contribuições prometidas e não recebidas, de forma nominal. De maneira que se pode intuir que era uma questão de cunho fortemente moral para aquela sociedade abraçar a causa da educação feminina, principalmente sendo esta de origem confessional católica. O que reforça o compromisso com os valores morais, religiosos e educacionais do povo ibiaense, pois conforme recenseamento geral de 1940 da população de fato, segundo o município, em Ibiá os católicos romanos correspondem a mais de 90% da população.

Os dados apresentados pelo IBGE em 1940, identifica três religiões que quantitativamente tinham maior representatividade na sociedade ibiaense, a católica com 90,30% da população, a espírita com 8% e a protestante com 1,19% dos fiéis. Assim, embora houvessem manifestações de outras crenças e/ou credos religiosos era a Igreja Católica que dava o tom em relação aos valores morais e verdadeiramente cristãos.

Figura 13: Igreja Matriz de São Pedro de Alcântara – Ibiá/MG



Fonte: Acervo da Escola Estadual São José em Ibiá.

¹¹³ Em abril de 1939 foi lançado o primeiro jornal “Cidade de Ibiá” sob a coordenação de Francisco Ângelo Coelho, Pe. José Borges Mundim, Dr. Carlos Fulgêncio e Alfredo Silva.

A Figura 13 ilustra a localização privilegiada da Igreja Matriz, estrategicamente situada no centro da cidade, circundada por um belo jardim, impressionava, à época, por sua suntuosidade, oferecia aos fiéis uma visão ampla de seus altares. Contudo, a influência da Igreja Católica não se fazia apenas em seus templos e ritos, mas principalmente pela força ideológica e/ou papel exercido através da educação em parceria com o Estado mineiro. Pois, nesse contexto, foi nomeado pelo Secretário da Educação Estado, Cristiano Machado, pelo ofício nº 198, da 8ª seção, com a data de 4 de abril de 1938, o Pe. José Borges Mundim, Pároco de Ibiá, para o cargo de fiscal permanente, como vê-se adiante para efeito do futuro reconhecimento e equiparação do Colégio Normal São José.

Todavia, vale lembrar que foram muitas as batalhas ideológicas que marcaram a história da educação no Brasil durante o período republicano, e que se materializaram em uma multiplicidade de arenas políticas, que por sua vez revelaram uma sociedade complexa em sua configuração e interesses, onde a Igreja Católica detém um papel de destaque na legitimação da ordem dessa nova sociedade.

O futuro é insistentemente aludido como dependente de uma política educacional: futuro de glórias ou de pesadelos, na dependência da ação condutora de uma “elite” que direcione, pela educação, a transformação do país. Na oposição construída por imagens de um país presente condenado e lastimado e de um país futuro desejado, país de prosperidade, é que se constitui a importância da educação como espécie de chave mágica que viabilizaria a passagem do pesadelo para o sonho. Romper com a sociedade presente, transformá-la em passado, superá-la são operações que se constroem no discurso. As referências à obra educacional determinam-na como reiterada operação de apagamento do presente e promessa de um futuro grandioso (Carvalho, 1998, p. 141).

Assim, a doutrina católica foi para o Estado não apenas um instrumento capaz de garantir a preservação da ordem e possível legitimação do autoritarismo, mas também um instrumento indispensável de transmissão de valores ligados à religião, à grandeza da pátria, à família e à moralização dos costumes. De forma que no Livro Termo de Visita do Colégio Normal São José, consta que o Pe. José Borge Mundim, realizou como fiscal representante do Estado, visitas mensais no intuito de cumprir as exigências regulamentares, examinando e vistando os livros de escrituração dos professores e as cadernetas das alunas, para a garantia do bom andamento do educandário.

De acordo com o livro de correspondências: cartas, telegramas, ofícios, com suas respostas entre o Colégio Normal São José e a Secretaria da Educação e Saúde Pública do Estado, para o ano letivo de 1938, o Colégio já contava com nove religiosas como professoras. De maneira que realizada a distribuição das cadeiras, o corpo docente do educandário ficou

constituído para lecionar nos cursos normal e de adaptação para as disciplinas de Português: Irmã Maria Santo Afonso de Ligorio; Francês: Irmã Maria do Carmo; Matemática: Irmã Maria Santa Joana de Chantal; Ciências Naturais: Madre Maria Ignacia de Loyola; Geografia e História da Civilização e, Educação Cívica: Irmã Maria da Glória; Desenho: Irmã Maria São João Evangelista; Trabalhos manuais e modelagem: Irmã Maria Bernadete da Divina Providencia; Música: Irmã Maria da Imaculada Conceição; Canto coral e Educação Física: Irmã Carmelita Carneiro de Miranda. Sob o comando das freiras/professoras aprendia-se além dos conteúdos programados, o respeito, a ordem e a disciplina.

Figura 14: Fotografia do Colégio Normal São José – 1938



Fonte: Acervo da Congregação das RMNSD

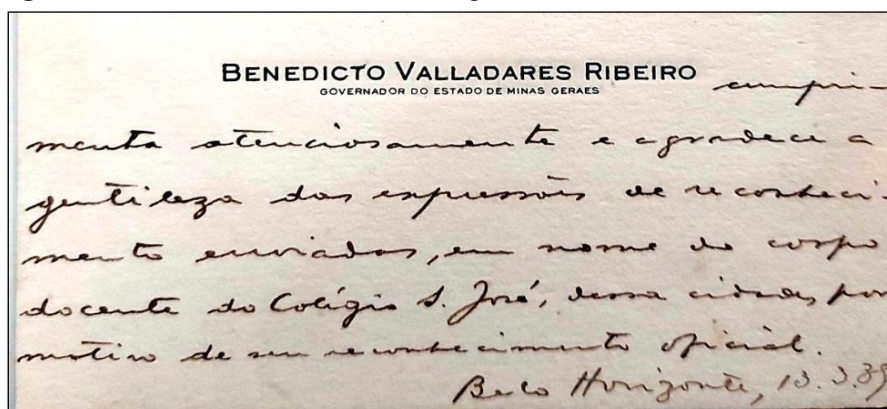
De forma que para além dos exercícios individuais, algumas atividades prescreviam também atitudes coletivas, que ritmadas objetivavam a cadência de todo o grupo de alunas, como podemos constatar na Figura 14¹¹⁴. Esta fotografia expressa o ordenamento de posições, na simetria da pose e a postura assumida pelas alunas, sob os cuidados das Irmãs professoras, a necessidade visível de ordem e disciplina, além de conseguir flagrar o olhar de umas das freiras, marcada pela seta, que acompanha mesmo de longe o comportamento das alunas.

¹¹⁴ O prédio nessa imagem corresponde a casa doada pela prefeitura e ampliada pela Congregação, primeiro espaço físico ocupado pelo Colégio Normal São José em Ibiá

Neste contexto, Pe. José Borge Mundim, ratifica em seu termo de visita de 6 de dezembro de 1938: “por tudo isto por mim observado e acompanhado de perto e com interesse, posso informar como fiscal e representante do nosso benemérito governo que o Colégio S. José desta cidade atende todos os requisitos para ser elevado à categoria de escola normal equiparada”. De maneira que sendo este o desejo de toda a sociedade local e manifestado formalmente por aqueles que detinham de fato influência política para materializar tal anseio, como o Deputado Estadual Adolfo Portela¹¹⁵ e o Prefeito Getúlio Portela. O Colégio Normal São José de Ibiá foi equiparado à Escola Normal Modelo do Estado, como consta no decreto-lei estadual nº 1778, em 01 de março de 1939, pelo o então interventor de Minas Gerais, Benedito Valadares Ribeiro.

No conjunto de documentos que compõe todo um quadro que descreve o movimento entorno do processo de autorização para equiparação do Colégio Normal São José, dentre os ofícios, cartas e muitos telegramas de solicitação para o comparecimento das festividades celebrativas pela equiparação do Colégio, localizou-se mensagens de congratulações dirigidas à Congregação das RMNSD e, especificamente, à direção do educandário. O que chama a atenção é a articulação estabelecida pelo Colégio Normal São José, em toda a região, recebendo correspondências de Uberaba, Araxá, Patos de Minas, Patrocínio, São Gotardo, representada por várias outras congregações religiosas e dioceses.

Figura 15: Reconhecimento oficial do Colégio Normal São José



Fonte: Acervo da Escola Estadual São José em Ibiá

¹¹⁵ “Descendente de ilustre família do município de Ibiá, o Dr. Adolfo Portela nasceu em Araxá. Formado em medicina pela Universidade de Minas Gerais, transferiu sua residência para esta cidade em 1929, aqui residindo até 1934, quando se transferiu para Belo Horizonte, afim de tomar parte nos trabalhos da Assembleia Constituinte Mineira para a qual fora eleito Deputado, com brilhante e esmagadora vitória. Como deputado estadual, que foi até o dia 10 de novembro de 1937, nunca se esqueceu de Ibiá que soubera manter-se firme ao seu lado, batendo-se com justiça por sua causa. Os grandes melhoramentos públicos que se registraram em todo o município tiveram sempre a ajuda desse grande homem. A equiparação do Colégio Normal São José e a criação do Termo Judiciário, encontrou a mais leal e decidida cooperação, aliás valorosa e indispensável do Dr. Adolfo Portela” (Araujo, 1942, p. 25).

A Figura 15 é ilustrativa do nível de importância atribuído pelo Estado e pela sociedade referente ao processo de reconhecimento oficial de uma instituição de ensino que tinha como missão formar as educadoras da nação. Destarte, o Colégio Normal São José continua sua trajetória ocupando no cenário local e regional representatividade em âmbito de formação instrucional/intelectual e moral para as mulheres do município e região. Em 1939 matricularam-se 91 alunas sendo mantidas gratuitamente oito internas e oito externas. No Livro de Atas de Abertura e Encerramento do Ano Letivo, consta nas páginas onze a treze, a ata da sessão solene de colação de grau das normalistas de 1939, a turma composta por seis jovens normalistas era motivo de muito orgulho para aquela pequena cidade, nos rincões das gerais.

Aos dias do mês de dezembro de 1939, no salão de festas do Colégio São José, dessa cidade, às 19 horas, com a presença de inúmeras famílias e pessoas gradadas de Ibiá e outros municípios realizou-se solenemente a colação de grau às normalistas que concluíram o curso no ano letivo que ora se finda. A sessão foi presidida pelo Exmo. Snr. Dr. Getúlio Portela, digníssimo prefeito da cidade, ladeado pelo Revmo. Snr. Pe. José Borges Mundim, paraninfo das diplomadas, Pe. Isaias Lagares, Exmo. Snr. Dr. Carlos Rezende, digníssimo Juiz municipal de Ibiá e Revma. Me. Maria Ignacia de Loyola, digníssima diretora do Colégio. Depois que as diplomadas ocuparam as primeiras filas de cadeiras teve início a solenidade que obedeceu ao seguinte programa: 1º Hino Nacional; 2º Abertura da sessão pelo Exmo. Snr. Dr. Getúlio Portela; 3º Discurso de saudação pela diplomada Maria das Dores de Angelis; 4º Música – piano e violino; 5º Discurso da oradora da turma, Senhorita Geni Portela; 6º Chamada das diplomadas, juramento, entrega dos diplomas e imposição do anel simbólico; (...) Concluíram o curso normal as seguintes alunas: Geni Portela, Inai Portela, Marias das Dores de Angelis, Maria José Cendón, Serafina Borges Mundim e Silvia Rocha (Colégio Normal São José, 1939, p.11-13).

As atas das sessões solene de colação de grau das normalistas deixam claro que, a cada ano, a conclusão do curso normal se transformava em um grande evento social, que mobilizava a participação da elite econômica do município, com representatividade marcada pelo Estado e a Igreja Católica.

O que vem ao encontro da crença proclamada na época que a reforma da sociedade se concretiza com a reforma da escola, e esta com a formação do cidadão(ã), particularmente a instrumentalização das elites, um ideário em que a capacitação das elites era prioritária e que essa mesma elite detinha as condições para decidir quais deveriam ser os rumos da educação.

Vale ressaltar que, quanto às instalações o Colégio Normal São José foi largamente ampliado, ao longo da década de 40, seu prédio tornou-se símbolo de modernidade e progresso para o município. Visto que as escolas normais, arquitetonicamente, se configuram como

prédios de destaque, grandes, bonitos e destinados a cumprir sua finalidade educativa/formativa.

Serviam para testemunhar a valorização que grande parcela da sociedade atribuía à educação. Tais prédios representam uma garantia de espaço com boas condições higiênicas e pedagógicas, conforme as normas de higiene do período. A demonstração de boas acomodações para as alunas, com espaço adequado para as salas de aulas, biblioteca e demais recursos era uma forma de certificar que o Colégio possuía condições de atingir seus mais altos objetivos frente a sociedade.

Assim, as escolas normais passaram a compor a paisagem urbana de muitas cidades do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Situados, geralmente, em regiões centrais, esses edifícios marcaram pela imponência e seu significado no tecido urbano, faziam parte de um conjunto de melhoramentos urbanos, tornando-se denotativo do progresso da localidade.

No entanto, até o ano de 1942 o Colégio Normal São José, em Ibiá, havia construído apenas o primeiro pavilhão do seu grandioso projeto arquitetônico, como se pode constatar na Figura 16.

Figura 16: Prédio do Colégio Normal São José em 1942



Fonte: Acervo da Congregação das RMNSD

Somente na década de 1960, o Colégio Normal São José torna-se assim, pela suntuosidade de sua construção uma garantia de status, distinguindo-se das demais residências, das casas comerciais e dos demais edifícios que constituíam a cidade naquele período.

Lembrando que a seleção do terreno para a construção do edifício foi criteriosa, com a utilização de uma quadra inteira, de forma a proporcionar uma visualização completa do prédio.

Figura 17: Prédio do Colégio Normal São José em 1966



Fonte: Acervo da Congregação das RMNSD

Nesta perspectiva, os espaços são articulados de forma a abrigar e instruir, não só pelo seu conhecimento, como também pelo seu significado de grandeza e magnitude. O edifício escolar não é apenas um lugar, ele se reveste de um significado simbólico que se destaca no meio urbano, e esse simbolismo se expressa de acordo com o uso a que se destina e a representatividade do poder vigente. Todavia, independentemente da monumentalidade a escola é antes de tudo um lugar planejado no espaço, formado por uma estrutura arquitetônica de forma a atender ao saber legítimo de determinada época. Assim, as escolas normais se afirmam como símbolo de modernização, ajustando o ensino mineiro a uma nova realidade.

Neste sentido, a estrutura arquitetônica do Colégio Normal São José revela para o município de Ibiá a possibilidade de mudança, civilidade e de progresso, contribuindo como elemento de convergência, reunindo, a partir do sistema de internato, semi-internato e externato, um número significativo de jovens meninas de todos os cantos da cidade e da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. O tráfego dessas alunas em direção ao Colégio representa a apropriação do espaço urbano, num itinerário de reconhecimento da cidade que coabitavam em ruas, praças e calçadas¹¹⁶.

¹¹⁶ “A realidade urbana modifica as relações de produção, sem aliás, ser suficiente para transformá-las. Ela torna-se força produtiva, como a ciência. O espaço e a política do espaço exprimem as relações sociais, mas reagem sobre elas. Bem entendido, se há uma realidade urbana que se afirma e se confirma como dominante isso só se dá através da problemática urbana” (Lefebvre, 1999, p. 24).

De modo que a História do Colégio Normal São José envolve espaços que vão além de seus muros físicos, que é, por sua vez, onde se constrói parte do currículo escolar, ou seja, onde são construídas as normas que mediam as práticas de quem atua na sala de aula, junto aos alunos, transmitindo conhecimentos e condutas para atender a determinadas finalidades próprias da época. Apelos discursivos que foram sendo articulados aos ensinamentos do Colégio e às suas práticas legitimadoras de uma nova cultura escolar.

SEÇÃO 3 - DINÂMICA INTERNA DO COLÉGIO NORMAL SÃO JOSÉ COMO PARTES DE UM TODO: ENTRE PRESCRIÇÕES E PRÁTICAS

O Colégio Normal São José instalado e reconhecido, oficialmente, no interior das Gerais, conseguiu tirar do anonimato, no silêncio do privado, um número significativo de mulheres, que compunha a sociedade ibiaense e região circunvizinha, elevando-as a ocupar uma posição no espaço público. Naquele contexto, o Colégio era uma das principais formas de promoção social das moças, através do curso normal, sendo o curso moralmente respaldado pelos pais e pela sociedade. Assim, mesmo atuando de forma, muitas vezes, conservadora, oferecia uma contribuição expressiva para a promoção da mulher.

De modo que essa instituição de ensino, espaço legitimado de produção e circulação de um saber pedagógico, tentava racionalizar as práticas educativas escolares tendo como papel principal a formação das normalistas, enquanto sujeitos históricos autorizadas a formarem as novas gerações. Para tanto, essas mulheres deveriam apresentar uma conduta moralmente coerente com o papel que visavam desempenhar, como modelo de cidadãs e cristãs, para a população e como agentes do Estado, nos diversos municípios que atuariam como professoras primárias e/ ou servidoras públicas.

Neste sentido, o Colégio Normal São José esteve voltado tanto para a instrução quanto para a educação, instituído de um refinamento curricular de forma a preparar as moças para o conhecimento de suas atividades práticas: professora primária e cumpridora de seus deveres para com Deus e a pátria. Assim, nesta seção inclui-se a análise das políticas educacionais, passando pelas políticas curriculares, suas legislações prescritivas e programas oficiais, e os aspectos internos da história dessa instituição de ensino. Incluindo, também, a história da Congregação das RMNSD e das irmãs professores que ministraram as aulas, evidenciando os cânones religiosos e educativos que fomentavam os ensinamentos ofertados às meninas/mulheres matriculadas no Colégio, os métodos e as tecnologias em uso no cotidiano escolar, dentre outros aspectos.

Destarte, analisou-se o Colégio Normal São José em seus processos históricos-pedagógicos que se traduz em um fazer complexo, pois a escola é um campo de ação de sujeitos individuais e coletivos, produtos e produtores de interesses, resistências, buscas, sucessos e fracassos; marcados por experiências e afetados por valores. De forma que procurou no movimento global das relações socioeconômicas e políticas compreender os processos de permanências e mudanças, a fim de produzir conhecimentos críticos capazes de explicar a

versão dinâmica para o estudo dessa instituição. Como se vê no exercício interno do Colégio, através das obras de caridade, especialmente, neste estudo, relativo à ação do Patronato São José.

3.1 Legislação educacional: CNSJ sob diretrizes e normas federais e estaduais

Para melhor compreender a dinâmica interna do Colégio Normal São José, em seus primeiros anos de funcionamento, é preciso avaliar os registros da Congregação das RMNSD, as relações de hierarquia e as normas as quais estavam submetidas as Irmãs professoras. Mediante a aprovação do Conselho e confirmação do Arcebispo, Me. Maria Ignacia de Loyola atuou como diretora do Colégio por seis anos consecutivos, mas a postura de autonomia da gestora causou enfrentamentos nas relações estabelecidas entre a comunidade de Ibiá e as fundadoras da Congregação.

Desta vez, os espinhos brotavam do próprio seio da Congregação, da Comunidade do Colégio de Ibiá. A casa florescia. Muitas e fervorosas vocações desabrochavam nas boas terras do oeste de Minas. Mas, o espírito religioso, o verdadeiro espírito Inaciano de nossas Constituições, tão insistentemente instilado nas almas pela Fundadora, desaparecia de maneira inesperada. O naufrágio era iminente. Nos últimos meses do referido ano, recrudescera a luta. Agora, era a investida contra a própria pessoa da Madre que, com todo o seu potencial de doçura materna e de energia, profligava os erros, protestava contra os abusos e condenava as grandes irregularidades. [...] Até os tribunais eclesiásticos se ergueram contra ela! A eles, compareceu, aniquilada, mas, animosa: a justiça e a verdade tomariam sua defesa, falariam mais alto que as calúnias, mais forte que a malevolência dos infelizes que a perseguiam. Com esperança de solucionar a situação, o governo do Instituto deliberou recorrer à autoridade superior. Solicitou a intervenção do eminentíssimo Sr. D. Sebastião Leme da Silveira Cintra, cardeal do Rio de Janeiro. Compreensivo e bondoso, Sua Eminência acolheu paternalmente a súplica. Fez mais: a fim de, com mais liberdade e eficácia, poder auxiliar a Congregação, sugeriu o plano de estabelecimento de uma casa filial em sua Arquidiocese (Bouissou, 1965, p. 162-163).

Mediante citação acima, pode-se inferir que as relações de poder, estabelecidas entre os membros da Congregação das RMNSD e a hierarquia da Igreja Católica, forjam todo um cenário histórico educacional a partir de ações marcadas pelo posicionamento de mulheres/religiosas sujeitos de seu tempo. Pois, analisando os documentos da Congregação RMNSD chegou-se à conclusão que a postura de Me. Maria Ignacia de Loyola, muitas vezes, se aproxima dos procedimentos adotados pela própria Me. Maria de Jesus, com um comportamento de não subordinação, um espírito empreendedor e de grande capacidade de articulação. Contudo, a situação torna-se mais delicada quando Me. Maria Ignacia envia ao

Cônego Rafael Arcanjo Coelho, secretário do Arcebispo de Mariana, cartas confidenciais que Me. Maria de Jesus lhe escrevera e, logo depois, solicita um tribunal eclesiástico contra a Congregação.

Detectou-se um certo partidarismo referente a situação apresentada entre as duas Madres, de forma que Me. Maria Ignacia detinha certo apoio e/ou apreço do Arcebispo de Mariana, enquanto Me. Maria de Jesus buscou apoio no Cardeal Sebastião Leme. Todavia, o poder de influência da Madre fundadora da Congregação RMNSD garante que em meio àquela situação conturbada ocorra a expansão da Congregação com a transferência do Noviciado de Itabira para o Rio de Janeiro e, posteriormente, a mudança da sede para a capital do país.

De forma que a direção do Colégio Normal São José esteve sob a direção de Me. Ignacia de Loyola até a dissolução do impasse entre as Madres e o desfecho do tribunal eclesiástico, em junho de 1943. Nesse período o Colégio passou por várias mudanças em sua estrutura física e aumentou, significativamente, sua capacidade de atração de alunas de diferentes cidades da região Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Assim, em 1943, Me. Ignacia de Loyola, a superiora da comunidade de Ibiá, saiu da Congregação RMNSD e foi admitida como Irmã Leôncia, junto às Irmãs Carmelitas da Divina Providência, em Belo Horizonte. A carta enviada por Me. Maria de Jesus ao Colégio Normal São José, após o ocorrido, é muito significativa, pois demonstra a necessidade de (re)organização da Comunidade de Ibiá e a importância de se cumprir as regras/constituições da Congregação RMNSD, manter a unidade com a sede e garantir a boa imagem das religiosas junto à comunidade ibiaense e região. Nessa ela aponta, também, os desafios que se apresentam ao Colégio, com o número de internas que só cresce, reforçando a responsabilidade moral das religiosas professoras, mediante a pedagogia do exemplo.

Minhas filhas muito queridas e sempre lembradas, Louvado seja N. S. Jesus Christo! Não imaginam o prazer que me deram com suas cartas, eu as li com vontade de chorar e de rir no mesmo tempo ao ler a relação de suas lutas e trabalhos. Parece que estão todas muito bem dispostas e entusiasmadas e tem razão: as Sras receberam uma bela missão reformar esta casa reparar os escândalos dados, reabilitar a honra da Congregação, mostrando a todos o que são as verdadeiras Missionárias de N. S. das Dores. [...] Recomendo-lhes ser muito unidas entre por 2 motivos: 1º para atrair sobre si as bênçãos de Nosso Senhor que tanto recomendou a caridade e que fez della o grande mandamento igual as que nos manda amar e adorar a Deus, 2º porque o povo ficou muito escandalizado com as discussões das ex-Irmãs de Ibiá; agora é preciso que o povo seja edificado pela harmonia e caridade que deve unir todas as Irmãs, é preciso que o povo de Ibiá diga o que diziam os pagãos ao ver a caridade que reinava entre os christãos “Vede como se amam!” (Me. Maria de Jesus, 25-07-1943).

A carta compõe um quadro em que a oligarquia desejava uma educação modelo que formasse as suas filhas, com instrução que garantisse a sua moralidade, através da prática das virtudes, do conhecimento das verdades científicas, religiosas e da assimilação dos bons costumes. De maneira que as normalistas interiorizassem através da pedagogia do exemplo as práticas vivenciadas dentro do Colégio Normal São José, para que enquanto professoras, pudessem agir da mesma forma que suas mestras.

Pierre Bordieu (1989) assinala que as elites, além de se afirmarem pela posse da riqueza, procuraram distinguir-se socialmente por meio de ações simbólicas, entre as principais marcas de distinção, destacavam-se o vestuário, a linguagem e a escolha da escola dos filhos(as). As alunas das primeiras turmas do Colégio Normal São José eram filhas dos grandes fazendeiros da região, comerciantes, ferroviários, responsáveis diretos pela criação e crescimento do município de Ibiá e o progresso do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Assim, grande parte do corpo discente do Colégio constituía-se quase que totalmente de filhas da oligarquia rural e urbana de Ibiá e dos municípios de Campos Altos, Pratinha, Araxá, Patrocínio, Uberaba, Patos de Minas, Bambuí, etc; que buscavam a complementação cultural e a posse de um diploma e/ou a possibilidade do ingresso no espaço público, com a perspectiva de realização profissional.

De modo que os documentos consultados permitem, em constante cruzamento, observar o valor do método pedagógico e os mecanismos disciplinares e hierárquicos exigidos para sua eficácia. Métodos voltados para a formação das meninas ibiaenses e da região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, no que se refere à educação intelectual, moral e cívica. Uma formação baseada nos ensinamentos de Santo Inácio de Loyola, que tinha como fundamento os princípios da mente sã em corpo sã.

Vale sublinhar que na década de 1930, mediante as novas circunstâncias relativas à organização nos âmbitos socioeconômicos e políticos da Era Vargas¹¹⁷, a educação foi alvo de debates, impasses, tensões e negociações, e começou a tomar novos rumos, com prolongamentos nas três décadas seguintes, seja quanto aos embates, ou quanto às mudanças a nível legal e estrutural. Entretanto, tal como o ensino primário, a escola normal era de responsabilidade e competência dos Estados, o que fez com que as reformas efetuadas ficassem restritas aos limites de cada unidade da federação. No plano interno de cada Estado, vinham permeando reformas parciais, diacrônicas, regionalizadas e desiguais, no setor educacional.

¹¹⁷ Era Vargas é o período da história do Brasil entre 1930 e 1945, quando Getúlio Vargas governou o Brasil por 15 anos e de forma contínua. Compreende o Governo Provisório, o Governo Constitucional e o Estado Novo.^[1] Essa época foi um divisor de águas na história brasileira, em razão das inúmeras alterações que Vargas fez no país, tanto sociais quanto econômicas.

Destarte, as primeiras escolas normais brasileiras só seriam estabelecidas, por iniciativa das províncias¹¹⁸, logo após a reforma constitucional de 12 de agosto de 1834, que, atendendo ao movimento descentralista, conferiu às Assembleias Legislativas.

Provinciais, então criadas, entre outras atribuições, a de legislar “sobre a instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la” (art. 10, item 2). Ficando as províncias responsáveis pela instrução primária e secundária nos respectivos territórios, em Minas Gerais, Benedito Valadares, promulga em 31 de agosto de 1934, o decreto nº. 11.501 que sintetiza o processo de modernização iniciado pelos seus antecessores¹¹⁹. Esse decreto representa o apogeu de uma série de medidas introduzidas anteriormente na administração do ensino, tendo como objetivo obter da escola padrões de desempenho compatíveis com o desenvolvimento das ciências e as novas exigências da sociedade brasileira. Deste modo, em busca da modernização, a escola mineira se apresentou como instituição altamente moralizante, abertamente dualista e excessivamente burocratizada.

Art. 179 — O Secretário da Educação manterá o curso especial de aperfeiçoamento para as professoras que pertençam a Congregações religiosas, correndo por conta destas as despesas do referido curso. Parágrafo único. Este curso, que será intensivo, terá a duração de seis meses, funcionará de acordo com as instruções que o Corpo Técnico organizar e conferirá às que nele se diplomem o direito de ocupar as cadeiras de Psicologia e Metodologia nas Escolas Normais pertencentes às referidas Congregações (Minas Gerais, Dec. 11.501/1934).

O destaque à expansão do ensino primário, com a criação dos grupos escolares, mediante a reunião de escolas isoladas, com o ensino graduado e classes organizadas segundo o nível de adiantamento dos alunos influencia, diretamente, nas reformas sofridas nas escolas normais. Alterações significativas entorno do currículo, com ênfase nas matérias científicas, e a exigência de uma cultura enciclopédica a ser avaliada através de exames, inclusive para ingresso na referida instituição.

Neste contexto, a educação passou a ocupar posição estratégica no programa de Getúlio Vargas, no sentido de assegurar o progresso econômico a partir da manutenção da disciplina e

¹¹⁸ A primeira Escola Normal brasileira foi criada em Niterói, Rio de Janeiro, no ano de 1835. A responsabilidade do ensino era conferida às províncias, que em sua maioria agiam com indiferença à responsabilidade devido aos gastos elevados para manter uma escola pública, ou pela própria defesa do ensino privado.

¹¹⁹ As medidas subsidiárias parciais que os dispositivos regulamentares recentes consolidam, ampliando e ajustando melhor, não alteram e nem desviam o plano inicial da Reforma Antônio Carlos Francisco Campos; não a deturpam no seu arcabouço e na sua estrutura; não a revogam nas suas linhas mestras gerais: antes, a consagram e acentuam. Vai nisso o espírito atilado e a clarividência do novo legislador, o que a justiça manda assinalar (Revista do Ensino, 1934, p. 27).

da ordem. Para isso, não bastava expandir a escola, era necessário renová-la, dotando-a de padrões e formas de organização, compatíveis com os avanços da ciência, imprimindo nela os mesmos padrões de racionalidade de outras esferas do serviço público. Acentuou-se, assim, a importância da formação de professores em instituições, especialmente, criadas para este fim. A política de formação de professores instituída por Vargas era recebida sem reservas pelos grupos progressistas da época e considerada como um estímulo à profissionalização do magistério.

Para promover o programa de reconstrução nacional do Governo Vargas (1930-1954), os Ministros da Educação e Saúde Pública¹²⁰, Francisco Luís da Silva Campos (1930-1932), Belisário Augusto de Oliveira Penna (1932-1933), Washington Ferreira Pires (1934) e Gustavo Capanema (1934-1945) estabeleceram políticas nacionais para as quais se subordinariam os sistemas estaduais de educação e saúde. A educação escolar caberia ramificar-se pela cultura nacional em seu amplo espectro de ensinamentos valorativos e de atributos morais.

Para tanto, no período em estudo, o programa educacional concebido por Gustavo Capanema promoveu transformações na educação feminina em dois planos: proteção da família e a formação adequada à mulher para seu papel familiar. Capanema buscou orientar a formação feminina para o conhecimento de suas obrigações para com a família, representando simbolicamente uma dimensão de poder, fortemente, vinculada à centralização e a linearidade de comando sobre a qual deveriam se respeitar os preceitos éticos e morais demarcados pelo governo.

Contudo, para esse alcance político e ideológico, sucessivamente foram sendo criados o Conselho Nacional de Educação (1931), a Diretoria Nacional de Assistência Médico-Social (1933), o Plano Nacional de Educação (1937), o Instituto Nacional de Saúde (1937), o Serviço de Patrimônio Histórico Cultural e Artístico Nacional (1937), o Serviço de Radiodifusão Educativo (1937), o Instituto Nacional de Cinema Educativo (1937), o Instituto Nacional do Livro (1937), o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico (1938), o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1938), o Departamento Nacional da Criança (1941), dentre outros órgãos públicos.

Visava, por meio da educação escolar formal, a unificação das culturas do povo brasileiro, da língua, dos sentimentos, dos valores patrióticos e cívicos e da integração do povo

¹²⁰ Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), e principalmente durante o governo do presidente Getúlio Vargas, efetivou-se a centralização das diretrizes para a educação no país, as legislações se tornaram mais rarefeitas, esparsas, e passaram a ser produzidas em dois âmbitos: no federal, sob o formato de diretrizes gerais, e depois no estadual, as regulamentações e adaptações às especificidades regionais.

aos benefícios sociais da nação. Nesse cenário, a Constituição de 1934 não apenas incorporou as três reivindicações mínimas: o ensino religioso facultativo nas escolas públicas, a indissolubilidade do casamento, a assistência religiosa facultativa às classes armadas; reforçou o poder de influência da Igreja Católica. Contudo, em 1937, a Constituição do Estado Novo trouxe algumas atenuações.

Em 1937 as palavras são autoridade, controle, segurança, para uma sociedade que se dizia ameaçada, tanto pelo liberalismo como pelo comunismo, e representava um caminho para a anarquia e o caos social. A saída mais lógica parecia fortalecer a autoridade constituída. Nesse contexto, a Igreja era conclamada a assumir o papel de sustentáculo da ordem social e defensora do princípio de autoridade.

Nessas circunstâncias, na Constituição de 10 de novembro de 1937, a mesma ampla política nacional de educação é reafirmada, e, em alguns pontos, ainda esclarecida. No capítulo "Da organização nacional", estatui-se que a União compete "fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deve obedecer a formação física, intelectual e moral da infância e da juventude", (art. 15, inciso IX) (Brasil, 1937). No art. 16, declara-se que a legislação das "diretrizes da educação nacional" é de competência exclusiva da União; e, no art. 132, que o "Estado fundará instituições ou data o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e adestramento cívico" (Brasil, 1937). De forma que a educação é instrumento ao serviço da unidade moral e política da nação, como o é de sua unidade econômica. Não se admitem escolas que não realizem o "ensino cívico" (art. 131) (Brasil, 1937). Estabelece-se que o primeiro dever do Estado, em matéria de educação, é o "ensino pré-vocacional e profissional" (art. 129) (Brasil, 1937).

Destarte, no que tange à educação, o Estado não se furtará a esse dever, contudo age de forma colaborativa, de maneira subsidiária, para facilitar a execução ou suprir as deficiências da educação particular. "A arte, a ciência e o seu ensino são livres à iniciativa individual ou à de associações ou pessoas coletivas, públicas e particulares" (art.128) (Brasil, 1937). Embora não houvesse menção explícita a subsídio governamental ao setor privado, os setores públicos eram apresentados como coadjuvantes ao ensino privado.

A primeira regulamentação federal do ensino normal ocorreu como consequência da orientação centralizadora das ações governamentais no período do Estado Novo (1937-

1945)¹²¹. A Constituição de 1937 estabelecia como dever do Estado a fixação das bases e a delimitação dos limites de ação da educação nacional, explicitando as diretrizes que orientariam a formação física, intelectual e moral da infância e da juventude. Assim, foi durante a longa gestão do Ministro Gustavo Capanema, segundo um modelo altamente centralizador, que cercou sua administração com uma imagem de modernização na esfera educacional, ao mesmo tempo em que atrelava certas decisões aos setores mais tradicionais da Igreja Católica, que conseguiu forjar um equilíbrio entre forças aparentemente antagônicas.

Vale sublinhar que nesse período a articulação entre Igreja e o Estado fez com que perdesse muito da nitidez do confronto entre os defensores do ensino privado e confessional; e os defensores do ensino público, universal, leigo e gratuito, o que produziu um aparente equilíbrio entre os dois grupos. Pois, nesse período a presença do Estado na educação efetivou-se por meio da extrema centralização administrativa e decisória e pelo cerceamento a qualquer tipo de inovação ou manifestação de pluralismo, incluindo-se o esforço de nacionalização da educação.

O setor educacional brasileiro começou a ser reformado a partir de 1942, não de maneira integral, mas mediante as chamadas Leis Orgânicas ou Reformas Capanema, compostas por um conjunto de decretos-leis, baixados com intervalos aleatórios de tempo e direcionados a setores específicos, constituindo-se em reformas parciais, referentes aos ensinos: industrial, comercial, agrícola, secundário, normal e primário.

As Leis Orgânicas ampliaram a reduzida articulação existente no ensino brasileiro, na medida em que articularam o primeiro ciclo da escola secundária com todas as modalidades de escolas de segundo ciclo, inclusive a Normal. Quanto ao segundo ciclo, apenas o secundário, como via privilegiada, possibilitava o ingresso em qualquer dos cursos superiores; os segundos ciclos dos ramos profissionalizantes só se articulavam com cursos superiores a eles diretamente relacionados (Tanuri, 2000, p. 76).

Neste sentido, em consonância com a tendência centralizadora do Estado Novo, o controle do ensino pelo Estado demonstrou-se pela tentativa de regulamentação minuciosa dos mais diversos tipos e níveis de ensino em todo o país. As Leis Orgânicas do Ensino como expressão dessa regulamentação, oficializadas entre 1942 e 1946, foram promulgadas ao Ensino Industrial (1942), Ensino Secundário (1942) e Ensino Comercial (1943), assim como a criação

¹²¹ O Estado Novo representou o domínio expresso do autoritarismo político implantado por Getúlio Vargas através do golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, perdurando até 31 de outubro de 1945. O parlamento, as assembleias estaduais e as câmaras municipais foram extintas; o Presidente da República passou a legislar sobre diversos assuntos por meio de decretos-leis e a intervir nos governos estaduais, confirmando os governadores ou substituindo-os por interventores federais, ficando suspensas assim as liberdades civis que a constituição assegurava apenas formalmente.

do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (1942) – SESI. Após a Era Vargas, sob o governo provisório de José Linhares e, sob o Ministério da Educação de Raul Leitão da Cunha, ocorreu a publicação das Leis Orgânicas do Ensino Primário (1946), Ensino Normal (1946) e Ensino Agrícola (1946), bem como a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (1946) – SENAC.

O modelo nacionalista de formação de professores foi consolidado pelas Leis Orgânicas do Ensino Primário¹²² e Normal de 1946, pregavam um ensino igual para todos e apresentavam uma série de especificidades de cada etapa de formação do aluno. De maneira que a primeira lei geral brasileira relativa ao Ensino Normal foi publicada sob a forma de Decreto-Lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946, e ficou conhecida como Lei Orgânica do Ensino Normal.

Todavia, a Lei Orgânica não modificou tão profundamente o ensino normal, pois acabou reconhecendo oficialmente padrões já empreendidos em vários Estados do país. Não significou uma grande ruptura ao que fora idealizado em Minas desde da Reforma Francisco Campos em 1927, uma vez que as finalidades gerais seriam: formar o pessoal docente necessário às escolas primárias, habilitar administradores escolares destinados a essas escolas e desenvolver e propagar os conhecimentos e as técnicas relativos à educação da infância. Todavia, essa lei estruturou o ensino normal em dois ciclos (na lei anterior foram denominados graus), definiu as disciplinas para ambos, recomendou a adoção de processos pedagógicos ativos e, ainda, repetiu uma orientação de forma muito semelhante e recorrente desde as primeiras leis mineiras: “a educação moral e cívica não deverá constar do programa específico, mas resultará do espírito e da execução de todo o ensino” (BRASIL, 1946, p. 1-4).

Art. 54. – Não poderão receber auxílio à conta do Fundo Nacional de Ensino Primário, as unidades federadas que não providenciarem nos termos do presente decreto-lei, quanto ao planejamento e desenvolvimento da rede de ensino normal, que lhes caberá manter, a fim de que a expansão de seu sistema escolar primário não venha a ser prejudicada por escassez de pessoal docente devidamente habilitado. Parágrafo único. Para os efeitos do que se dispõe neste artigo, os órgãos de administração do ensino normal, em cada unidade federada, se articularão com os órgãos próprios do Ministério da Educação e Saúde, aos quais farão enviar a legislação existente e a legislação que lhe for acrescida, bem como até 30 de março de cada ano, sucinto relatório sobre das atividades do ensino normal do ano anterior (Lei Orgânica do Ensino Normal, 1946, p. 9-10).

O ensino normal ficou estruturado da seguinte forma: curso de formação de regentes de ensino primário, de 1º ciclo, com duração de 4 anos, funcionando em Escolas Normais

¹²² A Lei Orgânica do Ensino Primário - Decreto-lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946 - em seus artigos 25, itens c e d e artigos 34, 35 e 36 dispõe sobre o corpo docente para este nível de ensino, sua carreira e remuneração.

Regionais; curso de formação de professores primários, de 2º ciclo, com duração de 3 anos, funcionando nas Escolas Normais; Institutos de Educação onde, além dos cursos de formação de professores, funcionavam também, o Jardim de Infância e a Escola Primária, como anexos e cursos de especialização de professor primário e habilitação de administradores escolares.

É importante lembrar que, naquela época, o curso ginásial e colegial, juntos, perfaziam o ensino secundário, sendo que o primeiro ciclo ou ciclo ginásial, corresponderia, na atual organização da Educação Básica, ao ciclo denominado Ensino Fundamental 2 (6º ao 9º ano). Os professores do ensino primário, com status mais elevado, precisariam cursar o 2º ciclo do Ensino Secundário, ou ciclo colegial, com a duração de três anos — e que corresponderia, na atual organização da Educação Básica, ao Ensino Médio (1º ao 3º ano), o que era realizado pelas escolas normais e pelos institutos de educação.

Assim, estavam estabelecidos os fundamentos nacionais relativos ao ensino normal, mas cabia aos Estados, como unidades da federação, a obrigação de normatizar o desenvolvimento e o planejamento para efetivação desses cursos, nos respectivos territórios, por meio de regulamentos específicos, conforme os termos prescritos nas disposições finais da lei em questão. De forma que a grande maioria dos Estados tomou a Lei Orgânica como modelo para reorganização de suas escolas normais, o que contribuiu para que se consolidasse em todo o país um padrão semelhante de formação, ainda que diversificado em dois níveis de escolas.

Contudo, havia ausência de normas centrais que garantissem uma base comum aos sistemas estaduais de formação de professores. No primeiro Congresso Nacional de Educação em um parecer apresentado pela comissão do ensino normal, propunha-se o estabelecimento de normas que, mediante a exigência de provas complementares ou estágios, garantissem:

- a) a transferência de alunos entre os estabelecimentos oficiais de ensino normal do mesmo tipo ou de tipo equivalente; b) o registro no Ministério de Educação dos diplomas dos atuais professores normalistas por escolas oficiais ou reconhecidas a fim de adquirirem tais diplomas validade para o exercício da profissão em qualquer parte do território nacional (Brasil, 1946, p. 67-68).

O mesmo parecer continha vários itens relativos à política de remuneração do magistério, pedindo regime salarial uniforme, concessão de gratificações, “aumento razoável de vencimentos”, em função da “precária situação” (Brasil, 1946, p. 67-68).

Na assembleia constituinte de 1946, o ideal federativo foi consagrado pela tradição republicana e na nova estrutura constitucional a organização dos sistemas de ensino distribuiu-se entre a União e os Estados (Arts. 170 e 171), respeitados os princípios gerais fixados no capítulo II da Constituição nos seus artigos 166 a 175. Restava, entretanto, como competência

precípua da União, a fixação das diretrizes e bases da educação nacional, que só irá ocorrer em 1961. Pois, até então, não se tinha articulado um projeto que compreendesse um sistema de ensino verdadeiramente nacional. Ainda que o texto constitucional de 1946 tenha instituído a educação como direito de todos, até aquele momento não havia se desenvolvido uma legislação educacional detalhada. Contudo, a constituição de 1946, marco da redemocratização do país repõe a liberdade de exercício profissional. O art. 167 abre os diferentes ramos de ensino à liberdade da iniciativa particular, respeitadas as leis que a regulem (Brasil, 1946).

Em Minas Gerais, o interventor federal providenciou as necessárias regulamentações baixadas por meio de dois decretos-leis: n.º 1.666/1946 e n.º 1.873/1946, que praticamente, ou repetiam partes da Lei Orgânica ou descreviam aspectos, que na lei federal haviam sido deixados à definição do Estado. Assim, manteve no âmbito do Estado as mesmas disciplinas definidas pela lei federal, que, no caso do primeiro ciclo, eram distribuídas pelos quatro anos do curso, privilegiando uma formação geral. Já para o normal de segundo ciclo, cursado após o ginásial, as matérias eram distribuídas por três anos, visando conhecimentos mais aprofundados no aspecto da formação profissional.

Nessa conjuntura, por força do dispositivo do art. 2º do decreto lei federal nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, (Lei Orgânica do Ensino Normal), e nos termos do parágrafo 2º, art. 4º, do decreto estadual nº 1873, de 28 de outubro de 1946, o curso normal mantido pelo Colégio São José de Ibiá passou a denominar-se Curso de Formação de Professores Primários¹²³. Nesse mesmo ensejo o Ginásio São José foi criado e reconhecido pela portaria ministerial nº 141, de 26 de fevereiro de 1946, com a denominação de Ginásio da Escola Normal São José. Em alguns documentos constam a designação do Colégio como: Ginásio e Escola Normal São José, mas optou-se por continuar utilizando o nome/título de Colégio Normal São José.

Todo o movimento em prol da manutenção e projeção do Colégio Normal São José buscou atender as exigências regulamentares em vigor, dando ênfase não só à atuação da direção do instituto de ensino, mas a pessoa que o representa. Me. Maria Helena, diretora entre os anos de 1943 a 1947, continua requerendo, respeitosamente, o reconhecimento do educandário, com intuito de manter seu funcionamento. Naquele período, o Colégio funcionava no regime de internato, semi-internato e externato e, conforme ofício enviado à Secretaria de

¹²³ Pelo Decreto nº 2.425, de 3 de março de 1947, o interventor do Estado de Minas Gerais concede à Escola Normal São José outorga de mandato para ministrar o ensino normal de segundo ciclo, nos termos do art.2º do decreto-lei federal nº 8530 de 2 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Normal), e nos termos do § 2º, art. 4º, do decreto-lei estadual nº. 1.873, de 28 de outubro de 1946.

Educação e Saúde Pública, no dia 14 de julho de 1943, o quadro de cadeiras/disciplinas e docentes estava organizado conforme regulamento.

Quadro 2: Corpo docente do Colégio Normal São José de 1943

Docentes	Cadeira/Disciplina	Curso
Irmã Maria Santo Affonso de Ligório	Português	Normal e Adaptação
Irmã Maria Martha do Santíssimo Sacramento	Francês	Normal e Adaptação
Irmã Maria Benigna do Sagrado Coração	Matemática	Normal e Adaptação
Irmã Maria Santo Affonso de Ligorio	Ciências Naturais	Normal
Irmã Maria Martha do Santíssimo Sacramento	Ciências Naturais	Adaptação
Irmã Maria do Carmo	Geografia	Normal e Adaptação
Irmã Maria do Carmo	Hist. da Civilização e Educação Cívica	Normal e Adaptação
Irmã Maria João Pothino	Trabalhos Manuais e Modelagem	Normal e Adaptação
Irmã Maria João Pothino	Música e Canto Coral	Normal e Adaptação
Ester Pirillo	Desenho	Normal e Adaptação
Ester Pirillo	Educação Física	Normal e Adaptação
Madre Maria Helena	Metodologia, Psicologia Infantil e Higiene	3º ano Normal

Fonte: Acervo da Escola Estadual São José em Ibiá.

No Quadro 2 pode-se observar as disciplinas do curso normal, ainda, conforme o decreto nº 11.275, de 27 de março de 1934, ou seja, as mudanças referentes à nova legislação, Lei Orgânica do Ensino Normal, só ocorreram a partir de 1947. Outro ponto a considerar é a importância dos aspectos técnicos da formação das normalistas, voltados sobretudo, para a instrução e a aprendizagem dos conteúdos das letras com ênfase para o Francês, as Ciências Naturais, a Educação Cívica, assim como os trabalhos manuais, a Música com o Canto Coral e as aulas de violino e piano. A disciplina Canto Coral proporcionava ensino de canto orfeônico e litúrgico, preparando para o coro escolar que abrilhantava solenidades católicas e profanas, sendo acompanhado por instrumentistas. As aulas de Canto eram muito dinamizadas com a impressão de manuais escolares com as letras das canções e cadernos de partituras.

Vale sublinhar, também, o fato que no ano de 1943, o Colégio Normal São José estava passando por sua primeira mudança de gestão, algo bastante tumultuado como descrito no início desta seção. Neste contexto, no Livro de Atas de Abertura das aulas e de Encerramento do ano letivo, o único registro de abertura do ano letivo que não consta é o do ano de 1943. Nesse mesmo ano, como pode-se verificar no Quadro 2, foi necessário que a ex-aluna do Colégio,

Ester Pirillo¹²⁴, normalista com menção honrosa por três anos consecutivos, assumisse as cadeiras/disciplinas de Desenho e Educação Física.

3.2 Organização interna do Colégio Normal São José: organização de tempos e espaços

Como se vê, no tópico anterior, o Estado, enquanto organizador do sistema de ensino e da profissão docente, assume a responsabilidade de promover, manter e controlar o sistema público de ensino elementar, e passa a regular profissionalmente os/as docentes, tanto como empregador, quanto como aquele que evoca para si o direito e a responsabilidade de formar os/as profissionais para o ensino primário nas Escolas Normais e legislar sobre a profissão. O Estado assume também várias funções administrativas, de hierarquização e controle sobre o trabalho escolar, a fragmentação e divisão do trabalho docente, separação entre concepção e execução e o incentivo aos colégios e institutos de formação de professores.

Assim, no período em estudo, a organização do trabalho pedagógico e a organização do trabalho escolar ocorrem sob a orientação do Estado sobre o sistema de ensino e os currículos, revelando o caminho percorrido pela educação escolar para atender as demandas quantitativas e qualitativas da nova sociedade republicana. As grandes finalidades do ensino são, em geral, impostas às escolas oficialmente reconhecidas, como o Colégio Normal São José, com medidas adotadas, muitas vezes, de cima para baixo, por meio de políticas educacionais de Estado ou de governos, mediante as reformas do setor, que fixam objetivos, metodologias e conteúdos programáticos.

Entretanto, não é possível compreender a dinâmica interna do Colégio Normal São José sem penetrar, de fato, nas formas concretas de sua materialização no interior da sala de aula e de seus diferentes espaços de produção de conhecimento. Somente assim pode-se entender como a materialidade dos fenômenos sócio-políticos e culturais penetram e marcam essa instituição e seus sujeitos, docentes e aprendizes. Inequivocamente, o olhar para dentro do educandário, situado socialmente, permite entender melhor como os sujeitos históricos que os constituem, neutralizam seus limites e (re)constroem sua prática educativa.

No meu tempo fazíamos fila para entrar nas salas de aula, e a campanha avisava o momento de nos direcionar aos estudos. Antes fazíamos a oração no pátio. Nos meses de maio e junho, nos dirigíamos à Capela antes das aulas para orações próprias do tempo. Em maio, as orações e cantos dedicados à Maria, e no mês de junho, dedicados ao Sagrado Coração de Jesus. De tempos

¹²⁴ No livro de Atas de Abertura das aulas e de Encerramento do ano letivo consta que aluna Ester Pirillo, no final do ano de 1938, recebeu o 1º prêmio de Instrução Religiosa e o 3º prêmio de Aplicação em Desenho. Nos anos de 1939 e 1940 (ano de sua formatura) foi conferido a ela novamente o 1º prêmio de Instrução Religiosa.

em tempos fazíamos os retiros espirituais, realizados sempre num final de semana, com pregadores vindos de outras cidades (E1, 23/Nov./2020).

Dentre as práticas cotidianas do educandário, por todas as ex-alunas rememoradas, em diferentes eventos, era por elas executados os Hinos da França e do Colégio, ou seja, além do Hino Nacional Brasileiro, todas as alunas aprendiam “*La Marseillaise*”. De forma que nos momentos cívicos, auditórios públicos, exposições de trabalhos manuais, apresentações teatrais e nas cerimônias de formatura criava-se um espaço para enaltecer a cultura francesa e a identidade do Colégio Normal São José, através da entoação dos hinos.

Hino Oficial do Colégio Normal São José
Salve, salve, o’ mansão querida,
Arca santa do Senhor,
De Maria tu és protegida,
A ti nosso preito de amor.
Puro asilo de inocência,
Templo de fé e de ciência,
Tu és sem rival, tu és sem rival,
Para nós não há igual.
Com entusiasmo e alegria,
Enaltecemos neste dia,
Nosso Colégio, o’ mansão,
Que da ciência forma o coração.
Salve, doce guarida,
Por Deus, por Maria, protegida,
A ti, nosso canto, de grato louvor,
A ti, honra, glória e amor,
Tu ensinas a nobre verdade,
A virtude, o amor de Deus, a sublime fraternidade.
(RMNSD – 1939)

O Hino Oficial do Colégio Normal São José aponta para a identidade de uma instituição de ensino, enquanto templo de saber, que transita entre a fé e a razão/ciência, uma mansão que da ciência forma o coração a partir dos valores apregoados pela virtude, inocência e a sublime fraternidade. Contudo, a análise buscou além do processo do trabalho docente levar em consideração a organização do trabalho escolar a partir dos princípios apresentados no hino do Colégio. Assim, as relações com as alunas, a análise dos materiais didáticos e as técnicas de ensino, aspectos da produção do conhecimento como referências teóricas utilizados na formação educacional e instrucional das normalistas são extremamente importantes para compreender o movimento interno do educandário. Visto que, nem todos os objetivos do ensino estão inscritos nos textos oficiais, pois, no interior de cada instituição escolar o docente age cotidianamente, de forma pessoal para sua concretização, dependendo das condições físicas materiais e de sua formação. Esse trabalho real também precisa ser considerado, na esfera

macro, as prescrições legislativas em âmbito nacional e ou estadual; e na esfera micro, as práticas pedagógicas no ensino escolar dos professores, em intercâmbio com os/as alunos(as) e suas condições materiais didático-pedagógicas, associadas aos princípios que norteiam essas relações.

Nessa perspectiva, em nove de julho de 1943, Madre Maria Helena assume a direção do Colégio Normal São José, permanecendo como gestora dessa unidade escolar até 8 de fevereiro de 1948. Nesse período, a prática de ensino do educandário se desloca para os meios destinados a modernizar a prática docente, para a operacionalização dos objetivos instrucionais e comportamentais, para o planejamento, coordenação e o controle das atividades didático-pedagógicas. A secularização dos modos de conceber o mundo e o triunfo da ciência natural sobre o dogma teológico e metafísico, embora não tenha sido suficiente para conferir as tentativas de construção de uma ciência social, o prestígio e a largueza de movimentos exigidos pela quantidade e natureza dos problemas sociais criados pela revolução industrial, promoveu o rompimento de certas barreiras que há séculos impediam a reestruturação dos esquemas de pensamento.

Argumentos higienistas foram amplamente difundidos através do discurso científico e encontraram apoio também no campo religioso, a exemplo do que disseminavam os novos conhecimentos da psicologia que defendiam a privacidade familiar e o amor materno como elementos fundamentais para o satisfatório desenvolvimento físico e emocional das crianças. Vale ressaltar a intencionalidade da educação e quais forças estão tentando obter controle sobre o trabalho docente, sobre o currículo e sobre os meios e fins da educação em geral. Como se pode constatar pelo relatório de verificação e inspeção técnica, realizado no final do ano de 1946 e assinado em 9 de fevereiro de 1947, que relata os horários, o corpo docente, a disposição interna do prédio com todas as suas instalações associadas à sua capacidade técnica-educacional e científica-pedagógica.

Em 1946, o prédio do Colégio Normal São José, recentemente construído e aparelhado, estava em condições de atender aos fins a que se destinava, receber a demanda de alunas externas do Curso Primário, com horário de entrada às 7h e saída às 11h; do Curso de Adaptação, com entrada às 11h e saída às 16:30h; e do Curso Normal, com entrada às 11 e saída às 17h. Para o internato dos Cursos Primário, de Adaptação e o Normal, a pensão era por joia anual ou pagáveis em três prestações; no semi-internato os mesmos cursos eram pagos por trimestres adiantados. A matrícula geral atingiu 180 alunas, mas em função da capacidade do

educandário em relação a área das salas de aulas, atribuindo-se um metro quadrado a cada aluna até o máximo de 50 por sala, comportava 300 alunas por turno.

O controle do tempo, assim como o espaço, era uma das ferramentas importantes e necessárias para o funcionamento eficiente da disciplina. O tempo era administrado por meio da determinação do calendário e do horário escolar, que previa a realização regular das atividades. O ano escolar era contínuo, sendo coberto por aulas entre os meses de março a início de dezembro, que eram ministradas de segunda a sexta-feira. No internato, o horário era mais detalhado, haviam atividades estipuladas para todo o dia: levantar (5:30h); missa; café; aulas (7h às 11:30h); almoço, estudo; café, recreio, ginástica, estudo livre até às 17:30h; banho; jantar (18:30h); estudo, 20:30h se preparavam para dormir a turma das menores; 21h todas as moças já estavam no dormitório.

Tínhamos a missa com a presença obrigatória todos os domingos às 6h da manhã, onde usávamos nosso uniforme de gala, com boina e gravata. Era necessário levar a caderneta escolar para carimbar a presença à porta da Igreja. Em ocasiões especiais como procissão de Corpus Christy, usávamos nosso uniforme de gala todo branco com saia pregueada de fustão, pano em hoje em desuso (E1, 23/Nov./2020).

Conforme depoimento acima, de uma das ex-alunas externas do Colégio Normal São José, a missa era obrigatória para todas as discentes com o controle na caderneta escolar. Aos domingos e dias santos e, quando não havia aulas, o horário também era definido, sendo previstos, inclusive, momentos especiais de estudo e passeios à Praça da Igreja Matriz São Pedro de Alcântara. Assim, o que ocorre no Colégio Normal São José é uma determinação precisa do tempo e do espaço, recortados em períodos de aula, recreios, horas de estudo, momentos de oração e reclusão, horário de alimentar-se, de tomar banho, de dormir. Enfim uma extensa maratona, diariamente repetida e refeita, onde o relógio ocupava lugar de destaque. Segundo Petitat (1994), “o método, a organização, o controle físico, o tempo do trabalho são tão importantes quanto os conteúdos incutidos. Todos esses elementos encontram-se em estreita ligação com a estrutura do poder dentro dos colégios” (Petitat, 1994, p. 93).

Destarte, o relatório de 1947, reforça a escolha adequada do terreno onde foi construído o edifício do Colégio Normal São José, localizado na Avenida Ananias Ferreira e Praça Getúlio Vargas¹²⁵, fora do alcance de ruídos perturbadores da ordem interna, onde as “professoras nunca são obrigadas a elevar a voz para se fazer ouvir” (Inspetoria Federal, fev., 1947). De construção

¹²⁵ Hoje Avenida Me. Maria de Jesus, nº 238, Centro, Ibiá, cep:38950-000.

em curso na década de 1940¹²⁶, os pisos de madeira ou de ladrilhos, conforme destinação das salas¹²⁷, os forros de madeira e o telhado de telhas tipo francesas, na portaria com um hall de 35,03m², permitindo o escoamento das turmas de alunas. O prédio ocupava um quarteirão inteiro, contendo uma área construída correspondente a 1.318m², sendo a área coberta de pátio e varandas medindo 435m², e a área livre constituída de 1.440m², mas a área total do terreno era de 42.000 m².

De forma que os espaços foram se materializando, instituindo o que cada um devia ou não fazer, normatizando os lugares permitidos e os proibidos, em uma série de condições e regras que deviam ser acatadas e cumpridas. Como se pode perceber pela afirmação de uma das depoentes de nossa pesquisa: “Tínhamos uma disciplina exemplar. Toda semana as alunas mais comportadas recebiam uma fita azul e branca, que era afixada no bolso da blusa. No final do ano, as alunas com melhores notas, recebiam uma medalha de condecoração” (E1, 23/Nov./2020). Assim, percebe-se que as regras disciplinares, do Colégio São José em Ibiá, eram bastante claras, em que cada aluna deveria manter-se em seu lugar/espço até que recebesse autorização para retirar-se de onde estava e passar para o local onde fosse permitido.

O edifício em formato geral de um U, nas formas aconselhadas pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, as salas de aulas voltadas para os corredores internos, o que tornava fácil e rápido acesso às mesmas, com as escadas bem localizadas, no intuito de evitar os percursos desnecessários ou que perturbasse o funcionamento regular do educandário¹²⁸.

As salas de aula ficavam no primeiro andar do prédio, amplas e bem arejadas, dispostas ao longo de uma extensa varanda interna. Recordo-me de umas sete/oito salas, dentre elas uma destinada a trabalhos manuais e aulas de pintura, uma para aulas de piano e uma biblioteca. No andar superior, além da clausura, havia uma ampla sala de estudos devidamente mobiliada com mesas e cadeiras individuais (E3, 11/Mai./2021).

¹²⁶ Nas décadas de 1950 e 1960 o prédio será significativamente ampliado.

¹²⁷ Cada sala de aula era identificada pelo nome de um santo, um crucifixo e um quadro de santo, no inventário de 1951, constava que na Sala São Luís Gonzaga continha 47 camas patentes, 52 criados-mudos, 44 tamboretos e 2 espelhos grandes, o que corresponde ao dormitório. A Sala São José era composta por 16 mesinhas individuais, 16 cadeiras, 2 armários, 4 cavaletes, 8m de moldura e uma variedade de matérias de pintura e desenho; na Sala São João Bosco funcionava uma sala de aula com 40 mesinhas individuais. Na Sala Santa Isabel, além da mesa da professora tinham 25 mesinhas com 25 cadeiras, a Sala Santa Terezinha era composta por 18 carteiras de ferro dupla. Na Sala São João Batista tinham 6 mesas grandes com 45 cadeiras, além de vários utensílios domésticos. A Sala Imaculada Conceição possuía 2 armários e 3 estantes fechadas para livros, 20 mesinhas individuais e 20 cadeiras, a Sala Sagrado Coração possuía 22 carteiras de ferro dupla. A Sala Santa Maria Goretti era a sala da orientação pedagógica, possuía 6 mesinhas e 5 cadeiras, e a Sala de Santa Zita com 10 armários, além dos outros espaços sem identificação por nomes de santos como: o quarto de reservas, o parlatório, a rouparia, a secretaria, a cozinha, a despensa, a lavanderia, o dormitório, a horta, o pomar e o jardim.

¹²⁸ Além das escadas internas de acesso ao segundo pavimento.

Todas as salas retangulares com duas janelas basculantes e uma porta que proporciona ventilação e boa iluminação natural, janelas com parapeito alto e as carteiras dispostas para o efeito de receberem luz sem que houvesse reflexo no quadro negro, tudo cientificamente projetado como garantia para a qualidade do ensino.

Figura 18: Sala de aula do Colégio Normal São José – 1947



Fonte: Acervo da Escola Estadual São José, em Ibiá.

Na sala de aula o quadro negro ocupava uma área de 6,55m² e as carteiras eram individuais¹²⁹ como se pode constatar na Figura 18, com lugar para lápis e tinteiro. A mesa da professora ficava sobre o tablado em lugar de destaque. Cada sala possuía, para o ensino de geografia, um globo terrestre e mapas, além de cartais-murais. Havia também salas especiais, como a sala de ciências/laboratório que possuía três armários com portas de vidro e variados materiais: microscópio, disco de Newton, bússola, termômetros, lâmpada de cinema e epidiascópio (aparelho de projeção de objetos opacos), pesos diversos, fogareiros, bobina de fio condutor, caleidoscópio, aparelho de vasos comunicantes, cronômetro, barômetro de mercúrio, diapasão, agulha magnética, trinta tubos de ensaio, balões de vidro de vários tamanhos, vários materiais químicos, dentre outros objetos.

¹²⁹ O Colégio Normal São José possuía também em uso em algumas salas as carteiras de ferro duplas, com as quais demonstravam também grande preocupação com a posturas das alunas e layout da sala. O assento duplo possuía uma suave concavidade para proporcionar uma melhor acomodação das nádegas, e o encosto uma suave convexidade para acompanhar a curvatura da coluna. O tampo conferia ergonomia e funcionalidade, através de sua leve inclinação, que permitia um melhor posicionamento da coluna, além do tinteiro e vinco para portar a caneta e o lápis.

[...] a escola normal introduz e divulga a formação da professora dentro de um ideário pedagógico inovador, em que se sobressaem os aspectos racionais, científicos, técnicos e metodológicos mais avançados. Junto a esse ideário, no entanto, as atividades socioculturais desenvolvidas e reproduzidas no seu cotidiano evidenciavam a preocupação com a ampliação e refinamento de conhecimentos culturais e com o controle dissimulado do comportamento da mulher, estimulando o lado missionário da profissão docente e a importância dos atributos sociais, afetivos e emocionais nas práticas docentes e no convívio social (Mafra, 2005, p. 147).

O movimento conhecido como Escola Nova surgiu no Brasil em 1920, com a pretensão de colocar o país em sintonia com os desenvolvimentos teóricos e práticos que já vinham sendo implementados na área da educação em outros países. As novas propostas educacionais aparecem adequadas às novas circunstâncias de rompimento com uma sociedade basicamente agrária. Neste contexto, desenvolvem-se propostas pedagógicas inovadoras que se adaptam melhor a essa nova realidade socioeconômica, associada ao processo de urbanização e industrialização, principalmente, na região sudeste do Brasil. Aprofundou-se a profissionalização do magistério ao se definir um currículo de caráter científico-experimental com a inclusão, no plano de estudos, de disciplinas como Ciências Naturais, Higiene, Sociologia e Psicologia.

Todavia, isso se deve, não apenas a afinidade com a Escola Nova, mas à crescente importância da escola como uma instituição capaz de atuar no processo de disciplinarização da sociedade. Neste sentido, o Colégio Normal São José exerceu um papel importante na construção de hábitos sociais que envolvem cuidados com a saúde, disciplina, valores morais cristãos, técnica pedagógica na formação das futuras professoras primárias.

De maneira que a dinâmica interna do Colégio Normal São José perpassa pela busca do progresso da sociedade, garantido a conservação dos costumes conforme os ideais católicos, mas também no sentido de transformar a ignorância em ciência. Pois, a formação docente expressava a exigência de natureza legal, com os conteúdos e as metodologias necessárias para a capacitação docente, com base em um currículo que contemplasse os avanços científicos, com disciplinas voltadas para as ciências naturais e, também, humanas. Neste sentido, a sala de História Natural também desperta a atenção com a diversidade de matérias disponíveis para estudo e pesquisa, com modelos naturais de ossos do crânio, da face, com coleção de ossos do tronco e membros, modelos naturalizados de pássaros, insetos, coleção de raízes, quadros coloridos representando os diversos órgãos do corpo humano, além das inúmeras substâncias

químicas. Contudo, com relação às questões ligadas à sexualidade¹³⁰, pode-se dizer, a partir dos depoimentos¹³¹, que se tratava de um tema silenciado pela escola e pela família. A abordagem do assunto era feita estritamente no campo científico, ou seja, de acordo com as ciências biológicas.

A educação ocupava posição estratégica, no sentido de contribuir com o progresso econômico assegurando a ordem social. Para tanto, era necessário mais que expandir as escolas, era preciso renová-las, dotando-as de padrões e formas de organização compatíveis com os avanços da ciência, imprimindo nela os padrões de racionalidade. Neste sentido, os espaços escolares deveriam ser racionalmente organizados, para que fossem alcançados, com o máximo de eficiência, autodisciplina e autocontrole. Assim, a educação para o trabalho e o desenvolvimento econômico e, portanto, para o progresso das ciências e da técnica, residem na base da sociedade em processo urbano e industrial.

O discurso recorrente e as constantes referências à excelência e à dignidade do trabalho do professorado primário e aos seus atributos de vocação e sacerdócio possuíam uma razão de ser que alocava seus princípios numa visão otimista do poder da Educação pregado pelo liberalismo e pelos arautos da Escola Nova. Desse ponto de vista, o gostar de crianças e o amor pela profissão, uma conduta pessoal acima de qualquer crítica, não se desvinculavam da competência técnica necessária para o bom exercício profissional (Almeida, 1998, p. 190).

De modo que a preocupação com as metodologias de ensino, sob influência da cientificização, baseada nos modelos metodológicos das ciências da natureza, a aquisição dos saberes técnicos, científicos, pedagógicos e conteudistas das áreas específicas do conhecimento era considerada condição básica para o aperfeiçoamento de um ensino eficaz, que realmente preparasse a educanda para a vida social em todos os âmbitos. Era oferecido às normalistas um corpo de saberes socialmente legitimados para o exercício da docência, que compunha todos os dispositivos relacionados à qualificação para o magistério.

¹³⁰ Os rígidos padrões morais existentes, nos colégios católicos eram bastante apreciados pela sociedade, sobretudo na educação feminina, julgava-se que a juventude devia manter sob controle suas inclinações sentimentais e sexuais.

¹³¹ Os depoimentos possibilitam obter uma percepção do passado como algo que contribuiu efetivamente na formulação de hipóteses e interpretações dos processos históricos. Nesse estudo realizamos entrevistas semiestruturadas com cinco ex-alunas e uma ex-professora do Colégio Normal São José.

Quadro 3: Disciplinas e Corpo Docente do Colégio Normal São José em 1946

Cadeiras/Disciplinas	Corpo Docente
Português	Irmã Maria Santo Afonso de Ligório
Francês	Irmã Maria Santa Eufrásia Pelletier
Matemática	Irmã São Tarcísio
Ciências Naturais	Irmã Maria da Glória
Desenho	Irmã Maria Benigna do Sagrado Coração
Trabalhos Manuais e Modelagem	Irmã Maria do Perpétuo Socorro
Música	Irmã Maria das Dores
Canto Coral	Irmã Maria Benigna do Sagrado Coração
Metodologia, Psicologia e Socialização	Madre Maria Helena
Educação Física	Zilda Ferreira de Assis
Pintura	Irmã Maria São Tarcísio
Violino	Irmã Maria das Dores
Datilografia	Irmã Maria da Glória

Fonte: Quadro elaborado pela autora da pesquisa.

No Quadro 3 pode-se constatar a formação oferecida às normalistas do Colégio Normal São José que pressupunha o domínio adequado da língua portuguesa, com atenção especial à língua francesa, à História do Brasil, à Aritmética, às Ciências Naturais, à datilografia e outros campos disciplinares que constituíam a base dos conhecimentos a ensinar em sala de aula. Acrescentados a estes saberes, os saberes e práticas que serviam de suporte pedagógico, como a música, o desenho, a pintura, a cartografia e os trabalhos manuais. Com a assimilação de métodos de ensino a fim de promover o repasse dos conteúdos, de forma apropriada e eficiente, o que reflete a qualidade do ensino prestado por esta instituição de ensino.

Predominavam disciplinas de formação geral sobre as disciplinas de formação profissional, evidenciando uma ênfase na cultura geral em detrimento da formação técnico-profissional, em uma época em que a maioria das alunas não prosseguia no nível superior¹³². Além de instrumento de acesso à carreira, o diploma do curso normal era condição para o prosseguimento de estudos, garantindo às suas egressas o direito de concorrer a vagas em cursos pós-normais, destinados à formação de inspetores e para a docência nas disciplinas de Canto, Educação Física e Artes.

Dentre os espaços constituídos de aprendizagem, a Biblioteca do Colégio Normal São José, tornou-se lugar de destaque na formação das normalistas e referência de estudo e pesquisa para a comunidade ibiaense e de toda a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

¹³² Com a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) em 1938, esse órgão passou a contemplar as necessidades de qualificação de pessoal para a administração escolar, oferecendo cursos para diretores e inspetores comissionados pelos Estados. Em 1939 surgiu o curso de Pedagogia, inicialmente criado na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (Decreto 1.190, de 4/4/1939), visando à dupla função de formar bacharéis, para atuar como técnicos de educação, e licenciados, destinados à docência nos cursos normais.

Registrada no Instituto Nacional do Livro, R.M. 1.325, em quinze de outubro de 1943, estava organizada por ordem alfabética dos assuntos, os livros dispostos em estantes, mantendo-se por compras e doações de obras e coleções, com horário determinado para consulta das 11h às 18h, em todos os dias úteis. Conforme dados do ano de 1946, a biblioteca possuía dois mil volumes, com vários compêndios para consultas sobre todas as matérias do programa do curso normal.

Então, constituído o Colégio Normal São José, possuía um espaço físico amplo, em que o imponente prédio ocupado pelas Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores e suas alunas, sinalizava para o reconhecimento e prestígio social, denotando grande credibilidade. A arquitetura do Colégio trazia escondida num claustro interno os aspectos do cotidiano e do labor de suas alunas, evidenciados por suas salas de aula, corredores, pátio interno, laboratório, biblioteca e auditório/teatro. No auditório eram realizadas as peças teatrais, este possuía uma área de 240m², comportando um grande número de ouvintes, muitas peças vieram da França e outras eram escritas pela própria Madre Maria de Jesus. O teatro era uma maneira de promover a formação humana de quem trabalhava na execução do espetáculo e até mesmo de quem o assistia, principalmente os dramas apresentados pelas alunas.

Figura 19: Fotografia de parte do Teatro do Colégio Normal São José – 1946



Fonte: Escola Estadual São José em Ibiá

Na Figura 19, tem parte do auditório/teatro, com suas grandes janelas, com palco para as apresentações teatrais e um espaço amplo e bem iluminado onde acontecia os eventos culturais, inclusive com a participação da comunidade externa como medida de arrecadar

recursos financeiros para o Patronato São José¹³³. Nesse espaço aconteciam também os retiros espirituais anuais das alunas, que ocorriam no segundo semestre do ano letivo, entre os meses de julho, agosto ou setembro, em três dias consecutivos, realizado por um padre ou por uma das religiosas missionárias de Nossa Senhora das Dores.

Todo ano as alunas do Colégio inteiro participavam do retiro espiritual, durante três dias ficávamos no Colégio e só íamos em casa para dormir. Vinham os Padres pregadores e todo dia tinham palestras com orientação espiritual e moral, além de muitas orações. No final dos retiros as alunas que queriam fazer parte da Irmandade das Filhas de Maria recebiam a fita azul como símbolo daquela aliança religiosa. Todo sábado tinha reunião das Filhas de Maria como forma de unidade cristã e devoção à Maria (E5, 20/Fev./2023).

Assim, os retiros eram mais uma forma de garantir o processo de evangelização juntamente com o processo de formação docente das normalistas. De maneira que a formação das normalistas abrangia três aspectos, interligados entre si, o profissional, instrução voltada para a formação de professoras primárias; o moral, formação dos bons costumes; e, o religioso com princípios cristãos, no intuito de atuarem no espaço público e privado da sociedade urbana em expansão.

A boa fama do nosso Colégio corria por toda parte de fato, quem teve o privilégio de estudar lá, teve um ensino aprimorado, diferenciado e somos eternamente gratas ao Senhor nosso Deus, à *Ma Mère*¹³⁴ e a todas Irmãs benfazejas pela dedicação e zelo na nossa formação, não só educacional, mas de caráter e mentes (E1, 23/Nov./2020).

De modo que o Colégio Normal São José assume uma marca educacional definidora de seu valor e de sua distinção cultural, que se expressava em um conjunto de valores e formas de comportamento a serem desenvolvidos mediante a formação técnica e a aquisição de qualidades pessoais e regras imprescindíveis para a vida social. Destarte, todos os seus espaços foram meticulosamente organizados no sentido de contribuir na formação técnica e humana das normalistas e de maneira que as alunas pudessem se movimentar, dentro dos horários permitidos, sob a vista incansável das Irmãs professoras, que se revezavam na cuidadosa vigilância daquelas moças que ali estavam sob sua ampla e irrestrita responsabilidade.

Consoante ao contexto da época, o Colégio Normal São José ministrava um curso propedêutico, que possuía um programa estruturado, e seu curso normal era para sociedade ibiaense e região a garantia de um ensino de qualidade, de excelente cultura geral e preparo

¹³³ O Patronato São José funcionava anexo ao Colégio Normal São José desde sua fundação.

¹³⁴ *Ma Mère* era como as alunas do Colégio Normal São José tratavam, carinhosamente, a Madre Maria de Jesus, como mãe.

adequado para exercer uma profissão que era reputada como digna e prestigiada para as meninas/mulheres. De maneira que as normalistas do Colégio eram vistas com bons olhos pela sociedade, o que significava boa formação, bons princípios, religiosidade, vasto conhecimento, enfim todas as qualidades que uma moça de família poderia deter.

Por conseguinte, o que pesava na escolha dos pais ao matricularem suas filhas no Colégio Normal São José, além da tradição da Congregação das RMNSD, era o rigor e a qualidade oferecida pelas Irmãs professoras, com a garantia da tranquilidade oferecida referente aos cuidados das religiosas às moças, e estas estarem longe dos perigos que a sociedade moderna poderia causar. De maneira que havia uma divisão detalhada de funções didáticas e administrativas, em que as alunas, separadas entre internas¹³⁵, externas e semi-internato, do curso primário, secundário¹³⁶ e normal, eram conduzidas aos estudos e atividades diversas dentro do Colégio, circulando pelo educandário por um claro código de sinais como toque de sinetas, gestos e olhares das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores. Como se pode constatar no depoimento de uma das alunas internas do educandário:

O dormitório ficava na parte mais tranquila com menos tráfego de pessoas. Mas chegava no final do ano, os moços e moças, a juventude de Ibiá ia fazer serenata para nós internas. Era a hora que as Irmãs ficavam nervosas, as duas que ficavam tomando conta da gente levantavam e ficavam vigiando para ninguém levantar (E4, 29/Nov/2022).

Assim, sob critérios muito claros a serem seguidos, no sentido de conseguirem um maior controle disciplinar, no dormitório com área de 248,46m², em 1946¹³⁷ estiveram internas 45 alunas. O dormitório comportava sessenta leitos, as camas do tipo patente de madeira, a roupa de cama individual marcada com o número da aluna, e cada cama com um criado-mudo. De maneira que o sistema de internato destinado às filhas das oligarquias e da classe média atraíam as moças de Ibiá e toda a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Pois, a educação da mulher assumiu novas proporções atendendo à clientela dos estratos superiores e médios da sociedade, possibilitando que a criação dos internatos femininos encontrasse o apoio da sociedade. Visto que as famílias mineiras mais abastadas tinham preferências pelas escolas

¹³⁵ No regime de internato as alunas ficavam isentas de contato, principalmente durante os primeiros anos da juventude, eram resguardadas das más influências e livres dos pensamentos negativos presentes no mundo externo. Todo esse esforço concorria para que as alunas do Colégio Normal São José fossem reconhecidas socialmente como as moças bem preparadas e moralmente bem instruídas de Ibiá e região.

¹³⁶ O Ginásio passou a funcionar de fato no ano de 1947.

¹³⁷ Esperava-se a conclusão de um dormitório com área de 90m² quadrados que pudesse comportar mais 20 leitos, que seriam destinados às alunas de menor idade do curso primário, contudo tal empreendimento só foi finalizado no ano de 1966.

privadas internas, consideradas por seu ensino de referência, além da competência de suas professoras religiosas, associada ao seu saber técnico pedagógico e à sua moralidade.

Vale destacar a atenção dada à classe média em ascensão nesse período, de forma que a instrução¹³⁸ passava a ser considerada como um instrumento necessário para o exercício de cargos na estrutura burocrática do Estado, em atividades comerciais de pequeno e médio porte, bem como à prestação de variados tipos de serviços. Assim, a classe média começou a reivindicar a expansão do ensino secundário e superior. Enquanto isso, as camadas populares cobravam dos poderes públicos a oportunidade de frequentar o ensino primário.

3.2.1 Colégio Normal São José: entre métodos, metodologias e realidade sociocultural

Nas primeiras décadas republicanas, havia um discurso voltado para uma pedagogia moderna, criteriosa, metódica e sistemática. Os manuais escolares tornaram-se importantes dispositivos para a veiculação de hábitos, costumes, ideias, valores e saberes. Eram organizados de forma a abranger os conhecimentos de maneira didática e acessível, sistematicamente aos estudantes. Assim, foram largamente utilizados como meio para disponibilizar saberes técnicos e teóricos para os docentes, como uma ferramenta de veicular valores, independentemente da linha ideológica que os justifiquem.

Educar é, pois, formar o homem segundo a sua forma perfeita, a sua humanidade, a sua diferença específica entre os demais seres vivos da criação. Essa é a finalidade que deve guiar, a cada momento, toda e qualquer tarefa educativa. E para isso impõe-se como corolário a esse princípio a afirmação de que a função educadora é, ao mesmo tempo, uma ciência e uma arte. Ciência porque necessita conhecer a natureza do homem, para poder estabelecer o padrão segundo o qual deve ser encaminhada a obra pedagógica. Arte, porque educar não é apenas firmar princípios, mas principalmente pô-los em prática (Lima, 1944, 20-21).

¹³⁸ Nas primeiras décadas do século XX, a formação educacional da elite esteve, em sua maior parte, nas mãos de interesses particulares, mais especificamente, de cunho religioso. Deve-se ressaltar, inclusive, que esse ensino é católico, o que é coerente com o período em questão, em que houve a propagação de escolas confessionais no intuito de conservar os princípios católicos. Para a elite, havia escolas secundárias, geralmente seminários, e escolas normais que alimentavam os valores humanistas ocidentais. A instrução representava para a elite o capital cultural necessário à manutenção do patrimônio financeiro e a garantia de uma posição social privilegiada, e a ocupação de cargos públicos.

Conforme citação, Alceu Amoroso Lima¹³⁹ (1944), defendia a renovação dos métodos pedagógicos em favor de uma pedagogia integral, visando o desenvolvimento dos diferentes aspectos da potencialidade humana e a elevação espiritual da personalidade. Na obra *Humanismo pedagógico: estudos de filosofia da educação* (1944), discute a educação e a prática pedagógica. Segundo Lima (1944), o trabalho pedagógico ocorreria com base em princípios de ordem geral e especiais, alicerçado em uma ação educacional integral. Para tanto, eram necessárias a retomada e a recomposição dos valores cristãos na formação do caráter da pessoa, visando também um caráter nacional.

Nesta perspectiva, a Congregação RMNSD propunha uma pedagogia em que diferentes espaços e sujeitos, articulados, são produtores de conhecimento, contemplando não só a aprendizagem pela aquisição de competências e habilidades, mas também de bons hábitos. No exercício de encorajar a crescer e agir com responsabilidade, no intuito de uma educação que abarcasse as dimensões física, cognitiva, afetiva, ética, estética e religiosa. Promovendo tempos e espaços privilegiados para a formação das alunas em todas as vertentes de seu desenvolvimento pessoal e social.

A formação do Colégio Normal São José era excepcional, de forma integral. Uma vez estava subindo a escada correndo, a Irmã estava na porta da clausura ela pediu para descer e subir a escada direito, fiquei morrendo de vergonha. Nós tínhamos aula de canto e música, aprendia as notas musicais, compassos, solfejos, uma vez por semana, trabalhos manuais, e educação física duas vezes por semana (E5, 20/Fev./2023).

As professoras religiosas do Colégio Normal São José tinham como princípios as práticas de Santo Inácio de Loyola, com enfoque pedagógico nos conceitos de pessoa, sociedade, mundo, Deus, de ideal de vida, de missão, de processo de ensino e aprendizagem, de mudança, de colaboração com os outros. Por esse motivo a identificação com os livros da editora FTD, iniciais de Frère Théophane Durand, Superior Geral da Congregação Marista¹⁴⁰, a maioria dos livros do Colégio eram dessa editora.

¹³⁹ Alceu Amoroso Lima, crítico literário que se converteu para tornar-se chefe intelectual do catolicismo no Brasil. Em 1940, esteve ligado aos movimentos da democracia cristã e acentuando a sua orientação no sentido social mais intenso. Adotou todas as posições e seguiu todos os caminhos do progressismo católico, das reformas teológicas e litúrgicas que vieram desaguar no Vaticano II, até as posições políticas sociais mais ousadas. Em 1960, pelos fatos concretos da vida política brasileira, terminou adotando uma posição radicalmente hostil ao Golpe de 1964 e ao governo Castelo Branco, de quem foi o mais constante e efetivo adversário.

¹⁴⁰ Depois da morte de ambos os sócios (Manuel Pacheco Leão em 24 de dezembro de 1913 e Francisco Alves em 29 de junho de 1917), a editora passou a ser dirigida por Paulo Ernesto de Azevedo, que permaneceu à frente da casa até 1941. Daí o uso da chancela “Livraria Paulo de Azevedo & Cia” nos livros didáticos, junto ou não com a denominação Livraria Francisco Alves. Além da matriz no Rio de Janeiro a livraria possuía filiais em São Paulo e em Belo Horizonte, o que garantiu uma boa distribuição dos livros da FTD nos grandes estados brasileiros no início do século XX.

A editora FTD, além de contar com a Livraria Francisco Alves e, posteriormente, Livraria Paulo de Azevedo, que dispunha de uma divulgação própria por meio de catálogos enviados aos colégios e institutos de ensino, dispunha ainda de uma publicação chamada: *O Bibliographo*, que era enviada para a maioria das escolas fora dos grandes centros, apresentando catálogos ou listas de preços. De forma que a editora FTD representou uma grande contribuição do setor católico para a literatura escolar, tendo papel importante para o desenvolvimento do mercado de livros didáticos bem como para seu aperfeiçoamento pedagógico.

Figura 20: Livro didático do acervo do Colégio Normal São José



Fonte: Colégio Nossa Senhora das Dores em Itabira.

Na Figura 20, tem-se o livro didático de geografia do Brasil que compunha o acervo do Colégio Normal São José e fazia parte de sua dinâmica didático-pedagógica, principalmente, referente à prática das normalistas nas salas anexas, onde desenvolviam as aulas de práticas profissionais. Os livros didáticos eram a alma dos conteúdos escolares, sobre os quais se desenvolviam as aulas e versavam inclusive os exames no Colégio. A preferência recaía sobre autores que pertenciam ao clero ou que eram católicos leigos e, especialmente de editoras católicas, como a FTD dos Irmãos Maristas e Editora Vozes da Ordem Franciscana. A intensão era que houvesse uma uniformidade dos livros escolares em todos os educandários da Congregação das RMNSD, pela vantagem na possibilidade à unificação dos métodos e

metodologias de ensino como pela facilidade que proporcionaria às religiosas professoras transferidas de um Colégio para outro.

Neste contexto, o movimento da Escola Nova continuava a centrar-se na revisão dos padrões tradicionais de ensino, não mais programas rígidos, mas flexíveis, adaptados ao desenvolvimento e à individualidade das crianças; inversão dos papéis do professor e do aluno, ou seja, educação como resultado das experiências e atividades deste, sob o acompanhamento do professor; ensino ativo em oposição ao criticado verbalismo da escola tradicional.

Entretanto, apesar da utilização de vários recursos didáticos citados no relato de verificação de 1947, como mapas, painéis, visita aos laboratórios, as práticas pedagógicas continuavam centradas na figura das Irmãs professoras, delineando, assim, os contornos de uma pedagogia tradicional no Colégio Normal São José, ainda com ênfase na memorização dos conteúdos.

As carteiras eram individuais, cada uma tinha sua mesinha com apoio para o material. As Irmãs ficavam em uma posição mais elevada sob o tablado. As aulas eram muito orais, não tinham muita dinâmica, usava-se muito a técnica de fazer resumo, o que nada mais era que uma lição escrita (E5, 20/Fev./2023). A cada aula algumas páginas deviam ser estudadas para arguição na próxima aula. As avaliações escritas exigiam uma boa ortografia, além das provas orais com perguntas e respostas sobre cada matéria estudada. No final de cada ano, qualquer página do livro poderia ser abordada (E2, 10/Mai./2021).

Como apontado pelas ex-alunas as avaliações eram realizadas sempre ao final de cada etapa das disciplinas, como forma de reprodução oral e escrita do que havia sido transmitido pelas mestras. Além das provas as notas eram atribuídas às tarefas e, principalmente, ao comportamento. De maneira geral os exames eram muito temidos pelas alunas, talvez por sua ritualização ou pelo caráter formal capaz de comprovar a competência ou a incapacidade das mesmas. Ficava claro que as professoras eram as detentoras de um saber verdadeiro e aquelas alunas que alcançavam as notas deveriam ser prontamente elogiadas e distinguidas das outras, que não tiveram tal performance. Na cerimônia de formatura eram entregues os prêmios de menção honrosa às alunas que tinham aplicação aos estudos tendo conservado o 1º, 2º ou 3º lugares durante todo o ano letivo.

De modo que a prática educativa expressava as características de uma educação tradicional, centrada na pessoa da professora, no intelecto e na transmissão do conhecimento; na qual os comportamentos e a aprendizagem eram lapidados pela execução das provas e os resultados das notas.

Em relação a metodologia de ensino utilizada pelas Irmãs me lembro que faziam uma espécie de gelatina onde tiravam cópias para nós. A Irmã

esquentava essa gelatina e tirava cópia, eu não sei explicar como era realizado o processo. Mas, depois começaram a utilizar os slides, ministravam aulas com slides e no quadro. As Irmãs usavam também muitos cartazes ilustrados com figuras de acordo com o tema da aula que iriam ministrar. Tinha o laboratório, a biblioteca com acesso aos alunos da cidade devido ao seu grande acervo. Cada sala recebia o nome de um santo e eram todas muito bem iluminadas e ventiladas e as carteiras eram de dois a dois (E4, 29/Nov./2022).

Mediante ao descrito pelas ex-alunas as aulas eram essencialmente expositivas com algumas formas de dinamização, onde as mestras religiosas seguiam praticamente a mesma metodologia independentemente do conteúdo ministrado, caracterizando-se por atividades de ensino centrado no mestre. A adoção de livros e manuais escolares era realizada com o intuito de oferecer suporte para as atividades de ensino e aprendizagem. Porém, o uso dos manuais foi mais frequente a partir dos fins da década de 1940, período em que houve uma produção maciça de obras por parte de editoras brasileiras, centrada em autores condizentes com os preceitos católicos de educação escolar, dentre esses autores podemos citar Monsenhor Álvaro Negromonte e Everardo Backeuser, dentre outros. A utilização de autores nacionais e internacionais constituía um meio para a incorporação de uma cultura geral capaz de auxiliar as futuras professoras, em seu fazer na sala de aula e fora dela, com dimensões simbólicas capazes de formar mentalidades sadias, úteis e equilibradas.

Além de cadernos para cada uma das matérias, utilizávamos também livros para cada uma delas, livros esses cujos autores eram cuidadosamente selecionados pelas irmãs missionárias de Nossa Senhora das Dores. Guardo ainda alguns desses livros que foram de extrema importância para a minha formação e conhecimento (E3, 11/Mai./2021).

Assim como o uniforme, o material escolar era de responsabilidade dos pais. Em relação aos livros as Irmãs eram intermediárias, elas compravam os livros e vendiam pra gente. Estudei francês nos quatro anos do curso ginasial no Colégio Normal São José. Teve um dia que fiquei muito feliz, estava passando no corredor e tinham duas Irmãs conversando em francês, fiquei muito feliz ao perceber que compreendia o que elas estavam dizendo (E5 20/Fev/2023).

Destarte, todos os métodos e metodologias de ensino eram rigorosamente apreciados pelas Religiosas Missionárias de Nossas Senhoras das Dores para compor a prática das Irmãs professoras, com a escolha de livros e todo o material didático que estariam ao alcance das alunas. As religiosas professoras não faziam por sua própria autoridade mudança no método de ensino usado pela Congregação, ocorria comunicação prévia de tudo o que pudesse ser aperfeiçoado no ofício de educar. Uma das depoentes deste estudo enfatizou que as Irmãs professoras refletiam muito sobre os meios de ensino-aprendizagem que lhe garantissem

melhores resultados, e procuravam sempre se fazer amar para serem respeitadas. Conforme as Constituições da Congregação de 1943:

Cap. 4 - Relações das Religiosas Professoras entre si e com as alunas.

Art.1 Parágrafo X: As Religiosas empregadas na educação da mocidade, evitarão totalmente ameaçar, começarão representando, em particular a aluna o seu dever, se ela recair no mesmo erro poderão chamar a atenção da culpada publicamente, se, porém, não se corrigir comunicarão a falta a diretoria.

[...]

Parágrafo XVI: As Religiosas consagrarão todos os dias um certo tempo para prepararem as aulas do dia seguinte, e não se apresentarão às lições sem conhecer em o que devem explicar (RMNSD, 1943, p.28-29).

De modo que o Colégio Normal São José, desde o início de suas atividades, obteve grande projeção na sociedade local e regional, pois as RMNSD durante algumas décadas tiveram em suas mãos a responsabilidade de educar, ensinar e formar as moças de Ibiá e região. De maneira que a educação refinada, permeada de técnicas voltadas para formação e instrução, embasada nos valores religiosos, foi cuidadosamente construída. Educar era para além de instruir, significava a formação completa que ia desde o domínio do francês, às boas maneiras, os trabalhos manuais, o domínio da boa oratória e da escrita, dentre outras atribuições tidas como femininas.

Figura 21: Grupo de alunas do Colégio Normal São José em 1946



Fonte: Acervo da Escola Estadual São José, em Ibiá/MG

Na Figura 21, a fotografia selecionada para compor o relatório de inspeção federal com as alunas estrategicamente posicionadas em uma das escadarias do Colégio Normal São José,

em 1946, a posição dos corpos, braços e mãos evidenciam a relação afetiva de amizade entre as alunas, que conviviam por longas horas de estudo sobre os cuidados das Religiosas Missionárias de Nossa Senhoras das Dores. A boa postura e os uniformes impecáveis demonstram o cuidado e a atenção com a disciplina, higiene e a imagem que se buscava construir sobre a qualidade da instrução e educação daquela instituição de ensino. O uniforme era obrigatório e as alunas eram revistadas todos os dias, se estavam com o uniforme completo, blusa branca de mangas compridas e meias longas, de forma que não aparecesse as pernas, obrigatoriamente sem maquiagem ou esmaltes nas unhas. Para os passeios de domingos ou diferentes cerimônias havia o uniforme de gala, com a boina e distintivo do Colégio.

O uniforme diário era saia azul marinho preguçada com a blusa branca de fustão de manga comprida, tinha uma gola marinheiro e uma gravatinha azul marinho. Tínhamos o uniforme de irmos à missa dominical, todos os domingos às 6:15h da manhã, o uniforme branco: saia branca preguçada, blusa branca de manga comprida com gola marinheiro, azul marinho e gravatinha azul marinho, e a gente usava meia de seda, para nós era uma beleza, para quem usava meia preta a semana toda, e o sapato de verniz (E5, 20/Fev./2023).

As normalistas, enquanto membros daquela comunidade escolar, onde criam relações concretas e participa de um projeto comum, ao mesmo tempo em que lhes são impostos limites, também lhes oferecem possibilidades, acessos que lhes permitem desenvolver seu ser e sua ação na sociedade na qual fazem parte. Algumas ex-alunas relataram que além da formação e instrução, tiveram acesso a livros e diferentes materiais impressos vindos de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro, com oportunidade de estabelecer intercâmbio com as outras unidades escolares da Congregação RMNSD.

Fui ao Rio de Janeiro duas ou três vezes com as Irmãs pra conhecer a sede da Congregação e o Colégio no Rio. Foram viagens muito boas, se elas tinham que escolher uma aluna quase todas me escolhiam. Elas avaliavam as alunas com notas, e teve um ano que só não tirei 100 pontos em Canto e Música, porque não tenho aptidão para música, isso ocorreu no 1º ano do Curso Normal. Então, devido ao meu desempenho fui contemplada com a bolsa de estudo da prefeitura para continuar o curso normal. Foi muito bom, pois o que era mensalidade mamãe não pagou, mas tinha uniforme, muitos livros, tinha aula de pintura, bordado era muito caro (E6, 20Fev./2023).

De modo que havia uma dinâmica individual e coletiva com objetivos comuns no sentido de pertença em torno daquela comunidade escolar. A vida cotidiana daquelas meninas/mulheres, o tempo de formação, o espaço de instrução, suas necessidades e responsabilidades tecem as relações, as crenças e práticas educacionais. Estas várias dimensões da vida em comum estão relacionadas entre si e, a observação e análise de uma ajudam a compreender as outras, num movimento muitas vezes contraditório, mas verdadeiramente

dialético, entre o todo e as partes que constituem o movimento histórico do Colégio Normal São José. As práticas educativas e normativas constituíam um conjunto de critérios que iria permitir àquelas jovens se autoexaminarem e julgarem suas próprias condutas. Elas carregariam, com elas, a escola para além de seus muros; a instituição faria parte delas.

A gente ficava nas primeiras filas da sala de aula e não podíamos nos comunicar com as meninas externas. Mas, era um tempo bom! Assim, foram meus cinco anos que fiquei em Ibiá como interna. Fui muito bem tratada lá. As Irmãs eram boas de mais pra gente, era uma família muito unida. A gente ia passear na Praça da Matriz no domingo e tinha que vestir o uniforme de gala: blusa branca e saia preguiada, sapato fechado preto e meia preta e uma boina de marinho com umas coisinhas azuis e vermelhas. A gente ficava bonita, só você vendo! Mas, sabe como a gente passeava na Praça, com as mãos para trás, olhando para frente, uma Irmã à frente olhando a turma, uma no meio e outra no final da fila. Os rapazes jogavam balas para nós, mas a gente não podia fazer nada (E6, 20Fev./2023).

A sociedade mineira como um todo, em face do contexto histórico, requeria um polimento sociocultural sólido de suas jovens. De forma que o Colégio Normal São José ao mesmo tempo em que preparava as alunas para a cultura e a ocupação do espaço público, reforçava a sua formação moral e religiosa. Os movimentos iniciados neste contexto, comungam com o ideal de modernidade, processos intelectuais, estéticos e sociais que possuem suas implicações educativas e carregam a educação para uma nova visão de mundo e de homem/mulher. Neste sentido, as bases científicas positivistas¹⁴¹ apresentavam, em sua essência, um caráter moralizador, inspirado nos ensinamentos de Augusto Comte. Tais ideais positivistas referentes à família, deram grande destaque ao papel da mulher, que por suas virtudes morais e espirituais deveriam ser exemplo, para seus filhos e para a pátria. O projeto positivista trazia, na sua concepção de ordem universal, a exigência de elementos fundamentais da organização social, como os princípios de autoridade, hierarquia e obediência. Neste sentido, a mulher teria um papel importante na execução de seus princípios, tendo a ordem como base e o progresso como fim. Segundo Augusto Comte, é somente “no santuário da alma feminina que se pode hoje encontrar a digna submissão de espírito exigida por uma regeneração sistemática” (Comte, 1934, p. 22).

De forma que a fé católica era valorizada pelos positivistas, por ter-se constituído como sustentáculo da ordem social. Ao que parece a aliança com o religioso apresenta um elemento

¹⁴¹ A República brasileira nasceu sob a égide do positivismo e das teorias liberais, contrárias ao magistério da Igreja Católica. Nesse sentido, ocorre uma luta entre o antigo e o moderno, ou seja, entre a nova ordem que nascia sob o signo das ideias liberais de cunho racionalista, explicitamente contrárias às teses defendidas pela Igreja Católica, e a antiga ordem, calcada em valores do universalismo cristão, que tem como base a filosofia tomista.

ideológico forte, capaz de realizar a ação organizacional de toda a sociedade e deter a dita anarquia moderna, e, assim, consolidar o projeto conservador. Os positivistas imaginavam uma sociedade de harmonia completa, em que se prescindia totalmente da dialética do conflito social. Portanto, a nova ordem deveria ser constituída com fundamentos bem diversos daqueles apregoados pelos liberais, que proclamavam a necessidade da liberdade e da participação do povo.

Nesta perspectiva, a escola normal parecia assumir uma função necessária para os poderes constituídos¹⁴², devendo preparar moças abnegadas dos benefícios materiais para a missão de educar as novas gerações. Assim, sob os cuidados e as normas da Congregação RMNSD, o Colégio Normal São José utilizou-se de métodos pedagógicos destinados a inserir as jovens normalistas numa educação voltada para ordem, disciplina e o respeito à autoridade, além da prática moral e religiosa. De maneira que a educação ministrada contribuísse para a manutenção dos valores éticos tradicionais.

Um dos importantes instrumentos utilizados nessa época para manter as jovens e senhoras dentro dos padrões religiosos e morais desejados pela instituição eclesiástica foi a difusão de associações religiosas. Dessa forma, na maior parte das paróquias foram estabelecidas as associações das Filhas de Maria e do Apostolado da Oração. [...] A associação das Filhas de Maria era aberta para as jovens solteiras que se comprometiam a manter a virgindade antes do casamento. Pela própria característica da orientação que lhes era ministrada, diversas dessas moças acabaram destinando-se a vida religiosa (Azzi, 1993, p. 115).

Localizou-se o livro de Atas da organização da diretoria da Pia União das Filhas de Maria do Colégio Normal São José, neste estão registradas as atas das reuniões semanais que aconteciam nas dependências do Colégio sob a direção das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores e contava com a participação das alunas. A primeira ata é do dia 28 de abril de 1940, e tinha como diretora Me. Maria Ignacia de Loyola, presidente Ester Pirillo, tesoureira Iná Dias e secretária Serafina Borges Mundim. O aprofundamento dos conhecimentos católicos era oportunizado pela participação nas associações católicas como a Congregação Mariana: Filhas de Maria.

Eu era Filha de Maria, mas além das Filhas de Maria o Colégio tinha a Irmandade dos Santos Anjos que era o grupo de meninas menores, elas

¹⁴² Eram constantes os apelos pelo papel das mulheres como reformadoras da pátria e condutoras morais da ordem social, seu desempenho torna-se indispensável para o bom êxito da nação. Com o processo de escolarização ocorreu a intensificação das atividades femininas em âmbito público, de forma que a participação da mulher na ação civilizadora da sociedade passou a ser motivada pelo o Estado. Nessa perspectiva, a república investiu especialmente na imagem das professoras, como as principais apóstolas de sua causa, principalmente no governo getulista quando confiado aos professores a missão de guardiões da pátria e colaboradores da ordem social.

usavam uma fitinha roxa. Nós da Irmandade das Filhas de Maria usávamos uma fita azul (E5 20/Fev/ 2023).

Fui Filha de Maria, tinha uma fita azul com a imagem de Nossa Senhora, a gente tinha reuniões semanais, durante a reunião alguém fazia uma ata, lia-se um texto bíblico, rezava-se o terço (E6 20/Fev/ 2023).

A proposta religiosa dos católicos praticantes estava associada a novas associações e congregações religiosas como as Filhas de Maria¹⁴³, Apostolado da Oração, Congregados Marianos, Vicentinos, etc. O papa Pio IX (1846-1878) buscou incentivar a devoção mariana proclamando o dogma da Imaculada Conceição, posteriormente, foi estabelecido o mês de maio como o mês de Maria e a festa de coroação da Virgem passou a ser estimulada pelas hierarquias católicas, de forma que no pontificado do papa Pio XII (1939-1958) culminou o que se chamou de a Era Mariana.

Figura 22: Filhas de Maria do Colégio Normal São José – 1946



Fonte: Acervo da sede da Congregação RMNSD em Belo Horizonte

¹⁴³ A reunião de fiéis com o objetivo de venerar Maria remonta ao período medieval, a primeira referência que se tem sobre uma organização fraternal, tendo como patrona a mãe de Cristo, data do século XII, criada por Pedro de Honestis, em homenagem à madona grega.

Na Figura 22 tem-se um grupo de alunas do Colégio São José que fazia parte da Pia União das Filhas de Maria, as vestes brancas representam a pureza, pendurado no pescoço uma medalha de Nossa Senhora e na cintura uma faixa azul símbolos da Irmandade. Estando as alunas, mais uma vez, posicionadas em uma das escadarias do Colégio, mas agora na companhia do Pároco local e sob a proteção do Patrono do Colégio, representado no estandarte sobre as suas cabeças. Como se pode constatar na Figura 22, fotografia de 1946, as associações religiosas como as Filhas de Maria ou outras como a dos Santos Anjos, citada por uma das depoentes, a Ação Católica ou o Movimento Familiar Cristão, eram constituídos principalmente por membros da classe média urbana emergente. O objetivo geral da Pia União das Filhas de Maria era fazer com que as jovens tornassem obedientes e respeitosas para com seus pais, assim como boas mães ou como leigas piedosas no meio do mundo, o importante era que fossem capazes de fomentar o amor, a virtude e a piedade.

No ano de 1946 consta no livro de matrícula do Colégio Normal São José a profissão dos pais: dentistas, agricultores, comerciantes, fazendeiros, coletor federal, negociantes, escriturário, maquinistas, médico, farmacêutico, ferroviários e pedreiro. Apesar das novas condições sociais e econômicas no pós-30, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, favoreceram a expansão da educação feminina, mas apenas uma pequena elite se beneficiou no sentido de alcançar a autorrealização e a independência econômica por via da realização acadêmica e profissional. Foi preciso adaptar a população às demandas típicas da sociedade de mercado, as práticas comerciais e industriais, adaptadas ao avanço dos instrumentos de produção que exigiam uma mão-de-obra qualificada, mas a maioria da população feminina em idade escolar ainda era analfabeta.

Exmo. Sr. Dr. Bolivar Tinôco Mineiro, Superintendente do Departamento de Ensino Secundário e Superior, informo a V. Excia que a Escola Normal São José está disposta a empregar todos os seus esforços para disseminar a instrução entre os analfabetos do sexo feminino desta cidade. Para este fim apresento como professora a Irmã Maria do Perpétuo Socorro, Rosa Amélia da Silva Torres, normalista, já com longa prática no ensino primário, nas condições, portanto, de satisfazer os fins que a Secretaria tem em vista. Aguardo autorização de V. Excia para fazer a matrícula e realizar a instalação da classe. Saudações. A Diretora: Me. Maria Helena.

No ofício enviado por Me. Maria Helena, em 13 de maio de 1947, ao Departamento de Ensino Secundário e Superior, percebeu-se um esforço da Congregação RMNSD em contribuir com processo de alfabetização das mulheres, disponibilizando formação no horário noturno. Neste sentido, nos ofícios que seguem consta a insistência da Madre em relação a solicitação da matrícula das alunas do ensino supletivo noturno e na afirmativa da nomeação da professora

contratada. Instalada a escola para o ensino supletivo noturno em 14 de junho de 1947, já constavam matriculadas 75 alunas. Mas, conforme orientações da Secretaria foi determinado 30 alunas em cada classe, tendo a diretora solicitado a nomeação de mais uma professora, Irmã Maria das Dores.

Exmo. Snr. Dr. Bolivar Tinôco Mineiro, Superintendente do Departamento do Ensino Secundário e Superior. Conforme aviso enviado a essa Secretaria, a escola para o ensino supletivo noturno achase em funcionamento desde meado de junho. A matrícula eleva-se a 82 alunas e a média da frequência é superior a 70. Rogo-lhes, pois o obsequio de fornecer à nossa escola livros para leitura em quantidade suficiente para favorecer o desenvolvimento da classe. Saudações. Me. Maria Helena (Colégio Normal São José, 1947).

As solicitações continuam quanto ao apoio do Estado na manutenção das classes de alfabetização noturna, com pedidos referentes até mesmo à escrituração, como impressos para boletins mensais, bem como as folhas de pagamento às professoras. Em 1948, com o Colégio Normal São José sob nova direção¹⁴⁴, justificam o encerramento/desistência das classes de alfabetização feminina noturna devido ao reduzido número de candidatas à matrícula. Contudo, chegou à conclusão que mesmo com a existência de classes de alfabetização noturnas no Grupo Escolar Dom José Gaspar, não se compara ao interesse da sociedade associado ao status da educação ministrada pelas RMNSD de educação exclusivamente feminina.

Para tanto, nos externatos era oferecido à pequena burguesia uma alternativa satisfatória, mediante uma permanência do aluno no ambiente colegial, mas para as classes populares, abriam-se cursos noturnos. De forma que a educação católica se estendia a todos os grupos sociais, embora de forma diversificada.

Entretanto, para as mulheres do povo, a ausência de instrução e o trabalho pela sobrevivência sempre foram uma dura realidade. O mesmo pode ser dito a respeito da raça referente às mulheres negras, o estigma da escravidão perdurou por muito tempo, restando-lhes muitas vezes os trabalhos de nível inferior e a total ausência de instrução. Assim, o magistério surge como uma alternativa possível. Nesse contexto, as Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores ofereciam vagas às alunas carentes, que prestavam serviços domésticos e, em troca, recebiam educação. Essas alunas eram chamadas de Martinhas, em homenagem a

¹⁴⁴ Madre Maria Helena foi obrigada a deixar a direção do Colégio Normal São José por motivos de saúde, em 8 de fevereiro de 1948. Assume a direção Madre Maria São Francisco Xavier, permanecendo até 14 de fevereiro de 1949, quando foi transferida para empregar o melhor de seus esforços na luta pela instrução e educação da juventude feminina, em um dos colégios das RMNSD, Colégio Nossa Senhora Aparecida, em Braz de Pina, no Rio de Janeiro.

Santa Marta, que, segundo relato das ex-alunas, essa Santa teria dedicado toda sua vida aos afazeres domésticos¹⁴⁵.

Nós não tínhamos muito contato com as Martinhas, elas ajudavam na limpeza do Colégio, nos encontrávamos quando coincidia de fazermos a mesma série. Tinha uma ou duas Irmãs que ficavam por conta das Martinhas, e o Colégio brilhava, elas eram de suma importância, ajudavam inclusive na cozinha (E5 20/Fev/ 2023).

As Martinhas viviam no Colégio recebiam as aulas em troca de serviços, elas não recebiam nada em termos de retorno financeiro em relação aos serviços prestados ao Colégio, mas recebiam estudo e todas as condições de subsistência. Mas, era cada coisa que a gente nem acredita, no Colégio o piso era um quadradinho vermelho e um quadradinho preto, aí uma passava a cera preta e a outra a cera vermelha, nos mínimos detalhes. Elas trabalhavam demais! Mas, elas sabiam colocar uma mesa, sabiam lavar, passar, esses serviços que hoje que ninguém se importa mais, mas que naquela época tinha toda uma etiqueta. As Martinhas trabalhavam, tinham o horário rigoroso como nós todas tínhamos, a campainha era para calar, todo mundo calava, nós tínhamos que vestir de tal maneira e elas também tinham que vestir. Mas, eu acho que elas ganharam muito com a oportunidade de formação dentro do Colégio além do ensino primário. Tinha um adágio que a mulher tinha que ir da cozinha ao piano (E6 20/Fev/ 2023).

Naquele tempo as meninas chamadas Martinhas eram as meninas que ajudavam as Irmãs, eram aquelas meninas que não tinham pais, eram órfãos. Elas pegavam essas meninas ou algum parente levavam para lá, ganhavam alimentação e roupa, mas também ajudavam na limpeza da casa. Ajudavam na cozinha, na lavanderia, em forma de rodízio, cada semana era uma turma, assim todas passavam por todos os serviços. Eu era interna, mas gostava de fazer uma faxina, a Irmã me deu uma sala para eu fazer sempre, então sempre fazia essa faxina. [...] Sobre as Martinhas também eram internas, mas tudo delas eram separados, dormitório, refeitório. Eram umas meninas carentes, boazinhas! Mas, tinham algumas revoltadas. Assim, no Patronato tiveram meninas que foram para frente, fizeram bons casamentos. Nós tínhamos Patronatos em todos os Colégios, as meninas aprendiam muitas coisas. Mas, foi acabando tudo!! De forma que o ensino já estava avançado e o internato já estava ultrapassado com aquelas coisas tão reservadas (E4 29/Nov/2022).

Consta nos livros de registro de títulos e documentos da Comarca de Ibiá, Livro BN3I, as folhas 347-348, o registro de nº 676, realizado em 26 de julho de 1955, o registro dos Estatutos do Patronato São José. Instituição de assistência social cuja finalidade era amparar e instruir crianças pobres do sexo feminino, com sede na rua 40 nº 17, em pleno funcionamento desde 1937. Funcionava anexo ao Colégio Normal São José tendo como objetivo o amparo às menores desvalidas, a fim da instrução primária e gratuita, as crianças recebiam uma formação moral e religiosa, bem como o ensino de trabalhos domésticos: bordados, cortes, costura, aprendizagem de horticultura e jardinagem. A Superiora Geral da Congregação RMNSD

¹⁴⁵ De maneira geral os colégios católicos mantinham às órfãs que por um motivo ou outro precisassem lutar por seu sustento, como colaboradoras na manutenção interna dos afazeres domésticos em troca de formação/instrução.

nomeava a diretoria (diretora, tesoureira e secretária), responsável pela administração do Patronato São José, podendo delegar poderes, receber donativos, admitir ou dispensar as candidatas apresentadas para o Patronato.

O Patronato São José funcionava sob regime de internato, as menores recebiam gratuitamente alimentação, vestuário, assistência médica e instrução primária. A duração do curso era de no máximo seis anos e só eram admitidas na 1ª série candidatas de 12 anos. Nas Constituições da Congregação das RMNSD, de 1943, consta em seus artigos que as religiosas evitaram sobrecarregar de trabalho as órfãs, e só exigiram o que convém à sua idade e desenvolvimento físico e intelectual. Dentre as recomendações, reforçasse a dinâmica da atividade prática, em que as Irmãs deveriam tratar as pobres crianças dos Patronatos com o mais entranhável amor, procurando dar-lhes além de instrução suficiente, uma educação essencialmente prática, para que principalmente as órfãs¹⁴⁶, ao atingirem a maior idade possam desempenhar honrosamente as funções próprias de uma profissão.

Me. Maria São Francisco Xavier, membro da Congregação RMNSD, normalista de 1º grau pela Escola Normal Nossa Senhora das Dores de Itabira, religiosa residente em Ibiá, foi diretora do Colégio Normal São José no ano de 1948 e nos anos de 1955 a 1958, enquanto no intervalo de 1949 a 1954 foi Me. Maria dos Anjos que esteve à frente do educandário. De forma que quando os Estatutos do Patronato São José foram aprovados, em 1955, quem representava interna e externamente o Patronato como diretora era Me. Maria São Francisco Xavier. Naquele contexto, o discurso da Igreja Católica insiste na prática assistencial pregando o amparo à população desvalida, em função do princípio caritativo, apontando caminhos para que tal prática ocorresse de forma mais racionalizada, mediante a utilização de técnicas adequadas. De maneira que o exercício da caridade fosse realizado tanto através de uma opção individual como mediante uma associação ou instituto religioso, como a criação dentro dos colégios católicos do Patronato.

Vale salientar que o acesso à cultura letrada era extremamente seletivo, não só devido a precarização da rede de ensino público, mas também ao fato da predominância de escolas particulares e o valor atribuído pela sociedade as escolas confessionais sendo essas de difícil acesso à população de baixa renda, que constituía a maioria da população brasileira. Assim, o Patronato São José se torna uma possibilidade de acesso a um universo cultural inatingível para muitas famílias ibiaenses. Para tanto, era necessário a troca de horas de trabalho prestadas ao

¹⁴⁶ A não ser por motivo sumamente urgente ou reclamações de tutores, as órfãs não saíam do orfanato/patronato antes da maioridade. As religiosas sempre procuravam uma colocação honrosa, garantindo meios de vida suficientes e interessando-se por estas alunas desprovidas de amparo social.

educandário, para que aquelas meninas pudessem obter acesso à instrução formal e moral. Na medida que o trabalho manual realizado pelas Martinhas era extremamente útil para manutenção e funcionalidade da dinâmica interna do Colégio Normal São José.

Havia também uma comissão encarregada para julgar a distribuição de matrículas gratuitas ou de contribuição reduzida, o benefício da bolsa que quase sempre implicava uma condição diferenciada para a normalista, que também submetia a alguns trabalhos no educandário. As alunas de condição social inferior, que estudaram no Colégio Normal São José como bolsistas, subvencionadas pelo poder público não ocupavam espaços diferentes dentro do colégio, apenas as internas eram classificadas em regimes e divisões, ocupando lugares específicos no espaço escolar e, desta forma, passíveis de localização e identificação, lugares específicos na capela, refeitório, dormitório e na sala de estudos.

A comissão encarregada de examinar e julgar os pedidos encaminhados à diretoria do Colégio Normal São José ficava encarregada da avaliação e classificação e dos mesmos tendo em vista as exigências do art. 2º, da Portaria 583, de 27 de outubro de 1948. Os membros da comissão trabalhavam no sentido de favorecer aos candidatos que pertenciam a famílias realmente necessitadas de auxílio para a educação das filhas.

Para facilitar aos pais de famílias numerosas a educação das filhas, os membros da Comissão, visando apenas o levantamento do nível intelectual da população desta zona, trabalhou com o máximo interesse afim de que fossem concedidos todos os favores possíveis, mesmo com sacrifício para o estabelecimento. Como se pode facilmente verificar a concessão de tais favores excedeu de muito o limite fixado pela lei; entretanto, seria de desejar que ao povo desta região triangulina fossem ainda mais facilitados os meios para o desenvolvimento cultural de uma mocidade cheia de vida e de entusiasmo, ávida de instrução e desejosa de concorrer ao progresso de nosso grande Brasil (Colégio Normal São José, 7/mar/1950).

No relatório de março de 1950, da Comissão encarregada de julgar a distribuição das bolsas de estudo do Colégio Normal São José, fica claro que as RMNSD promoveram uma estratégia de ampliação do número de bolsas para além do que previa a legislação no intuito de conseguir contemplar as famílias numerosas que possuíam mais de uma, duas, três filhas. Assim, além da capacidade de aproximação das religiosas com os representantes do Estado, elas também conseguiam fazer suas próprias articulações locais, com os políticos e elite local do município, com o objetivo de conseguir promover benefícios para manutenção das alunas.

3.3 Colégio Normal São José sob novo contexto histórico: a formação profissional entre teorias e práticas

A partir de 1950 iniciou-se um período de transição, questionamentos e contradições, com a ordem moral pré-estabelecida e de inquietações, inclusive sobre a formação escolar feminina. As mulheres buscavam outras oportunidades, pois outras perspectivas surgiam, como a forma de ampliar as possibilidades de atuação no mundo social. O processo de apropriação dos saberes técnicos, voltados para o exercício de diferentes profissões, assim como o magistério, bem como, para a atuação na sociedade como um todo, era um dos ideais desse novo mundo, dito moderno.

Neste sentido, o crescimento populacional é um importante aspecto a ser analisado no contexto em estudo, a partir dos anos de 1940 o ritmo de crescimento populacional se intensifica, subindo até atingir um pico histórico de 2,99% ao ano, entre 1950 e 1960, segundo o IBGE. Os avanços na medicina somados com a indústria farmacêutica e os conhecimentos de higiene, resultaram em melhor qualidade de vida. De forma semelhante, melhoramentos relativamente menores no saneamento, particularmente em áreas urbanas, contribuiu para o crescimento populacional e a manutenção em níveis elevados da fecundidade¹⁴⁷ das mulheres durante a maior parte do século XX. No entanto, desde meados da década de 1960, a fecundidade feminina no Brasil reduziu, fato possibilitado principalmente pela introdução dos métodos de contracepção.

Nesta conjuntura, a família urbana, paulatinamente, foi ajustando-se aos novos papéis, que as transformações econômicas impuseram às mulheres. A extensão da instrução a um número, cada vez mais significativo do contingente feminino, contribuiu para alargar os horizontes culturais da mulher e que homens e mulheres iniciassem o longo processo de redefinição de seus papéis sociais. De forma que os papéis femininos sofreram transformações que entravam muitas vezes em choque com concepções religiosas e morais.

Juscelino Kubitschek como governador de Minas, de 1951 a 1955, priorizou investimentos infraestruturais em geração de energia e modernização dos transportes, criou condições indispensáveis para a arrancada industrial no Estado. Com a criação da CEMIG em 1952 e dinamização, o DER - Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas

¹⁴⁷ A maior diferença na taxa de fecundidade total entre as regiões brasileiras, em 1950, estava calculada em cerca de 2,5 filhos, correspondendo aos valores de 8,0 para a região Norte e de 5,5 para a Sudeste. No entanto, desde meados da década de 1960, a fecundidade feminina no Brasil tem reduzido em ritmo muito acelerado, fato possibilitado principalmente pela introdução dos métodos de contracepção.

Gerais, criado em 1946, duas instâncias administrativas que respondiam pelos fortes investimentos em transporte e geração de energia. Na década de 60, com a multiplicação de agências governamentais voltadas para o desenvolvimento, a consolidação de um corpo técnico e uma elite técnica no aparelho de Estado, a maturação de padrão de investimentos que privilegiava capitais públicos nacionais e privados estrangeiros, compuseram um quadro favorável à arrancada industrial. Entretanto, o modelo de industrialização por substituição de importações encontra seus limites, pois gera desequilíbrios, distorções e contradições que teriam que ser resolvidas no quadro democrático. Os primeiros anos da década de 1960 as taxas de crescimento caíram substantivamente, sendo marcados por crises que atingiram especialmente e, de forma muito mais grave, certos ramos industriais, como, por exemplo, as indústrias tradicionais mineiras.

Enquanto presidente da república¹⁴⁸, Juscelino Kubistchek, 1956-1960, o seu governo se destaca também por um período de euforia desenvolvimentista, embalado pelo plano de metas e pelo slogan “50 anos em 5”. O alvo da política posta em marcha era completar o processo de industrialização do país. Os empresários nacionais e internacionais, as classes médias, os operários e as forças de esquerda se uniram em torno da bandeira da industrialização, contudo, as razões que os moveram na mesma direção eram divergentes. Neste contexto, ocorre o processo de universalização do ensino, destacadamente o primário, como demanda para a oferta de mão de obra para garantir as condições adequadas e/ou possíveis para o processo de industrialização¹⁴⁹. De forma que com o aumento da demanda escolar ao longo do século XX, houve a necessidade de uma racionalização do ensino, através da promulgação de legislações voltadas especificamente para tal fim, dentre as quais destacam-se a Lei Orgânica do Ensino Normal (1946) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961).

Neste sentido, é importante considerar que a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil teve uma longa tramitação no Congresso, durante um período de treze anos. Em 29 de abril de 1947, o Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariane, instalou uma comissão encarregada de elaborar o projeto de lei, da qual fazia parte o Pe. Leonel Franca. Mas,

¹⁴⁸ Na Presidência da República, de Getúlio Vargas (1930-1945); sucederam-se Eurico Gaspar Dutra (31/jan./1946 a 31/jan./1951); Getúlio Vargas (31/jan./1951 a 24/ago./1954); João Café Filho (24/ago./1954 a 09/nov./1955); Carlos Luz, por dois dias; Nereu Ramos (11/nov./1955 a 31/jan./1956); Juscelino Kubitschek de Oliveira (31/jan./1956 a 31/jan./1961); Jânio da Silva Quadros (31/jan./1961 a 25/ago.1961); Paschoal Ranieri (25/ago./1961 a 07/set./1961); João Belchior Goulart (09/set./1961 a 02/abr./1964); Marechal Humberto Castelo Branco (15/abr./1964 a 15/mar./1967) e General Artur da Costa e Silva (15/mar./1967 a 31/ago./1969).

¹⁴⁹ A própria escola primária deveria capacitar para a realização de determinada atividade prática; o ensino médio teria como objetivo a preparação dos profissionais necessários ao desenvolvimento econômico e social do país; e ao ensino superior eram atribuídas as funções de formar a mão-de-obra especializada requerida pelas empresas e preparar os quadros dirigentes do país.

somente após ter sido reformulado em vários pontos é que o projeto foi encaminhado ao Congresso. Contudo, só após várias etapas de discussões no Congresso é que foi promulgada a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, fixando as Diretrizes e Bases da Educação Nacional¹⁵⁰.

A LDB de 1961 foi totalmente coerente com a doutrina católica em matéria de educação, bem como o financiamento do ensino religioso ministrado, facultativamente, nas escolas oficiais. Em seu art. 3º, afirma que o direito à educação é assegurado pela obrigação do poder público e pela liberdade da iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, de forma que o Estado forneça os recursos indispensáveis para que a família se desobrigue dos encargos da educação. No art. 97 estabelece que o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais e define que o mesmo seria dado sem ônus para os poderes públicos.

Por conseguinte, a LDB de 1961 não promoveu mudanças significativas no ensino normal, conservando as grandes linhas da organização anterior, seja em termos de duração dos estudos ou de divisão em ciclos. A maioria dos Estados conservou a dualidade na formação das normalistas¹⁵¹, ofertando o ensino normal tanto à nível ginásial, com duração de quatro anos no mínimo, como a nível colegial, com três séries anuais.

Quadro 4: Matérias das diversas séries do Curso Normal – CNSJ – 1963

Matérias	1º	2º	3º
Disciplinas Obrigatórias			
Português.....	3	3	3
Introdução a Didática Teórica e Prática.....	3	6	9
Biologia Educacional e Higiene.....	2	2	2
Estudos Sociais Brasileiros.....	2	--	--
Sociologia Educacional.....	--	2	--
Filosofia da Educação.....	--	--	2
Psicologia Educacional.....	3	3	3
Matemática: Aritmética e geometria.....	3	1	--
Estatística.....	--	--	1
Disciplinas Optativas			
Francês.....	2	2	--

¹⁵⁰ Após inúmeras polêmicas, com a publicação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4.024/61, suas determinações passaram a vigorar logo no ano seguinte, 1962. Uma das primeiras providências tomadas foi a instalação do Conselho Federal de Educação (CFE). Assim, passa a ser elaborado o Plano Nacional de Educação, aprovado ainda em setembro de 1962, pelo Ministro Darcy Ribeiro.

¹⁵¹ Em Minas Gerais, a regulamentação do currículo do curso ginásial normal (1.º e 2.º ciclos) ocorreu, por exemplo, com a publicação da resolução n.º 3/63 e da Resolução n.º 95/68, do Conselho Estadual de Educação. As tendências de complexificação da grade curricular, com o aumento da oferta de disciplinas, assim como a variação e a diversificação das metodologias de ensino puderam ser notadas.

Educação Pré-Primária.....	--	--	2
Práticas Educativas Obrigatórias			
Educação Física.....	1	1	1
Educação Religiosa.....	1	3	3
Biblioteca.....	1	1	1
Práticas Educativas Optativas			
Artes plásticas.....	2	2	2
Educação Musical.....	2	2	2

Fonte: Acervo da Congregação RMNSD em Belo Horizonte

O Colégio Normal São José conservou o ensino normal colegial de três anos e, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, estabeleceu como disciplinas e práticas obrigatórias e optativas as enumeradas no Quadro 4, onde se pode constatar o número de aulas atribuídas no curso para cada matéria, distribuídas para cada série. Houve uma mudança significativa na grade curricular referente as disciplinas de formação específica, com ênfase nas disciplinas de formação pedagógica como: Introdução à Didática Teórica e Prática e Psicologia Educacional. O Francês mesmo sendo matéria optativa permanece na grade curricular com um número de aulas maior que a disciplina de Educação Pré-Primária. O que explica a importância atribuída à cultura francesa referente, tanto à língua escrita quanto falada, além das práticas de sociabilidade, tendo por referência a etiqueta francesa, que se configura no aprendizado dos gestos, da postura, do comportamento à mesa, etc. Dentre as matérias de práticas educativas optativas o destaque para as disciplinas de Artes Plásticas e Educação Musical, que todas as depoentes desse estudo trás em suas reminiscências no que tange ao Colégio São José.

Em minha última visita à escola pude observar ainda uma vez o zelo das Irmãs em tudo que se diz respeito ao ensino, nada deixando a desejar quanto a execução do Programa bem como todas as exigências da Secretaria. O resultado imensamente satisfatório e a escrita organizada de maneira absolutamente impecável. Pelos visitantes foi largamente elogiada a exposição de pinturas, desenhos e trabalhos manuais da escola. Nota-se também aí o esforço das alunas e a dedicação das Irmãs no sentido de conservar o bom nome desse estabelecimento. Enfim é edificante para todos o interesse dessas abnegadas educadoras pelo desenvolvimento intelectual, moral e espiritual da mocidade que lhe é confiada. Não posso deixar de externar a minha grande admiração por essas bondosas Irmãs educadoras. Maria Candida Paiva Ávila – Fiscal (Colégio Normal São José, 1948, p. 50).

Nos Termos de Visita dos Fiscais Municipais verificou-se apontamentos com relação a organização de exposições de trabalhos manuais, pinturas e desenhos que ocorriam no final do ano letivo, sendo esses apreciados pelos visitantes, pelo aprimorado gosto, perfeita confecção e reconhecido esforço das Irmãs professoras e suas alunas. A aprendizagem do desenho e pintura, da música instrumental, piano e violino, evidencia a dimensão produtora da educação

no sentido de estabelecer a marca de uma distinção social evidente. Contudo, além do trabalho de formação e instrução oferecido às alunas internas e externas, compunham a dinâmica do Colégio Normal São José os cursos que ganharam ainda mais evidência, a partir da década de 1960 e que eram oferecidos à comunidade externa ao Colégio: Datilografia, Corte e Costura, Violino e Piano.

Figura 23: Curso de Pintura do Colégio Normal São José – 1960



Fonte: Acervo particular

Como se pode constatar pela Figura 23, o Colégio Normal São José se torna espaço de oportunidade de encontros, inspiração e criação para senhoras e senhoritas, muito bem trajadas e de postura ilibada, que para além do espaço privado do lar circulam pela cidade na busca de aprimoramento artístico e ocupacional de seu tempo livre com as artes: pintura, bordados, música, etc. A partir da possibilidade de formação técnica e o arcabouço moral, o Colégio passa a contribuir no processo de produtor de sujeitos históricos preparados para descortinar o que se apresentava a partir das transformações desencadeadas pelo mundo moderno. Contudo, os próprios conteúdos escolares e a oportunidade de formação geral operam na seleção das alunas, estando esses saberes dirigidos para determinados grupos sociais.

A escola não se mostra aqui como uma instância de transmissão de saber e de tecnologia com vistas a funções profissionais precisas, mas antes como um espaço simbólico onde os indivíduos vêm buscar uma espécie de confirmação cultural de que pertencem a certas camadas sociais. Ela também não é um simples meio de reprodução de posições sociais, mas participa do surgimento e da coesão interna de uma classe em formação (Petitat, 1994, p. 46).

Vale destacar que a formação profissional de grau médio, destinava-se à formação propedêutica e pedagógica do magistério primário, ao lado de ser a escola normal uma

instituição educacional destinada a qualificar força de trabalho para uma profissão de base intelectual, o que a assinalava como canal de ascensão social, ela conferia também a suas alunas uma cultura geral desvinculada de preocupações utilitárias.

Todavia, a articulação entre os empresários e os militares conduziu ao golpe civil-militar desencadeado em 31 de março de 1964¹⁵², o que implicou a adequação da ideologia política ao modelo econômico. Em consequência, o nacionalismo desenvolvimentista foi substituído pela doutrina da interdependência. Consumou-se, desse modo, uma ruptura política, considerada necessária para preservar a ordem socioeconômica. A orientação geral traduzida nos objetivos indicados e a referência a aspectos específicos, como a profissionalização do nível médio, a integração dos cursos superiores de formação tecnológica com as empresas e a precedência do Ministério do Planejamento sobre o da Educação na planificação educacional, são elementos que integraram as reformas de ensino do governo militar.

A Constituição de 1967¹⁵³ introduz algumas inovações ao disposto na constituinte de 1946, o ensino é tornado obrigatório para todos, dos sete aos quatorze anos, nos estabelecimentos oficiais (art.168); respeitadas as disposições legais o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá amparo técnico e financeiro dos poderes públicos, inclusive com bolsas de estudo (art.168, § 3º II); o ensino religioso de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas oficiais de grau primário e médio (art.168, § 3º IV).

Dentre as práticas educativas obrigatórias a disciplina de Educação Física, mesmo com apenas uma aula por série, está presente em todos os anos do curso normal. Assim, durante a ditadura militar houve entre os diversos setores educacionais, secretarias estaduais de educação e de esportes, um objetivo em comum, incorporar de forma efetiva a prática da Educação Física no processo da educação geral e integral devido ao valor do esporte, considerado como fenômeno social.

¹⁵² A partir de 1964, com o golpe militar, gradativamente ocorrem novas alterações legais nos níveis de formação escolar, culminando com a promulgação da Reforma de 1.º e 2.º Graus (a Lei nº 5.692/71).

¹⁵³ No dia 24 de janeiro de 1967, cumprindo o disposto no artigo 8º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, o Congresso Nacional, aprovando um projeto de constituição apresentado pelo Presidente da República, promulgou aquela que seria a quinta constituição da República. A Constituição de 1967 sinalizou claramente na direção do apoio à iniciativa privada, ao estipular, no §2º do artigo 168: “Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos poderes públicos, inclusive bolsas de estudo”, dispositivo que foi mantido na Emenda de 1969 (§2º do artigo 176).

Figura 24: Apresentação de Ginástica executada no Colégio Normal São José - 1966



Fonte: Acervo da Congregação das RMNSD em Belo Horizonte

Em 1º de maio de 1966, para comemorar a ampliação da parte nova do prédio do Colégio Normal São José, ocorreu a apresentação de ginástica das alunas, no pátio do educandário, com direito a registro fotográfico, enaltecendo a importância da Educação Física, como se pode

constatar na Figura 24. Nas duas fotos é possível perceber o amplo espaço disponível para a realização das atividades físicas, as alunas adequadamente uniformizadas e, devidamente sincronizadas ao realizar os movimentos. A valorização da postura corporal, percebida no refinamento dos gestos e modos de comportamento eram atividades praticadas nas aulas de Educação Física, que contribuíam significativamente para os mecanismos de controle e ordem, na dinâmica interna do Colégio.

De forma que as alunas deveriam apresentar um comportamento digno em tudo que se propusessem a fazer, eram avaliadas por sua postura corporal do mesmo modo que pela seriedade com que conduziam seus estudos. Por conseguinte, a educação ministrada pelas freiras, de maneira geral, era realizada através de uma repressão corporal forte, em que a formação consistia em impor às alunas os mesmos padrões de vida dentro dos quais elas próprias viviam, sendo sempre discretas, comedidas, cultas e educadas.

Outro movimento importante a considerar, dentro da dinâmica do Colégio Normal São José, são as visitas mensais do fiscal municipal, que designado pelo Estado, deveria emitir relatório do trabalho de inspeção/fiscalização realizado durante todo o ano letivo, mediante avaliação das práticas internas do Colégio, com envio da cópia dos horários de aulas, relação das alunas, relação do mobiliário, material didático, objetos do museu, do laboratório e dos livros da biblioteca. No Livro Termo de Visitas, dos fiscais municipais que acompanharam o Colégio no período em estudo, consta que dentre os inspetores/fiscais estiveram em atividade no educandário o Dr. Aristóteles de Barros (1937), médico da Rede Mineira de Viação; Pe. José Borges Mundim, pároco da cidade de Ibiá (1938-1939); Sra. Ambrosina Mendes de Paiva (1940-1941); Cônego Almir Marques (1942); Sra. Ambrosina Mendes de Paiva (1943-1944); Helena Alves Ferreira (1945); Maria Candida Paiva Ávila (1946-1951); Ana Candida de Paiva (1952-1953).¹⁵⁴ Esses eram criteriosamente selecionados e indicados inicialmente por sua posição científica, cultural e religiosa frente a sociedade local e, posteriormente eram nomeados por concurso público. A maioria são mulheres, servidoras públicas, como Maria Candida Paiva Ávila, que mais tempo atuou como fiscal no Colégio Normal São José.

A visita do fiscal era realizada no início de cada mês e permaneciam em inspeção durante uma semana, acompanhavam de perto as salas de aulas das Irmãs professoras de todas as disciplinas, com maior atenção às práticas profissionais das alunas junto às turmas anexas ao Colégio Normal São José. Ocorriam também as visitas dos fiscais sem prévio aviso, de modo a

¹⁵⁴ Não localizamos outros documentos referente a nomeação dos inspetores municipais em outros períodos.

surpreender o educandário em seu funcionamento. Nos termos de visita constatou-se que além da apreciação dos trabalhos realizados com bom êxito, há algumas poucas orientações quanto ao programa de ensino, auditórios referentes às datas cívicas e sessões festivas, principalmente associadas a visita da Me. Maria de Jesus.

Por ocasião da estadia da Revma. Madre Maria de Jesus, na Escola, a sua diretoria organizou em sua homenagem um auditório. Revestiu-se de muita simplicidade, pois pouco tempo havia de funcionamento das aulas, porém foi muito agradável deixando manifestada a simpatia e filial gratidão que consagram as alunas da Escola Normal São José a dedica e D.D. Superiora Geral da Congregação de Nossa Senhora das Dores. Ambrosina Mendes de Paiva, Fiscal (Minas Gerais, 1944, p. 55).

Madre Maria de Jesus mantinha com todas as unidades uma relação muito próxima, realizando visitas periódicas, algumas como em julho de 1945, permanecendo por oito dias no Colégio Normal São José, em Ibiá. Encaminhava cartas e cobrava respostas, localizou várias correspondências enviadas em forma de orientação ou como simples forma de se fazer presente mesmo à distância. Na citação acima, o Termo de Visita assinado pela fiscal Ambrosina Mendes de Paiva, em março de 1944, coincide com o registro de uma das Conferências¹⁵⁵ da Madre Maria de Jesus, que tem por título: Conselhos para a abertura das aulas, com data de 1º de março de 1944:

Minhas filhas, hoje vamos começar oficialmente nossa missão junto às meninas. Essa nossa tarefa não deve ser considerada como uma cruz pesada, um duro trabalho, mas como uma missão. Todas devem ter contato com as meninas: umas, direta, outras indiretamente. Até o noviciado: por suas orações, o pode. Devemos todas, orar pelas alunas. Como já lhes disse muitas vezes, é muito diferente ser religiosa professora, e ser professora de grupo. Antes de tudo, é preciso que sejam missionárias. Não são missionárias só as que dão catecismo, mas, é tão missionária uma religiosa catequista como uma religiosa professora e mesmo cozinheira, lavadeira ou roupeira. [...] Começamos hoje nossa vida de missionárias junto das alunas. Por isso, se nos contentarmos em fazer delas só sábias intelectuais, estaremos falhando à nossa missão. A instrução é apenas meio, por isso, as religiosas professoras não precisam ficar orgulhosas pelo ensino que ministram, pois uma irmã cozinheira ou roupeira pode às vezes se mais missionária que elas, se, por suas virtudes, arrastar alunas ao bem. Os pais conforme a carne nos entrega suas filhas, querendo que elas saiam daqui sábias. São poucos os pais que pensam além disso. Mas nós as mães, segundo o espírito, devemos querer lhes entregar suas filhas, não só sábias, mas melhores e mais virtuosas (RMNSD, 1944, p. 309-310).

¹⁵⁵ A Congregação RMNSD publicou um livro com todas as conferências ministradas por Madre Maria de Jesus, são textos escritos pela própria Madre ou copiados a partir de retiros espirituais e/ou seminários ministrados por ela.

Certamente, a conferência, citada acima, foi ministrada por Madre Maria de Jesus, para as religiosas professoras do Colégio Normal São José de Ibiá em sua visita pelo educandário, na abertura do ano letivo de 1944. Em sua fala pode-se constatar a preocupação da Madre, como sinal de alerta às religiosas professoras, em que para além da formação técnica/acadêmica, com o compromisso de transformar as alunas em normalistas sábias/competentes, as mesmas não deveriam perder o foco da instrução moral desenvolvendo naquelas meninas/mulheres as melhores virtudes. De forma que além das disciplinas regulamentadas pela legislação havia também durante todo o ciclo de formação das normalistas a instrução religiosa.

Lembro demais da *Ma Mère*, a gente fazia fila e ela abraçava uma por uma e fazia uma cruz na testa da gente. As meninas diziam que a cruz era pra ser freira e algumas lavavam o rosto depressa (risos). Era bem divertido! Ela tinha muito contato com as alunas. Quando ela vinha visitar o Colégio, arrumavam tudo para recebê-la, colocavam a bandeira da França, as alunas artistas tinham sempre um teatro para ela, a visita do prefeito, era sempre um acontecimento (E6 20/Fev/ 2023).

Entre os anos de 1959 a 1961 estive à frente do Colégio Normal São José a Madre Maria da Apresentação, mas na última visita realizada por Madre Maria de Jesus ao educandário era Madre Maria das Graças¹⁵⁶ quem ocupava a direção do Colégio. A fundadora da Congregação RMNSD, com seus 80 anos de vida e 64 anos de consagração religiosa, com a saúde bastante debilitada, pressentindo a hora de sua despedida final, saiu em peregrinação, no dia 5 de maio de 1963, do Rio de Janeiro passando em visita por todas as Casas do Instituto/Congregação: colégios, orfanatos, hospitais e conventos. Começando por Itabira, realizou conferências, orientações espirituais além de tomada de decisões referente ao andamento das instituições. Continuando sua jornada partiu rumo ao Convento Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em Santa Bárbara, dali seguiu para o Convento Santa Tereza do Menino Jesus, em Belo Horizonte. Em 18 de maio dirigiu-se de carro para Ibiá, na companhia de Me. Maria das Graças, que na ocasião estava em Belo Horizonte. Na tarde do dia 20 de maio, as alunas internas se agruparam no pátio diante do refeitório para prestar homenagem e fazer uma serenata para a *Ma. Mère*, como as alunas a chamavam.

No dia 23 de maio de 1963, Madre Maria de Jesus assistiu junto ao Colégio Normal São José a comemoração do cinquentenário de sua chegada ao Brasil. Mas, mesmo feliz naquele ambiente acolhedor, caloroso e festivo, no outro dia sentiu-se mal, mas não se inconformava com a interrupção da viagem, era preciso terminar sua missão. Assim, abençoando a todas as alunas e religiosas do Colégio de Ibiá, partiu para Patos de Minas, para o Convento São

¹⁵⁶ Madre Maria das Graças ocupou o cargo de diretora do Colégio Normal São José entre os anos de 1962 a 1964.

Francisco Xavier, de Patos de Minas se pôs de novo a caminho rumo a Formosa, onde permaneceu por três dias, estando já muito fragilizada a saúde, faleceu às 19:50h do dia 31 de maio de 1963, seu corpo foi sepultado em Formosa e, posteriormente foi realizado o traslado para Itabira, onde encontra-se sepultada.

Figura 25: Legado de Madre Maria de Jesus – RMNSD



Fonte: Acervo Congregação RMNSD em Belo Horizonte

Na Figura 25 tem as três filhas do casal Antônio Batista Marra e Balbina Araújo Marra, três vidas entregues a serviço da Congregação RMNSD, ao lado direito da imagem Hena Marra e à esquerda Margarida Maria Marra. Sara Balbino Marra que se encontra no meio da imagem, foi Madre Maria do Calvário, quem por meio de eleição direta assumiu como Superiora Geral após a morte de Madre Maria de Jesus. Madre Maria do Calvário foi a ponte entre o passado da Congregação e o novo que surgia após o Concílio Vaticano II. Importante salientar também que Irmã Hena Marra foi Madre Maria das Dores, diretora do Colégio Normal São José entre os anos de 1965 a 1966. De forma que o legado de Madre Maria de Jesus permanece atuante através de suas filhas religiosas nas diferentes regiões do país.

O Concílio Vaticano II iniciou em 11 de outubro de 1962 e se encerrou em 8 de dezembro de 1965¹⁵⁷. O Papa João XXIII convocou o Concílio e o presidiu até sua morte em

¹⁵⁷ O Concílio termina em 1965 sob o pontificado de Paulo VI (1963-1978), amigo pessoal de Jacques Maritain. Importante considerar que a filosofia maritainista defendia a democracia, inclusive, aos moldes da democracia dos EUA, intelectual, foi embaixador da Santa Sé e professor em várias universidades. Assim, as dimensões da influência de Maritain foram sentidas pela hierarquia católica a partir do surgimento de movimentos contestatórios no seio da Igreja Católica, como a Ação Popular, no caso brasileiro e, mais tarde, com a Teologia da Libertação. Nessa conjectura, as posições de Alceu Amoroso Lima, levaram a uma valorização da democracia e a uma maior consciência acerca dos problemas sociais.

junho de 1963, quando Paulo VI, seu sucessor, deu prosseguimento. Entre os documentos¹⁵⁸ aprovados pelo Concílio Vaticano II está a Declaração sobre a Educação Cristã da Juventude, de 20 de outubro de 1965, que reforça pontos fundamentais para os católicos no que tange à educação. O primeiro está associado a quem está incumbido o dever de educar a família, de maneira que os direitos e deveres dos pais se somam aqueles que os pais confiam parte do trabalho de educação. Neste sentido, a escola se apresenta como instituição de valor intelectual e moral inestimável, pois enquanto cultiva as faculdades intelectuais também promove o sentido dos valores para a vida em sociedade. Assim, ressaltam a importância da escola e a necessidade de que os pais que dela se valem sejam livres na escolha que desejam para seus filhos.

A Declaração aponta um princípio do qual decorre a afirmação da necessidade da educação religiosa e a deficiência da educação laica. De forma que o Concílio exhibe a complexibilidade da tarefa de educar, que jamais poderá reduzir-se a uma simples instrução. Contudo, o Concílio Vaticano II entrou em diálogo com a modernidade e repensou a atuação da Igreja nos novos tempos. Constituiu-se, assim, em um dos marcos mais importantes na história do catolicismo dos últimos séculos. Nesta perspectiva, a Igreja apresentou um esforço para adequar-se ao mundo moderno em transformação.

O episcopado brasileiro participou efetivamente do Concílio Vaticano II, sendo um dos elementos determinantes para a radical mudança de orientação de alguns membros da hierarquia católica brasileira. Esse movimento ocorreu em direção à teologia da libertação. Com a abertura à modernidade com o Concílio Vaticano II, as congregações religiosas iniciaram uma adaptação às novas concepções então instituídas sobre a vida religiosa. De maneira que a vida religiosa feminina se insere no mundo moderno e permite, dentro de limites e contradições, uma apropriação de novos valores, como: liberdade, participação, igualdade e consciência de gênero. Assim, estão também entre as mudanças que vão sendo introduzidas a possibilidade de maior acesso aos meios de comunicação, simplificação das vestes, melhor formação dos quadros e experiências de trabalho fora do espaço institucional.

No relatório de 1969 é possível identificar algumas mudanças na organização interna do educandário, além do movimento associado as atividades externas das religiosas referentes às

¹⁵⁸ O Concílio Vaticano II elaborou 4 constituições, 9 decretos e 3 declarações. Dentre as Constituições, a *Gaudium et Spes* trata da Pastoral e da relação da Igreja com o mundo moderno. Dentre as declarações, a *Gravissimum Educationis* foi aprovada no dia 28 de outubro de 1965 e trata basicamente da educação, em termos gerais, assim como da educação cristã em particular; *Dignitatis Humanae*, sobre a liberdade religiosa e *Nostra Aetate*, sobre as relações com as religiões não cristãs.

novas práticas, conforme proposto no Concílio Vaticano II, como o Clube de Mães¹⁵⁹ nos diversos bairros da cidade, a preparação das catequistas¹⁶⁰ oferecendo cursos de preparação teórica para as mesmas atuarem nas diversas áreas do município, havia a possibilidade de formação das Irmãs responsáveis pela enfermagem do Colégio para que pudessem atuar na Pastoral dos Enfermos. Em relação a parte pedagógica ocorre a introdução de professores leigos no Colégio Normal São José: Dr. Pedro Dias, com duas aulas de Estudos Sociais, no 1º ano Normal; Dr. Ivo Mendes, com três aulas de Biologia Educacional, no 1ª ano Normal; Profa. Maria Rabelo de Oliveira com duas aulas de Biologia, no 2º ano Normal; Profa. Maria Ângela Garcia com quatro aulas de Canto Orfeônico no Curso Normal.

Assim, após o Concílio Vaticano II ocorreram mudanças profundas na dinâmica do Colégio Normal São José como a adoção do regime da coeducação, admitindo alunos de ambos os sexos e a consagração de maior empenho na formação integral de alunos e alunas, incluindo a formação sexual, o acompanhamento psicológico e a formação social e profissional.

¹⁵⁹ Às quartas-feiras funcionavam o Clube de Mães com diversas aulas de higiene e puericultura, corte e costura e bordado, com possibilidade para momentos de catequese/evangelização.

¹⁶⁰ Quanto à catequese das diversas escolas primárias locais as RMNSD, em acordo com as diretoras, realizavam com as professoras, nas sextas-feiras à noite, formação religiosa nas dependências do Colégio Normal São José. Assim, preparando bem as professoras públicas atingiriam um maior número de crianças, contudo a catequese nos bairros continuava acontecendo aos domingos organizada pelas próprias religiosas.

SEÇÃO 4 - COLÉGIO NORMAL SÃO JOSÉ: PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE ENTRE OS CÂNONES MORAIS, RELIGIOSOS E EDUCATIVOS

As Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores que se dedicam ao ensino devem ser animadas do mesmo espírito e ter o mesmo fim: a maior glória de Deus pela educação moral e intelectual de suas alunas.

(Art. I Regras das Religiosas Professoras – Congregação das RMNSD)

Nesta quarta seção lançou-se, no âmago da reflexão, sobre a condição feminina no processo de profissionalização docente, mediante os cânones educativos e religiosos, no complexo tempo histórico e social dos idos de 1937 a 1969. Analisando a importância para o quadro da educação local e regional da existência do curso de formação de professores primário, no Colégio Normal São José, em Ibiá, explicitando as práticas docentes rememoradas durante as entrevistas com as professoras e as ex-alunas, com vistas a perceber possíveis marcas desse ensino na vida profissional ou pessoal dessas egressas. No intuito de buscar a apreensão do sentido e do significado do discurso, ouvindo não só a voz, mas também as pausas, os gestos, o corpo e os silêncios dos sujeitos reais e concretos, que constituem essa história mediante as representações que a sociedade e as próprias professoras construíram de sua profissão.

De maneira que ao observar essas representações não estejamos observando indícios de uma posição feminina, mas examinando diretamente um processo social através do qual uma dada posição era produzida, um processo em que certamente estão envolvidas questões de poder e autoridade. Assim propôs, nesta quarta sessão, uma análise para além dos discursos de profissionalismos do ensino, pretende-se um estudo profundo das diferenças e ambiguidades, cumplicidades e oposições, elementos propositadamente colocados nesse (con)texto com vistas a provocar leituras e reflexões que não homogeneizem as mulheres professoras, já que, muito possivelmente, foi por meio e em meio a diferentes discursos e práticas que elas acabaram por se produzir como profissionais docentes.

Esta sessão evidencia a importância da profissionalização das mulheres a partir do magistério, no processo de ocupação do espaço público e a tomada de consciência, enquanto indivíduo na configuração da trama da sociedade na qual faziam parte. Ao mesmo tempo que permite uma visão geral sobre a constituição histórica do trabalho feminino docente, impulsionado pela urbanização e industrialização na primeira metade do século XX, que culmina com o processo de emancipação da mulher no espaço público.

Destarte, buscou-se uma análise das questões femininas, captando não apenas o movimento do real e do essencial, mas também a relação dialética por eles mantida. De forma que esta visão do real, na medida em que consiste numa visão mediatizada pela análise e pela recomposição dos elementos integrantes da totalidade, representa em pensamento, a totalização em curso.

4.1 O papel da mulher mediante as transformações do mundo moderno

O Brasil, nas primeiras décadas do século XX, foi marcado por transformações socioeconômicas, ocasionadas pelas mudanças provocadas pelo processo, mesmo que lento, de urbanização e industrialização experimentado no país naquele momento. Contribuindo para essas transformações pode-se citar as novas conquistas tecnológicas representadas pela difusão dos meios de comunicação e de transporte ferroviário e de estradas de rodagem, como analisado nas sessões anteriores neste estudo. De maneira que as mudanças ocorridas na sociedade, nesse período, foram cruciais para o processo de escolarização e disseminação do ensino, culminando com a ideologia secular sobre a religiosa, sem, contudo, que a Igreja Católica perdesse seu poder de influência sobre a sociedade como um todo.

O discurso da ciência, da busca pela verdade, do êxito econômico e da eficácia técnica, que ressoaram no desenrolar do século XX e reverberam, paulatinamente, nas relações entre a vida pública e a vida privada, estabelecem regras para um ideal de sociedade racional e equilibrada, em que o apelo às técnicas deveria garantir a primazia do Estado frente à educação. De modo que os cidadãos deveriam ser disciplinados e estimulados com a finalidade de dominar seus desejos individuais e apreender as regras da vida em sociedade e os procedimentos do pensamento racional, com o objetivo de integrá-lo à nova sociedade, movida pela ação da razão. Civilizar era a palavra de ordem, em que o objetivo principal era transformar homens, mulheres e crianças em cidadãos aptos para os novos tempos.

Neste sentido, as oportunidades educacionais e profissionais, quaisquer que fossem, representaram naquele período uma abertura para a emergência de um papel público para as mulheres, para a mudança efetiva de seus papéis sociais. De forma que a escolarização feminina é resultado de todo um processo de mediação central entre a família e as transformações culturais, políticas e econômicas, que desde o início do século XX, marcaram a transição do patriarcalismo rural para a sociedade urbana e industrial no Brasil. De maneira que a nova paisagem social forjou um novo estilo de vida urbano e favoreceu o aparecimento de novas

sociabilidades, ensejadas pelos valores burgueses em construção. Com o uso de máquinas, inserção de novas técnicas, cultivos e alteração no regime de exploração da terra; com mudanças no campo demográfico e aumento progressivo no processo da urbanização, com a criação de mercados internos e externos que fomentaram a demanda ou pressão por novas tecnologias¹⁶¹, tudo isso influenciou diretamente a demanda por formação profissional e a adesão da mulher no mercado de trabalho.

Assim, em via de uma nova relação com o mundo tradicional, frente ao mundo moderno, distanciando-se daquilo que estava posto até então e aproximando-se de uma ideia técnico-científica, atribuindo novos sentidos à dinâmica da vida cotidiana. A sociedade moderna representava uma ameaça aos valores relacionados com a religião, tais como a família tradicional e o respeito pela autoridade. Nesta perspectiva, havia um antagonismo fundamental entre a fé e a participação na sociedade secular. De forma que a partir dos anos de 1950, como se viu na sessão anterior, a Igreja começa a se manifestar mais aberta às novas reivindicações sociais da mulher.

Contudo, é importante considerar a contradição referente ao processo, ao esforço na manutenção da família, dentro de uma estrutura conservadora que fazia parte do propósito global da Igreja, para evitar qualquer alteração significativa na ordem social vigente do país.

A atuação da Igreja se orienta por duas linhas principais: de um lado a insistência nas verdades católicas, ou seja, no dogma, na fé católica, e de outro a valorização da moral católica, ou seja, das orientações da Igreja referentes à conduta individual e familiar das pessoas (Azzi, 1981, p. 13).

Neste contexto, as publicações católicas se opunham, frontalmente, às mudanças dos costumes que iam ocorrendo, nesse período, e continuavam a apregoar, de forma intransigente, a necessidade de manter a mulher dentro dos padrões tradicionais de conduta. Com imprensa própria, com jornais, livros e revistas de mesma qualidade intelectual e gráfica do material publicado pelas empresas laicas, a Igreja influenciou o florescimento de vários escritores católicos. Assim, o clero condenava as informações que as jovens começavam a receber relativa a matéria sexual, principalmente através do cinema como se pode constatar no texto publicado pelo Pe. Pascoal Lacroix, no Anuário do Apostolado Católico, de 1951.

Moças acusam o cinema... Examinemos, pois, o caso das 78 moças que testemunharam, por escrito, as suas impressões e experiências a respeito do cinema. Delas, só 8 atestaram não ter lamentado prejuízo algum. Todas as demais 70 moças condessam, sem reboço, que o cinema se lhes tornou uma tragédia, que dele lhes veio o impulso para o pecado: a) 8 moças mencionam

¹⁶¹ Com a eletricidade chega os eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos que proporcionam uma dinâmica nova na forma de conceber o cotidiano privado e até mesmo algumas atividades da esfera pública.

prejuízos físicos; b) 13 delas salientam que, em consequência do cinema, perderam o gosto pela oração e pelo trabalho; c) diversas confessam que pelo cinema, se tornaram rebeldes aos pais, desgostosas com a sua condição de vida, e que pelo desejo de aventuras, fugiram de casa; d) 20 moças se queixam de que nunca mais se puderam esquecer das cenas vistas. Eis as confissões textuais de algumas. “Tenho agora 21 anos e sofro ainda do que vi e que nunca poderei esquecer. É-me difícil ter a fantasia limpa. Desde de então não pude mais ter gosto pelo que é puro”. Seguem-se vários depoimentos, todos fazendo alusão a vagabundagem da imaginação por cenas torpes, vistas no cinema, e alguns a casos e roubos, praticados também por influência do cinema.; e) 6 escritores apontam o perigo local do cinema, provocado pela escuridão, pelo calor e pelo aperto dos assentos; f) 37 moças acusam o cinema, com palavras aspérrimas, de as ter seduzido a pecados de ação, inspirando-lhes primeiro prazer em vestuário e danças indecentes, conforme viam na tela, e levando-as finalmente às piores quedas, às vezes à vida de pecado durante anos inteiros (Anuário do Apostolado Católico, 1951, p. 158).

O texto de Pe. Pascoal Lacroix é extremamente representativo, no que se refere a percepção da mulher em um mundo em transformação, em que os valores que constituem a sociedade tradicional e conservadora se chocam com os novos valores apresentados pelo mundo moderno através das telas do cinema. Nesse artigo Pe. Pascoal, cita o filme “*Sob os tetos de Paris*”, um triângulo amoroso entre um cantor de rua que, após ser detido por engano, briga com seu melhor amigo, que lhe roubou a amante, uma história que acomete diretamente os valores da família.

Como descrito no texto de Pe. Pascoal Lacroix, o cinema¹⁶² atuava nas mentalidades, ditava modas, alterava os costumes e transpunha as fronteiras do mundo provinciano, agindo sorrateiramente nas simbolizações e nas expectativas acerca dos papéis sexuais. Ao desvendar novos espaços femininos, também veiculava comportamentos que os segmentos conservadores da sociedade consideravam nocivos para a boa formação das moças. De maneira que marcou o imaginário feminino de toda uma época e atuou como órgão difusor de mentalidades, comportamentos e novos valores, servindo, também, para a construção de uma identidade social diferente da sociedade patriarcal e conservadora. De modo, que o cinema introduziu no cotidiano, imagens de vanguarda, com mulheres aventureiras, apaixonadas e mostrando a possibilidade de outros mundos e novas maneiras de viver.

¹⁶² O cinema foi conquistando especialmente o público feminino. Tanto nos filmes estrangeiros quanto nos nacionais - estes marcados por uma postura mimética em relação às produções americanas - a representação da personagem feminina enquanto mulher sedutora ou garota trabalhadora (working girl) independente impôs-se progressivamente sobre o imaginário da sociedade brasileira, ainda fortemente marcada por valores patriarcais [...] O poder da imagem cinematográfica incidiu, portanto, não apenas nas condições materiais de vida das mulheres, mas, e sobretudo no imaginário feminino da época, influenciando-o, propiciando mudanças significativas nas formas de representação do mundo e de si próprias (Bicalho, 1989, p. 95).

Figura 26: Cine Ibiá – 1954



Fonte: Acervo da antiga Casa de Cultura de Ibiá

O município de Ibiá, no final da década de 1930, já possuía o Cine-Teatro Ibiá, um espaço para exibições de filmes e apresentações teatrais, bem como realizações de eventos. Foi nesse espaço, símbolo da modernidade, que em 8 de dezembro de 1937 realizou-se a sessão de encerramento do ano letivo do Colégio Normal São José, com a entrega dos diplomas do curso primário e distribuição de prêmios às alunas do curso normal que se distinguiam pelo bom procedimento e pela aplicação aos estudos. Mas, foi somente em 1949 que o Cine Ibiá, de propriedade da empresa Cine Brasil Ltda, foi fundado, situado na rua 20, possuía 470 lugares, com funcionamento diário e uma média anual de 406 sessões. Como demonstrado na Figura 26, o Cine Ibiá ocupava na cena da cidade um lugar de destaque, proporcionando para a sociedade, especialmente aos jovens, um local de encontros e oportunidade de entretenimento e contato com outras visões de mundo. O cinema era o ponto de partida do *footing* (passeios) até a Praça da Igreja Matriz, como referência para todos os jovens da cidade e região.

Contudo, na tradição cultural mineira¹⁶³ os valores religiosos católicos eram considerados referências para a vida social em todos os sentidos. As relações humanas eram marcadas pelos laços de solidariedade social, em que todos os elementos tendo por obrigação moral contribuíam para o bem comum, preservadas as relações de parentesco e de apadrinhamento, sendo devotadas as tradições religiosas. Contudo, a mulher não chegava a ter plena consciência de suas possibilidades de ação, no sentido de operar certas transformações em sua posição na família patriarcal, já em desintegração, mediante as mudanças que ocorriam a sua volta.

Entretanto, a vida da mulher começou a sofrer modificações à proporção que se intensificava o processo de urbanização, pois o ambiente da cidade propiciava mais contatos sociais na Igreja, nas praças, nas festas, no cinema, nos clubes, etc. Assim, a imprensa, o rádio e o cinema, se tornaram, muitas vezes, vozes de um mundo moderno condenados pela Igreja, por promover a secularização e atacar os valores morais apregoadas por ela.

O rádio era um dos principais agentes catalisador e socializador do espaço urbano ao veicular as mesmas notícias e os mesmos acontecimentos para todos, diferente do cinema, o rádio tinha a capacidade de se difundir no interior das residências e ser de fácil acesso. Vale ressaltar, que o jornal e, posteriormente, as revistas eram os veículos preferenciais dos anunciantes, os anúncios constituíam um braço informativo do sistema econômico. Pois, com as revistas vieram os anúncios mais sofisticados, de página inteira e até em duas cores, e as propagandas já se mostravam mais leves e irreverentes.

Na década de 50, no auge das garotas-propaganda, a imagem da mulher era muito explorada para venda de diversos tipos de produtos. Pois, para além dos produtos, vendia-se a imagem associada à postura, vestuário e o desejo de adequação ao novo estilo de sociedade. De forma que as propagandas coloriam a realidade e os anúncios vendiam desejos e sonhos. “Não se vendiam carros, mas a esperança de liberdade. Não se fabricavam cremes de beleza, mas garantias mágicas de eterna beleza” (Vieira, 2003, p. 17).

¹⁶³ Vale lembrar, que o poder político que as famílias tradicionais tinham sobreviveu mesmo após o desaparecimento das grandes propriedades rurais, por meio do controle dos cargos públicos, essas famílias mantiveram uma predominância política, econômica e social. Destarte, a Igreja lança um olhar especial sobre os lares católicos, por meio da prática religiosa, através dos colégios e patronatos, sendo esses os lugares considerados preferenciais de sua ação, como vimos na primeira sessão desse estudo. A presença mais efetiva da ação católica visava criar uma sociedade que respeitasse os valores tradicionais cristãos.

Figura 27: Imagens de mulheres em propagandas na década de 1950



Fonte: Acervo da autora, Revista: O Cruzeiro, 1954

Na Figura 27 tem expresso nas propagandas da revista “O Cruzeiro”¹⁶⁴, de 18 de setembro de 1954, uma necessidade de observação e comprovação dos produtos, o talco Palmolive foi testado/experimentado por 608 mulheres, reforçando a validade da ciência, além da utilização de uma imagem mais ousada da figura feminina. Na segunda imagem tem o recurso da postura corporal, o vestuário, uma mulher bem cuidada, maquiada, confiante e segura, ou seja, não se vende apenas um pó facial, se vende uma ideia. De forma que a mudança dos pensamentos, costumes e do papel da mulher afetam a representação que ela própria tinha de si mesma. Assim, com as transformações graduais desencadeadas pelo processo de escolarização e ocupação no espaço público as mulheres passam a buscar um comportamento menos servil. De forma que a propaganda passa a reproduzir também essas mudanças, pois, a moda, o comportamento e a publicidade caminham juntos.

A vida doméstica das mulheres viu-se invadida pela comunicação de massa, representada por jornais, revistas, telefone, automóveis, e pressionada pelas imposições de novo ritmo de atrações, veiculadas pelo cinema americano, que expunha comportamentos diferentes e novos relacionamentos, identificados como vida moderna, que todos aspiravam, embora poucos tivessem acesso (Leite, 1993, p. 192).

¹⁶⁴ Revista semanal ilustrada, fundada por Assis Chateaubriand, com sede na cidade do Rio de Janeiro, iniciou sua circulação em 10 de novembro de 1928 e deixou de circular em 1975. O recorde, de exemplares, atingido na edição que circulou sobre o suicídio de Vargas em agosto de 1954, juntamente com outros exemplares foram doados à pesquisadora por uma das depoentes desse trabalho.

Contudo, no jornal¹⁶⁵ “Voz de Ibiá”, semanário independente, noticioso e informático, fundado em 1960, publicou a pedido de um grupo de moças estudantes o artigo: “Código da Delicadeza”, que devido a sua repercussão envolvendo um grupo de estudantes, certamente alunas do Colégio São José, repercutiu na sociedade da época.

1) Comportamento digno no cinema e demais locais públicos, omitindo as numerosas piadas que tornam insuportável o ambiente. 2) Maior polidez durante os treinos realizados na quadra do I.R.C. 3) Maior delicadeza não só com moças visitantes, mas também com as integrantes de nossa sociedade, que muitas vezes nem sequer são convidadas a dançar. 4) Apresentação conveniente com referência aos trajes, em festas colegiais ou reuniões diversas. 5) Delicadeza imparcial com todas as jovens e não apenas com as que lhe agradem. 6) não dar respostas grosseiras aos que lhes solicitarem auxílio material para determinados fins sociais e religiosos. 7) Saber utilizar do jogo de ping-pong encarando-o como um divertimento e não um meio de expandir através de atitudes pouco amáveis sua cólera e aborrecimentos. 8) Saber agradar, competir e fazer favores. 9) Fazer uso apenas da crítica construtiva. 10) Ser leal e não usar de apelidos, muitas vezes ofensivos. Dessa forma, jovens ibiaenses, quando todas essas regras forem por vocês observadas, haveremos de nos orgulhar de vocês, porque serão os cidadãos conscientes e progressistas e que contribuirão para o progresso material e moral de nossa cidade. Estudantes decepcionadas (Voz de Ibiá, 30/out./1960).

O artigo “Código de delicadeza”, nada mais é que um apelo das jovens estudantes altamente instruídas, que fora dos muros do Colégio Normal São José tiveram que enfrentar, no fazer do movimento da vida pública, um mundo não tão civilizado assim. Como citado acima, em diferentes espaços, como no cinema, no Ibiá Recreativo Clube (I.R.C), foram necessários travar inúmeros enfrentamentos, até mesmo para pôr em prática os princípios, que a sociedade de maneira geral, tinha como valores fundamentais. O desafio da concretização de um ideal que envolvia a polidez, a delicadeza, a educação e a disciplina para se atingir o progresso material e moral, nem sempre seria uma tarefa fácil. A mensagem do artigo tinha destinatário certo, aos jovens sem instrução e postura civilizada, moral e ética. Mas, esses também usaram do espaço da imprensa como direito de resposta as estudantes decepcionadas, e em 6 de novembro de 1960, publicaram: “Assim nos parece...”

A nós jovens moços dessa Ibiá, raramente nos são dadas oportunidades para de público podermos levar até às nossas gentis estudantes a nossa palavra de agradecimento. Não queremos com isso dizer que elas não tenham em outras vezes que não essa sido merecedoras das nossas mais calorosas manifestações de gratidão. Não. Sabemos que nós, os sempre despercebidos e indelicados

¹⁶⁵ Em abril de 1939 foi publicado o primeiro jornal do município de Ibiá com o título de “Cidade de Ibiá”, sob a coordenação de Pe. José Mundim, Dr. Carlos Fulgêncio, Francisco Ângelo Coelho e Alfredo Silva. Em setembro desse mesmo ano, Silvio Braga de Araújo fundou a Gráfica Gutemberg que em julho de 1940 e passou a editar o jornal semanal: “Folha de Ibiá”, dirigido por Silvio Braga e Dr. Carlisto Dias. Localizou-se vários Folhetins que circulavam na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, incluindo o Atlântida de 1945, citado neste estudo. Em 3 de julho de 1960 é publicado o primeiro número do jornal “Voz de Ibiá”.

que somos, deixamos de nos pautar por muitas vezes, dentro do nosso “Código de delicadeza”. Estamos aqui, pois, prezadas estudantes, procurando levar até vós as nossas mais sentidas desculpas e nosso mais vivo agradecimento por vosso tão rico donativo à nossa formação moral e social; ao nosso código de delicadeza. A vós ainda, nessa mesma ocasião, desejamos cumprimentar pela vossa tão inflexível norma de delicadeza pela qual vos conduzistes tão brilhantemente pelas sendas de nossa sociedade, e por terdes, como sabermos, zelado em outras cidades pelo bom e elevado nome de nossa Ibiá (Voz de Ibiá, 6/nov./1960).

Em resposta às estudantes decepcionadas pelos estudantes ibiaenses assina Roberto Luiz e pelos jovens não estudantes, Valdir Rodrigues, quem assina o artigo citado acima. Ao longo de todo o texto supracitado fica evidente o ar de ironia com que se remete ao código de delicadeza apresentado pelas jovens. De forma que os editores do jornal solicitam a intervenção do representante moral maior da sociedade, naquele contexto, para se posicionar em relação àquele impasse. Naquela mesma edição do jornal, o Pe. Agostinho Klinglen realiza uma análise da situação e reconhece a ameaça dos males referentes ao comportamento de rapazes, que ao se posicionarem em público, não demonstram educação de berço e parecem não ter pais à altura de transmitir a verdadeira cultura. Contudo, ressalta que não há necessidade de ofensas entre moças e rapazes quanto as suas posições e/ou participação na sociedade.

De modo que o teor do artigo: “Educação, o melhor remédio” é extremamente significativo, pois remete o movimento de escolarização e ocupação do espaço público envolvendo homens e mulheres em busca de formação e oportunidade no mercado de trabalho, sem perder de vista o aval da Igreja Católica.

Examinando com imparcialidade as queixas das moças e as respostas dos rapazes, chegamos à conclusão de que ambas as partes têm razão. Contudo, é preciso que se reconheça que no seio de nossa sociedade existam jovens tanto de um como de outro sexo, de conduta satisfatória. O que deve ter ofendido aos moços pode ter sido a pluralização do exemplo citado. A respeito do assunto, colhemos a opinião do Padre Agostinho Klinglen, que depois de ler a nota intitulada “Código de delicadeza” e de examinar as duas réplicas, assim se manifestou: “A experiência quotidiana em Ibiá prova que tanto as alunas decepcionadas quanto os moços estudantes e não estudantes têm motivos mais que suficientes para reclamação. A verdade triste é que aqui há um número bem elevado de rapazes e também de mocinhos que pelas aparências externa se em público, não têm demonstrado educação de berço e parecem não ter pais à altura de transmitir cultura. Não adianta, porém, constar estes males par que as moças ofendam os rapazes e vice-versa. Os que não receberam ensinamentos em casa um pouco de autodisciplina e com o estudo de um manual sobre boas maneiras podem remediar. Há dezenas destes livros, de bons autores. Os próprios clubes em vez de degenerar a um ponto em que em breve famílias não podem assentar-se em seus salões, poderiam promover com grande proveito e utilidade aulas e cursos de boas maneiras par os seus sócios jovens. Percebendo as vantagens de um trato social civilizado os próprios jovens, hoje pedra de escândalo, amanhã por suas aparências externas e em

público serão um grupo de que a cidade em peso de orgulhará (Voz de Ibiá, 6/nov./1960).

Entretanto, o que verdadeiramente está implícito em todo esse impasse repercutido na imprensa é o movimento de criação e instalação do primeiro Ginásio masculino em Ibiá. Pois, contraditoriamente ao que se esperava em termo de acesso ao ensino para mulheres nesse período, até então, só as meninas/mulheres tinham condições de realizar o ensino secundário no município. O Ginásio José Francisco Bias Fortes, de iniciativa privada, começou a funcionar nas dependências do Grupo Escolar Dom José Gaspar, em 1957, com uma turma de 23 meninos. Mas, foi com a formatura de sua primeira turma¹⁶⁶, e a visibilidade dada a coeducação como possibilidade real de ensino, que houve toda uma movimentação ora a favor, ora contra o processo de estadualização do Ginásio José Francisco Bias Fortes.

Nesta conjuntura, como educar no mundo moderno sem permitir que a modernidade cooptasse os valores das famílias tradicionais, sem subverter as relações familiares? Seria então um desafio atender à necessidade premente das camadas sociais favorecidas, de educar seus filhos e filhas, a partir do controle exercido sobre a produção e distribuição do conhecimento. A educação das mulheres tornou-se importante estratégia no sentido de transmissão e reprodução dos ideais considerados essenciais na condução dos elementos sociais. A mulher assumia a missão de educar, tanto no meio familiar, privado, como no espaço público, principalmente como professora. Embora desejando manter a figura feminina mais limitada ao espaço do privado, a Igreja teve que admitir progressivamente a maior participação da mulher nas atividades profissionais e na dinâmica da vida pública. O objetivo inicial com a criação das escolas normais esteve associado a cultura das filhas da oligarquia, todavia estas instituições de ensino desempenharam papel relevante na formação profissional do magistério e na elevação da cultura da mulher brasileira.

Nas primeiras décadas do século XX, os homens eram de fato os ocupantes legítimos do espaço público, enquanto as mulheres estavam em busca de alternativas de inserção social fora do espaço doméstico. Contudo, como se vê neste estudo, ocorre o movimento de inserção das professoras e estudantes nas salas de aula, cuja abertura se deu paralelamente e em função das demandas sociais da época, que assinalam a necessidade de escolarização das meninas. De forma que entre o espaço público, compreendido como espaço de produção social e o espaço

¹⁶⁶ O Ginásio José Francisco Bias Fortes diplomou, em 1960, sua primeira turma de ginásianos, tornando a solenidade de entrega dos certificados aos 10 primeiros concluintes do educandário um grande acontecimento social, divulgado no jornal local.

doméstico entendido como espaço de reprodução da sociedade, homens e mulheres almejavam transitar sobre as duas esferas.

Todavia, foi com a intensificação da vida urbana que a sociedade brasileira começou a experimentar e promover mudanças nos hábitos sociais das famílias, proporcionando às mulheres algumas formas de inserção no espaço público. Seja frequentando as escolas normais ou atuando como professoras primárias, abria-se uma fresta nos estreitos limites que a ideologia patriarcal até então lhes impunha. Assim, evidenciava-se o desempenho das mulheres em algumas atividades fora do lar, profissões femininas como professoras, enfermeiras, datilógrafas, secretárias, telefonistas ou operárias de indústrias têxteis, de confecções e alimentícia. Em 1956 foi publicado no Anuário Estatístico do Brasil, no formato de agrupamento por ocupações, ficando delineados seis complexos de atividades profissionais onde se localizavam 77,8% da população ativa feminina. Dois desses complexos formavam-se de atividades não manuais¹⁶⁷ que correspondiam o tipo social: professora e escriturária, este último seria composto pelas datilógrafas, caixas e tesoureiras, taquígrafas, perfuradoras de apuração mecânica, contadoras e guarda livros, auxiliares de escritório e de administração em geral.

Neste cenário, o Colégio Normal São José representou o desejo de fortalecer uma educação feminina, voltada para as principais expectativas sociais, diante das supostas atribuições da mulher na consecução de uma sociedade para além do ideal de esposa e mãe, contribuindo para formação de uma profissional capacitada e embasada nos valores morais cristãos. Pois, no início do século XX, a dignidade do ofício das professoras estava envolta numa missão que exaltava o zelo pelas causas religiosas e patrióticas.

A missão civilizatória atribuída às mulheres fez crescer o debate sobre a educação nacional e a educação das meninas em particular, até então praticamente inexistente, e o papel das mulheres como condutoras morais da ordem social. Desta forma a continuidade dos estudos proporcionado pelo Colégio Normal São José, através do ensino ginasial e normal, às moças da cidade e região, ampliou as possibilidades de ação dessas mulheres, não apenas no âmbito familiar, mas também no meio social, como mães, esposas e profissionais respeitadas. Neste sentido, o Colégio configurava uma oportunidade de formação para o ingresso em uma atividade com carreira profissional. Não sendo o magistério uma mera ocupação ou emprego provisório, a profissão docente oferecia estabilidade e possibilidade de promoção na carreira.

¹⁶⁷ Dentre as atividades manuais realizadas pelas mulheres nesse período pode-se citar as trabalhadoras agrícolas e da pecuária, as tecelãs, as costureiras, rendeiras, bordadeiras e a empregada doméstica, incluindo cozinheiras, amas e copeiras, lavadeiras e engomadeiras.

Por conseguinte, no período em análise, o magistério primário constituiu uma das grandes oportunidades de inserção da mulher de classe média no mercado de trabalho, outra profissão seria a enfermagem. Apesar da profissão docente surgir marcada por estereótipos de maternidade, ela representou o primeiro passo dado pelas mulheres, naqueles tempos, para obterem alguma instrução e conseguirem o ingresso no campo profissional. Contudo, a escola normal era procurada também por moças sem intenções de desempenhar as atividades profissionais, mas como garantia de direito do título de normalistas, como uma possibilidade de cultura geral.

Destarte, como vimos na segunda sessão deste estudo, o empreendimento de instalação do Colégio Normal São José somente aconteceu com o apoio político, logístico e financeiro da oligarquia rural, em consonância com o poder municipal e a influência da Igreja Católica. Os benfeitores do Colégio, membros da sociedade ibiaense também viram na escolarização a oportunidade de preservar o *status quo*, mediante a possibilidade de atendimento de formação e instrução para as jovens de Ibiá e região do Triângulo e Alto Paranaíba. Pois, a sociedade local como um todo buscava o progresso, atenta aos avanços da ordem capitalista, mas ainda sustentada em pressupostos conservadores.

O município de Ibiá se organizou para suprir as demandas da modernização e fazer cumprir o ideário republicano das décadas de 1930 a 1960¹⁶⁸, em que as mulheres, enquanto herdeiras de um passado de submissão, se esforçaram por forjar um futuro novo. Pois, vislumbravam no magistério um espaço profissional que se adequasse ao que delas se esperava, em termos sociais e de que realmente precisavam, para ir ao encontro de um futuro com mais independência e menos opressão. De forma que o magistério primário representou o ponto de partida e o que foi possível no momento histórico vivido.

De modo que o processo de urbanização e industrialização fez com que desencadeasse uma reviravolta nas expectativas sociais, favorecendo a emergência do movimento feminista e suas reivindicações por direitos políticos, educacionais e profissionais, levando as mulheres a vislumbrar no magistério um espaço profissional, que se adequasse ao que delas se esperava em termos sociais e àquilo de que realmente precisavam para a sua independência. Contraditoriamente, à medida que o ingresso no espaço público se intensificava a figura feminina passou a ser ainda mais, cuidadosamente, moldada pela Igreja Católica, de acordo

¹⁶⁸ No município de Ibiá, em 1957, ocorre o início do funcionamento da companhia telefônica, e em 1963 chega a televisão, conjugando num só instrumento as possibilidades do rádio e do cinema. De modo que é através da TV que as mudanças se apresentam mais de perto, percorrendo e se infiltrando nos lares e levando a cada um dos telespectadores, fatos, acontecimentos e realizações regionais e mundiais.

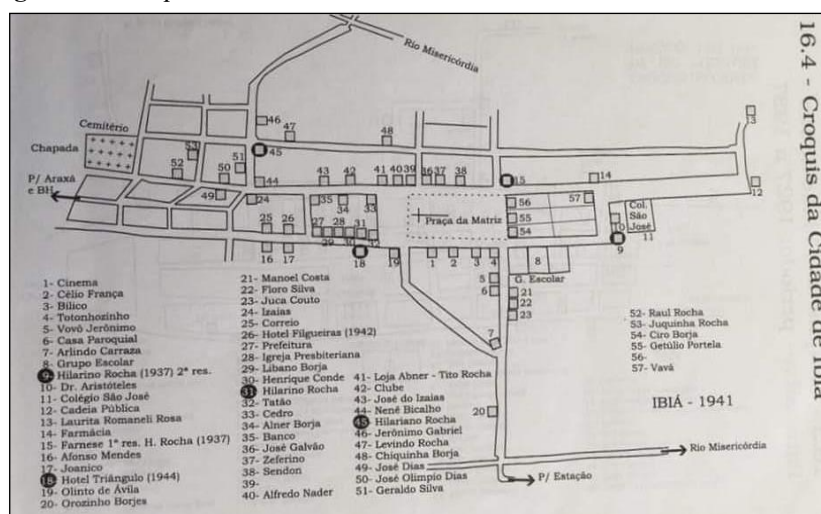
com as exigências do projeto modernizador, abriu-se espaço para a (re)construção de uma realidade ligada à viabilização de um projeto não apenas moralizador, mas também fomentador de atitudes modernizadoras.

4.2 Profissionalização docente e o movimento de ocupação do espaço público

O magistério primário torna-se uma das principais modalidades de profissionalização feminina na sociedade brasileira. Como categoria de trabalho o magistério possibilitava a acomodação, quando não a integração, entre papéis domésticos e o profissional, o que tornava o cargo de docência no ensino primário tão interessante para a mulher que buscava transitar entre o espaço público e o privado. De forma que o apelo ao trabalho das mulheres no sistema de ensino público, deixa claro que a carreira de professora da escola elementar passa a ser considerada pelos poderes instituídos como uma nobre missão da mulher e, também, como uma oportunidade de alcançarem o espaço público com aprovação social.

A modificação do perfil demográfico, com o processo de urbanização¹⁶⁹, que atraiu vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades, além do contingente de imigrantes, instituiu, gradativamente, um dinâmico sistema de comunicação e transporte expandindo a burocracia e com ela o poder do Estado, os movimentos sociais se organizaram, desafiando a ordem política e, enfim, remodelaram-se os espaços físico e social.

Figura 28: Croqui da Cidade de Ibiá – 1941



Fonte: Acervo particular do memorial Wilma Duarte

¹⁶⁹ A realidade urbana modifica as relações de produção, sem aliás, ser suficiente para transformá-las. Ela torna-se força produtiva, como a ciência. O espaço e a política do espaço exprimem as relações sociais, mas reagem sobre elas. Bem entendido, se há uma realidade urbana que se afirma e se confirma como dominante isso só se dá através da problemática urbana (Lefebvre, 1999, p. 24).

No croqui do centro da cidade de Ibiá, no início da década de 1940, tem uma ideia do espaço de circulação da mulher na esfera pública, em que as alunas e professoras do Colégio Normal São José transitavam pela cena urbana. O centro da cidade é definido a partir da Praça da Matriz que se desdobra por algumas ruas que vão sendo formadas com a configuração de quadras, com lotes ocupados por armazéns, comércio, residências, hotéis e instituições de ensino públicas e privadas. De maneira que a vida social do município¹⁷⁰ se desenrolava muito em torno da Igreja Matriz, que tinha um papel de destaque, tanto na vida cultural e social da cidade além do papel político desenvolvido na sociedade da época.

Na Figura 28 o Colégio está representado pelo número 11, lembrando que com a ampliação do prédio, em 1946, o educandário ocupa o espaço físico correspondente às residências aos números 9 e 10. De forma que o Colégio Normal São José ficou voltado para a Praça da Matriz, tendo como vizinho o Grupo Escolar Dom José Gaspar (8), ficando localizado também na mesma área de circulação da Escola Santa Teresinha, escola particular de ensino primário, da família Cendón (38). Assim, o tráfego de crianças, professores e das normalistas no centro da cidade era intenso, representava a apropriação do espaço urbano e um itinerário de reconhecimento da cidade pelas crianças e jovens que coabitavam em ruas, praças, calçadas, sendo estas representantes de diferentes grupos sociais.

Na rua, teatro espontâneo, torno-me espetáculo e espectador, às vezes ator. Nela efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada. [...] nela joga-se, nela aprende-se. A rua é a desordem? Certamente. Todos os elementos da vida urbana, noutra parte congelados numa ordem imóvel e redundante, liberam-se e afluem às ruas e por elas em direção ao centro; aí se encontram, arrancados de seus lugares fixos. Essa desordem vive. Informa. Surpreende (Lefebvre, 1999, p. 27).

De modo que o movimento de urbanização e, paulatinamente, o processo de industrialização criaram condições favoráveis para mudança de cunho social, na estrutura da família e, principalmente no que se refere ao papel da mulher. O trabalho nas casas comerciais, escritórios, fábricas e escolas, rompeu o isolamento em que vivia grande parte delas. A vida feminina ganhou novas dimensões não só porque a mulher tivesse passado a desempenhar funções econômicas, mas em virtude de se terem alterado os seus papéis principalmente no mundo econômico. De forma que o Colégio Normal São José, orientado pela Congregação das

¹⁷⁰ A partir da implantação da ferrovia até os primeiros decênios do século XX, a evolução da ocupação urbana do município de Ibiá se desviou do núcleo urbano original, no entorno da Matriz São Pedro de Alcântara, para as margens da linha do trem. A formação do Bairro São Dimas, originalmente denominado Bairro da Estação, que após a chegada da ferrovia tornou-se um bairro ocupado predominantemente por funcionários da rede ferroviária, também apresentava como ponto atrativo para o comércio com grande circulação de pessoas e produtos.

RMNSD, para a educação de mulheres, possibilitou um lugar de educação, instrução e profissionalização.

A maior possibilidade de participação no espaço público, através da saída de casa para a escola, apresentava-se como um processo de resistência que se justifica pela profissionalização do magistério, abrindo as portas do mercado de trabalho para aquelas que queriam mais que educar seus próprios filhos, tornando-se então professoras primárias, que poderiam gerir o próprio sustento, um passo a mais na emancipação feminina e, conseqüentemente, um modo de contestação à ordem vigente de dependência e subordinação ao homem e/ou ao poder instituído.

Quadro 5: Formandas do Colégio Normal São José (1939-1964)

Ano de Conclusão	Nº de alunas que concluíram os cursos: Primário, Ginásial e Normal no Colégio Normal São José		
	Primário	Ginásial	Normal
1937	11	--	--
1938	7	--	--
1939	10	--	6
1940	17	--	6
1941	5	--	5
1942	13	--	8
1943	15	--	9
1944	5	--	8
1945	9	--	10
1946	15	--	9
1949	5	--	4
1950	17	11	11
1951	17	7	8
1952	16	7	8
1953	16	11	5
1954	23	13	2
1955	18	20	2
1956	21	11	9
1957	28	13	8
1958	10	16	7
1959	15	20	8
1960	12	12	9
1961	20	21	7
1962	22	19	16
1963	25	20	14
1964	25	27	18
1965	55	34	18

Fonte: Elaborado pela autora¹⁷¹

¹⁷¹ Não consta no Livro de Atas de Abertura das Aulas e de Encerramento, o nome das formandas dos anos de 1947 e 1948. Os dados referentes ao ano de 1965 foram retirados da cópia do Relatório de Segunda Época, assinado pela Fiscal Olívia Araújo Santos.

O Quadro 5 foi construído mediante análise das atas das sessões solenes de colação de grau das normalistas do Colégio Normal São José, com informações retiradas do Livro de Atas de Abertura das Aulas e de Encerramento dos Anos de 1937 a 1964¹⁷². Neste pode-se constatar que as alunas concluintes do Curso Primário e Ginásial eram sempre em número superior às normalistas, e que na década de 1960 houve um número significativo de formandas do curso normal. Vale destacar também que grande parte das normalistas passaram pelo processo de escolarização completo no próprio Colégio Normal São José, frequentando o curso primário, ginásial até a conclusão do curso normal.

Fui interna do Colégio Normal São José de Ibiá de 1961 a 1965. Meu pai não era fazendeirão, era um fazendeiro simples, tinha pouca renda, pois cabo da enxada não da renda. Então, nós lutamos com muita dificuldade! Na infância da gente lutamos com muita dificuldade. De forma que para manter o Colégio foi preciso vender minhas vaquinhas. Papai vendia uma vaca no início do ano e pagava as mensalidades do ano inteiro, e assim conseguia um desconto maior. A Congregação tomava conta das meninas que queriam ser postulantes, e em Ibiá tinha o Aspirantado. Formei em 1965 e participei do Aspirantado em Ibiá por seis meses e depois vim para Itabira, em janeiro de 1966. Em fevereiro fui para o Rio de Janeiro onde fiz os primeiros votos, em 1966. Formamos em número de 36 normalistas, internas e externas, mas ao longo do curso éramos 40, seis foram comigo para o Rio de Janeiro motivadas pela missão vocacional. Mas, não chegaram a tomar o hábito. Fiel a vocação foi só eu, todas saíram. Na véspera da tomada de hábito a Irmã Clara de Serra do Salitre desistiu (E4 29/Nov/2022).

A boa fama do nosso Colégio corria por toda parte e de fato, quem teve o privilégio de estudar lá, teve um ensino aprimorado, diferenciado e somos eternamente gratas ao Senhor nosso Deus, à *Ma Mère*, e a todas as Irmãs benfazejas pela dedicação e zelo na nossa formação, não só educacional, mas de caráter e mentes (E1, 23/Nov./2020).

Os testemunhos das ex-alunas, citado acima, ratificam que à medida que o Colégio Normal São José ia ganhando projeção, consequentemente conseguia atrair cada vez mais alunas. Vale lembrar, com base nos testemunhos das entrevistadas que todo o processo de escolarização tinha um custo de acesso e manutenção para permanência até a conclusão do curso, ou da tão sonhada formatura. Contudo, o acesso ao curso normal era a primeira das preocupações das futuras normalistas que precisavam de uma formação básica sólida, ou seja, terem cursado o ensino primário de forma a conseguir média no exame de admissão ao ginásio para dar continuidade aos estudos.

¹⁷² Não localizamos informações das turmas de formadas entre os anos de 1965 a 1969.

O decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, como parte da Reforma Francisco Campos, instaurou o exame de admissão, tornando-o obrigatório nas escolas de todo o Brasil, até o ano de 1971, marcando um período histórico de restrição ao acesso do ensino ginásial.

Figura 29: Certificado de Admissão - 1957

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

GINÁSIO E ESCOLA NORMAL SÃO JOSÉ
IBIÁ — MINAS GERAIS

N.º 10/57

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EM EXAMES DE ADMISSÃO À 1.ª SÉRIE GINÁSIAL

Certificamos que MARIA JOSÉ DOS REIS,
filho de * * * * *
e de Maria Jorge da Conceição,
natural de Ibiá, Minas Gerais,
nascido em 2 de maio de 19 44, foi considerado
aprovado em **EXAMES DE ADMISSÃO À 1.ª SÉRIE GINÁSIAL**, prestados em
fevereiro de 19 57, nos termos da LEI ORGÂNICA DE
ENSINO SECUNDÁRIO (Decretos-leis n.º 4244, de 9 de Abril de 1942 e
n.º 8347, de 10 de Dezembro de 1945), tendo obtido os seguintes resultados:

Português: 7,5 Matemática: 7,5
Geografia: 5,5 Hist. do Brasil: 4,0
Média geral: Seis e um (6,1)

Ibiá, 28 de fevereiro de 19 57

M.ª Maria S. Francisco Xavier (Inapetor)
Madre Maria S. Francisco Xavier
«Isento de selo, ex-vi do decreto-lei n.º 8029, de 2-10-45»
Dr. Danilo Cunha

Gráfica TAMÓIOS - B. Hte. - Mod. 1 - Port. 501

Fonte: Acervo da Escola Estadual São José

Como se pode constatar na Figura 29, a Inspeção Federal, em nome de Danilo Cunha, era responsável por inspecionar os exames de admissão do Colégio Normal São José, dentro do rigor previsto em lei, em relação aos documentos exigidos para a inscrição, os conteúdos das provas e a correção. De forma que durante esse período os alunos(as) do ensino primário que desejavam ir para o ensino ginásial tinham que se submeter a provas escritas e orais em quatro áreas de conhecimento: Português, Geografia, História do Brasil e Matemática, sendo a média

geral 5,00, obtida a partir da média aritmética de todas as disciplinas. Porém, houve mudanças a partir da Circular nº 973, de 25 de maio de 1965, no artigo 1º, já não indicava a avaliação escrita como única forma de acesso ao ensino secundário. Podendo o exame ser realizado mediante prestação de provas ou limitar-se à verificação da autenticidade e idoneidade do certificado de aprovação, em curso primário reconhecido e fiscalizado pela autoridade competente, com a duração mínima das quatro séries, conforme previsto na LDBEN de 1961.

Para realizar o exame de admissão as discentes deveriam estar na faixa etária de 11 a 13 anos, com certidão de nascimento, filiação, naturalidade e cartão de vacina contra a varíola. As alunas só teriam acesso em uma instituição de ensino secundário com a aprovação nos testes de admissão, aquelas que não obtinham sucesso poderiam refazer o exame no ano seguinte, desde que tivesse idade suficiente. De forma que o exame de admissão durante o período em análise foi a linha que separava o ensino primário do secundário, e era a porta de acesso no processo de seleção para o seguimento dos estudos e acesso a diferentes oportunidades de ação de diferentes profissões.

Contudo, como consta no regimento interno do Colégio Normal São José de 1963, havia também um concurso de habilitação ao curso normal, ou seja, um exame para admissão ao curso colegial normal. Um exame de seleção realizado no início do ano letivo, na primeira quinzena de fevereiro, que exigia certificado de conclusão ginásial ou equivalente, prova de sanidade física e mental, imunização antivariólica, certidão de idade e atestado de boa conduta, expedido pelo estabelecimento de origem. Consideradas habilitadas as alunas que conseguissem 50% de aproveitamento em cada uma das matérias do exame, assim como na média aritmética obtida nas duas disciplinas: Português e Matemática. A prova¹⁷³ de Português constava de questões objetivas e uma redação que deveria ter valor preponderante sobre a mesma, enquanto a prova de Matemática necessitaria decorrer de questões práticas, de forma geral a avaliação corresponderia aos conhecimentos básicos do 1º ciclo secundário.

Art.34 - Dos exames realizados, lavar-se-á a ata que deverá consignar os nomes de todas as candidatas inscritas, inclusive das reprovadas. Art. 35 - Os exames prestados para admissão ao normal só serão válidos para este estabelecimento. Art. 36 - A aluna que não for habilitada ao curso colegial normal, pelos exames de seleção poderá retirar os documentos que apresentou para a inscrição. Art. 37 - Sendo o concurso particular ao estabelecimento, este não receberá documento de habilitação expedido por outro estabelecimento. Art. 38 - Os programas que regerão a organização das provas serão os constantes do curso ginásial secundário e sempre em acordo com os

¹⁷³ Conforme regimento interno do Colégio Normal São José a duração da prova para admissão ao curso normal colegial era de 90 minutos e o estabelecimento por sua comissão poderia organizar as provas com caráter objetivo, mas preferencialmente, encerrariam elas uma parte de caráter objetivo e outra subjetiva.

elaborados por órgãos oficiais do ensino vigente (Colégio Normal São José, 1963).

Assim, mediante constatação dos conhecimentos básicos e das condições físicas, mentais e morais (boa conduta), atestados positivamente era permitido o acesso ao curso normal, e todas aquelas meninas/mulheres de maioria da classe média, compunham o espaço interno e externo do Colégio Normal São José, buscando atender às condições profissionais exigidas para o magistério primário, que durante muito tempo foi direcionado aos homens. Para tanto, o magistério era comparado à maternidade, na figura da sua representação à mulher, pois essa era responsável pela educação dos filhos, o que a tornava mais apropriada para ensinar, ao agir com brandura, amor e compreensão com os seus alunos¹⁷⁴. Em torno deste discurso vão somando-se inúmeros outros interesses, mulheres que viam no magistério uma possibilidade de alcançar o espaço público com aprovação social a partir do acesso a escolarização. De modo que, gradativamente as normalistas assumiram o seu posto de redentoras da educação nacional e usufruíram de um relativo prestígio social.

Todavia, no intuito com que houvesse a validação de tão nobre profissão ocorria um processo interno de aprovação, mediante apreciação dos trabalhos de conclusão de curso, e um procedimento de visibilidade externa através da cerimônia de entrega dos diplomas, que conferia às normalistas o título de professoras primárias. Assim, quanto às monografias, essas seguiam as prescrições da Secretaria da Educação e Saúde Pública, representada pela 6ª seção da Inspeção do Ensino Secundário e Superior, que visavam orientar os temas a serem desenvolvidos sendo esses condizentes com os assuntos estudados durante o ano letivo em que os mesmos tivessem sido objeto de experimentação ou de realização na prática, através da escola primária anexa.

Como vimos no Quadro 5, no ano de 1939 formaram 6 normalistas, sendo essa a primeira turma do Colégio Normal São José, de forma que ocorreu uma avaliação minuciosa dos trabalhos científicos realizados por aquelas jovens estudantes e futuras profissionais docentes. A monografia da aluna Maria José Cendón tratava do método global empregado no ensino de leitura; o trabalho da aluna Maria das Dôres de Angelis abordava os meios utilizados para levar as crianças a conhecerem e escrever os números. A aluna, Inai Portela, defendia em cinco capítulos os meios empregados para se desenvolver a educação moral nas alunas das classes anexas. Geni Portela desenvolveu a temática das metodologias aplicadas no ensino da

¹⁷⁴ De maneira que abnegação, o amor ao próximo, o altruísmo e a piedade faziam parte de uma ética humanista idealizada para a mulher.

Geografia, das vantagens e inconvenientes que elas apresentaram na prática. Silvia Rocha, apresentou os recursos empregados para se desenvolver a linguagem das crianças das classes de 1º e 2º anos anexas.

Assim, é que a aluna Maria José Cendón, dispensada da parte relativa aos dois primeiros capítulos poderá dizer no terceiro: Como foi o método global empregado no ensino de leitura ao 1º ano das classes anexas? Que meios foram empregados para se despertar o interesse das crianças? Que material foi utilizado? Que resultados foram obtidos? Que observações colheu? Dirá que conclusões tirou do que viu, de que observou e do que fez e indicará a bibliografia de referência (Colégio Normal São José, 1939, p. 18).

No livro para copiador de correspondências entre o Colégio Normal São José e a Secretaria de Educação e Saúde Pública, onde constam os planos de estudo e as orientações da inspetoria de ensino quanto à elaboração dos trabalhos de curso da primeira turma do Colégio, evidenciou-se, conforme citação acima, grande ênfase ao método e principalmente as metodologias de ensino, utilizadas nas aulas de prática profissional das normalistas. Além de todo um esforço em promover a relação entre a teoria e a prática, apresentados através da observação e dos resultados obtidos nas aulas aplicadas nas turmas anexas. Observa-se também que além do entusiasmo pedagógico ocorre uma diversificação das temáticas, com a valorização da educação moral.

Com especial cuidado observei o andamento das práticas profissionais, constatando-me do grande interesse das alunas-mestras em bem ministrarem suas aulas, prometendo serem para o provir boas educadoras. Ambrosina Mendes de Paiva, Fiscal (Minas Gerais, 1944, p. 58).

Doravante, não só os fiscais registravam em suas visitas atenção às aulas de práticas profissionais, mas todos os envolvidos pela formação docentes daquelas jovens¹⁷⁵ que ao término do curso deveriam assumir com competência, expertise e dever moral de educar os cidadãos da pátria. De modo que a formação das professoras precisou ser reformulada com a disseminação dos ideais escolanovistas, incorporando não apenas os conhecimentos científicos e humanistas, mas também os métodos e metodologias que proporcionassem o ensino dos diferentes conteúdos. Sem, contudo, deixar de lado a real tarefa dessas mulheres/professoras, em seu efetivo papel na sociedade, cuidar da formação intelectual e moral da nação, promovendo o desenvolvimento do sistema público de instrução primária.

¹⁷⁵ No período em análise o Colégio Normal São José não aceitava matrícula de meninas com idade superior a 25 anos e nem de mulheres casadas. O dispositivo que proibia o ingresso de maiores de 25 anos impediu a qualificação de um número significativo de professoras, contribuindo para atuação de um número ascendente do professorado leigo, que excedia a esse limite de idade.

Terminei o Curso Normal no Colégio Normal São José em 1956 e logo fui atuar no magistério, comecei ministrando aulas no Grupo Escolar Dom José Gaspar. Naquela época os concursos públicos eram através de títulos, assim fui nomeada em terceiro lugar na Escola São Dimas, conforme as notas do Colégio (E5, 20/Fev/ 2023).

A profissionalização docente significou a oportunidade das jovens de conseguir maior liberdade e autonomia num mundo que se transformava e, no qual buscavam ocupar outros espaços dentro da esfera pública, além daquela que lhes reservava à vida do lar, inteiramente dedicada à família e às lidas domésticas. De maneira que a divisão entre as esferas pública e privada, em que esta última considerada como o lugar próprio das mulheres, do doméstico, da subjetividade, do cuidado, começa a ser questionada, enquanto a esfera pública, considerada como o espaço dos homens, dos iguais, da liberdade, começa a ser vislumbrada por elas. Lembrando que durante décadas¹⁷⁶ a formação feminina ficou prejudicada, pois as meninas cresciam analfabetas, vivendo em casa, sendo preparadas tão somente para o casamento, ou viviam enclausuradas no recolhimento.

Neste contexto, o Colégio Normal São José era considerado como o local responsável em contribuir para uma formação plena e integral das jovens, em consonância com o regime familiar, ou seja, ele dava continuidade aos ensinamentos da família, com hábitos cultivados e valores preconizados, que foram dissolvidos na organização dos espaços ocupados, no cumprimento dos horários, na convivência das alunas com as religiosas.

De maneira que o Colégio foi encarado como um lugar de instrução e de interação entre o espaço e a formação social daquelas meninas/mulheres. A compreensão de que a escola e seus processos de ensino desenvolvem certas práticas seletivas e discursos que estabelecem uma rede complexa, cujas práticas pedagógicas são organizadas com a finalidade de disciplinarizar os corpos, tornando-os úteis e eficientes; cumprindo, portanto, certas funções, dentre elas a de atender aos anseios da sociedade.

De modo que aquelas meninas iam se tornar servidoras da pátria, como professoras primárias ou como servidoras públicas em diferentes espaços. A conclusão do curso normal passava a ser uma possibilidade de comunicação com o espaço público com um nível de

¹⁷⁶ A mulher era por natureza um ser frágil, sensitivo, intuitivo, feito para cuidar do lar e da maternidade e que, por isso, foi destinada, para a vida privada/doméstica. Tal condição propagou-se de várias formas, através dos meios de comunicação de massa, livros didáticos, histórias infantis e contos de fada, nos encontros rotineiros dos contadores de causos, dentre outras formas. Estabelecido tal papel e/ou condição social, era preciso persuadir as mulheres de que seu lugar e sua função não provinham do modo de organização social, mas da natureza. Para isso, montou-se o discurso ideológico do “ser feminino” e da “função feminina” como naturais e não como históricos e sociais (CHAUI, 1995, p. 175). As formas de controle foram internalizadas pela mulher e consubstanciaram toda uma época e por consequência o modelo de educação.

aprovação social, antes só concedida para mulher através do casamento. Para um campo de trabalho em que o contingente masculino de professores ia gradativamente se esvaziando, seriam as mulheres as substitutas ideais, virtuosas, abnegadas e ainda mais, vocacionadas para o trabalho de ensinar.

Outrossim, uma das formas de legitimar o processo de escolarização, como via de profissionalização docente para aquelas meninas/mulheres, naquele contexto de luta para se colocarem no direito de ter uma posição técnica, ampliar seus ganhos financeiros e conquistar um lugar social na esfera pública, era a solenidade de formatura com tudo que cercava o ritual simbólico da entrega do diploma de professora primária.

A cerimônia de formatura era sempre um acontecimento que envolvia a participação dos representantes de todas as instâncias de poder: político, socioeconômico e religioso, contanto com a presença de juiz de direito e de paz, políticos influentes do município e região, além de representantes da mais alta hierarquia clerical.

O que ratificava para toda a sociedade a importância da educação e o poder de influência daquela instituição de ensino, como se pode constatar na ata da sessão solene da colação de grau das professorandas, entrega dos certificados da 4ª série ginasial e dos diplomas às alunas que terminaram o curso primário no ano de 1957, devido a importância de seu teor histórico a transcrição será realizada na íntegra.

Aos 4 dias do mês de dezembro de 1957, no Ginásio e Escola Normal São José, nesta cidade de Ibiá, com a presença de numerosas famílias ibiaenses, distintas autoridades e pessoas gradas de nossa sociedade, realizou-se a solenidade da colação de grau às alunas que concluíram neste ano o Curso de Formação de professores Primários, assim como a entrega dos certificados de 4ª série ginasial e dos diplomas às alunas que terminaram o Curso Primário. Às 19 horas, as professorandas e ginasianas, acompanhadas de seus paraninfos, ao som da “Polonaise” de Chopin, peça escolhida para introdução, solenemente entraram no salão de festas, e ocupando cada uma o seu lugar, o Exmo. Sr. Dr. Sylvio de Moraes Lemos, D.D. Juiz de Direito da Comarca de Ibiá, convidado pela Revda. Diretora, a presidir ao ato, tratou de organizar a mesa, que foi assim constituída: Exmo. Revdmo. Sr. D. José André Coimbra, D.D. Bispo da Diocese de Patos de Minas e ilustre Paraninfo da Turma de Professorandas e Ginasiandas; Revdmo. Sr. Pe. Agostinho Klinger, D.D. Vigário da Paróquia; Revdmo. Sr. Pe. Clemente de Maletto, D.D. Vigário de Campos Altos; Exmo. Sr. Arlindo Carraza, D.D. Prefeito Municipal de Ibiá; Exmo. Sr. Dr. Crispim Ribeiro Fonseca, D.D. Promotor de Justiça; Exmo. Sr. Vicente de Paula Teixeira, D.D. Presidente da Câmara; Exma. Sra. D. Olivia Araújo Santos, D.D. Representante do Governo Estadual junto ao Estabelecimento; Exmo. Sr. Antônio José Rangel, D.D. Juiz de Paz; Exmo. Sr. Osmar Abreu, D.D. Delegado de Polícia; Exma. Sra. Maria Amaral Caldeira, D.D. Representante a Sra. Diretora do Grupo Escolar Dom José Gaspar, e a Revda. Diretora, Madre Maria São Francisco Xavier. Seguindo o programa organizado para o dia, as alunas entoaram o Hino Nacional, acompanhado ao piano, após o que falou a menina Dora Lúcia Mendes Teixeira, da 4ª série

primária, e fez-se a chamada das alunas que terminaram o Curso Primário, para a entrega dos respectivos diplomas. Executou-se em seguida uma peça musical: “Serenata de Braga”, ao piano e violinos. Prosseguiu-se à chamada das concluintes para entrega dos certificados do Curso Ginásial, e a Sr^{ha}. Enisa Maybe da Consolação Pereira, em uso da palavra fez um discurso em nome de suas colegas da 4ª série ginásial. Depois o coro do Estabelecimento entoou o hino: “Ao Brasil”, que foi muito aplaudido. Na continuação do programa a Sr^{ha}. Maria de Lourdes Rabelo falou em nome das Professorandas de 1957, e aproveitando o ensejo dirigiu uma saudação a S.^{Excia.} Rev^{ma}. D. José André Coimbra, D.D. Paraninfo, ao Rev^{mo}. Sr. Vigário da Paróquia, às distintas autoridades ali presentes, à Sra. Fiscal do Ensino Normal, a Rev^{da}. Diretora e às suas professoras. Após a chamada das formandas, juramento, imposição dos anéis e entrega dos diplomas, o que se fez sob grande ovação da assistência, ouviu-se a “Rapsódia Húngara nº1”, executada a piano e violinos. Fez-se ouvir em seguida a palavra vibrante e eloquente do Ex^{mo}. e Rev^{dmo}. Sr. D. José André Coimbra, D.D. Paraninfo da Turma. De início, muito comovente foi o carinho com que S.^{Excia.} Rev^{ma}. Atendendo ao infantil e confiante pedido da oradora do curso primário, lançou sua benção paternal sobre a turma primária, graciosa e encantadora, na simplicidade de sua súplica. Em substancial discurso, S.^{Excia.} Rev^{dma}. traçou às afilehadas, normas práticas a seguir no caminho da existência, salientando o valor dos livros, dos bons livros, como guias seguros por entre as escolhas da vida. São palavras suas: “Não desprezeis os livros; conservai carinhosamente esses companheiros de tantos anos de fadiga e de labor. O livro é fonte onde nossa alma se abebera. É da leitura assídua e perseverante dos manuais didáticos, que surgem os futuros gigantes da inteligência e oceanos de saber, conforme em versos magistrais, contou o imortal Castro Alves”. Salientou ainda S.^{Excia.} Rev^{ma}. a sublimidade do magistério: “Se há missão que, acima de qualquer outra, honra a mulher, é a de ensinar”. Ao terminar, S.^{Excia.} Rev^{ma}. foi saudado pela assistência com grande salva de palmas. Prosseguindo o desenvolvimento do programa as neodiplomadas entoaram um canto intitulado: “Hino de Despedida”, e seguiu-se logo a distribuição de prêmios. Foram conferidos prêmios às alunas que mais se distinguiram durante o ano pelo bom procedimento aplicação aos estudos de Religião, Línguas, Matemática, Ciências e às várias matérias dos diferentes cursos de: Formação, Ginásial e Primário, assim como concederam-se também prêmios às alunas que sobressaíram pela aplicação ao piano, violino e desenho. Tiveram ainda prêmios as alunas catequistas que se distinguiram no desempenho de seus deveres e todas aquelas que foram assíduas na frequência às aulas e aos exercícios religiosos do Estabelecimento. Encerrou-se a sessão com o Hino Oficial do Colégio. Em 1957, terminaram o Curso de Formação de Professores Primários: Célia Rodrigues Rosa, Gláucia Maria Caldeira, Lucília Machado, Maria de Lourdes Rabelo, Maria do Rosário Leopoldino, Marly Romanelli Palhares, Neide Apolinário, Wilma Duarte. Concluíram o Curso Ginásial: Alair Bicalho, Carmem Lúcia Carrazza, Carolina Angélica Guimarães Neto, Enisa Maybe da Consolação Pereira, Maria Auxiliadora Freitas, Maria da Conceição Braz, Maria do Carmo Rabelo, Maria Ferreira Londe, Maria Olivia Paiva, Mazélia Maria Teixeira, Neida Maria Teixeira Bicalho, Suely Alves Ribeiro, Terezinha Silva, Valdemira Eneida Dutra. Terminaram o Curso Primário: Ana Maria Alves de Souza, Ana Maria Caetano Reis, Ana Maria Fernandes, Belma Alves de Souza, Dora Lúcia Mendes Teixeira, Dulce Maria Mendes de Paiva, Elaine Pimenta de Melo, Eremita Bontempo de Barcelos, Francisca Leopoldina Mendes, Hélia Iza da Silva, Hiramyl Heloisa Rochael Pereira, Ione Beatriz Veloso, Irene

Isabel da Silva, Júlia Maria Nader, Laura Maria Ferreira, Lourdes Terezinha Rosa Gomes, Maria de Lourdes Paiva, Maira Aparecida Araújo, Maria Bernadete Aguiar, Maria do Perpétuo Socorro Viana, Maria Gláucia de Oliveira, Maria José Bicalho, Maria José Pereira, Maria Mafalda de Souza, Maria Nazaré de Matos, Maria Salomé de Souza, Mariza França de Azevedo, Tereza Christina Mendes Teixeira e Zilda Malvina da Costa. Para constar, lavrou-se esta ata que vai devidamente assinada (Colégio Normal São José, 1957, p. 82).

A ata evidencia uma relação de cordialidade e de aproximação entre os partidários do ensino público e do ensino privado, que se unem em defesa do processo de escolarização da mulher e dos princípios morais da sociedade, com base na participação da mulher em sua missão de ensinar.

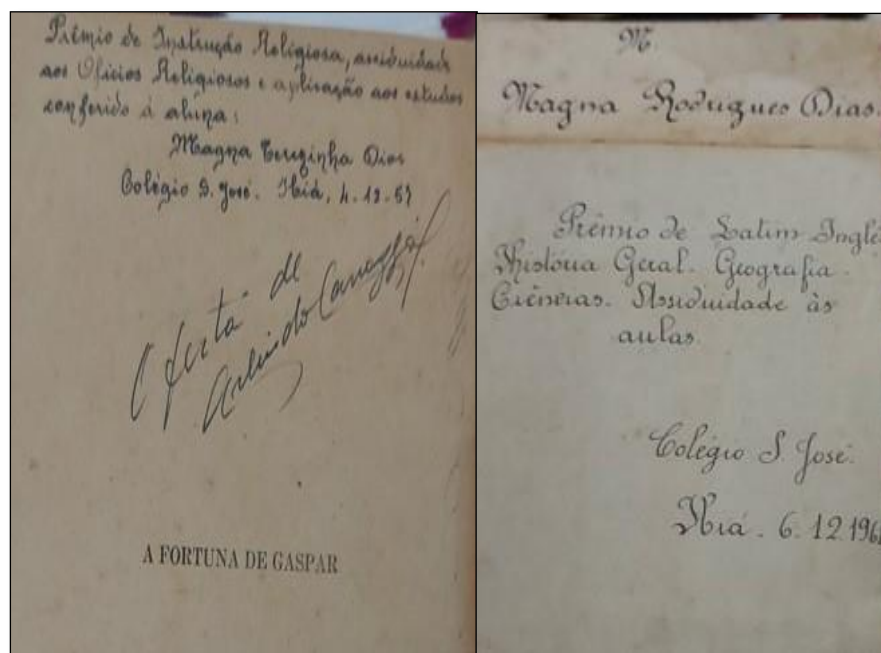
Outro ponto a considerar é a visibilidade da cultura erudita na arte do canto e da música que perpassa toda a cerimônia, símbolo da validade e qualidade do ensino ministrado pelo educandário, além da ênfase dada aos livros no discurso do Bispo D. José André Coimbra¹⁷⁷, sendo os livros “guias seguros por entre as escolhas da vida”.

As alunas que se distinguiam pelo desempenho eram premiadas no final do ano e geralmente a gente ganhava um livro como prêmio. Então, a gente subia no palco para receber a premiação das mãos de uma autoridade. Eu lembro que quando fui considerada a melhor aluna além do livro de Psicologia ganhei um anel. Mas, ao longo dos anos fui premiada com livros por bom desempenho aos estudos desde meu curso primário (E6 20/Fev/2023).

Nas atas das solenidades de formatura constam detalhadamente a distribuição de prêmios que as alunas dos diferentes cursos e séries recebiam, não só por bom desempenho aos estudos, mas também por: comportamento, aplicação ao piano, aplicação ao violino, pintura, desenho, assiduidade, delicadeza, instrução religiosa, aplicação aos trabalhos manuais, dentre outros.

¹⁷⁷ Lembrando que em 1955 a Paróquia São Pedro de Alcântara de Ibiá é transferida para diocese de Patos de Minas.

Figura 30: Prêmios de menção honrosa à aluna: Magna Rodrigues Dias.



Fonte: Acervo particular de Magda Dias

A ex-aluna Magna Rodrigues Dias¹⁷⁸, que cursou o primário, realizou o exame de admissão ao ginásio, cursou o ginásio e o curso normal no Colégio Normal São José em Ibiá, por sua constante aplicação aos estudos, conseguiu as melhores notas em sua classe durante toda sua vida escolar, por seu desempenho constam nove distinções em seu diploma. No dia de sua formatura foi premiada com um anel oferecido pela Associação dos Pais e Mestres do Colégio. Em seu acervo pessoal preserva cada um dos exemplares dos livros que recebeu como menção honrosa por seu desempenho estudantil ao longo dos anos de formação, tendo se tornado uma amante da literatura e da leitura em geral. Os livros se tornaram símbolo de acesso à cultura, ao conhecimento, à liberdade, ao poder¹⁷⁹.

Meu pai era impressionante, ele era inteligente demais, tinha uma visão de mundo, se ele me visse segurando uma vassoura ele dizia: “guarda isso, isso não dá futuro, mulher tem de ser executiva”. Não sei nem se ele sabia o que era isso, mas acredito que ele achava bonito a imagem daquelas mulheres com uma pasta nas mãos. Então, eu tinha onze anos quando ele me deu de presente “Os Lusíadas” de Luís de Camões, ele dizia que eu precisava ler uma, duas,

¹⁷⁸ Dona Magna Dias formou no curso normal em 1964 e trabalhou no Colégio Normal São José por onze anos consecutivos, além de professora concursada do Estado assumiu lugares de destaque na sociedade ibiaense como servidora pública, presidente da APAE e como grande filantropa.

¹⁷⁹ As relações das mulheres com o poder inscrevem-se primeiramente no jogo de palavras. “Poder”, como muitos outros, é um termo polissêmico. No singular, ele tem uma conotação política e designa basicamente a figura central, cardeal do Estado, que comumente se supõe masculina. No plural, ele se estilhaça em fragmentos múltiplos, equivalente a “influências” difusas e periféricas, onde as mulheres têm sua grande parcela. Se elas não têm o poder, as mulheres têm, diz-se, poderes. No ocidente contemporâneo, elas investem no privado, no familiar e mesmo no social e na sociedade civil (Perrot, 1988, p. 167).

três vezes, mesmo se não entendesse, porque todas as pessoas importantes haviam lido aquele livro (E6 20/Fev/2023).

Neste contexto de valorização dos livros, da escola e do processo de escolarização da mulher, a sociedade como um todo devota não mais apenas no poder da fé, mas também da ciência, as condições necessárias para se atingir o tão almejado progresso. Como se pode constatar no registro dos discursos de formatura na coletânea localizada junto ao acervo da RMNSD, retirou-se um fragmento do discurso da formatura de 1957, considerando esse significativo e condizente com a ata citada acima.

Prezadas Colegas, grande é a nossa felicidade inexplicável a aventura que tivemos de frequentar neste modelar estabelecimento de ensino. Aqui bebemos, com a ciência, a virtude que forma as almas boas e procura inculcar em nossos corações qualidades imprescindíveis às verdadeiras educadoras. [...] O ensino, caras colegas, não se resume em abarrotar os cérebros infantis com um amontoado de conhecimentos, sem ordem, sem método, sem nenhuma proporção à receptividade infantil da criança. Não! O verdadeiro ensino, o ensino perfeito, ideal é aquele que desenvolve ao mesmo tempo as faculdades intelectuais, físicas e morais do aluno, educando-lhe os sentimentos, dirigindo-lhe a vontade, formando-lhe o caráter. Ei-la, portanto, a nobre e espinhosa missão do professor. O verdadeiro mestre é aquele que a par da instrução esmera-se, sobretudo, em dar aos alunos perfeita e sólida educação. Instrução e Educação! Eis o escudo de que se deve armar os homens para as lutas da vida. Com uma perfeita educação religiosa, cívica e social, pode estar ele certo de triunfar nas suas lutas diárias arrostará todos os obstáculos que, inevitavelmente surgirão a cada passo como tropeços à pratica do bem [...] No entanto, a arte de educar e instruir não depende exclusivamente do carinho que o mestre dedicará aos seus alunos. Que leve sim o coração forrado de amor, de energia, de entusiasmo, mas também que tenha o espírito aprimorado de saber e de método. Assim, pois, ampliemos e aprofundemos nosso saber. Procuremos adquirir mais conhecimentos e firmar os já adquiridos. [...] Tomemos a divisa – virtude e trabalho – e assim concorreremos, em um futuro próximo, para a grandeza de nossa estremecida Pátria. Trabalhemos pela sua prosperidade e vê-la-emos crescer e elevar-se entre as outras nações do mundo. Com a divisa que adotamos pela constância que deverá presidir à nossa labuta de cada dia, o Brasil receberá de suas filhas uma parcela do progresso de que ele ainda se ressentia (RMNSD, 1957, p. 3-4).

Fica evidente no discurso a importância da ratificação em público dos cânones desenvolvidos pelas Irmãs professoras e apreendidos pelas normalistas em seu processo de formação no Colégio Normal São José, formulações éticas, morais e técnicas intimamente relacionadas à construção de uma sociedade intencional e idealizada pelo Estado moderno brasileiro. A necessidade de educar e instruir as novas gerações mediante inovações metodológicas, mas, principalmente, por meio da integração da escola com a comunidade mediante conduta moral do professor, de seus hábitos e práticas sociais. Dando ênfase ao

trabalho da normalista enquanto professora, na difusão do ensino primário, que naquele momento, estava associado ao conceito de desenvolvimento nos diferentes contextos: civilidade, patriotismo, higienismo, valores morais, habilidades e competências na leitura, escrita, cálculos matemáticos, e da cultura geral.

4.2.1 Professoras primárias entre os cânones morais e educativos

No período em estudo, a sociedade mineira nos rincões das gerais, apesar da austeridade nos costumes e relações familiares, o prestígio social podia ser percebido pela posse de terras e riquezas geradas com a produção agropastoril, assim como pelo envolvimento com as questões políticas e até mesmo educacionais. O reconhecimento por parte dos familiares e dos compadres se dava no cotidiano, nas relações solidárias, baseada na semelhança de postura, de ritmo, impostos pelas relações de produção agrícolas e pecuaristas, típicas do interior mineiro. O universo familiar das professoras primárias, esposas e mães centrava-se nas relações tradicionais, rurais e patriarcais, sustentadas por rígido controle dos costumes e ênfase nos preceitos morais. A figura paterna tinha um papel fundamental na consolidação dos valores tradicionais, com o aval do discurso educacional católico.

De modo, no início do século XX, a estrutura da família era considerada como ponto estratégico para a manutenção da ordem social que teve na escola sua continuidade. A imagem da mulher, foi construída como a guardiã da moral, responsável pelo culto religioso e a harmonia familiar. Neste sentido, a instituição escolar foi considerada como espaço privilegiado para a difusão do saber e manutenção da ordem social vigente com ênfase na cultura humanista, principalmente nas artes manuais, na música e no desenho, mas também com cursos que desenvolvessem competências técnicas para atender as novas demandas do mundo em transformação, como o curso de datilografia oferecido pelo Colégio Normal São José.

Abriam-se possibilidades de emprego para quem fosse habilitado — leia-se, tivesse formação — para lidar com a escrita da norma padrão do português (datilografia, domínio de formas documentais como ata, memorando, pedido, nota fiscal etc.) e escrita contábil (conhecimento de livros e formas de registro e demais documentos da contabilidade etc.). Daí serem essas áreas objeto de interesse de políticas públicas educacionais (Ribeiro; Araujo, 2021, p. 55).

Destarte, a modernidade estabeleceu vários critérios para o exercício de uma profissão, formação acadêmica, desempenho, competência, entre outros critérios e/ou adjetivos. Pois, o exercício de uma profissão confere ao indivíduo uma legitimação social, por um lado, e, por outro, a vida profissional é mais exigente, implicando preparação, desempenho e titulação.

Contudo, houve um movimento contraditório no processo de modernização em relação ao papel da mulher, ora mantendo-se a subordinação ao poder masculino, ora criando as condições institucionais que permitiram a alteração de seus papéis sociais, notadamente, no que concerne à sua participação na esfera pública.

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. [...] Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar” (Berman, 1986, 12-15).

De maneira que a imagem da normalista, idealizada, começava a ser questionada diante dos novos desafios sociais e escolares que vinham surgindo no final da primeira metade do século XX. As moças, apesar da disciplinarização empreendida no âmbito familiar e escolar, demonstravam questionamentos que buscavam a compreensão de seu novo papel, numa sociedade que exigia novas posturas em relação às mudanças comportamentais. A educação feminina passou a associar grandes doses de educação moral e de disciplina social à aquisição de instrução em conhecimentos e habilidades específicas com base na cultura geral.

[...] a educação enquanto processo socializador responderia pela formação daqueles traços de personalidade que, como requisitos do sistema social em que operam os agentes, promoveriam o ajustamento individual nas várias esferas de atuação dos indivíduos na sociedade capitalista. Desta perspectiva, a instrução, que no caso do magistério primário seria inicialmente uma mera qualificação técnica da força de trabalho do professor de nível elementar, iria, progressivamente, integrando-se no conjunto de respostas aos requisitos sociais do sistema capitalista de produção (Safioti, 1976, p. 232).

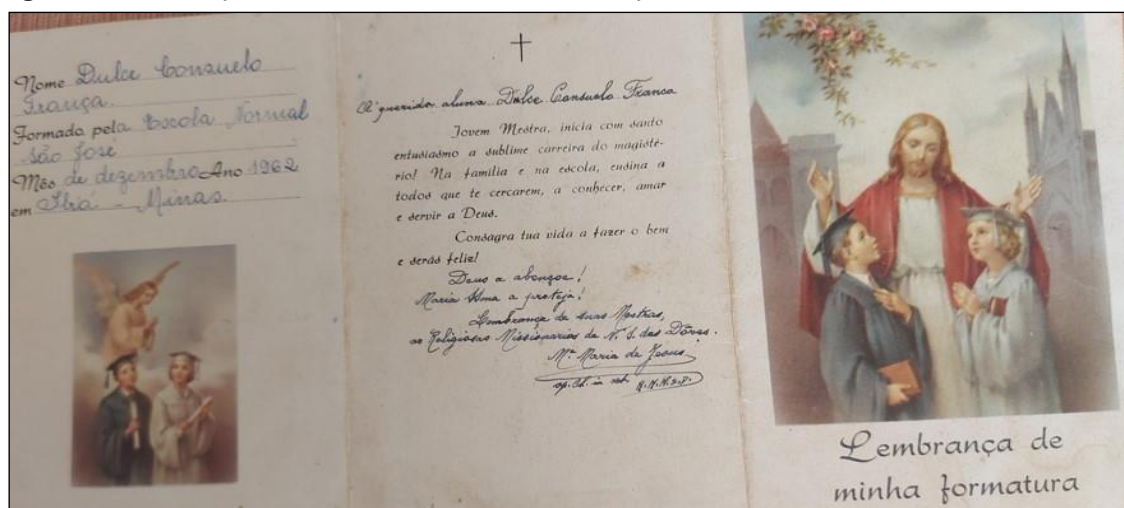
Neste sentido, fazer o curso normal, na época, era praticamente o único caminho para as moças que podiam e/ou queriam estudar. O status social de ser normalista, nas primeiras décadas do século XX, e mais ainda, de ser estudante em um colégio religioso católico, que mesmo localizado em uma pequena cidade do interior de Minas Gerais, que era reconhecido como uma escola de excelência, atraía moças de municípios das diferentes áreas do Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba, era um grande diferencial no status social e para currículo. Assim, à medida que ocorria a expansão do ensino primário mantido pelo Estado, e sucedia a necessidade de instrução e educação das filhas das famílias da oligarquia¹⁸⁰ local e regional e a preocupação

¹⁸⁰ Só lembrando que as famílias menos abastadas encontravam estratégias variadas para as moças poderem estudar no Colégio Normal São José, como contar com a ajuda de padrinhos, vender bens para custear os estudos da filha, ou ainda conseguir uma bolsa de estudos. Constatamos nos documentos do Colégio que em períodos diferentes ocorreram demandas diferentes de ofertas de bolsas de estudos patrocinadas pelo governo estadual, municipal, pelo próprio educandário e/ou pela ajuda de terceiros.

com a formação moral católica, o Colégio Normal São José, em Ibiá, foi ganhando cada vez mais visibilidade.

As professoras formadas no Colégio Normal São José guardam com orgulho lembranças da instituição que possibilitou, enquanto indivíduo e profissional do ensino, a possibilidade e/ou capacidade de maior liberdade de movimentos e poder de decisão, advindos do exercício de uma atividade intelectual e remunerada.

Figura 31: Lembrança de Formatura: Dulce Consuelo França



Fonte: Acervo particular de Dulce França

Na Figura 31 tem-se a lembrança de formatura da aluna Dulce Consuelo França¹⁸¹, nascida em Ibiá, em 6 de março de 1943, de uma família de quinze irmãos, mas como afirmado por ela, em entrevista concedida à autora, a educação era prioridade para toda a família, das sete irmãs¹⁸² só uma não estudou no Colégio Normal São José. Em seu depoimento lembra com pesar o fato da irmã, que não conseguiu concluir os estudos, devido a deficiência associada à síndrome de *down*, não ter tido a alegria da conquista do diploma. O que demonstra a falta de estrutura e atendimento escolar adequado para todos(as) estudantes que necessitavam de atendimento especializado naquele período.

De modo que o cartão de lembrança de formatura além de um marco de conquista, apresenta um conselho ou uma missão a seguir, assinado por Madre Maria de Jesus: “Jovem Mestre, inicia com santo entusiasmo a sublime carreira do magistério! Na família e na escola,

¹⁸¹ Dulce Consuelo França Lima, após concluir o magistério no Colégio Normal São José foi professora primária por 30 anos, e durante 8 anos voluntária nas palafitas em Manaus (AM).

¹⁸² Três irmãos faleceram na primeira infância, destes 4 se formaram, dois se tornaram médicos, um agrônomo e um economista, na Faculdade da Sorbonne na França, o outro fez apenas o científico e tornou-se fazendeiro.

ensina a todos que te cercarem, a conhecer, amar e servir a Deus. Consagra tua vida a fazer o bem e serás feliz!” A mensagem expressa mais que um desejo de prosperidade, aponta um propósito de vida pessoal e profissional para que aquelas jovens permanecessem fieis a sua missão, pois projeta nas futuras professoras primárias o desejo que exerçam sua profissão docente, na medida do possível, conforme modelo apreendido no Colégio, como garantia de realização da “sublime carreira do magistério”.

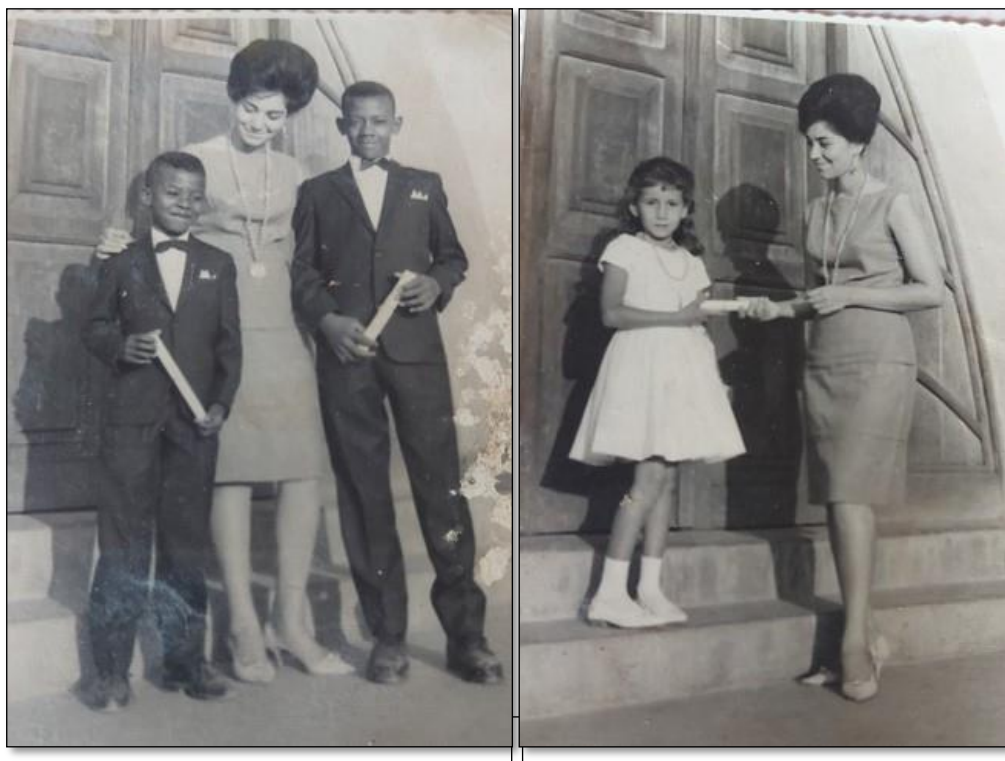
Muitas das normalistas já formadas se espalharam pela região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, só no município de Ibiá haviam, em 1945, 8 escolas rurais, pois, como vimos na segunda sessão deste estudo, até a década de 1950, a maior parte da população ainda estava concentrada no campo. Entretanto, a partir da movimentação da população das zonas rurais para os centros urbanos, as escolas isoladas gradativamente se transformaram em escolas reunidas, dando origem também aos grupos escolares que se espalharam por todo o Estado mineiro. Assim, as professoras primárias iam ao encontro das necessidades educacionais da região, tornando-se, muitas vezes, diretoras de escolas e desenvolvendo suas carreiras no magistério, dotadas por sua formação e somando suas expertises, tornavam-se cada vez mais independentes financeiramente e emocionalmente de seu grupo familiar, considerando os limites possíveis dos laços de dependência de cada núcleo familiar e as condições socioeconômicas aos salários de cada época.

Vale ressaltar que a criação do Grupo Escolar de Ibiá, em 1932, em substituição às salas multisseriadas, a educação escolar passa a ser encarada como uma atividade técnica e como tal, deveria ser desenvolvida por profissionais habilitados, administrada e fiscalizada por serviços especializados. Neste cenário, as normalistas do Colégio São José, já diplomadas, se tornam professoras primárias, funcionárias do Estado, a partir de concurso público ocupando as cadeiras dos Grupos Escolares de Ibiá e região. Lembrando que naquela conjuntura, poucas pessoas eram alfabetizadas, as normalistas assumiam importante papel na sociedade, não só como alfabetizadoras, mas ocupando diversos espaços, sobretudo atuando como lideranças, exercendo funções públicas ligadas ou não ao ensino. Devido ao status que representavam no imaginário da sociedade da época, eram geralmente associadas a um padrão/modelo de cultura, ciência/conhecimento e valor moral.

Por conseguinte, a demanda de formação das futuras professoras, para o atendimento à expansão do ensino primário mantido pelo Estado, assim como a necessidade de instrução e educação das filhas das famílias da oligarquia local e regional e a preocupação com a formação moral católica, foram os fatores que conjuntamente embasaram a instalação e manutenção do

Colégio Normal São José, em Ibiá. Em um período que o trabalho docente no ensino primário passava aos poucos por um processo de feminização e obtinha certo prestígio social, sendo as professoras e as diretoras bastante conhecidas nas cidades de atuação, vistas como agentes da consolidação da cultura escolar e da cultura letrada.

Figura 32: Wilma Duarte – ex-aluna do Colégio Normal São José



Fonte: Acervo particular Wilma Duarte

Ao centro da Figura 32 tem-se a ex-aluna, Wilma Duarte, filha de ferroviário, formou no Colégio Normal São José em 1957, no ano seguinte passou no concurso público, sendo transferida inicialmente para Campos Altos, atuando por longos anos como professora e na direção de escolas na rede pública do município de Ibiá. Dona Wilma Duarte, como se pode constatar, pelas imagens fotográficas de 1968, era referência de elegância, pode-se observar por sua postura corporal, posição das pernas e pés; bom gosto e requinte em seus trajes; exemplo profissional sendo capturado pelas lentes do artista através do olhar atento e amoroso com os alunos concluintes do ensino primário; constituía típico modelo do perfil de mulher: educadora, esposa e profissional, que toda jovem gostaria de ser, naquele contexto histórico. As imagens são registros estrategicamente criados como memórias de um evento onde Dona Wilma Duarte,

como diretora da Escola Municipal Dona Tatá¹⁸³, realiza a entrega simbólica do certificado de conclusão do ensino primário aos alunos(as), na entrada da Igreja Matriz, onde encontram-se todos bem trajados e posicionados no centro da cidade, representando o valor da educação/instrução como uma conquista.

De maneira que D. Wilma Duarte, como sujeito histórico de seu tempo, nos ajuda a pensar o processo de ocupação da mulher no espaço público, principalmente a partir de sua formação/instrução. Entre os anos de 1960 e 1961, além de exercer a profissão docente, ela ocupava na sociedade ibiaense e região, através do jornal Voz de Ibiá, como meio de comunicação impressa, um espaço de visibilidade, pois assinava junto com sua companheira Harmênia Terra a secção: “Acontecimentos Sociais”, onde apresentava em seus artigos, informações, curiosidades, eventos e conselhos especialmente selecionados para os leitores. Neste mesmo período trabalhou na Rádio Difusora de Ibiá¹⁸⁴, fazia parte da equipe da rádio e dava suporte logístico, responsável por ligar os transmissores e dar assistência nos scripts dos programas, além da locução.

Contudo, além da capacidade de transitar em diferentes espaços, devido sua habilidade e competência com a escrita, conseguiu se envolver com campanhas e/ou movimentos sociais de caráter voluntário/filantrópico como se pode constatar no recorte da reportagem, do Jornal Voz de Ibiá, publicado em 30 de abril de 1961, que recebeu como título: Campanha louvável.

A Rádio Difusora de Ibiá lançou uma campanha que merece a atenção, o apoio e aplausos de todos os ibiaenses: trata-se da fundação de uma escola primária para crianças filhas de pais pobres, cujas matrículas não foram conseguidas nos estabelecimentos oficiais de ensino. O movimento, iniciado há dias, recebeu prontamente a adesão de muitas pessoas de boa vontade e o plano foi posto logo em execução. A escola primária já se acha em funcionamento, com 20 alunos, todos na primeira série do curso primário. A campanha está sendo orientada pela professora Wilma Duarte e pelas funcionárias da Difusora, Srtas. Helena Lemos e Norma Darc, com a colaboração da direção da Rádio. O local em que está funcionando a escola particular é o próprio auditório da ZYV-55, local que oferece todas as condições de higiene e tem a vantagem de estar localizada no centro da cidade. O auditório, que só é utilizado à noite para as eventuais festas promovidas pela direção da Rádio, tem agora uma destinação muito útil. Ali há cadeiras, mesas e espaço suficiente para uma grande sala de aula. [...] A finalidade da divulgação desta notícia não é outra senão a de dar conhecimento de uma obra elogiável sob todos os aspectos e as de solicitar a todos os leitores apoio material e moral para a campanha. A escola precisa de material escolar, pois os lápis, borrachas, cadernos, etc., estão sendo dados por particulares. A escolinha adquiriu duas cartilhas para os

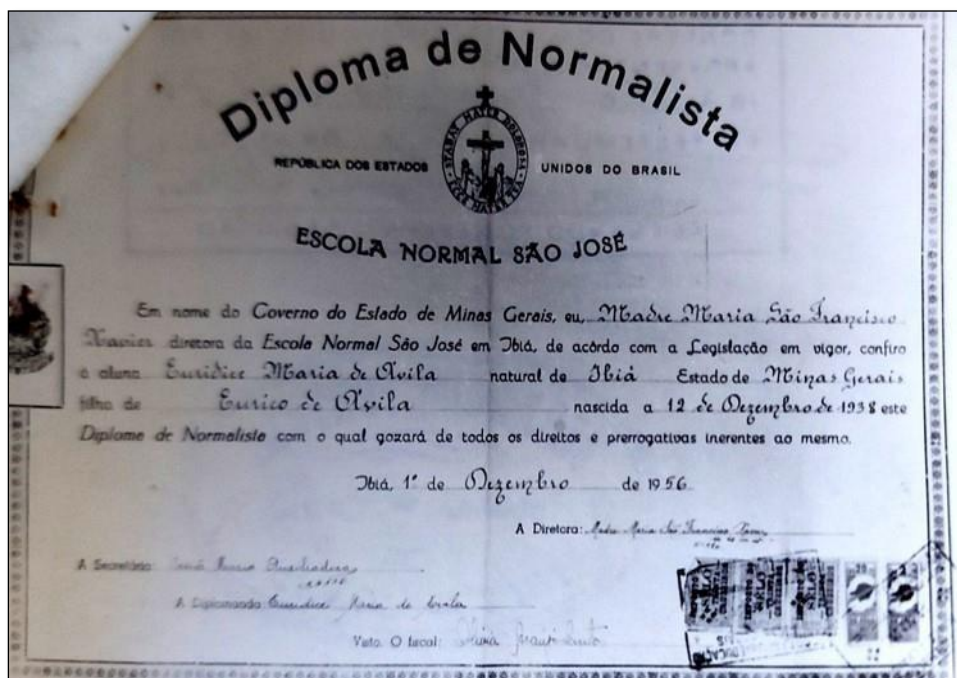
¹⁸³ A Escola Estadual Dona Tatá, criada pelo decreto 8.286 de 7 de maio de 1965, de 1965 a 1968 ficou sob direção da inspetora municipal, Yolanda Rodrigues Rosa.

¹⁸⁴ A Rádio Difusora de Ibiá, fundada em 27 de agosto de 1956, por Vicente Garcia, fazia parte da vida diária dos ibiaenses, e passou do antigo prefixo de ZYV-55 para ZYL 240, alcançando as cidades de São Gotardo, Campos Altos e Pratinha.

vinte alunos. Necessita também alimentos sadios para as merendas ou numerários para comprá-los. As aulas estão sendo ministradas pela professora Wilma Duarte, auxiliada pelas funcionárias da Rádio (Voz de Ibiá, 1961).

Analisando o artigo, primeiramente, nos faz refletir que no início da década de 1960 as escolas públicas do município ainda não conseguiam absorver toda a demanda da população em idade escolar, daí a iniciativa da Rádio Difusora de Ibiá, contando com a habilidade técnica da Profa. Wilma Duarte¹⁸⁵, no que tangia ao processo de alfabetização das crianças aparentemente carentes e excluídas. De forma que a dificuldade de acesso, e muitas vezes de permanência, garantiam o poder de influência da iniciativa particular¹⁸⁶ nas diferentes instâncias do ensino, como se vê neste estudo. Neste contexto, o papel de atuação das mulheres instruídas só aumentava, como se vê a seguir.

Figura 33: Diploma de Normalista: Eurípedes Maria de Avila



Fonte: Acervo pessoal de Eurídice de Ávila.

¹⁸⁵ Wilma Duarte, casou-se em 1966, teve quatro filhos, duas meninas e dois meninos, mas permaneceu sempre atuante como professora de artes, fundou a Casa da Cultura de Ibiá em 1993, onde permaneceu por 15 anos. Deixou como legado três livros, dois literários e um com teor historiográfico, além de um riquíssimo acervo pessoal com periódicos: folhetins, jornais, revistas; fotografias; centenas de livros e muitos objetos que colecionou como memorialista do município de Ibiá e da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, tudo criteriosamente preservado, que após sua morte em 2016, encontra sob guarda e cuidados de seus filhos.

¹⁸⁶ A iniciativa privada soube aproveitar lucrativamente a elevação do nível de aspirações dos referidos contingentes urbanos. Evidentemente, a iniciação da mulher nas técnicas elementares da cultura cada vez mais se integrava nas aspirações das camadas superiores das populações urbanas, o que é atestado pelo número crescente de meninas frequentando escolas particulares.

O diploma da normalista Eurídice Maria de Ávila, nascida em Ibiá, em 1938, filha única, que segundo seu relato, estudou até o 4º ano primário no Grupo Escolar Dom José Gaspar, mas como sua mãe atuou como fiscal municipal do Colégio Normal São José, entre os anos de 1946 a 1951, foi realizado o convite por parte das religiosas missionárias de Nossa Senhora das Dores, para que ela fosse estudar no Colégio como bolsista às dispensas do educandário. Entretanto, Eurídice Maria de Ávila permaneceu como bolsista apenas o 4º ano associado à Admissão e o Curso Ginásial, no Curso Normal já não era mais bolsista, pois segundo ela, os pais já se encontravam em uma situação econômica mais favorável. Formada em 1956, começou sua carreira ministrando aulas no Grupo Escolar Dom José Gaspar, mas logo passou no concurso público do Estado e foi nomeada para a Escola Estadual São Dimas¹⁸⁷. De forma que começou atuando no ensino primário, mas em seguida foi recrutada para atuar no ensino secundário, junto à equipe que compunha o recém criado Ginásio José Francisco Bias Fortes, onde posteriormente ocupou uma cadeira, acumulando assim dois cargos.

Através dos depoimentos, das ex-alunas do Colégio Normal São José, acrescidos dos documentos analisados pode-se constatar que, enquanto em outras regiões do Brasil haviam grandes lacunas, verdadeiros vazios, em relação à falta de oportunidade de instrução para as mulheres, no município de Ibiá e região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, devido a presença da iniciativa privada, houve um processo de mobilização para a escolarização da mulher e a ocupação de uma parcela da população feminina ocupando o espaço público. De forma que as meninas/mulheres contraditoriamente ao que a sociedade patriarcal previa, saíam na frente em relação à cultura geral, chegando como se vê, a atacar a postura dos moços sem gentileza, postura e/ou educação, em artigo aberto no Jornal Voz de Ibiá.

O Ginásio José Francisco Bias Fortes era, por boa parte, da sociedade ibiaense aclamado, pois até 1956 não havia no município estabelecimento de ensino em que os meninos pudessem dar continuidade aos estudos após a conclusão do ensino primário. Contudo, a relação estabelecida entre o Colégio Normal São José e o Ginásio José Francisco Bias Fortes é representativa, pois é expressão do movimento histórico, político e sociocultural da época que exprime a influência da Igreja em relação ao Estado a partir de uma situação de gênero, que teve como pano de fundo a disputa pela defesa da moral contra a coeducação.

¹⁸⁷ A Escola Estadual São Dimas fundada em 23 de agosto de 1958 com a denominação de Escolas Reunidas São Dimas passou a Grupo Escolar em 1964. Dona Eurídice Maria de Ávila foi umas das primeiras professoras primárias, juntamente com Maria Zita Duarte, Vera de Paula Duarte, Edna Alves de Souza, dentre outras ex-normalistas do Colégio Normal São José.

Em março de 1956, nas dependências do prédio do Grupo Escolar Dom José Gaspar, tiveram início as aulas do Ginásio José Francisco Bias Fortes, uma instituição de ensino secundário particular alojado no espaço de iniciativa pública, o que nos parece contraditório, mas devido aos arranjos políticos da época isso era muito comum. Em 1958 foram iniciadas as obras para a construção do Ginásio José Francisco Bias Fortes, mas houve inúmeros impasses referentes a constituição dessa instituição de ensino, a sociedade ibiaense começa a questionar se seria esse educandário misto ou exclusivamente masculino. A possibilidade de educação conjunta para moças e rapazes despertou a atenção de toda a sociedade e mobilizou as forças políticas locais e regionais, ficando o projeto por anos em trâmite para levantamento de recursos para a construção do prédio. No Jornal Voz de Ibiá consta que em 27 de setembro de 1960 foi iniciada a construção do prédio do Ginásio Bias Fortes e que a construção foi entregue aos Padres Franciscanos, mas devido as divergências que surgiram, associadas a possibilidade da estadualização e a coeducação¹⁸⁸, o projeto enfrentou resistência de políticos e representantes da elite econômica local, tendo como consequência a postergação da efetivação da obra.

No relatório, de 12 de março de 1961, assinado por Madre Maria da Apresentação, enquanto diretora do Colégio Normal São José, ela apresenta todo o movimento que se desenrolou em torno da efetivação do processo que levaria a estadualização do Ginásio José Francisco Bias Fortes e que envolvia, não apenas as questões de âmbito moral, mas também de fundo econômico. Pois, o Colégio perderia significativamente a entrada de alunas no ensino ginasial, a partir do momento em que o Estado passasse a ser um concorrente, oferecendo o mesmo nível de ensino gratuito.

Estava ciente que o Sr. Prefeito estava em Belo Horizonte e ia ter audiência no dia 4 de março com o Sr. Governador e suspeitei que abordasses o assunto. Até então o prefeito local, Sr. Dr. José Olímpio Dias, embora maçom, é pertencente à família católica da cidade e tem se mostrado amigo do Colégio. Entretanto, sabia-o favorável à criação do Ginásio Estadual na cidade, por informação recebida. Antes de me dirigir ao Sr. Antônio Bartho Mendes de Paiva (amigo particular do Governador, como também do Colégio), e o Sr. Dr. José de Magalhães Pinto, pedi a um ex-professor e funcionário da Rede Mineira de Viação, o Sr. Henrique Dativo, nosso vizinho e amigo dedicado, que viesse ao Colégio. Conversamos no dia 26 de janeiro na presença de Ir. Maria Santa Gema. Este Sr. comparecera na reunião pró Ginásio Estadual. Ouvira do próprio prefeito que não ia dar incremento à construção do prédio para o funcionamento do Ginásio Estadual, condição exigida pelo Estado a fim de remunerar o professorado. Garantiu-nos o Sr. Dativo que o prefeito, o

¹⁸⁸ No Brasil, desde o século XIX, o sistema público de ensino contava com classes mistas, mais por força de circunstâncias econômicas, do que acatamento de ideais coeducativos. De forma que os debates acerca da coeducação, impulsionados principalmente pela Igreja Católica e pelos segmentos conservadores das oligarquias que se posicionaram contrárias ao ensino igual para ambos os sexos estiveram sempre presentes nas sociedades conservadoras.

presidente da Câmara, Dr. Pedro Dias, eram amigos do Colégio (RMNSD, 1961, p. 1).

Assim, o relatório revela que as pessoas influentes da sociedade ibiaense que participaram das reuniões em prol da criação do Ginásio Estadual de Ibiá, alguns combatiam a educação mista por princípio, outros visando não prejudicar o Colégio se posicionavam contra a coeducação. De modo que ao longo de seis anos foi sendo, estrategicamente, discutido em termos políticos a efetivação de um projeto que afetava uma demanda considerável daquela sociedade, sobretudo, com a restrição à possibilidade de continuação aos estudos no ensino secundário para as famílias menos abastadas. Contudo, ainda era forte nas sociedades conservadoras os motivos morais e religiosos que impediam a coeducação e determinavam que as moças se mantivessem distante dos meninos. A resistência em educar conjuntamente meninos e meninas era um processo que atingia os católicos de todo o país, pois a Igreja Católica considerava a coeducação nociva e prejudicial para a boa formação cristã, atacando as bases onde esta se estruturava.

Nesta conjuntura, dentre as condições propícias à abertura da profissionalização docente surge também os impedimentos morais dos professores educarem as meninas, mas o inverso não ocorria. Pois, com a disponibilidade de professoras formadas pelo Colégio Normal São José, foram estas jovens meninas, que constituíram o quadro docente do Ginásio José Francisco Bias Fortes.

Só existia o Colégio das Irmãs que era feminino, os meninos que tinham condição de sair para estudar iam para fora. Então, fundaram o Ginásio Bias Fortes, em Ibiá e me convidaram para dar aula de Geografia e História. Mas, o Sr. Edmar, que era o diretor e ministrava aula de Matemática, me chamou para dizer que, como diretor não podia dar aula e pediu que assumisse as aulas de Matemática. Então, comecei com o 1º ano ginásial, dava aula de manhã no Grupo Escolar e estudava à tarde toda para ministrar aula de Matemática à noite no Ginásio, e me sai bem. No ano seguinte prosseguia para o 2º ano ginásial. Mas, o Ginásio Bias Fortes passou a ser estadual e houve necessidade de cursar a faculdade de Matemática. Dentre as normalistas do Colégio Normal São José que posso citar que trabalharam no Ginásio Bias Fortes foram Auxiliadora Palhares, já falecida, Margarida Dias, também falecida, Yolanda, Wilma Duarte, muita gente. Bom, todas as professoras da minha época formaram no Colégio e a base delas era muito boa (E5 20/Fev/ 2023).

A necessidade de professores(as) para reger classes no ensino secundário, no Ginásio José Francisco Bias Fortes e, posteriormente no Ginásio Estadual de Ibiá foi uma possibilidade de articulação das jovens instruídas, normalistas do Colégio Normal São José, garantir mais um espaço de atuação profissional. Para tanto, muitas delas, como D. Eurídice Maria de Avila que

precisou aprender Matemática, tiveram que se colocar de prontidão a continuar seus estudos e ir desbravando outros espaços, como condição de permanência nos territórios já ocupados.

Figura 34: Corpo Docente do Ginásio Estadual de Ibiá - 1969



Fonte: Acervo particular de Eurídice Maria de Avila

De forma que como se pode constatar pela Figura 34, as ex-normalistas do Colégio Normal São José, compondo o corpo docente do Ginásio Estadual de Ibiá¹⁸⁹, que foram elas que verdadeiramente tornaram possível o projeto do ensino secundário masculino, não simplesmente por estarem em maior número, mas principalmente por ter condições de ocuparem aquele espaço, junto a colegas professores¹⁹⁰ que carregavam títulos de doutores por tradição como advogados ou por posição política. De maneira que muitas delas, como D. Eurídice Ávila e D. Wilma Duarte, em diferentes períodos ocupavam mais de um cargo de professora e/ou mais de uma posição pública na sociedade.

A professora tinha um status sim, respeitada não só pelos alunos, mas pela sociedade em geral. A primeira vez que votei fui também eleita junto com Rosa Cendón como as primeiras vereadoras do município de Ibiá. Um grupo de amigos fizeram minha campanha e assumi uma cadeira na Câmara Municipal, em 1959, e lá permaneci por quatro anos. Eu era muito nova, não sabia o que era ser uma vereadora, devagar fui conseguindo absorver melhor todas as informações de forma a poder contribuir com o grupo de vereadores. Mas, fui muito bem recebida, tinha espaço de fala, mas não me sentia capacitada, com expertise suficiente para contribuir com as discussões do grupo. Mas no final pude contribuir mais! Apreendi muito, foi uma experiência

¹⁸⁹ No período de 1966 a 1970 o Ginásio Estadual de Ibiá teve como diretor o Prof. Francisco Valdir Gonçalves, no período de 1970 a 1976, foi a vez do Dr. Pedro Dias dos Reis. Em 1976 assumiu a diretoria a Srta. Maria Auxiliadora Palhares, que tinham como auxiliares de direção: Hiram Heloisa Rochael Pereira Paiva e Yolanda Rodrigues Rosa, devido à grande dimensão do educandário comportando cerca de 1250 alunos em três turnos.

¹⁹⁰ Os professores que ocupavam os cargos de professores e diretores do Ginásio Estadual de Ibiá eram por profissão advogados, farmacêuticos e políticos do município de Ibiá ou região.

única. Nós tínhamos o vereador Carvalho, que foi prefeito, Sr. Alvarenga, que era vereador antigo reeleito, todo mundo capacitado de longa experiência política. Mas, posso dizer que fui bem recebida, sem preconceito algum, não senti diminuída nem fora do lugar, eles me tratavam com muito respeito e aprendi muita coisa com eles. Depois de dois anos de atuação Rosa Cendón desistiu do cargo, foi morar em Belo Horizonte. Mas, permaneci até o final do mandato, mesmo sem remuneração alguma. Acreditava que era um espaço rico de experiência e novos aprendizados, e mesmo tendo feito opção pela educação, a experiência vivida só me agregou mais conhecimento (E5, 20/Fev./2023).

Em 1959, Dona Eurídice Maria de Ávila e Rosa Cendón foram eleitas as primeiras vereadoras do município de Ibiá, para um mandato de quatro anos, mas Rosa Cendón permaneceu apenas por dois anos. Enquanto, a jovem Eurídice de Ávila permaneceu até o fim do mandato, sendo que dessa experiência guarda grata recordações pelo apoio recebido dos pais e de toda a sociedade. De maneira que toda a bagagem de cultura geral e a instrução recebida, associada à postura moral, permitiu àquelas mulheres ocuparem espaços, até então estritamente reservados aos homens. Vale ressaltar que a vereança era exercida de forma gratuita, mas como apontado por D. Eurídice, o mais importante foi o conhecimento adquirido através daquela experiência. De forma que aos poucos iam se constituindo como sujeitos de suas próprias escolhas e vivências, incorporando, transformando ou rejeitando as representações que lhes pudessem ser impostas.

Figura 35: Vereadores de Ibiá – 1959



Fonte: Acervo particular de Eurídice Maria de Ávila

Na Figura 35 tem-se os vereadores que constituíram o legislativo do município de Ibiá, entre fevereiro de 1959 a janeiro de 1963, no centro da imagem está o D.D. Presidente da Câmara Municipal Dr. Pedro Dias dos Reis, ao seu lado as ilustres representantes vereadoras D. Eurídice Maria de Ávila e Rosa Cendón¹⁹¹, a essas jovens não faltou coragem, uma de partir e ocupar cargo importante na Usiminas em Belo Horizonte, e a outra de ficar e vivenciar a experiência da vereança. O que parece analisando os testemunhos das ex-alunas que existe um traço em comum em suas escolhas, pois todas elas continuaram progredindo em suas carreiras sem, contudo, abrir mão de constituir uma família, ser mãe, esposa e bem sucedidas, como que algo já introjetado em seus corpos e almas.

Naquela época era tudo muito tolhido para mulher, mas a gente ia sem medo. Hoje eu vejo o povo com tanto medo, a gente não tinha medo não. A gente nunca se sentiu frágil, fraca, fazíamos o esforço de falar corretamente, tínhamos preocupação com a postura, com o traje de acordo com o horário, podia ser pobre, mas sempre compunha. Acho que isso vem da formação e acredito que o Colégio contribuiu muito para isso. Você se torna capaz de se fazer algumas críticas e melhorar sua posição (E6 20/Fev/ 2023).

Tendo em vista os depoimentos, a educação é compreendida como possibilidade de ascensão e mudança de vida, e acredita-se que a história ganha nova dimensão quando utiliza-se a experiência dos sujeitos históricos¹⁹² como matéria-prima, na medida em que permite recriar a multiplicidade original dos pontos de vista sobre os fatos, acontecimentos e/ou pessoas. O exercício de construção da narrativa, a partir das implicações religiosas e culturais que envolveram a educação feminina, no período em estudo, com vistas a uma maior e mais detalhada compreensão do processo de formação profissional das mulheres na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a partir do município de Ibiá, com a análise do Colégio São José, permite afirmar que normalistas como sujeitos sociais são capazes de acomodações, resistências, adaptações e/ou transformações, conforme suas escolhas e horizonte de expectativas.

¹⁹¹ Rosa Cendón não foi aluna do Colégio Normal São José, mas era professora e fundou junto com sua irmã Célia Cendón, uma escola de ensino primário particular, Escola Santa Teresinha, em 1937. Suas irmãs, Maria José Cendón e Vicentina Cendón estas sim, ex-normalistas do Colégio Normal São José, deram continuidade à Escola Santa Teresinha até o ano de 1975.

¹⁹² Os relatos orais permitem, portanto, revelar outras “verdades” que existem por trás dos registros oficiais ou, quando apresentam versões divergentes, proporcionar, em conjunto, pistas essenciais para a interpretação.

4.3 Profissão docente e a busca por valorização profissional

A dinâmica da vida feminina se apresentava de maneira contraditória e complexa, num mundo em vias de transformação, onde a mulher buscava a integração na estrutura de classes e entre os papéis ocupacionais e os familiares, o que provavelmente já era uma sobrecarga considerável. Havia, pois uma dificuldade de conciliação entre as responsabilidades entre o mundo público e o privado que levou um número significativo de mulheres a abrir mão de uma possível realização profissional, em benefício de uma integração menos onerosa do ponto de vista imediato no grupo familiar. Entretanto, a ampliação das oportunidades da educação feminina e as possibilidades efetivas de emprego remunerado da força de trabalho, com proteção à maternidade e à infância, aos poucos foi garantindo a apropriação efetiva da mulher no espaço público. “A atividade trabalho, nas diferentes formas que assume ao longo da história, não é senão o resultado histórico da luta do ser humano (homens e mulheres) com a natureza no processo social de produção de sua vida (Safioti, 1976, p. 39).

Todavia, a tradição de submissão da mulher a tornou um ser fragilizado, do ponto de vista das reivindicações sociais e, portanto, mais passível de exploração. Neste contexto, o magistério feminino se apresenta como um processo de trabalho articulado às mudanças, ao longo do tempo, na divisão sexual do trabalho e nas relações patriarcais e de classe. De forma que educar-se e instruir-se, mais do que nunca, representaram a forma de quebrar os grilhões domésticos e conquistar uma parcela do espaço público. Mas, para isso, como se vê, no tópico anterior, era necessário, mediante o conhecimento técnico e o trabalho, adequar-se às normas sociais/morais e ao mundo novo que se descortinava e principiava a selecionar os mais preparados. Contraditoriamente a alguns valores apregoados na época, o trabalho feminino no magistério primário também implicou reivindicações e resistência e significou o resultado dos primeiros passos rumo a identidade profissional da mulher.

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história (Perrot, 1988, p. 212).

Contudo, o grau de consciência que mulheres e homens atingem mediante o processo de constituição de sujeitos históricos, perante suas escolhas em sociedade, dentro dos limites e

em função das condições singulares em que tem lugar a realização do sistema capitalista de produção, suas posições e formas de atuação social podem variar significativamente. Vale lembrar que as insuficientes condições de trabalho e de salário, originárias do descaso do Estado para com o ensino público, de certa forma contribuiu para o afastamento dos professores do sexo masculino da escola elementar. Sendo as mulheres convocadas pelas políticas públicas a ocupar este espaço de trabalho, que visava a manutenção de princípios condizentes com a postura feminina, materna e adequadamente patriótica e moral.

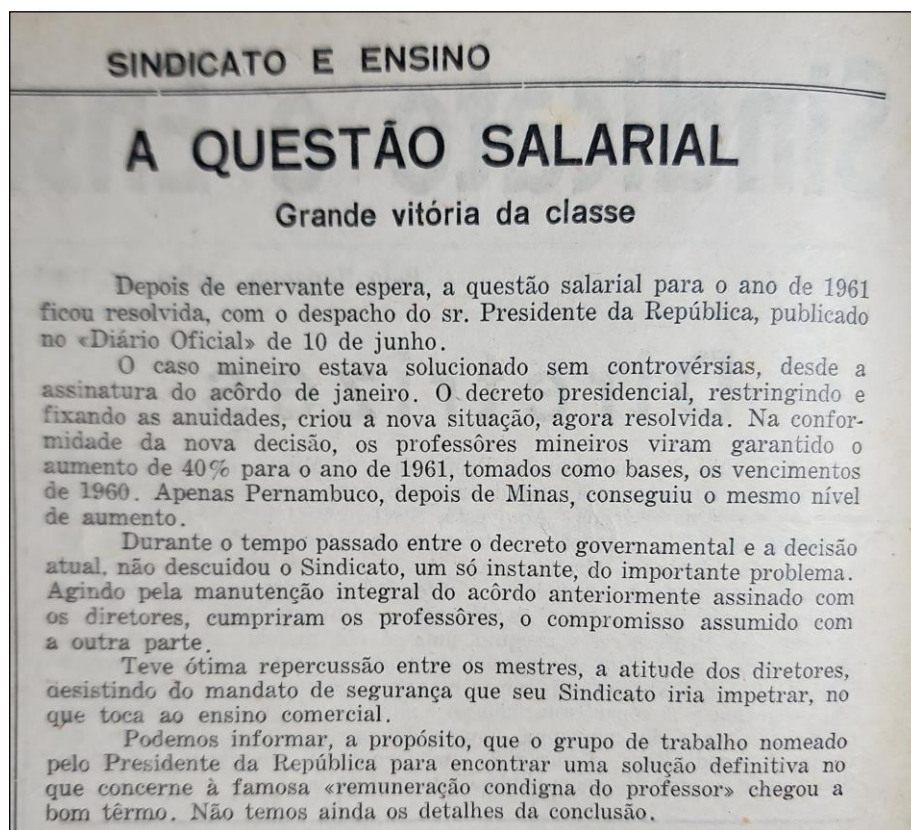
As condições econômicas e o processo de desvalorização do magistério, associado ao caráter vocacional do trabalho das normalistas, foi sendo internalizado por vários segmentos sociais, causando uma neutralização e desqualificação do trabalho das professoras, principalmente as professoras primárias. O que prejudicou ao longo do processo a construção de uma identidade profissional valorizada.

Com o movimento feminista e na esteira das reivindicações pelo voto, o que lhes possibilitaria maior atuação política e social, a domesticidade foi invadida e as mulheres passaram a atuar no espaço público e a exigir igualdade de direitos, de educação e profissionalização. Após o término do regime ditatorial que se implantou no Brasil com o golpe de Estado em 1937, a retomada dos ideais democráticos coincidiu com o final da Segunda Guerra Mundial e contribuiu para mudanças nas representações culturais acerca da educação feminina e do papel das mulheres na nova sociedade que emergia (Almeida, 1998, p. 27).

Nas primeiras décadas do século XX, quando o nascente proletariado brasileiro lutava pela legislação trabalhista, a participação das mulheres nas greves e comícios dava visibilidade a esses movimentos. Visto que, de maneira geral, a ausência de perspectiva de uma carreira profissional concorria para manter os contingentes de trabalhadores femininos no desempenho de funções mal remuneradas e limitando sobretudo seu nível de aspirações, quer no que tange à melhoria de seu preparo profissional, quer no que diz respeito à elevação de seus salários. Assim, fazer greve, para muitas, parecia um ato muito ousado, quase temerário, em que se corria o risco de manchar a honra de uma mulher, mas sua participação era expressivamente importante. Embora, as greves femininas se chocassem com a incompreensão de uma sociedade para a qual a feminilidade já era dificilmente compatível com a situação operária, e ainda menos com a situação de grevista, mas eram movimentos legítimos e necessários.

Dentre os documentos do Colégio Normal São José localizou-se orientações do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Secundário, Primário e Comercial do Estado de Minas Gerais, o cálculo do salário-hora das professoras religiosas do ano de 1961, além de algumas cópias da edição do Jornal “Sindicato e Ensino” de Belo Horizonte.

Figura 36: A questão salarial - 1961



Fonte: Acervo da Escola Estadual São José em Ibiá.

Na década de 1950 surgiram lideranças capazes de propor um enfrentamento radical com o governo, na busca da construção histórica do magistério como profissão, procurando explicar a produção social da mulher nos múltiplos lugares de imposição do poder masculino, como na família, na imprensa, mas, principalmente, na sua formação/carreira. Neste contexto, a greve das professoras primárias em Minas Gerais, em 1959, é reflexo de todo um contexto político, socioeconômico e cultural em que as mudanças sociais e as transformações ocorridas no mundo do trabalho contribuíram para transformar a representação que se fazia da própria professora: mulher, educadora e profissional. De forma que o artigo, citado acima, do Jornal Sindicato e Ensino, publicado em julho de 1961, apresenta o aumento de 40% nos salários dos professores em 1961, apenas nos Estados de Minas Gerais e Pernambuco, sendo que em Minas essa conquista era resultado do aumento conseguido na greve no final de 1959 e que refletiram nos salários dos anos seguintes.

De modo que as contradições da instituição escolar na tentativa de, por um lado, controlar a mulher e, por outro, libertá-la, capacitando-as para ocupar o espaço público como servidoras do Estado, como professoras primárias e/ou a nível secundário, fazendo greves ou

conquistando o espaço político, conseguiram aos poucos romper as amarras da obediência e da passividade. Não obstante estavam conscientes da necessidade de conseguir adesões institucionais da Igreja, dos sindicatos, dos partidos políticos, do movimento estudantil, dos pais de alunos e da sociedade em geral.

Considerando que as representações são historicamente construídas e a aprendizagem e as oportunidades não foram iguais para todas as ex-normalistas, pois essas dependeram do maior ou menor envolvimento na construção do movimento e das rupturas que elas tenham experimentado. Mas, certamente a profissão de professora propiciou certa visibilidade social que parecia ser interessante a qualquer classe social na busca de status e fluência, que com elas poderiam exercer poder e influir em outras esferas da sociedade. Assim, uma das forças propulsoras da profissionalização docente feminina estava também associada na crença de um suposto poder que poderiam conseguir por meio da instrução. A possibilidade de apropriação de maiores direitos públicos e privados e maior movimentação entre diferentes espaços.

Figura 37: Alunas do Ginásio e Colégio Normal São José - 1963



Fonte: Acervo RMNSD em Belo Horizonte

A Figura 37 corresponde ao registro fotográfico do evento festivo em comemoração aos 50 anos da chegada no Brasil das Madres fundadoras da Congregação das RMNSD, estão reunidas no pátio do Colégio Normal São José de Ibiá as alunas dos cursos primários, ginásial e normal, juntamente com as Irmãs professoras, além de alguns convidados de honra como o

prefeito local e o pároco da cidade. A imagem representa a organização interna do Colégio com o quantitativo de suas meninas/mulheres, ordenadamente dispostas em filas, no intuito de prestarem homenagem em forma de recitações, declamações e músicas como reconhecimento às missionárias religiosas de Nossa Senhora das Dores, vias de acesso às meninas/mulheres a instrução escolarizada, no Brasil desde de 1913, e no município de Ibiá e região a partir de 1937.

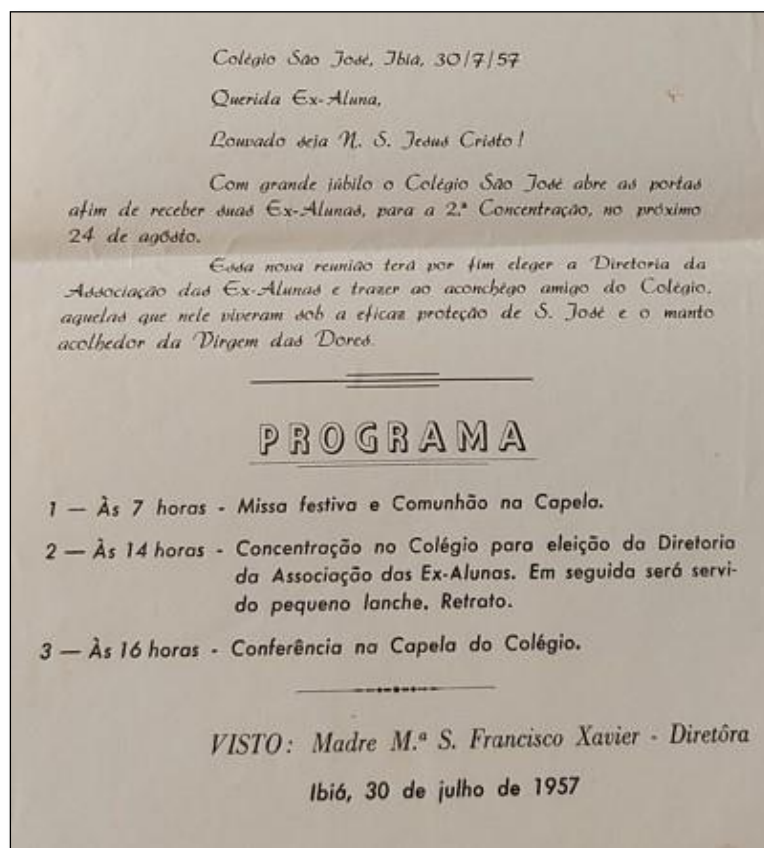
A imagem reflete parte do quantitativo das mulheres que passaram pelo Colégio Normal São José, Irmãs professoras, estudantes internas e externas, martinhas, normalistas, que vivenciaram enquanto sujeitos concretos, as práticas educativas e sociais complexas, que se viram envolvidas dentro e fora daquele educandário.

São vidas vividas em diferentes ritmos, apesar do desejo de padronização e submissão, que o estudo procurou evidenciar, no desejo de historicizar a trajetória desses sujeitos envolvidos na constituição dessa renomada instituição de ensino. São essas meninas/mulheres, estudantes e futuras normalistas, que promoveram as reivindicações que tinham o tom econômico e emancipatório, mas também fomentavam uma posição sociocultural na sociedade ibiaense e na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Assim, além de certo grau de satisfação pessoal, essas mulheres tinham a consciência do salto qualitativo em relação ao que haviam vivenciado suas mães e avós, de maneira que o magistério representou a concretização do desejo pela coragem de ter ousado.

De forma que elas tinham consciência de que desempenhavam um papel social relevante no espaço público, o que lhes provoca um sentimento de realização pessoal, comparado com aquelas que não tiveram oportunidade de estudar e ter uma carreira que viesse ao encontro dos interesses patrióticos e morais de sua época.

Figura 38: Convite para 2ª Concentração das ex-alunas do CNSJ – 1957



Fonte: Acervo das RMNSD em Belo Horizonte

O convite para a segunda concentração das ex-alunas do Colégio Normal São José, com o propósito de criar a Associação das Ex-Alunas, movimento iniciado pelas alunas no ano de 1956, e apoiado pelas Religiosas Missionárias de Nossa Senhoras das Dores, teve seus estatutos aprovados e publicados no Jornal Minas Gerais, em 1º de novembro de 1959. O Estatuto da Associação de Ex-Alunas do Colégio Normal São José, coerente com os princípios da época, tinha como objetivo a difusão do espírito cristão e dos ensinamentos recebidos no educandário durante os anos de formação. Dentro das possibilidades e na medida em que as circunstâncias permitissem, a Associação das Ex-Alunas poderia desenvolver obras de educação ou de assistência social¹⁹³, além do amparo moral ou material as ex-alunas que necessitassem. Era também uma forma das religiosas reunirem as ex-alunas em conferências¹⁹⁴ íntimas, para conservarem nelas os bons sentimentos depositados nos anos de convivência colegial.

¹⁹³ As obras de assistência mantidas pela associação funcionariam anexas ao Colégio Normal São José, sob a orientação da diretoria do educandário.

¹⁹⁴ As conferências e/ou reuniões anuais continuaram ocorrendo mesmo após o processo de estadualização do Colégio, como forma de celebrar o encontro das ex-alunas e preservar a memória da instituição em seus tempos áureos sob a direção das RMNSD.

A Associação das Ex-alunas foi mais uma estratégia de manter as alunas e consequentemente o CNSJ em evidência, à medida que se estreitavam-se os laços era fácil atingir os objetivos comuns. O Colégio absorveu um número significativo de suas ex-alunas como educadoras a partir de 1963, principalmente com a criação das Escolas Reunidas São José, mas também desenvolvia vários projetos que colocavam em destaque suas ex-alunas. Vale lembrar, que para algumas daquelas mulheres o magistério foi apenas o ponto de partida, mas para um número significativo delas representou a passagem do invisível para a visibilidade, constituindo o possível no momento histórico em que viveram.

Destarte, a inserção das normalistas do Colégio Normal São José no seio da sociedade deu-se em diversas dimensões, no âmbito familiar, como esposas e mães zelosas pela harmonia do lar; como professoras primárias, secretárias, assistentes técnicas do ensino, diretoras ou outras atividades diretamente envolvidas com a atuação docente; e como agentes em diversas outras tarefas voltadas para a educação e assistência social. De modo que a valorização profissional advém, do propósito da missão, que a partir da mudança de perspectiva, com o acesso à educação e constituição de uma carreira, as mulheres se sentiam verdadeiramente parte daquela sociedade que cotidianamente ajudava a construir.

Nesta conjuntura, o dia do professor foi oficializado em decreto federal nº 52.682, em 14 de outubro de 1963, no art. 3º: “para comemorar condignamente o dia do professor, os estabelecimentos de ensino farão promover solenidades, em que se enalteça a função do mestre na sociedade moderna, fazendo delas participar os alunos e as famílias”, corroborando com o decreto federal o Secretário de Educação de Minas Gerais, Sr. Aureliano Chaves, pela portaria nº 133, de 7 de setembro de 1964, cria a “Semana da Normalista”. Assim, entre os dias 12 a 17 de outubro de 1964, realizou-se no Colégio Normal São José, a “1ª Semana da Normalista” contando com palestras, apresentações artísticas e exposições de trabalhos manuais. A exposição ficou aberta aos visitantes durante toda a semana e foi prestigiada pelas principais autoridades do município: Sr. Juiz de Direito, Sr. Prefeito Municipal, Revmo. Sr. Vigário da Paróquia São Pedro de Alcântara, Sra. Inspetora Municipal, Sras. Diretoras dos Grupos Escolares e Escolas Reunidas, Sras. Professoras dos diversos estabelecimentos da cidade, além dos pais das alunas do Colégio Normal São José.

De modo que as normalistas adquiriram um estatuto de conhecimento, pelo uso da cultura geral e aprendizagens específicas associadas à sua missão de educadoras, e detinham um poder de conceder uma palavra mais abalizada na sociedade, o que muitas vezes conferia a elas uma certa mobilidade social, com mais liberdade pessoal e respeito ao transitar entre o

espaço privado e o espaço público. Contudo, o discurso oficial da predominância da vocação em detrimento de outras capacidades intelectuais acobertava o potencial intelectual, artístico e mobilizador dessas mulheres, que se tornaram educadoras, escritoras, grandes oradoras, musicistas, memorialistas, artistas, religiosas, deixando um legado de arte, cultura e educação por onde passaram, além da instrução de várias gerações de cidadãos mineiros.

A incorporação dos atributos afetivos em uma determinada profissão, seja qual for, não retira dela o conhecimento e a técnica necessários para sua valorização e correto desempenho. Desde o princípio, a vontade feminina de exercer o magistério também incluiu o potencial da competência exigida para o aprimoramento docente fornecido pela prática e pela experiência (Almeida, 1998, p. 78).

Assim, para além da relação de amor, sacrifício e abnegação à profissão docente, as normalistas estavam revestidas de habilidades técnicas adquiridas de sua formação, e como apresentado por Almeida (1998), a essas, novas competências eram acrescidas, mediante as práticas pedagógicas das futuras professoras. Colaborando com essa ideia teve os depoimentos das ex-alunas do Colégio Normal São José que enfatizam que no seu tempo, foram profissionais respeitadas devido a formação diferenciada que receberam.

Mas, o Colégio também era muito preocupado pelas meninas estudantes de toda a região, principalmente para o internato, eu tinha colegas de Campos Altos e Matutina. Eu ia de manhã cumpria com meu horário de aula, e a tarde tínhamos que voltar pois tinha pintura ou algum horário especial de estudo, as vezes voltava para ministrar aulas para as Irmãs. Eu gostava de ser professora, achava muito bom o contato com os alunos. A gente tinha admiração da sociedade, o reconhecimento como todos os outros profissionais da época (E6 20/Fev/2023).

O Colégio Normal São José foi um dos pilares na formação da sociedade escolarizada na medida em que entregava profissionais extremamente qualificados para as funções do magistério e também para outras funções e cargos. A formação e o ensino lá recebidos permanecem pela vida afora, como se fossem um farol. Considero-me um exemplo disso e posso citar que com os conhecimentos adquiridos no Colégio, consegui aprovação no vestibular para direito no ano de 1983, em Juiz de Fora, sendo que me formei em magistério no ano de 1963. Não tive tempo suficiente para estudar as apostilas, mal “corri os olhos” nelas. Assim como eu, creio que outras alunas da Colégio Normal São José tenham vencido desafios, amparadas pela formação e ensino que receberam das irmãs missionárias de Nossa Senhora das Dores. (E3, 11/Mai./2021).

Sei que recebemos uma excelente formação para a vida, com princípios éticos, religiosos e uma educação esmerada para aqueles tempos. Então meu coração se entenece, e ante tudo que vivi e recebi das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores, uma palavra vibra no meu interior: Gratidão! (E1, 23/Nov./2020).

Os depoimentos das ex-alunas do Colégio Normal São José evidenciam a construção do processo de identidade profissional, a partir da formação recebida e que se concretiza no exercício da profissão docente, e o reconhecimento de sua atividade profissional. Assim, essas meninas/mulheres, as pioneiras da profissão docente, no município de Ibiá e região, que acataram, mas também resistiram, normatizações que as confinavam e oprimiam, deram os primeiros passos na tentativa de conseguir algo mais do que aquilo que lhes concedia o espaço privado. Essas jovens conseguiram maior liberdade de atuação, num cenário que se transformava e que desejavam ocupar, não mais apenas o que lhes foi reservado pela sociedade tradicional e conservadora, representado pela vida no lar, mas a oportunidade de atuação no espaço público como mulheres, educadoras e profissionais respeitadas.

Destarte, constatou-se, através dos depoimentos das ex-alunas do Colégio Normal São José, que estas profissionais do magistério, efetuaram escolhas concretas determinadas por sua existência objetiva e por sentimentos que, embora não mensuráveis, são possuidores do sentido e do significado de todo o contexto da época.

Tenho ótimas lembranças do meu tempo de professora, gostava de mais da minha profissão. Meus alunos parecem que também gostavam de mim, quando nos encontramos sempre dizem: “Que saudade das aulas da Senhora”. De forma que a gente fica feliz com aquela sensação de dever cumprido. Certamente como mestra e educadora pude contribuir mais do que se estivesse continuado com a carreira política na Câmara Municipal dos Vereadores de Ibiá (E5 20/Fev./2023).

Por conseguinte, é preciso ter em mente que se deve perguntar mais como as coisas se passaram para descobrir por que elas ocorreram dessa determinada forma, e nesse processo será preciso isolar certos problemas para serem estudados, sendo que estes eventos constituem pontos de partida ou de entrada para processos mais complexos. De modo que não há apenas expectativas divergentes, mas entre situações contraditórias, os sujeitos sociais também são capazes de acomodações, resistências, adaptações e transformações. Como vimos, as ex-alunas não foram apenas agentes passivos, desenvolveram uma relação complexa, prosseguindo cada uma conforme seu contexto de possibilidades, negociações, conflitos, alianças, burlas, transgressões e acordos, que transformaram a instituição de ensino e a própria carreira num espaço de criação e resistência. Neste sentido, a Figura 38 é representativa desse movimento de possibilidades criado pelo Colégio Normal São José, através do processo de escolarização oportunizado àquelas meninas/mulheres ao coloca-las em posição de destaque na sociedade, ao validar por sua formação e hábitos os cânones morais, religiosos e educativos apregoados pelo Colégio.

Figura 39: Alunas do Colégio Norma São José – 1957



Fonte: Acervo particular Dulce França

Neste contexto, a Figura 39 ilustra também o processo de constituição e valorização do Colégio Normal São José, enquanto instituição de ensino, mesmo que de iniciativa privada e restrita a uma parcela da população, foi sob os cuidados das religiosas missionárias de Nossa Senhora das Dores, que o prédio e a educação secundária feminina do município de Ibiá e parcela da região, se manteve entre os anos de 1937 a 1969. Foram 32 anos em que a Congregação se manteve com atendimento exclusivo feminino, sob a gestão e formação das Irmãs professoras. Contudo, devido a necessidade de mobilização para formação de um número considerável de Irmãs para dar prosseguimento ao curso ginásial, houve uma reestruturação nos moldes internos do Colégio. Em relatório assinado por Me. Maria das Graças, em 12 de dezembro de 1968, consta que após expor os planos de interromper o curso ginásial do Colégio às autoridades competentes da cidade, foram realizadas várias reuniões e debates sobre o assunto, sendo deliberada a interrupção do curso por cinco anos. Abrindo-se espaço para interlocução com o Ginásio Estadual de Ibiá, ficando acordado que funcionaria as quatro classes do ginásio a partir de 1969, dando-se preferência as alunas do Colégio que já haviam iniciado o curso, completando-se com as outras a critério do diretor do ginásio estadual.

De forma que no ato da matrícula cada aluna pagaria uma taxa destinada à conservação do prédio, sendo apresentado ao diretor do Ginásio Estadual de Ibiá o quadro de classe das professoras que as religiosas haviam previamente selecionado, ficando as aulas de religião e orientação, assim como de trabalhos manuais e francês das 3ª e 4ª série a cargo das Irmãs. Nesse mesmo ano, para que as Irmãs professoras tivessem mais disponibilidade de tempo, para

atualizarem seus conhecimentos, foi deliberado também o fechamento do internato. Contudo, associado ao fechamento do internato estava relacionado as dificuldades de manutenção e logística interna das Irmãs em manter o mesmo cronograma de atividades e o rigor desprendido no cumprimento da ordem e disciplinas das alunas, que no contexto do final da década de 1960 já haviam incorporado novos hábitos se posicionando com resistência a algumas práticas anteriormente tão bem aceitas e cultivadas pelo internato.

Comunico-lhes, outrossim, que mediante autorização do Conselho, deliberamos também fechar o internato por algum tempo, uma vez que, apesar de um número muito reduzido que tivemos este ano, 17 apenas, depois de termos feito várias experiências para melhor entrosamento e acomodação das internas, infelizmente, nada conseguimos. Reconhecemos, é verdade, muitas falhas de nossa parte, mas, por causa de algumas extremamente revoltadas e cheias de problemas, havia no internato um ambiente horrível de descontentamento geral. Portanto, depois de muito rezarmos e pedir a Deus que nos iluminasse, achamos que de dois males, deveríamos escolher o menor. Comunicamos antecipadamente a todos os pais, a fim de que tomassem as necessárias providências (CNSJ, 1968)

De modo que o ano de 1969 configurou de forma totalmente diferente dos últimos 31 anos, como no limiar de novos tempos, não havia mais o internato e, por consequência o Patronato também deixou de existir¹⁹⁵. Destarte, no relatório geral de planejamento e preparação do início do ano letivo destacava-se a ideia de estudar com as alunas nos primeiros dez dias de aula o regimento interno do Colégio, sendo planejada também uma abertura solene devendo ser participada pelos alunos do Ginásio Estadual de Ibiá¹⁹⁶, a fim de dar o primeiro passo para o entrosamento dos estudantes dos dois estabelecimentos. No levantamento realizado em 19 de março de 1969 se encontravam matriculados no Colégio 592 alunos, destes, 71 alunas estavam matriculadas no Curso Normal¹⁹⁷.

De maneira que o Colégio Normal São José continuou possibilitando as mulheres através do magistério primário, notadamente a classe média alicerçada no panorama socioeconômico, um diferencial na sociedade através da educação. Mas, aos poucos com a participação de meninas de outras classes, tendo sido facilitado por políticas públicas a oportunidade para o ingresso no ensino público estadual a nível secundário, como vimos com

¹⁹⁵ Em assembleia geral extraordinária, realizada em 13 de novembro de 1969, a mantenedora do Patronato São José deliberou pela extinção do referido estabelecimento.

¹⁹⁶ Sem nenhum convênio firmado a experiência fracassou em 1973, as quatro primeiras séries do 2º Grau em regime Estadual que funcionava no então Colégio São José, foram transferidas para o Grupo Escolar devido à falta de religiosas que pudesse assumir a direção e também por causa do novo zoneamento escolar.

¹⁹⁷ A partir de 1971 com a Lei 5.692 que introduziu mudanças no sistema de educação tornando o magistério apenas mais uma das habilitações profissionais do 2.º grau, o então Colégio São José passou a ministrar os cursos de 1º grau de 5ª a 8ª séries e do 2º grau com as habilitações para o Magistério de 1º grau e o Técnico em Contabilidade.

a criação do Ginásio Estadual de Ibiá, o acesso ao ensino secundário se amplia. Contudo, o processo de profissionalização docente foi, certamente, parte das aspirações sociais daquelas jovens que buscavam uma participação mais efetiva no espaço público, uma forma para realizarem-se no campo profissional, mesmo que isso tenha representado em algum momento a aceitação dessa profissão envolta na aura da maternidade e da missão/vocação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo realizou-se, no exercício de construção narrativa, a partir das implicações políticas, econômicas, religiosas e culturais que envolveram a educação feminina, uma maior compreensão do processo de formação profissional das mulheres, na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a partir do município de Ibiá, mediante a análise do Colégio Normal São José. O tratamento analítico da bibliografia, das leis e regulamentos, dos manuscritos de Madre Maria de Jesus e do acervo documental da Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores, do acervo do Colégio Normal São José e entrevistas com suas ex-alunas, e análise de fontes iconográficas detectamos os elementos necessários para a operação histórica, assim como para o exercício da síntese interpretativa de nossa pesquisa. De modo que nosso trabalho fundamenta na análise das fontes mediante a articulação contextual, local, regional e nacional, em um movimento dialético rumo à interrelação do ensino normal e o processo de profissionalização docente e consequente ocupação da mulher no espaço público.

Na tessitura das narrativas mediadas pela memória individual e coletiva das depoentes, onde se conjugaram lembranças, silêncios e esquecimentos suscetíveis de interpretações, as identidades foram emergindo e com elas toda uma pluralidade de informações fluíram para compor a tese que apresentamos como resultado do trabalho acadêmico-científico. Afirma-se que o Colégio Normal São José, pela ação da Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores, mediante os cânones morais, religiosos e educativos, contribuiu para a promoção das mulheres no espaço público, mediante o processo de formação e profissionalização docente. Devido maior possibilidade de participação no espaço público através da saída de casa para a escola, a atividade profissional docente apresentava-se como um processo de resistência, abrindo as portas do mercado de trabalho para aquelas que queriam mais que educar seus próprios filhos, tornando-se professoras primárias, um passo a mais na emancipação feminina e, conseqüentemente, um modo de contestação à ordem vigente de dependência e subordinação as diferentes formas de poder instituídos naquele período.

A investigação provocou novas reflexões sobre o processo de ocupação do espaço público e o protagonismo feminino exercido pela profissionalização docente, no período entre os anos de 1937 a 1969, bem como os enfrentamentos realizados e as resistências combatidas pelas mulheres, no que tange aos estudos articulados no campo da História da Profissão Docente, Gênero e Educação. De forma que a pesquisa possibilitou escutar as vozes e fazer

emergir as experiências de sujeitos históricos e sociais, permitindo compreender que a história é feita do movimento entre rupturas e permanências, mediante a compreensão dos processos socioeconômicos, políticos e culturais. Analisou as relações que se estabeleceram no decorrer da instalação do Colégio Normal São José em Ibiá, desde a sua criação e evolução, historiando suas transformações estruturais a nível local, estadual e/ou nacional, em uma inter-relação desses níveis, mas também o seu desenvolvimento nos primeiros trinta e dois anos de atividades, bem como sua relevância social para o processo de profissionalização da mulher.

O Brasil iniciou o século XX com uma economia agrário-exportadora, recém-saída de um regime escravista de trabalho, e se transformou, paulatinamente, em uma economia industrial apoiada no trabalho assalariado. A estruturação de um sistema econômico nacional ocorreu nesse período com o avanço do processo de urbanização e industrialização. De modo que a história brasileira foi marcada pela disputa entre aqueles que detinham o poder alicerçado nas oligarquias e na economia rural e os que buscavam o poder por meio das transformações socioeconômicas e políticas oriundas do processo de urbanização e industrialização do país. Com o advento e a valorização do espaço urbano as mulheres que antes tinham uma vida predominantemente doméstica passaram a frequentar cada vez mais as ruas e suas novas atrações: praças, parques, teatros, clubes, etc.

A vida da mulher passou a sofrer modificações à proporção que se intensificava o processo de urbanização, e o ambiente da cidade propiciava mais contatos sociais e oportunidade de formação e instrução. De maneira que o processo de urbanização e industrialização, inevitavelmente, independente de seus níveis e intensidade, registraram um estilo de vida diferente, exigindo mudanças inclusive no papel desempenhado pela mulher na sociedade. Com a chegada da ferrovia e ampliação das estradas de rodagem, com o acesso aos meios de comunicação social como periódicos, jornais e revistas, o cinema, o rádio; com a chegada dos eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos proporcionaram uma dinâmica nova na forma de conceber o cotidiano privado e algumas atividades da esfera pública da vida feminina.

Neste contexto, a educação caracterizou-se como área estratégica para adaptar a população às demandas típicas da sociedade de mercado, as práticas comerciais e industriais, ao avanço dos instrumentos de produção que exigiam uma mão-de-obra qualificada. Mas, a maioria da população em idade escolar, no período em análise, ainda era analfabeta. De maneira que é importante considerar que tanto a urbanização quanto a industrialização não atingiram da mesma forma grupos diferentes da população. As diferentes camadas sociais viveram alterações

em ritmos distintos, pois, ocorre um alargamento do universo sociocultural das famílias da classe dominante enquanto as mulheres das camadas populares ganham o espaço público como trabalhadoras no comércio e nos serviços. Ao mesmo tempo em que as mulheres da classe média requerem espaço de atuação, mas, para tanto necessitam de formação.

Neste sentido, a educação passa a ser considerada um instrumento necessário para a ocupação de novos servidores na estrutura burocrática do Estado, e a Igreja Católica vem ao encontro desse grupo emergente atendendo as demandas de formação. De forma que houve uma ampliação gradativa dos esquemas de ação da Igreja, abrangendo tanto internamente as ações relativas às associações cristãs a nível local/paroquial, como externamente com a formação de líderes capacitados a agir no plano cultural e/ou social, em âmbito nacional. Assim, o fator separação dos poderes, Estado e Igreja, não significa necessariamente que eram antagônicos, a Igreja Católica no Brasil, enquanto instituição, articulou estrategicamente tanto na esfera política quanto na esfera religiosa contra as ameaças que pudessem desarticular o projeto de implantação de uma sociedade republicana integralmente cristã. Contudo, no período em apreço, os termos dos acordos dependiam de contínua manutenção, tendo em vista a instabilidade e a descontinuidade nas políticas públicas decorrentes dos interesses muitas vezes conflitantes, como analisado na seção dois deste estudo.

O movimento católico soube usufruir da liberdade de ensino garantida pelo Estado, exercendo preponderância na instrução e formação cristã da juventude e, mais ainda, a rede de estabelecimentos de ensino privado cobre uma lacuna referente a ausência e/ou insuficiência numérica dos institutos educacionais de iniciativa pública. Com a vinda das congregações religiosas¹⁹⁸ para o Brasil ocorre a expansão do processo de escolarização feminina, principalmente através da consolidação das escolas normais. De modo que o estudo interpreta o processo de profissionalização docente, mediante as relações de gênero e classe, considerando suas conexões com os processos históricos de emancipação da mulher e a influência da Igreja Católica em sua formação moral e intelectual, a partir da Congregação das RMNSD como responsável direta¹⁹⁹ pela implantação e manutenção do Colégio Normal São José em Ibiá.

¹⁹⁸ As congregações trouxeram e adaptaram à realidade local conhecimentos pedagógicos adquiridos durante os anos de trabalho em seus países de origem, uma educação de conduta estética, religiosa que se tornou estratégia ideológica da Igreja no seu projeto de restauração no decorrer do período republicano.

¹⁹⁹ Madre Maria de Jesus no ápice de sua juventude deixou a sua pátria na esperança de salvar da extinção a congregação religiosa que havia escolhido para viver o seu ideal de consagração a Deus e à Igreja, ao transferir-se para o Brasil, numa situação de exílio, realizou algo bem maior, fundou uma nova congregação missionária que se dedicou à educação da juventude e ao serviço às pessoas excluídas e necessitadas. A abertura do Colégio Normal São José, realizado pela Congregação das RMNSD, para educação de meninas/mulheres, possibilitou um lugar de educação, instrução e profissionalização, promovendo a elasticidade do processo de articulação do poder local e regional relativo ao papel da mulher na sociedade.

Assim, conhecer a história do trabalho educacional de uma congregação religiosa feminina em uma cidade do interior de Minas Gerais é relevante não apenas para historicidade local, como, também para a História da Educação Brasileira.

A criação de uma escola normal em Ibiá atendeu às demandas locais e regionais de mestras que atuavam no ensino primário em expansão, principalmente por meio da criação e implantação de grupos escolares no final da Primeira República, além das inúmeras escolas primárias reunidas e isoladas, urbanas e rurais dispersas no município e região. O curso normal, na medida em que considerado um curso destinado por excelência ao sexo feminino, era visto como elemento estratégico pois, por meio dele, a Igreja garantia sua presença no lar e na escola, impedindo a desagregação da família e a influência sobre as crianças. Vale ressaltar que a Igreja Católica sempre se ocupou das questões educacionais como condição para a veiculação de ideias e valores. Assim, a implantação do Colégio Normal São José foi estimulada pela elite econômica local e pelos líderes políticos e membros do clero com a finalidade de atender às dificuldades diante da lacuna de uma educação escolar voltada para o público feminino, com o objetivo moral e patriótico.

O empenho do clero em estabelecer escolas no interior de Minas Gerais estava associado ao investimento sistemático em instituições escolares após o movimento de laicização republicana do Estado brasileiro. Os colégios femininos representam um instrumento para restauração católica, como rede de influência na formação da mocidade da localidade e região, base para a expansão de uma visão de mundo cristão capaz de disseminar por toda a sociedade a mentalidade que se deseja instituir. A Igreja Católica tinha uma rede considerável de escolas por quase todo o território mineiro que havia sido criada pelo clero e sistematizado por determinações episcopais e apoio político local.

Vê-se que na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba uma das tônicas do discurso católico é a harmonia existente entre o governo e a hierarquia eclesiástica, em que a relação de colaboração mútua entre Igreja e Estado se manteve em nome da manutenção da ordem social instituída. De modo que os diversos líderes políticos não só proclamavam abertamente sua fé católica, como também afirmavam sua disposição de colaborar, sempre que possível com a Igreja. Minas foi o Estado que manteve, ao longo do período em análise, um projeto conservador no intuito da manutenção da ordem e dos valores tradicionais da Igreja Católica. Entretanto, com o processo de urbanização e industrialização, que gerou consequências na estrutura socioeconômica e cultural, a Igreja aos poucos se absteve de sua postura mais

conservadora de defesa da ordem tradicional²⁰⁰ e começou a apoiar os projetos de desenvolvimento social e econômico promovidos pelo governo e pela burguesia urbana.

Nesta conjuntura, constatou-se que o Colégio Normal São José conseguiu tirar do anonimato²⁰¹ um número significativo de mulheres que compunha a sociedade ibiaense e região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, elevando-as a ocupar uma posição no espaço público. O curso normal se torna uma forma de promoção social daquelas meninas, sendo o curso moralmente respaldado pelos pais e pela a sociedade. E mesmo estruturado de forma conservadora oferecia, sem dúvida, uma contribuição expressiva para a promoção daquelas mulheres. A continuidade dos estudos, para além do ensino primário, proporcionado pelo Colégio ampliava as possibilidades de ação daquelas mulheres, não apenas no âmbito familiar, mas também no meio social, como professoras, diretoras, vereadoras, etc.; como profissionais respeitadas. De maneira que o Colégio Normal São José cria a probabilidade para a formação daquelas meninas/mulheres e abre caminhos para sua atuação na sociedade, nas repartições públicas e nas escolas de nível primário e secundário, como vimos na seção quatro neste estudo.

Entretanto, não é possível discutir a profissionalização docente sem penetrar, de fato, nas formas concretas de sua materialização no interior da escola e da sala de aula. Somente assim foi possível entender como a materialidade dos fenômenos sociais penetra e marca o Colégio Normal São José e seus profissionais. Inequivocamente, o olhar para dentro da escola situada socialmente nos permite entender melhor como o Colégio e seus autores, neutralizando seus limites e reconstruindo sua prática educativa. Contudo, a análise do processo do trabalho docente não pode ser feita sem levar em consideração a organização do trabalho escolar, como realizado na terceira seção: a análise de materiais didáticos e técnicas de ensino, os aspectos da produção de conhecimento como referências teóricas utilizadas na formação educacional e instrucional das normalistas. Os conteúdos amplos e enciclopédicos, pois, havia grande preocupação por parte das religiosas em trabalhar bem as matérias de ensino, de modo que as alunas pudessem assimilar o máximo de conhecimento/habilidades. O educandário possibilitou um lugar de educação, instrução e profissionalização, promovendo a elasticidade do processo de articulação do poder local e regional relativo ao papel da mulher na sociedade.

²⁰⁰ A Igreja defendia a necessidade de se manter a ordem dentro dos limites estruturais até então constituídos, a defesa do modelo idealizado tinha como finalidade específica conter as modificações expressivas que estavam ocorrendo na organização familiar em decorrência do processo de modernização da vida prática associado a mudança de valores.

²⁰¹ As narrativas históricas, poéticas e literárias produziram durante séculos um silenciamento ao utilizarem imagens idealizadas, mitificadas e estereotipadas das mulheres ao coloca-las dedicadas exclusivamente no espaço privado e, conseqüentemente afastadas da educação formal.

De forma que o Colégio Normal São José é produtor de indivíduos preparados para descortinar o que se apresenta a partir de seus conteúdos escolares e suas práticas, em que operam a seleção das alunas, pelo fato de não serem universais, mas dirigidos para determinados grupos sociais. No que se refere a sua dinâmica interna e externa no tocante ao trabalho didático e pedagógico organizado para as normalistas (educação física, moral e intelectual), diferente do que ocorria com as martinhas²⁰², recurso humano fundamental de manutenção do educandário, devido sua posição social recebiam formação física, moral e manual/prática²⁰³.

A necessidade da educação escolarizada, em seus distintos níveis de ensino (primário, ginásial e/ou normal) para a mulher das diferentes classes sociais fez com que o Colégio Normal São José assumisse uma marca educacional definidora de distinção cultural, que se expressava em um conjunto de valores e formas de comportamento a serem desenvolvidos mediante a formação técnica e a aquisição de qualidades pessoais e regras imprescindíveis para a vida social. Com uma educação para ordem, a disciplina, o respeito à autoridade, a prática moral e religiosa. O regime disciplinar procurava transformar o conjunto de alunas num corpo discente que tivesse sua multiplicidade de competências e habilidades devidamente organizadas. Entende-se que o comportamento que se esperava destas alunas voltava-se para os cânones de formação moral e educacional condizentes com as necessidades daquele momento. Assim, percebe-se a forma como as normalistas interiorizaram através da pedagogia do exemplo as práticas vivenciadas dentro do educandário, e como professoras se empenharam para reproduzir os modelos de suas mestras. De maneira que a educação ministrada no Colégio Normal São José contribuía para a manutenção dos valores éticos tradicionais, bem como para a formação intelectual necessária ao exercício da profissão de professora primária e/ou para a ascensão no mercado de trabalho referente as habilidades técnicas adquiridas como: datilografia, oratória, escrituração e raciocínio lógico matemático.

Contudo, o ofício de professora estava envolto em uma missão que exaltava o zelo pelas causas religiosas e patrióticas, a missão civilizatória atribuída às mulheres que fez crescer o debate sobre a educação nacional. As mulheres deveriam responsabilizar-se pelo efetivo papel na sociedade de cuidar da formação intelectual e moral da nação, promovendo o

²⁰² As religiosas missionárias de Nossa Senhora das Dores, desenvolveram pela ação do Patronato São José a atividade de tutela e de instrução formal, moral e prática às meninas carentes que eram amparadas pelo educandário. O trabalho manual realizado pelas martinhas era útil para funcionalidade do Colégio Normal São José.

²⁰³ Visto que grande parte das escolas normais estavam sob a coordenação da iniciativa privada, o que acentuou o caráter classista, pois apenas as famílias privilegiadas economicamente podiam bancar a educação de suas filhas.

desenvolvimento do sistema público de instrução²⁰⁴. Neste sentido, a profissão de professor propiciava uma certa visibilidade política e social que parecia ser interessante a qualquer classe social que buscava status e fluência, com ela poderiam exercer poder e influir nas esferas políticas. A escola normal configurava uma oportunidade de formação para o ingresso em uma atividade com carreira profissional. Não sendo uma mera ocupação ou emprego provisório, a profissão docente oferecia estabilidade e possibilidade de promoção na carreira. A independência econômica das mulheres, obtida pelo desempenho de uma profissão e sua autonomia intelectual significava a possível ruptura de um passado conservador e patrimonialista.

Ser professora primária possibilitou a muitas daquelas meninas uma maior liberdade de movimentos e poder de decisão, advindos do exercício de uma atividade intelectual e remunerada. Tal condição proporcionava a elas uma autonomia financeira e/ou a possibilidade efetiva de contribuição para o orçamento familiar. Assim, as professoras nos rincões das gerais, como sujeitos de suas experiências, construíram de formas próprias, incorporando, transformando ou rejeitando as representações que lhe foram impostas. Algumas das entrevistadas revelaram leitoras não só da palavra, mas também da realidade da sua época. De modo que nosso trabalho evidencia a importância da profissionalização da mulher a partir do magistério, no processo de ocupação do espaço público e a tomada de consciência de indivíduo na configuração da trama da sociedade na qual é parte.

Dentro do movimento de emancipação da mulher face à ocupação do espaço público, frente à sua formação intelectual e moral, exercer o ofício de ensinar foi certamente uma conquista. Ser professora significou, além do trabalho remunerado²⁰⁵, apropriar-se de uma cultura e de conhecimentos necessários para a vida, modelo de conduta ética e moral a ser seguido, possuindo visibilidade na dinâmica interna da sociedade da época. Contudo, o trabalho feminino no magistério primário também implicou reivindicações e resistência, e significou o resultado dos primeiros passos dados pelas mulheres rumo à sua profissionalização.

²⁰⁴ A ideia de que as mulheres eram mais competentes que os homens para o exercício da profissão docente, foi sendo construída aos poucos. O fato de os homens terem deixado, paulatinamente, de exercer o magistério está relacionado tanto às razões externas à escola e ao aparelho escolar quanto ao próprio incremento do processo de escolarização e nas transformações pelas quais passava a própria instituição escolar.

²⁰⁵ Vale ressaltar que a categoria nunca foi valorizada ou bem remunerada, o baixo estatuto da carreira docente no ensino primário e na escola pública tem suas raízes mais na divisão classista da sociedade do que, propriamente, na sua feminização.

Nesse contexto, a disseminação de novos padrões culturais²⁰⁶ que se fizeram por meio do desenvolvimento de habilidades e competências intelectuais requisitadas para o progresso do capitalismo industrial brasileiro, o que constatou-se foi a maior participação das normalistas inclusive frente a necessidade de formação dos rapazes que requeriam o ensino secundário no município de Ibiá, com atuação das professoras no Ginásio José Francisco Bias Fortes. Assim, com acesso à educação, as mulheres romperam o silêncio a elas imposto, através da escrita, do desenvolvimento da oratória e da prática de uma profissão, de modo que se tornaram capazes, não só de produzir seus próprios registros privados em seus diários, mas se tornarem aptas em promover comunicação com o mundo externo. Como professoras, diretoras de escolas, secretárias, servidoras públicas ou produzindo artigos para o jornal local, interagindo e participando ativamente do espaço público, como apresentado na seção quatro. Sua presença em diferentes setores, provendo inúmeras formas de sobrevivência, demonstra sua capacidade de engendrar discursos discordantes e até mesmo subverter comportamentos.

Ao final do processo analítico a síntese emerge, com ela ressurgem aspectos surpreendentes que conseguem novamente colocar em cena o ser vivo, e sua carga de experiência. Pois, este estudo histórico vai além da simples reconstrução pontual do passado de uma escola católica feminina, porque coloca em evidência em que medida a instituição de ensino se inscreve na estrutura social da comunidade e região, desvendando as relações de classe e gênero e o papel da religião no processo da escolarização. O Colégio Normal São José, mesmo na forma de instituição privada, desempenhou relevante papel na formação profissional e no aprofundamento de conhecimentos e saberes afeitos e legitimados para o gênero feminino, naquele momento. De modo que aqui se concentra a importância da pesquisa, a compreensão das mulheres que passaram por esse educandário, mães, irmãs professoras, alunas normalistas, martinhas, que vivenciaram enquanto sujeitos concretos, as práticas educativas e sociais complexas que se viram envolvidas. São vidas vividas em diferentes ritmos, apesar do desejo de padronização e submissão, em que nosso trabalho compreende, mediante suas escolhas pessoais profissionais, que decorrente da situação concreta histórica e socioeconômica, passaram a ser vistas pelas relações subjetivas que, além das objetivas, perpassaram o cotidiano de suas práticas profissionais e cotidianas.

Por conseguinte, o Colégio Normal São José se apresentava como uma alternativa autorizada para formação e posterior atuação das meninas/mulheres que se diplomavam como

²⁰⁶ A escola se estrutura tendo com finalidade conduzir o homem/cidadão à modernidade e, por consequência, à civilidade e ao progresso. De maneira que para além da religião, a educação, a ciência e a nação tornaram-se os pilares dos discursos da modernidade ao longo do século XX.

professoras primárias. De modo que naquele contexto era cada vez mais latente o desejo e a necessidade de se instruir a mulher a fim de que ela pudesse vir a desempenhar a contento as novas tarefas que a vida lhe reservava. Assim, as mulheres de classe média e instruídas, devidamente contextualizadas, no processo de novidades experimentado nas primeiras décadas do século XX, não seria mais possível mantê-las no modelo patriarcal tradicional como pretendiam. As mulheres instruídas procuraram romper com a hegemonia da sociedade patriarcal, criando a partir da formação e profissionalização docente, campos de atuação e de autonomia no espaço público.

Todavia, tem-se consciência de que o conhecimento não é absoluto e de que o resultado da apreensão do real é sempre uma verdade aproximada e nosso olhar de pesquisadora será apenas um dos olhares possíveis sobre o mesmo objeto (relações de gênero e educação), possibilitando também novas leituras e/ou pesquisas. Destaca-se a grande importância da prática da socialização dos dados coletados e da partilha das análises empreendidas nesse estudo, pois, isso poderá possibilitar novas abordagens e recortes epistemológicos a futuras investigações, que, por sua vez, poderão ampliar a construção do conhecimento sobre essa temática.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: UNESP, 1998.

ARAUJO, José C. de S. **Igreja católica no Brasil: um estudo da mentalidade ideológica**. São Paulo: Paulinas, 1986.

ARAUJO, José C. de S.; INÁCIO FILHO, Geraldo. **Grupos escolares e região: concretizações e obstáculos à política educacional mineira**. 2008. (Mimeo).

ARAUJO, José C. de S.; INÁCIO FILHO, Geraldo. Inventário e interpretação sobre a produção histórico-educacional na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: da semeadura à colheita. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (org.). **História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 153–91.

ARAUJO, José C. de S.; INÁCIO FILHO, Geraldo. Marcos filosóficos da modernidade em torno da educação da criança: antropologias da infância em disputa? In: ARAÚJO, José Carlos S.; CARVALHO, Carlos Henrique de; MOURA, Esmeralda B. Blanco de (org.). **A infância na modernidade: entre a educação e o trabalho**. Uberlândia: EDUFU, 2007, p. 179–207.

ARAÚJO, Silvio B. Álbum histórico da cidade de Ibiá. Mimeo: 1942.

ARQUIDIOCESE DE UBERABA. **Dom Eduardo Duarte Silva**. 1º Bispo de Uberaba. Disponível em: <https://arquidiocesedeuberaba.org.br/dom-eduardo-duarte-silva>. Acesso em: 22 jan. 2022.

AZZI, Riolando. A Igreja Católica no Brasil durante o Estado Novo (1937-1945). **Síntese Revista de Filosofia**, Rio de Janeiro, volume 7, n. 19, 1981, p. 49-71.

AZZI, Riolando. Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964). In: MARCÍLIO, M. L. (org.), **Família, mulher, sexualidade e Igreja na história do Brasil**. São Paulo: CEHILA; CEDHAL; Loyola, 1993, p.101-134.

AZZI, Riolando. **História da Igreja no Brasil, ensaio de interpretação a partir do povo**. Tomo II/3-2: Terceira época: 1930-1964. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, 686 p.

AZZI, Riolando. **Vida religiosa feminina no Brasil Colonial: enfoques históricos**. São Paulo: Paulinas, 1983.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. A aventura da modernidade. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

BERTHA LUTZ, Maria Júlia. **O Lar**. Sala das Comissões, 28-7-1937, in Projeto n. 623, Imprensa Nacional, 1937, p. 41.

BICALHO, M. F. B. O bello sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX. In: COSTA, A. de O., BRUSCHINI, C. (org.) **Rebeldia e submissão**: estudos sobre a condição feminina. São Paulo: Vértice, Fundação Carlos Chagas, 1989.

BITTENCOURT, Agueda Bernardete. A era das congregações - pensamento social, educação e catolicismo. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 28, p. 10.1590/1980-62, 2017.
<https://doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0117>

BOUISSOU, Genoveva. **Traços Biográficos de Madre Maria de Jesus**. Rio de Janeiro: s/ed, 1965.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro, Bertrand, Brasil, 1998.

BORDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1937.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1946.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 3.200**, de 19 de abril de 1941. Dispõe sobre a organização e proteção da família. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3200-19-abril-1941-413239-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 8.529**, de 02 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 22 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 8.530**, de 2 de janeiro de 1946. **Lei Orgânica do Ensino Normal**. 1946.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 10.362/32**.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Rio de Janeiro, 1961.

CAMPOS, Francisco. **Carta a Getúlio Vargas**. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 18/04/19.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica**: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924–1931). Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937-1945)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

CARTA ENCÍCLICA *DIVINI ILLIUS MAGISTRI* DE SUA SANTIDADE PAPA PIO XI. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_pxi_enc_31121929_divini-illius-magistri.html

CASTRO, Fernando Pedreira de. **Dom Silverio gomes Pimenta: um Santo Arcebispo**. Rio de Janeiro, Vozes, 1954. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/424-silverio-gomes-pimenta>. Acesso em: 22 jan. 2022.

CHAMON, Magda. **Trajetória de feminização do magistério**. Ambiguidades e conflitos. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

CIRIBELLI, Marilda Corrêa. **Mulheres Singulares e Plurais**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. (Sofrimento e Criatividade).

COMTE, Augusto. **Catecismo Positivista**. Rio de Janeiro: Apostolado Positivista do Brasil, 1934.

DEL PRIORE, Mary. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

DURKHEIM, Émile. **A Educação Moral**. Trad. Raquel Weiss. Petrópolis: Vozes, 2008.

FONSECA, M.G., SILVA, M. M. da. **Memória da Vida de Emma Poyet – Na Vida Religiosa: Madre Maria Miguel do Sagrado Coração**. Belo Horizonte, 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento de 1940: população de fato, por sexo e situação do domicílio, segundo municípios e distritos. Série Regional. Parte XIII, Minas Gerais. Tomo II**, Rio de Janeiro, 1950.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, Primeiros Passos, 2004.

KOSIK, Karel. **O homem. Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: editora da UFMG, 1999.

LEITE, L. M. A mulher das camadas médias entra no mercado de trabalho. In MARCÍLIO, M. L. (org.), **Família, mulher, sexualidade e Igreja na história do Brasil**. São Paulo: CEHILA; CEDHAL; Loyola, 1993, p.191-196.

LEONARDI, Paula. **Além dos espelhos: memórias, imagens e trabalhos de duas congregações católicas francesas em São Paulo**. São Paulo, 2008.

LIMA, Alceu Amoroso. **Humanismo Pedagógico: estudos de filosofia de educação**. Católica. Vol. XI. Rio de Janeiro: Stella Editora, 1944.

LIMA, Alceu Amoroso. **Pela Ação Católica**. Biblioteca de Ação Católica. Vol. I. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca Anchieta, 1935.

LOMBARDI, José Claudinei; C. R. J. Público e privado como categoria de análise da educação: uma reflexão desde o marxismo. In: LOMBARDI, J. C.; JACOMELI, M. R.; SILVA, T. M. T. da. (org.). **O público e o privado na história da educação brasileira**:

concepções e práticas educativas. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR; UNISAL, 2005.

LOPES, M. A. **Mulheres, espaço e sociabilidade**. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

LOURENÇO, L. A. B. **O Triângulo Mineiro, do Império à República**: o extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (segunda metade do século XIX). Uberlândia: Edufu, 2010. <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-247-2>

LUSTOSA, Frei O. F. **A presença da Igreja no Brasil**. São Paulo: Giro LTDA, 1977.

MAFRA, L. A. A formação sociocultural de professoras primárias: rituais e vivências no Instituto de Educação de Minas Gerais:1937-1960. In: Ana Maria Casasanta Peixoto e Mauro Passos (org.). **A Escola e seus atores**: educação e profissão docente. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005, v., p. 137-148.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)**. Tradução de Heloísa Braz de O. Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MINAS GERAIS. **Decreto II.501**, de 31 de agosto de 1934; aprova modificações feitas no decreto 10.362, de maio de 1932. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1935.

MINAS GERAES. Secretaria da Agricultura. Album Chorographico Municipal do Estado de Minas Geraes. Belo Horizonte, Imprensa Oficial.1927. Disponível em: <http://www.albumchorographico1927.com.br/indice-1927/itabira>. Acesso em: 12 nov.2021.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação. Livro de termos de visita, realizada no dia 1 de abril de 1944. Ibiá, livro 1.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação. Livro de termos de visita, realizada no dia 9 de setembro de 1944. Ibiá, livro 1.

MOURA, Pe. Laércio. **A educação católica no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2000.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1976.

NUNES, M. J. F. Rosado. Freiras no Brasil. In: PRIORE, Mary Del (org). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

NUNES, M. J. F. Rosado. **Vida Religiosa nos Meios Populares**. Petrópolis: Vozes, 1985.

ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira**: Cultura brasileira e Indústria Cultural. São Paulo: Brasiliense, 2001.

PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011

PEIXOTO, A. M. C. **Educação e Estado Novo em Minas Gerais**. Bragança Paulista: editora da EDUSF, 2003.

PEIXOTO, A. M. C. Triste Retrato: A Educação Mineira no Estado Novo. *In*: Governo de Minas Gerais - Secretaria da Educação. (org.). **Lições de Minas - 70 anos da Secretaria da Educação**. 1 ed. Belo Horizonte: Governo de Minas Gerais-Secretaria da Educação, 2000, v. 1, p. 7-19.

PERROT, Michelle. **As mulheres e os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PETITAT, André. **Produção da escola/produção da sociedade**: análise sócio-histórico de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PIO XI, Papa. Encíclica *Divini Illius Magistri* – sobre a educação cristã da juventude, 1929.

PIO XII. **Alocução sobre o apostolado da mulher católica**. Petrópolis: Vozes, 1958. (Col. Documentos Pontifícios, 125).

RIBEIRO, B. de O. L; ARAUJO, J. C. S. **Na luta pela vida, úteis a si e à pátria**: Escola Profissional Feminina de Belo Horizonte (1919-1947). Uberlândia: EDUFU, 2021.
<https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-006-8>

ROSA, L.R.O. **A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro**: estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920-1937. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Campus de Franca. UNESP, Franca, 2011, 286p.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SCOTT, J. W. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 77, jul.-dez., 1995.

SCOTT, J. W. **Preface a gender and politics of history**. Cadernos Pagu, nº. 3, Campinas, SP, 1994.

SOUTO, Adilour Nery. **Do ensino público ao ensino privado**: uma análise da Escola Santa Terezinha em Ibiá-MG (1937 a 1959). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia – MG, 2012. Disponível em:
<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13892>. Acesso em: 22 jan. 2022.

SOUZA, Sirlene Cristina de. **Grupo Escolar de Ibiá, MG (1932 a 1946)**: uma expressão estadual. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. UFU. 2010, 208 p.

TANURI, Leonor Maria. História da Formação de Professores. **Revista Brasileira de Educação**. n. 14, Mai./Ago., 2000, p. 61-88.

VIEIRA, Lula. **Incomodada ficava a sua avó**: anúncios que marcaram época e curiosidades da propaganda. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

WEISS, Raquel Andrade. **Émile Durkheim e a fundamentação social da moralidade**. Tese (Doutorado em Filosofia). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2010.

WIKIMEDIA COMMONS. **Arquivo**: Minas Gerais MesoMicroMunicip.svg. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:MinasGerais_MesoMicroMunicip.svg. Acesso em: 22 jan. 2022.

WIRTH, John D. **O fiel da balança**: Minas Gerais na federação brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Websites

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/rmvtronco/ibia.htm>. Acesso em: 22 jan. 2022

<https://www.geo.mg.gov.br/progeo-web/>. Acesso em: 22 jan. 2022

Periódicos

ATLÂNTIDA. Folhetim: Conheça sua terra e sua gente. Ibiá — A cidade que ressurgiu. Ago. 1945.

CIDADE DE IBIÁ. Ibiá, 2 de julho de 1939.

ISTO É IBIÁ. Minas Gerais, volume único, dez. 1964.

JORNAL VOZ DE IBIÁ, Ibiá, MG, 06 de novembro de 1960.

O CRUZEIRO. Para a mulher. Rio de Janeiro, n. 49, 18 set, 1954.

REVISTA DO ENSINO. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. 101, abr., 1934.

REVISTA IBIÁ. Ibiá, volume único, 1978.

REVISTA VOZ DE IBIÁ, Ibiá, MG, 1961.

Documentos legais

CÓDIGO de derecho canonico y legislacion complementaria. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1957.

CÓDIGO de direito canônico. São Paulo: Loyola, 1983.

COLÉGIO SÃO JOSÉ. Ata da sessão de instalação do Colégio São José. Ibiá, 1937.

CONCÍLIO Vaticano II: Constituciones, Decretos, Declaraciones, Documentos Pontificios Complementarior. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1965.

CONGREGAÇÃO DAS RELIGIOSAS MISSIONÁRIAS. Nossa Senhora das Dores. **Um chamado divino**. Disponível em: <https://rmnsd.com.br/quem-somos/historia/>. Acesso em 12 nov. 2021.

CONGREGAÇÃO RMNSD. Acervo documental do Colégio Normal São José. Ibiá, 1921.

CONGREGAÇÃO RMNSD. Acervo documental do Colégio Normal São José. Ibiá, 1937.

CONGREGAÇÃO RMNSD. Acervo documental do Colégio Normal São José. Ibiá, 1939.

CONGREGAÇÃO RMNSD. Acervo documental do Colégio Normal São José. Ibiá, 1944.

CONGREGAÇÃO RMNSD. Acervo documental do Colégio Normal São José. Ibiá, 1946.

CONGREGAÇÃO RMNSD. Acervo documental do Colégio Normal São José. Ibiá, 1957.

CONGREGAÇÃO RMNSD. Acervo documental do Colégio Normal São José. Ibiá, 1961.

CONGREGAÇÃO RMNSD. Acervo documental do Colégio Normal São José. Ibiá, 1969.

CONGREGAÇÃO RMNSD. Acervo documental do Colégio Normal São José. Ibiá, 1969.

CONGREGAÇÃO RMNSD. História R.M.N.S.D. Parte II. Belo Horizonte, 1960.

CONGREGAÇÃO RMNSD. História R.M.N.S.D. Parte III. Belo Horizonte, 1960.

ANEXOS

Anexo 1 - O poder da imagem como fonte histórica: sobre as escadarias do Colégio Normal São José a história da educação feminina se constituiu

a) Alunas do Colégio Normal São José - 1946



b) Comunidade de Ibiá – RMNSD 29/01/1957



c) Primeira Comunhão no Colégio Normal São José - 1955



d) Internato nas Bodas de Prata do CNSJ – 19/03/1962



e) Martinhas do Patronato São José – Out./1954

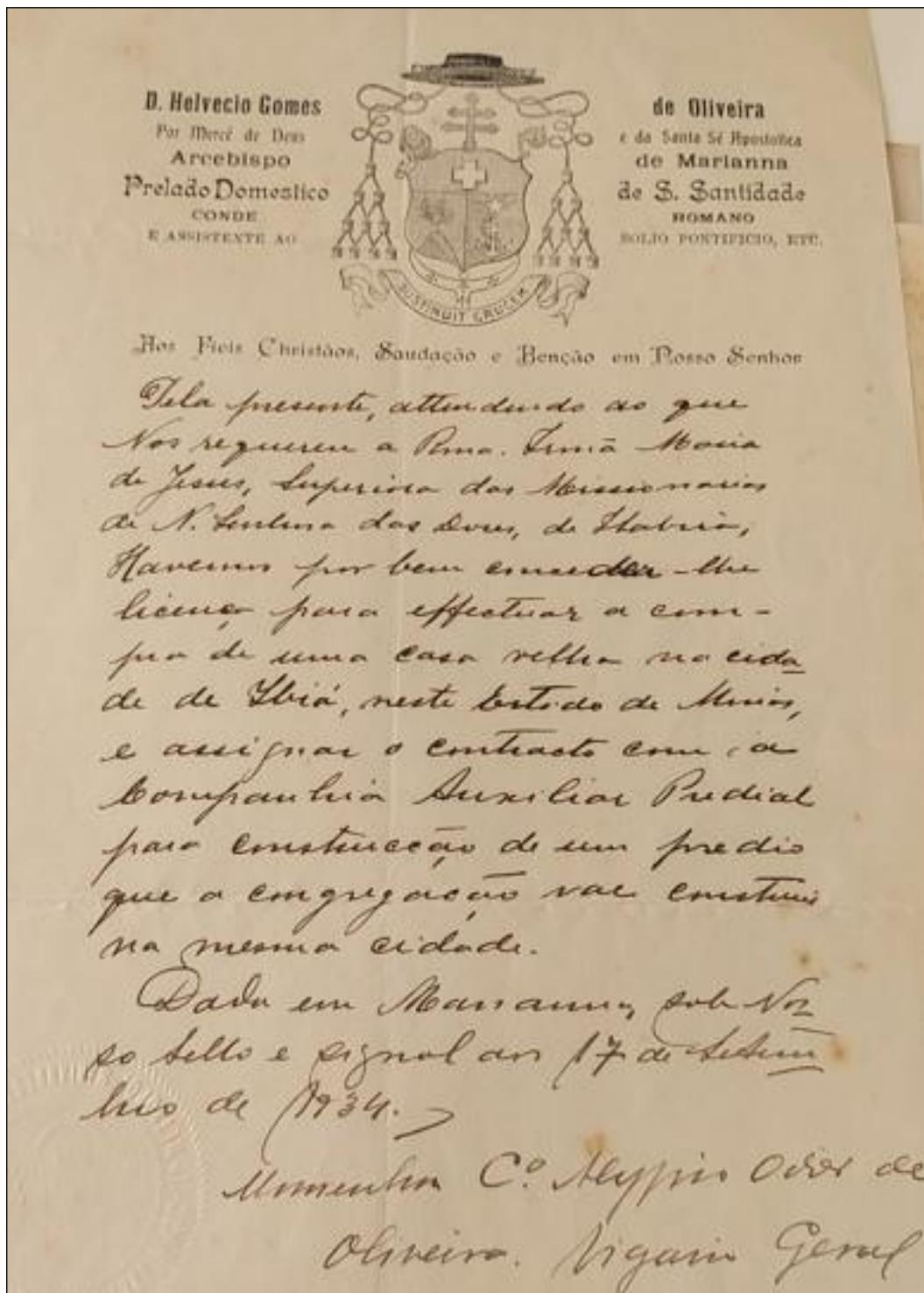


f) Primeira Concentração das ex-alunas do CNSJ – 15/09/1956

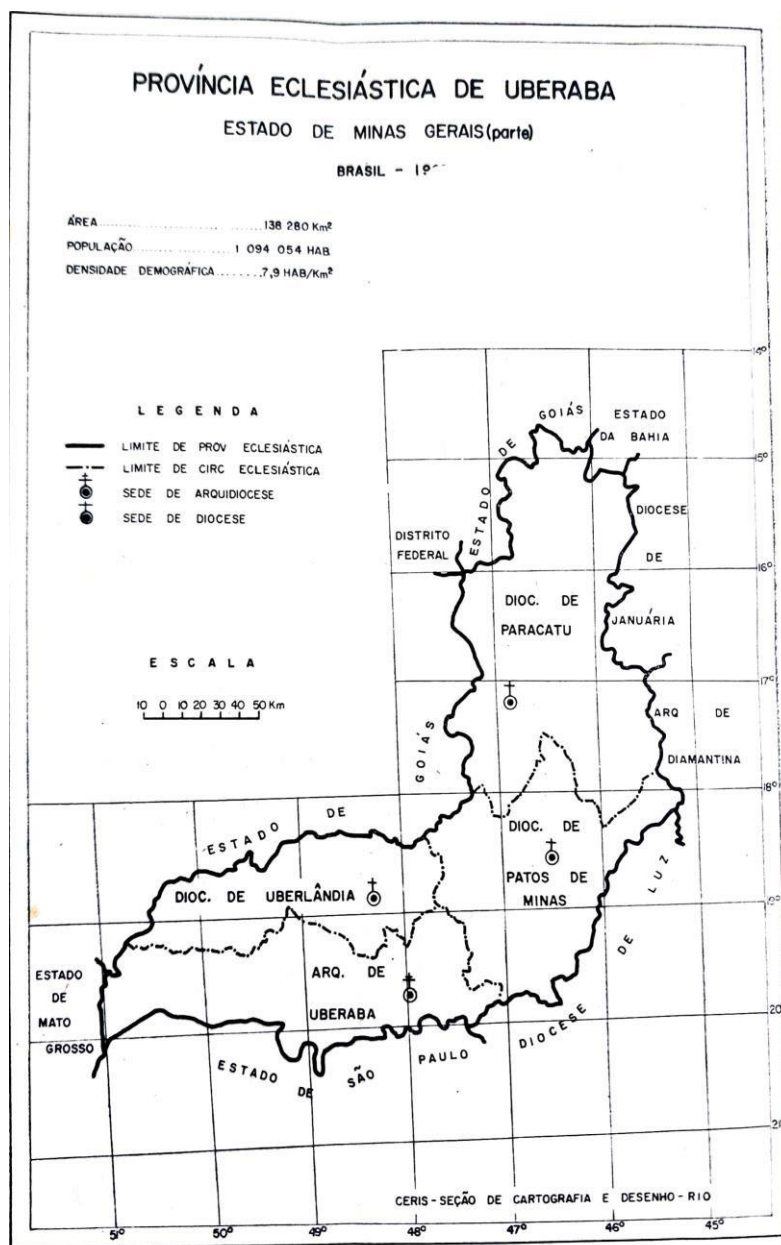


Anexo 2 - A importância dos acervos documentais públicos e privados na construção da História da Educação do Brasil

a) Requerimento da Irmã Maria de Jesus, Superiora das Missionárias de N. S. das Dores



b) Província Eclesiástica de Uberaba



c) Província Eclesiástica de Uberaba – Estatísticas Gerais e Estatísticas das Ordens, Congregações, Sociedades e Institutos Masculinos e Femininos

Tabela 1

1. Estatísticas Gerais

Circ. Eclesiásticas	Área Territ.	Hab.	Hab. por km²	Par.	Hab. por Par.	Sacerdotes			Hab. por Sac.	Seminários								
						Total	Sec.	Rel.		Total	Períodos							
											Clero Sec.	Clero Rel.	Maiores Sec.	Menores Sec.	Rel. Sec.	Rel. Rel.	Pre Sec.	Rel.
Paracatu	45.725	121.442	2,65	7	17.349	15	—	15	8.096	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Patos de Minas	33.130	350.355	10,57	22	15.925	44	22	22	7.963	1	—	—	—	1	—	—	—	—
Uberaba	35.273	278.350	7,89	19	14.650	59	22	37	4.718	1	1	—	—	1	—	—	—	1
Uberlândia	24.152	343.907	14,23	15	22.927	54	13	41	6.369	1	3	—	—	—	3	—	—	1
Total:	138.280	1.094.054	7,91	63	17.366	172	57	115	6.360	3	4	—	—	2	4	—	—	2

PROVINCIA ECLESIASTICA DE UBERABA

2. Estatísticas das Ordens, Congregações, Sociedades e Institutos Masculinos e Femininos

Circunscrições Eclesiásticas	Nº de Ordens, Congreg., Sociedades e Institutos Seculares		Nº de Sedes de Governo e Representações de Congreg.		Casas e residências de Congregações		Religiosos não-Sacerdotes de Congregações		Religiosas profissões de Congregação de		FORMAÇÃO DE RELIGIOSAS			
											Períodos			
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Clericais	Laicais	vida mista	vida cont.	Casas	Juniores	Noviciados	Postulantes
Paracatu	1	1	—	1	6	2	—	—	10	—	1	—	1	1
Patos de Minas	4	9	—	—	6	14	5	6	141	—	1	—	1	1
Uberaba	9	15	—	4	11	22	4	75	162	90	1	—	1	1
Uberlândia	6	9	2	1	9	13	4	—	156	—	—	—	—	—
Total:	20	34	2	6	32	51	13	81	469	90	4	—	3	4

1903

d) Inscrição para obtenção de bolsa de estudo para a 1ª série do curso Ginásial

QUERO CONQUISTAR BÓLSA DE ESTUDO PELO MEU PRÓPRIO ESFORÇO

Nº. DE INSC.:

Idria, 28 de Fevereiro de 1960

Senhores Membros da Comissão de Assistência Educacional

Maria Inês Perilo Paganini, residente na rua Domínge n.º 57, Cidade Idria, Estado Minas

requer sua inscrição como candidato à seleção, a fim de obter bolsa de estudo, para a 1ª série do curso Ginásial, turno.....

em regime de externato (internato ou externato) do estabelecimento: Ginásio - Escola Normal São José

situado na rua Guaraná n.º 17

Cidade Idria Estado Minas

Maria Inês Perilo Paganini
Assinatura do candidato



e) Relação dos alunos bolsistas – (De acordo com o item 17 da Circular 2/58)

IBIA						
GINÁSIO E ESCOLA NORMAL SÃO JOSÉ						
Minas Gerais						
1960						
RELAÇÃO DOS ALUNOS BOLSISTAS - (DE ACÓRDO COM O ITEM 17 DA CIRCULAR 2/58)						
Nº de Ordem	NOME	SÉRIE	Origem do benefício	Valor do benefício por aluno	Soma do benefício por origem	SOMA GERAL
1	Carolina Maria Araújo	IVa.	Port. 501	4 450,00		
2	Heloisa Helena Rodrigues	IIIa.	" "	3 600,00		
3	Maria de Lourdes Rosa	IIIa.	" "	4 450,00	12 500,00	
4	Ana Maria Caetano Reis	IIIa.	Prefeitura	4 150,00		
5	Angela Maria de Avila	Ia.	"	4 150,00		
6	Célia Aparecida Cruz	IIa.	"	4 150,00		
7	Elenir Maria Fernandes	Ia.	"	4 150,00		
8	Eloisa Abadia	Ia.	"	4 150,00		
9	Genifer Landi da Fonseca	IIa.	"	4 150,00		
10	Maria Aparecida Araújo	Ia.	"	4 150,00		
11	Maria Ceres Terra Dias	IIa.	"	4 150,00		
12	Mary Ruth Pacheco	Ia.	"	4 150,00		
13	Nilda Silva Ferreira	IIa.	"	4 150,00		
14	Olga Maria da Luz	IIa.	"	4 150,00		
15	Magna Rodrigues Dias	IIIa.	Estabelecim.	4 450,00	45 650,00	
16	Maria Araújo das Dores	IVa.	"	4 450,00		
17	Marlene da Conceição Silveira	IIIa.	"	4 450,00		
18	Nice Velôzo de Melo	Ia.	"	868,00		
19	Terezinha Mancu Araújo	IIIa.	"	4 450,00	18 668,00	76 818,00

OBSERVAÇÕES: Cálculo de 5%
 Receita teórica de 1958:
 102 alunos a @ 1 950,00=
 @ 198 900,00 - 5%: 9 945,00

IBIA, 20 de abril de 1960

A Junta Escolar: O Diretor: ass) Ivone das Dores Drumond (Madre Maria da Apresentação)
 O Representante dos Professores: ass) Maria Aparecida da Melo (Irmã Maria Auxiliadora)
 O Representante do MEC: ass) Dr. Danilo Cunha

O Diretor: *Ivone das Dores Drumond* (M. M. da Apresentação)
 Inspetor: *Danilo Cunha*



f) Certidão de Inteiro Teor do Registro: 1201 Data: 26/07/1955



Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Ibiá - MG
Rua Sabina Borges de Lima, 155 - Centro - Ibiá - MG - CEP:38950-000
Tel:(34)3631-1964 - cartoriordibia@gmail.com
Júlia Machado de Andrade - OFICIALA
Certidão de Inteiro Teor do Registro: 1201 Data: 26/07/1955
Livro: A 3 Fls: 0 Protocolo: 1



Há registro(s)/averbação(ões) posteriores a este ato, conforme mencionado no verso da última página desta certidão. XXXXXXXXXXXXXXX

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Ibiá

Luiz
Ibiá, 26-7-55.

Como membro da Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores e Diretora do Patronato "São José", Instituição de assistência social cuja finalidade é amparar e instruir crianças pobres do sexo feminino, com sede nesta cidade, à rua 40, nº 17, em pleno funcionamento desde 19/3/1937, (dezenove de Março de mil novecentos e trinta e sete), vimos pedir a V. Excia. se digne, nos termos da lei, mandar registrar seus Estatutos no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas. Para este fim, juntamos ao presente, cópia integral dos referidos Estatutos, uma cópia da ata da Sessão para aprovação dos Estatutos do Patronato "São José" e eleição da nova Diretoria e um exemplar do "Minas Gerais" do dia vinte e dois de junho do corrente ano.

Nestes termos
Pede deferimento

Recebi em 26 de Julho de 1955 a firma *Supra*
de *M. Maria São José*
Supra
10 de 26 de Julho de 1955
Valentim de Almeida

Esta certidão de inteiro teor continua nas folhas subsequentes, conforme total de laudas indicado logo abaixo.

****VERSO EM BRANCO****HÁ ELEMENTOS DE AVERBAÇÃO****

Vanessa Sousa - Escrevente

h) Ofício circular nº 3, de 28 de Maio de 1956

Ministerio da E. e Cultura -Diretoria do E. Secundari

Ofício circular nº 3, de 28 de Maio de 1956.
Aos srs. inspetores junto aos estabelecimentos do
Distrito Federal.

Senhor Inspetor:

Em atenção a um ofício do Meretíssimo Sr. Juiz
de Menores do Distrito Federal, remeto-vos a cópia
anexa do provimento de 10 de maio de 1956, solici-
tando-vos dela deis conhecimento ao Sr. Diretor
desse Estabelecimento para as providencias que se
tornem necessárias.

Atenciosamente:

Assinado: Gildasio Amado.
Diretor do E. Secundario.

Nire

*Vejam o que pessoas sensatas pensam
dessas exhibições: raiinhas, desfiles, etc. - Alguém
no Rio, varios estabelecimentos foram multados
Mando a copia dessa portaria a todos
os nossos Colegios como corrativos ou como preventivos
conforme a necessidade.*

i) Circular N.º 1 – VI Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino - 1959



**VI CONGRESSO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS
PARTICULARES DE ENSINO**
SECRETARIA GERAL

INSTITUTO CARLOS A. WERNECK
AV. 15 DE NOVEMBRO, 264 - TEL. 2807 e 3385
PETRÓPOLIS - ESTADO DO RIO - BRASIL

Petrópolis setembro de 1959

Circular N.º 1

Ilustre Colega

Temos a satisfação de comunicar-vos, pela presente, que a VII Conferência Nacional dos Estabelecimentos Particulares do Ensino, reunida em Belo Horizonte, em julho último, aprovou o Regimento Interno e o Temário do VI Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, a reunir-se em Petrópolis, Est. do Rio, de 4 a 9 de Janeiro próximo, de acordo com o desejo da Federação Nacional de Estabelecimentos de Ensino.

Bem sabeis, caro colega, o que vem representando para a vida educacional brasileira a realização de Congressos como os nossos. Basta compulsar os Anais dos cinco Congressos anteriores, realizados sucessivamente na Capital Federal, em Belo Horizonte, em S. Paulo, em Salvador e em Porto Alegre, para verificar-se que quase todas as medidas de envergadura que têm sido tomadas pelo Ministério de Educação e Cultura em matéria de ensino, vem sendo inspiradas em sugestões nossas, veiculadas através destes memoráveis encontros. A flexibilidade dos Cursos, a relativa liberdade quanto à distribuição de aulas curriculares, a instituição de Bolsas de Estudo, a criação do Fundo Nacional do Ensino Médio, as Classes Experimentais, a modificação havida nos critérios de fiscalização por parte do Governo Federal, a criação de órgãos como a CADES e a CAEC, o apreço à iniciativa particular em matéria de educação, os Convênios assinados pelo Ministério com os Colégios e muitas outras iniciativas de menos vulto são a consequência direta de medidas por nós sugeridas nesses encontros periodicamente realizados.

Mesmo agora, quando se discute no Parlamento Nacional a Lei de Diretrizes e Bases de Educação, urge uma manifestação pública e autorizada da opinião da Escola Particular Brasileira a respeito desse assunto de magna importância.

Em 1953, quando da realização do V Congresso Nacional de Estabelecimentos Particulares de Ensino em Porto Alegre, ficou decidido que o próximo Congresso seria realizado pelo Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Estado do Rio de Janeiro, em Petrópolis, dentro de pouco tempo. Circunstâncias várias impediram que pudéssemos realizar mais cedo nosso encontro. Chegou, porém, o momento de mais uma vez nos reunirmos tendo em vista, sobretudo, a situação dramática em que vive a Escola Particular Brasileira, face à intromissão do Poder Público, dia a dia mais ameaçador.

Esperamos receber, em Petrópolis, os representantes dos 3.200 Colégios e Escolas de Comércio existentes no País, do sistema particular de ensino, além dos Cursos Primários que também aqui se farão representar. Nossa cidade está perfeitamente em condições de realizar o grande conclave. Servida por magníficas rodovias, a hora e meia do Rio de Janeiro, desfrutando de excelente clima, graças a sua altitude de 850 metros, com ótimos hotéis, um dos quais, o Quitandinha, o maior do Brasil, com grandes internatos leigos e religiosos, masculinos e femininos, em condições de abrigar centenas de congressistas, contando com magnífico parque industrial, um dos primeiros do país, possuindo pontos turísticos de inigualável valor histórico e paisagístico entre os quais se destaca o monumental Museu Imperial, único em seu gênero no Brasil, está Petrópolis em condições de receber congressistas de todos os recantos do Território Nacional e proporcionar-lhes uma acolhida cordial e entusiástica. Na próxima correspondência enviar-vos-emos um exemplar do Regimento Interno e a ficha de inscrição, com as indicações completas sobre hospedagem e meios de condução. Para que tenhais idéia da importância do Temário a ser cumprido, discutiremos, entre outros, os seguintes assuntos: «A Escola Particular face à atuação do Poder Público»; «Posição da Escola Secundária em face da orientação educacional»; «A realidade econômica da Escola Particular Brasileira»; «Do direito da Família na educação da prole»; «As organizações estudantis dentro e fora da Escola»; «A influência do meio sobre a formação do adolescente».

Além desses temas já distribuídos a vários Sindicatos do País, que os desenvolverão sob a forma de monografias, queremos informar-vos que qualquer congressista, efetivo ou honorário, poderá apresentar Teses e Proposições, devendo as mesmas ser impressas, mimeografadas ou datilografadas.

Na expectativa de que não deixareis de trazer ao plenário a vossa contribuição, versando qualquer das proposições contidas no Temário, à vossa escolha, estamos certos de poder contar com vosso integral apoio.

Encarecendo a necessidade do vosso comparecimento ao VI Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, que não pode prescindir da inapreciável contribuição da vossa Cultura e da vossa experiência, firmamo-nos agradecidos.

A COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE: Prof. Plínio Leite

VICE PRESIDENTE: Prof. Carlos A. Werneck

1.º SECRETÁRIO: Mère Thomé

2.º SECRETÁRIO: Prof. Tacieli Cyleno

1.º TESOUREIRO: Cônego Elco I. M. Bulckens

2.º TESOUREIRO: Prof. Alvaro Mandarino

j) Dados sobre transferências dadas e recebidas – Ibiá, 25 de março de 1965

GINÁSIO E COLÉGIO NORMAL SÃO JOSÉ
IBIÁ MINAS GERAIS

DADOS SOBRE TRANSFERÊNCIAS DADAS E RECEBIDAS

<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</u>		SÉRIE	Data do recebimento	Estabelecimento de origem	Cidade	Estado
<u>Alunas</u>						
1-Ana Maria Rodrigues	2ª	25/2/65	C.N.S.do Patrocínio	Patrocínio	MG	
2-Gleide Oliveira de Souza	2ª	28/2/65	C.D.R. José Ferreira	Uberaba	MG	
3-Mary Ruth Pacheco	1ª	18/2/65	C.N.S.das Dores	Itabira	MG	

<u>TRANSFERÊNCIAS DADAS</u>		SÉRIE	Data da expedição da transferência	Estabelecimento de destino	Cidade	Estado
<u>Alunas</u>						
1-Gema M.Fenido da Silva	3ª	3/2/65	C.N.S.das Dores	Itabira	MG	
2-Maria de Lourdes Rosa	3ª	10/2/65	C.N.S.das Graças	Patos de M.	MG	
3-Maria Rita de Melo	3ª	5/2/65	G.e E.N.Municipal	S.Gotardo	MG	
4-Ana Maria Teixeira	2ª	24/2/65	C.N.S.do Patrocínio	Patrocínio	MG	
5-Maria Isabel de Paiva	2ª	8/3/65	G.Frei Leopoldo	Matutina	MG	
6-Maria Madalena da Silva Lana	2ª	5/3/65	E.N.Oficial de Patos	Patos de M.	MG	

Ibiá, 25 de março de 1965

Mª Maria das Graças
 Mª Maria das Graças-Diretora

Olivia Araújo Santos
 Olivia Araújo Santos-Fiscal Estadual

k) Alunas de Violino do Colégio Normal São José - 1956



D) Cópia da Ata da Reunião da Congregação

CÓPIA DA ATA DA REUNIÃO DA CONGREGAÇÃO

Aos 27 dias do mês de fevereiro de 1965, no Ginásio e Colégio Normal São José, de Ibiá, a Sra Fiscal do Govêrno, D. Olívia Araújo Santos, designada para os trabalhos dos exames de 2ª época, convocou uma reunião do Corpo Docente do Estabelecimento para comentar o resultado dos exames realizados e combinar planos de aula para o corrente ano letivo.

Compareceram a esta reunião tôdas as professoras do Estabelecimento e a Revda Madre Maria das Graças.

A Sra. Fiscal mostrou-se satisfeita com os resultados obtidos e congratulou-se com o Corpo docente dêste Educandário por mais esta vitória alcançada no campo da instrução onde vêm trabalhando.

Falando a Revda Diretora, traçou os deveres das professoras junto às alunas indicando métodos a empregar com maior proveito na educação da mocidade.

Frisou a necessidade de educar para instruir lembrando que a formação moral das alunas deve ocupar o primeiro lugar na grande obra da educação da mocidade.

Discorreu largamente sobre os métodos de ensino a empregar afim de que as alunas possam adquirir a maior soma possível de conhecimentos úteis à vida prática.

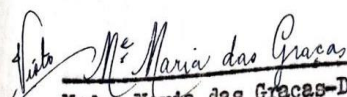
Antes de terminar fêz-se a distribuição das cadêiras para o ano letivo de 1965.

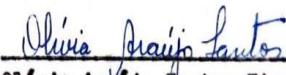
Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião.

Lavrrou-se a presente ata que será devidamente assinada.

Ibiá, 27 de fevereiro de 1965

- A) Madre Maria das Graças-Diretora
- B) Olívia Araújo Santos-Fiscal Estadual


Madre Maria das Graças-Diretora


Olívia Araújo Santos-Fiscal

m) Relação dos Cursos que estão funcionando no Colégio São José – Ibiá - 1969

**-RELAÇÃO DOS CURSO QUE ESTÃO FUNCIONANDO
NO COLÉGIO SÃO JOSÉ- IBIÁ- 1969**

- CURSO NORMAL-

1º ano.....	25 alunas
2º ano.....	25 "
3º ano.....	21 "
Total:.....	71 "

-CURSO PRIMARIO-

Pré-Azul.....	30 alunos
Pré-Rosa.....	30 "
1º ano Anl.....	27 "
1º ano An3.....	30 "
2º ano.....	30 "
3º ano.....	39 "
4º ano.....	40 "
Total.....	226 "

-CURSO CIENTIFICO-

1º ano.....	47 alunos
2º ano.....	7 "
3º ano.....	6 "
Total.....	60 "

-ADMISSÃO AO GINÁSIO-

Admissão do Professor Antônio.....	40 alunos
Admissão de Catarina Evangelista.....	35 "
Total.....	75 "

-CURSO GINASIAL-

1ª série Azul.....	36 alunas
1ª série Rosa.....	36 "
2ª série.....	32 "
3ª série.....	33 "
4ª série.....	23
Total.....	160 "

TOTAL GERAL..... 592 alunos

Estatística feita em 19/3/1969-

E1 (23/ nov./2020)

Tenho 72 anos e estudei no Colégio Normal São José, de Ibiá/MG, no ano de 1962 a 1965, e depois retornei para fazer o Curso Normal nos anos de 1968 a 1970. Durante esse período tivemos como Diretora, Madre Maria das Graças (Irmã Eder). Ela estava sempre acompanhada da Irmã Santa Gema, que nós, alunas, a chamávamos secretamente de Pagé, pelo fato de estar sempre assessorando a Madre e trocando ideias.

No meu tempo fazíamos fila para entrar nas salas de aula, e a campainha avisava o momento de nos direcionar aos estudos. Antes fazíamos a oração no pátio. Nos meses de maio e junho, nos dirigíamos à Capela antes das aulas, para as orações próprias do tempo. Em maio, as orações e cantos dedicados à Maria, e no mês de junho, dedicados ao Sagrado Coração de Jesus. De tempos em tempos fazíamos os retiros espirituais, realizados sempre num final de semana, com pregadores vindos de outras cidades.

Lembro-me de minhas professoras: Ir. Piedade, Ir. Santo Irineu, Ir. Helvécia, Ir. São José, Ir. Santa Eufrásia, Ir. Marta, Ir. Imaculada, Ir. Filipinas, Ir. Santa Joana de Chantal, Ir. Ancila Domine e outras. Desse tempo também, as irmãs Edwiges e Sant Juliana, que não foram minhas mestras. Das noviças, destaco a jovem Marcela, que era a motorista do Colégio, conduzia com habilidade uma perua de nome Josefina, em honra à esposa de Napoleão Bonaparte. Marcela conduzia as irmãs que faziam faculdade em Patos de Minas/MG.

Recebemos por algumas vezes, a visita da *Ma Mère*, Madre Maria de Jesus (fundadora da congregação). Haviam comemorações: Canto da *La Marselhesa*, oração da Ave Maria em francês, e ela nos dirigia sempre algumas palavras. Ficamos tristes com a notícia de sua morte em 1963. Nesse dia não tivemos aulas.

Tínhamos a missa com a presença obrigatória todos os domingos às 06h00, onde usávamos nosso uniforme de gala, com boina e gravata. Era necessário levar a caderneta escolar para carimbar a presença à porta da Igreja. Em ocasiões especiais como procissão de Corpus Christy, usávamos nosso uniforme de gala todo branco com saia pregueada de fustão (pano em desuso).

Com as alunas internas vindas de várias cidades da região, tínhamos pouco contato, nos relacionando apenas em sala de aula. Tínhamos uma disciplina exemplar. Toda semana as alunas mais comportadas recebiam uma fita azul e branca, que era afixada no bolso da blusa. No final do ano, as alunas com melhores notas, recebiam uma medalha de condecoração.

Havia também uma prova de fogo: era a classificação por rendimento escolar que ocorria todo final de mês. Todas as turmas enfileiradas no pátio presenciavam essa classificação por classe, desde a primeira colocada até a última. Eram chamadas por essa ordem, e todas ficavam conhecendo quem era a aluna mais atrasada de cada classe.

O Colégio não aceitava mulheres casadas, porém no ano de 1968, houve essa abertura, e eu com mais duas colegas de sala fomos admitidas: a Genoveva Paiva Oliveira e Alvinha Borges, posteriormente secretária do Colégio São José. No ano de minha formatura nasceu minha filha Larissa, Madre Maria das Graças, carinhosamente a presenteou com um lindo sapatinho de tricô, feito por ela.

²⁰⁷ As depoentes E1 e E2 encaminharam os relatos no formato impresso e a depoente E3 via e-mail devido as restrições impostas pela covid-19. Os relatos correspondem as respostas do formulário de entrevista semiestruturada aprovado pelo Comitê de Ética, conforme consta no CAAE: 47824421.3.0000.5152 (Certificado de Apresentação de Apreciação Ética, numeração gerada que identifica o protocolo de pesquisa que passou pela apreciação e aprovação do Comitê de Ética da UFU)

A língua francesa era matéria obrigatória, por causa da Congregação, porém em 1969, algumas alunas solicitaram outra opção de idiomas assim contrataram um professor leigo, pastor protestante, para lecionar inglês.

As festas de formaturas ao final do ano eram de grande pompa. Havia recitais ao piano pelas alunas que estudavam música com a Irmã Regina. Lindas recordações! Tínhamos aulas de pintura, bordado e costura, e formação esmerada.

Havia uma rigidez na observância dos horários de chegada ao Colégio; chegando atrasada não participava das aulas, porque o portão era fechado pontualmente às 7h.

Havia também os grupinhos inseparáveis de alunas da elite, que não se misturavam. Eram bastante combatidos pelas Irmãs, mas não tinha jeito, coisas da vida.

A boa fama do nosso Colégio corria por toda parte e de fato, quem teve o privilégio de estudar lá, teve um ensino aprimorado, diferenciado e somos eternamente gratas ao Senhor Nosso Deus, à *Ma Mère*, e a todas Irmãs benfazejas pela dedicação e zelo na nossa formação, não só educacional, mas de caráter e mentes.

O Colégio Normal São José era muito arborizado com amplos jardins, pomar, hortaliças e frente havia um caramanchão ornado de trepadeiras sempre floridas. Ali sentávamos nos momentos de recreio ou antes de se iniciarem as aulas. Um senhor de nome Andrino era o cuidador desse recanto encantado e trabalhou a serviço do colégio por longos anos.

Á minha época o colégio foi ampliado e foi construído outro pavimento, com novas salas de aulas, e foi inaugurada uma nova clausura com amplas instalações. As alunas tiveram acesso para conhecer no dia da inauguração: foi oferecido um coquetel e houve muita alegria. A obra durou longos meses ou anos, e para esse trabalho vieram pessoas de fora, entre elas, um moço muito bonito e atraente, que fascinava as alunas, e nós o chamávamos simplesmente de “o moço do marmorito”

Posteriormente foi demolida a Capela, onde por anos a fio, Irmãs e alunas elevaram suas orações ao Pai, entoando cânticos de ação de graças, ladainhas e rosários. Nesse local foram construídas novas salas de aula e uma Capelinha foi adaptada na primeira sala. Não me recordo se foi após a saída das Irmãs, quando o Colégio passou para o Estado.

Havia também os castigos, quando as normas eram violadas; lembro-me de um especificamente: minha turma foi convocada a participar de uma atividade num final de semana, como complemento da Educação Física. Combinamos de não comparecer; quando retornamos na segunda-feira estava pronta à sentença: escrever no caderno (não me lembro quantas vezes), a seguinte frase: “Nunca se deve deixar o dever pelo prazer”. Ordem da Madre proferida pela Irmã Helvécia.

Outro episódio que marcou minha vida estudantil: foi constatado pelas professoras (Irmãs) que houve cola numa determinada prova de matemática. Não entendi como aconteceu, ante o olhar atento das mestras. Foi feita uma reunião para esclarecer os fatos, e me vi constrangida a dizer que eu tinha passado cola, embora as colegas não tivessem me denunciado. Assim, as alunas que passaram informações (cola) e as que receberam tiveram nota zero, naquela disciplina. Tive minha caderneta manchada por um ato impensado.

Naquele tempo tínhamos muito respeito e obediência às Irmãs. Eram vistas por nós com uma aureola de santidade, consideradas pessoas diferentes, pela opção de vida. Nosso cumprimento todos os dias era: “Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo, para sempre seja louvado”.

Sei que recebemos uma excelente formação para a vida, com princípios éticos, religiosos e uma educação esmerada para aqueles tempos. Então meu coração se enternece, e ante tudo que vivi e recebi das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores, uma palavra vibra no meu interior Gratidão!

E2 (10/ mai./2021)

Nasci em 06 de março de 1943, em Ibiá. Éramos 15 irmãos – Educação era prioridade. Outros cuidados viriam em consequência. De sete irmãs, só uma não estudou no Colégio Normal São José, devido a síndrome de down, os homens todos estudaram em faculdades. Meu pai fez 4º ano primário e estudou geografia, conhecia o planeta, amava as Artes. Minha mãe se fez uma professora aos 16 anos e era pianista. Três irmãos faleceram na primeira infância, pois não havia antibiótico na época, Dos irmãos dois se tornaram médicos, um agrônomo, um economista, que estudou na Sorbonne na França, o segundo filho tem o científico, 2º grau e se fez fazendeiro. Hoje somos nove irmãos.

Após o magistério no Colégio Normal São José, fui professora durante 30 anos e mais 8 anos como voluntária nas palafitas em Manaus. Estudei o curso de Letras em Araxá, e Ciências das Religiões, Teologia em Manaus e pequenos cursos sempre. Educação Física em Divinópolis. Curso de Artes, curtos em Uberaba e onde eu estivesse.

Tinha prazer em estudar, amei a profissão apesar das dificuldades e pouca valorização. Gostava dos estudos no Colégio Normal São José, mas também talvez por não ter outra oportunidade em Ibiá. Estudei no formato externa no colégio. Não havia subvenção do Estado. Herança de minha mãe, pequena fazenda e meu pai era funcionário público.

A maioria das alunas era da classe média baixa. A própria Congregação recebia alunas pobres. Havia o uso de uniforme diário, mas também tinha o uniforme de gala, e das Filhas de Maria. Para ofícios religiosos. Uso obrigatório.

A respeito dos materiais didáticos. Livros, cadernos diversos, para desenho, instrumento musicais, telas, tintas a óleo pincéis, tecidos para bordar a mão, enquanto bordávamos alguém lia. Júlio Verne em “A volta ao mundo em oitenta dias”, por exemplo. Exposição dos trabalhos ao final do ano. Apresentação de Teatro, piano, violino etc.

As missas eram na Matriz aos domingos e raramente na capela do colégio. A 1ª Eucaristia também ocorria nas dependências do colégio. Havia grande movimento de parentes e convidados de alunos nas festas de final de ano, com visitas de Bispos e de Freis Dominicanos.

Lembro-me da fundadora da Congregação visitando o Colégio Normal São José, Madre Maria de Jesus falando comigo carinhosamente, inesquecível seu “R”. francês. Quanto à inspeção não sei informar. A chegada dela no colégio era uma festa pra mim.

Em relação ao número de salas – Para pintura de telas a óleo: 1 sala, 2 pequenas salas para aula de piano. Salão de Teatro, dormitório, clausura, sala de estudos, capela, refeitório, salas de aula, pátio e banheiros. Carteiras com dois lugares ou mesas individuais.

Recreação: Vôlei, ping-pong. Aulas de Educação Física para exercício de equilíbrio. Disciplina. Todas as alunas recebiam as mestras em pé, em sinal de acolhida e respeito. Algumas mestras eram mais exigentes como a Irmã São Tarcísio.

Educação Cívica. Cantos, Hino Nacional, Hino da Independência e outros do Brasil e da França, *La Marseillaise*. “Salve, salve, oh mansão querida.” (Hino do Colégio Normal São José). Teatros temas diversos enalteciam os compositores brasileiros e franceses.

Retiros espirituais durante 3 dias por ano. Estímulo a leitura da vida dos Santos. Pregações – Evangelho missas na Matriz presença das alunas aos domingos. Formação catequética através das Filhas de Maria, e para quem quisesse 1ª Eucaristia.

As matérias do curso normal eram: Português, Metodologia, Didática, Matemática. Tinha comigo até pouco tempo os livros de Didática e Metodologia.

Havia aproximação da cultura francesa através da língua, hinos, aulas de francês. Amo ouvir franceses. Recebi em Manaus, franceses no aeroporto, graças as aulas do Colégio e a ajuda de Irmã Letícia.

Hierarquização. Exigência de responsabilidade com horários, deveres, com correção de comportamentos.

Não tenho conhecimento de como era nomeada a Diretora. Em 1962 eram quatorze Irmãs. A respeito da metodologia utilizada entendo como metodologia própria, apoiada na cultura francesa. Para as avaliações escritas havia a exigência de uma boa ortografia, as provas orais eram geralmente perguntas e respostas sobre cada matéria estudada, no final do ano qualquer página do livro poderia ser abordada. A cada aula algumas páginas a estudar para arguição na próxima aula.

Havia sim alunas que se destacaram, exemplos: Alice Bicalho, no violino. Lourdes Bernadete Abreu, facilidade de se expressar sobre os temas estudados; melhor avaliada nas redações e no teatro, Marli Palhares. Eurídice de Avila e Neumar Starling, no canto e piano, e eu no bordado a mão.

O que seria de Ibiá sem o Colégio? Papel importantíssimo para a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, alunas internas vinham do Carmo, São Gotardo, Matutina e outras cidades vizinhas estudar aqui. Fernanda Montenegro cita. Em seu livro que sua primeira experiência de Teatro foi no Colégio S. José de Ibiá seus pais e amigos da família Perillo, Mestra de Pintura a óleo era desta família. Fernanda criança visitava Ibiá e assistiu uma das peças de final de ano no Colégio.

Atividades econômicas: agricultura e pecuária, transporte ferroviário. Energia elétrica inauguração com a presença de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Água até hoje bem tratada e com custo menor que a cobrada nas cidades vizinhas, graças a luta do prefeito para não privatização.

Lecionei em Ibiá nas Escolas: Dom José Gaspar, São Dimas, Ginásio, Escola Margarida Dias, em Araxá: São Domingos e outras cinco escolas após aposentadoria. Em Manaus 8 anos como voluntária nas palafitas. Crianças muito pobres, adaptação de métodos Paulo Freire (paixão) Ed. Artística, Física, Ensino Religioso (menos Doutrina) mais Ética e Evangelho por meio da Arte. Método de alfabetização de Iolanda Paes Leme de Kruel (28 palavras decompostas e recompostas por meio de jogos leitura e escritas, estas 28 palavras continham todos os fonemas, sílabas simples e compostas da nossa língua).

Aprendi que para ser uma boa professora é preciso estudar muito e sempre se atualizar, ter um bom relacionamento na escola, famílias dos alunos. No meu viver de boas leituras – não reprimir – Diálogo. Como professora tive o prazer de além do curso do magistério fiz Letras, Teologia, Ciência das Religiões. Ed. Física e Curso de Arte.

Recordações – Álbuns de fotos, registros dos trabalhos. Ótimas amizades. Elogios de pais de alunos, ex. alunos me elogiando depois anos sem encontros, já adultos alunos bons leitores, um escritor muitas experiências que me emocionam até hoje. (Biscoito Francês em Curitiba Macarron no Shopping).

E3 (11/ mai./2021)

1- Nascida em 19 de novembro de 1945, em Ibiá/MG.

2 - Éramos nove filhos, dos quais três faleceram com tenra idade e eu não era nascida à época. Destes dois meninos e uma menina, conheci apenas os meninos através de fotos, sendo que a minha irmãzinha faleceu ainda bebê (prematura) e dela não foram feitas fotografias. A importância da educação para a minha família: tanto meu pai quanto minha mãe eram extremamente zelosos com os filhos e sempre cuidaram para que todos nós tivéssemos uma boa educação em casa e fora dela.

3 – Oportunidade de estudar: todos nós, os seis filhos, tivemos oportunidade de estudar. Minha irmã mais nova e eu estudamos no Colégio Normal São José, enquanto os meus quatro irmãos frequentaram a Escola Dom José Gaspar.

4 – A bem da verdade, mais que opção foi a vocação que me levou a estudar e formar em magistério. Desde criança, abdicava dos brinquedos com bonecas e panelinhas para “brincar” de ser professora dos meus amiguinhos e amiguinhas.

Não diria que a profissão dava status e/ou prestígio à época, mas os profissionais da educação eram muito respeitados e valorizados pela sociedade em justo reconhecimento pelo excelente trabalho de formação e conhecimento que prestavam aos alunos e alunas. A profissão de professora/educadora tinha o seu valor agregado à missão de formar e informar e não se traduzia monetariamente. Quanto à remuneração à época (e até os dias atuais) era irrisória, embora todos saibamos que a jornada de trabalho dos professores extrapola em muito oito horas/dia. Educar e ensinar não têm preço para os educadores porque se cuida de vocação, mas justamente por ser assim e mais, por ser o grande pilar que sustenta toda a nação, a “profissão” deveria dessa forma ser reconhecida, valorizada e remunerada condignamente.

5– Estudei como aluna externa e durante algum tempo como semi-interna. O investimento era elevado à época e não havia qualquer subvenção do Estado, mesmo porque o Colégio Normal São José pertencia à rede de ensino particular.

6 – Posso dizer, sem medo de errar, que a maioria das alunas pertencia à chamada classe alta e média alta, o que não era o meu caso, fui uma das exceções graças ao empenho, dedicação, amor e sacrifícios dos meus pais. Todas as alunas usavam, obrigatoriamente, uniformes, que eram dois e uma combinação desses dava origem a um terceiro, a saber: uniforme semanal comum, uniforme de gala e a combinação gerava o uniforme de semi-gala.

O material didático exigido: Além de cadernos para cada uma das matérias, utilizávamos também livros para cada uma delas, livros esses cujos autores eram cuidadosamente selecionados pelas irmãs missionárias de Nossa Senhora das Dores. Guardo ainda alguns desses livros que foram de extrema importância para a minha formação e conhecimento.

7 – O Colégio Normal São José era uma instituição de ensino voltada apenas para a educação de meninas. A questão de gênero é um tema que sempre existiu com menor ou maior intensidade. Inexistia qualquer evidência de hierarquia masculina no Colégio, seja da Igreja Católica, seja do Estado. O corpo administrativo era composto exclusivamente pelas irmãs sob o comando da madre superiora.

8 – Sim, o pároco frequentava o Colégio São José, mesmo porque lá existia uma capela onde eram celebradas missas e ouvidas confissões. Além disso, uma vez por ano um padre, que não o pároco local, comparecia à escola para a realização do retiro espiritual das alunas que, se não me falha a memória, tinha a duração de três dias.

9 – Conforme exposto acima, não havia qualquer intervenção dos governos federal, estadual e municipal no Colégio.

10 – A madre superiora, assim como as demais irmãs missionárias, residia no Colégio Normal São José, no segundo andar, em dependências denominadas “clausura”, onde apenas entravam e permaneciam as freiras. Dessa forma, pode-se dizer que a inspeção das dependências da escola e das práticas educacionais eram contínuas.

11 – As salas de aula ficavam no primeiro andar do prédio, amplas e bem arejadas, dispostas ao longo de uma extensa varanda interna. Recordo-me de umas sete/oito salas, dentre elas uma destinada a trabalhos manuais e aulas de pintura, uma para aulas de piano e uma biblioteca. No andar superior, além da clausura, havia uma ampla sala de estudos devidamente mobiliada com mesas e cadeiras individuais.

Havia também um salão que era utilizado como dormitório para as internas, que era desocupado para a realização das formaturas e festas de final de ano, ocasiões em que também eram entregues prêmios para alunas que se destacavam em uma ou várias matérias e apresentadas peças de teatro, músicas interpretadas por alunas pianistas e violinistas e cantos por coral da escola, além de outros. Nesse salão, por vezes, acontecia também a exposição anual de trabalhos manuais executados pelas alunas (bordados, pinturas, etc.). Materiais didáticos: além dos comuns, eram utilizados livros, cartazes, slides, quadro negro e raramente apostilas.

12 – A disciplina era de caráter rígido normal e o bom comportamento, que incluía a presença nas missas dominicais, recompensado semanalmente com a condecoração de alunas e/ou turmas que a ela fizessem jus.

Recreação: sim, tínhamos diariamente o denominado recreio em que todas as turmas eram liberadas das salas de aula para lanche. Durante o recreio, as alunas podiam jogar ping-pong, pular corda, jogar petecas, ou simplesmente conversar. Nos primeiros anos escolares, brincávamos ainda de apostar corridas, pique-esconde, amarelinha e outros.

13 – A parte cívica era muito valorizada e todas as datas comemoradas respeitosa e festivamente pelas alunas sob a orientação das irmãs.

Educação física: essa era matéria obrigatória, com provas escrita e prática. As aulas consistiam em ginástica, voleibol, corridas, tiro ao alvo (praticado com bolas) e trave de equilíbrio, além de aulas teóricas.

14 – A moral cristã estava sempre presente no dia-a-dia da escola, constituindo um dos pilares que sustentava a educação/formação das alunas. As aulas de religião eram de caráter obrigatório como as demais matérias. Não me recordo de ter participado de grupo de catequese, mas durante algum tempo fui escalada para liderar a missa “das 08:00 horas” ou missa “das crianças”. Também não cheguei a ser do grupo das Filhas de Maria.

15 – O curso normal era constituído de matérias, todas relevantes do meu ponto de vista, dentre elas posso citar: Psicologia Educacional, Higiene e Puericultura, Didática Geral, Prática de Ensino. O ensino tinha como base os livros, cujos textos eram explanados pelas professoras e daí, transformados em cartazes, trabalhos escolares individuais ou em grupo, pesquisas. Quanto

aos livros/manuais usados, lembro-me daqueles acima citados e, ainda, matemática e estatística (de Osvaldo Sangiorgi), gramática portuguesa (Napoleão ...), Metodologia...

16 – Com certeza havia uma saudável aproximação da cultura francesa mesmo porque a congregação tem a sua origem em Lyon, na França, na pessoa da Madre Maria de Jesus, carinhosamente chamada “*Ma Mère*”, que, periodicamente, visitava o colégio. Quanto ao idioma, era matéria curricular nos quatro anos do antigo ginásio e, facultativa nos três anos do curso normal. Porém, mesmo não obrigatória, as aulas eram normais, embora sem aplicação de provas. Músicas, poemas e poesias em francês eram também ensinados no colégio.

17 – Não me recordo de alguma prática escolar que se sobrepusesse às outras. Óbvio que a disciplina, moral e práticas religiosas destacavam-se por serem comuns às demais.

18 – A bem da verdade, desconheço como as madres superiores (diretoras) eram nomeadas. Posso dizer que, decorridos alguns anos, as madres eram substituídas. Nos treze anos em que fui aluna no Colégio Normal São José, lembro-me da passagem de apenas três madres superiores. Também não posso informar quantas irmãs professoras atuavam no colégio. Nos primeiros cinco anos (précurso de admissão) havia uma freira para cada série, e nos anos seguintes, praticamente, para cada matéria havia uma irmã que a lecionava.

19 – A prática de ensino constituía-se de estudos em livros, elaboração de planos de aula e cartazes, assistir aulas ministradas pelas irmãs, pelas colegas no antigo curso primário e, às vezes, prestar assistência nessas aulas e, por fim, ministrar aulas. As avaliações de forma geral eram testes escritos aplicados “de surpresa” ou não, provas escritas mensais, provas escritas e orais semestrais. Na prática de ensino tínhamos ainda a avaliação das nossas aulas por colegas de classe, que as assistiam.

20 – Sem dúvida, tínhamos alunas que se destacavam no quesito comportamento (que incluía assistência à missa dominical das 06:00 h) e aproveitamento nas matérias. O reconhecimento era feito semanalmente, nas segundas-feiras, em reunião com todas as alunas, onde eram condecoradas com “fitas”. O reconhecimento vinha também com a entrega de prêmios no final do ano, por ocasião das festas de formatura.

21 – O Colégio Normal São José foi um dos pilares na formação da sociedade escolarizada na medida em que entregava profissionais extremamente qualificados para as funções do magistério e também para outras funções e cargos. A formação e o ensino lá recebidos permanecem pela vida afora, como se fossem um farol. Considero-me um exemplo disso e posso citar que com os conhecimentos adquiridos no colégio consegui aprovação no vestibular para direito no ano de 1983, em Juiz de Fora, sendo que me formei em magistério no ano de 1963. Não tive tempo suficiente para estudar as apostilas, mal “corri os olhos” nelas. Assim como eu, creio que outras alunas do colégio tenham vencido desafios amparadas pela formação e ensino que receberam das irmãs missionárias de Nossa Senhora das Dores.

A principal atividade econômica, à época, em Ibiá era a rede mineira de viação – RMV (ferrovia) que contava também com uma oficina mecânica na cidade. A agricultura e pecuária já se destacavam naquele período. No ano seguinte à minha formatura, a rede ferroviária entrou em declínio, mas a instalação de uma fábrica da Nestlé praticamente anulou os efeitos negativos da queda da RMV na cidade.

Infraestrutura na época: nos meus primeiros anos, lembro-me de que não dispúnhamos de água encanada e a energia elétrica era como “brasa” nas lâmpadas. Não me recordo bem,

mas não demorou muito para passarmos a ter água encanada, embora irregular, e energia elétrica satisfatória.

22 – Sim, cheguei a lecionar como professora primária, primeiro como substituta em escola situada na antiga chapada e depois, na escola estadual D. Tatá (3º e 4º anos, juntos na mesma sala). Lecionei também para ensino médio, magistério, antigo científico e, ainda, técnico de contabilidade. Não me recordo o período exato em que trabalhei como professora primária, mas posso afirmar que foi na década dos anos 60.

Prática de ensino: elaborava os planos de aula que, além das matérias, incluíam histórias educativas, poemas/poesias, cantos, leituras. No período de substituição, trabalhei com crianças de tenra idade e adotei ainda passeios ao ar livre que, além de lazer, eram oportunidades educativas. Sempre valorizei a disciplina, o respeito, a cooperação e também buscava revestir o ensino com a necessária leveza para não se transformar em pesado fardo para os alunos.

23 – O que era ser uma boa professora: na minha visão, uma boa professora era e é aquela que, acima de tudo, tem vocação para educar, o que inclui formar e informar os alunos. Que tenha também muito amor ao magistério que, mais do que uma profissão, é uma missão, cuja recompensa maior é “ver os seus pupilos” vencendo desafios e colhendo vitórias vida afora. Vocação e amor são os “ingredientes infalíveis” para se ter uma boa professora que, óbvio, há de possuir uma boa bagagem de conhecimentos. Estes últimos sem os primeiros não têm valia alguma pois transformam o magistério em pesado sacrifício, uma verdadeira “*via crucis*”... Em que os maiores prejudicados são os alunos.

24 – Em Ibiá, não me recordo quantos anos dediquei ao magistério; foram alguns anos contando o tempo como professora substituta, professora na Escola Dona Tatá, professora no ginásio que funcionava na Escola Estadual Dom José Gaspar, científico e também no Colégio São José, a pedido das irmãs. Ministrei, igualmente, aulas particulares. Mais tarde, na cidade de Mar de Espanha, lecionei na escola particular de 2º grau Santo Antônio, no ginásio e também na Escola Estadual Estêvão Pinto; creio que nos anos 80.

Recordações da docência: guardo as mais belas e gratas recordações do meu tempo de docente. Afirmo, sem dúvida alguma, que mais do que doe de mim, recebi do magistério. Até os dias atuais recebo, com muita alegria, o reconhecimento de alguns ex-alunos meus e tenho assistido, com júbilo e orgulho, o sucesso e as vitórias de muitos deles.

Recordo-me das salas lotadas, onde nem tudo eram rosas e nem poderia ser diante da gama de personalidades variadas e distintas, mas tudo acabava por se acomodar e as aulas prosseguiram num ambiente saudável, descontraído, muitas vezes alegre, onde busquei transmitir o melhor de mim, tanto em conduta como em conhecimentos, e também muito aprendi. Assim é o magistério, constante troca em que todos ganhamos.

Ao final desta entrevista, acho que posso encerrar com o refrão “surrado”, mas verdadeiro: “eu era feliz e não sabia...”

Muitíssimo grata.

1) Dados sobre a Irmã:

- Nome de Batismo:
- Local de nascimento: Carmo do Paranaíba/Minas Gerais
- Interna do Colégio São José de Ibiá de 1961 a 1965.

2) Como foi a sua infância e juventude antes da descoberta vocacional?

Meu pai não era fazendeirão, era um fazendeiro simples, tinha pouca renda, pois cabo da enxada não dá renda. Então, nós lutamos com muita dificuldade! Na infância da gente lutamos com muita dificuldade. De forma que para manter o Colégio foi preciso vender minhas vaquinhas. Papai vendinha uma vaca no início do ano e pagava as mensalidades do ano inteiro e assim conseguia um desconto maior.

3) Como foi a sua descoberta vocacional? E como a senhora conheceu e optou pela Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores?

A Congregação tomava conta das meninas que queriam ser postulantes e em Ibiá tinha o Aspirantado. Formei em 1965 e participei do Aspirantado em Ibiá por seis meses e depois vim para Itabira, em janeiro de 1966. Em fevereiro fui para o Rio de Janeiro onde fiz os primeiros votos, em 1966.

Formamos em número de 36 normalistas, internas e externas, mas ao longo do curso éramos 40, seis foram comigo para o Rio de Janeiro motivadas pela missão vocacional. Mas, não chegaram a tomar o hábito. Fiel a vocação foi só eu, todas saíram. Na véspera da tomada de hábito a Irmã Clara de Serra do Salitre desistiu.

4) A Congregação de Nossa Senhora das Dores procurava manter a cultura francesa no Brasil? A austeridade da vida fechada, separada do mundo, permaneceram na Congregação?

O dormitório ficava na parte mais tranquila com menos tráfego de pessoas, mas chegava no final do ano, os moços e moças, a juventude ia fazer serenata para nós internas. Era a hora que as Irmãs ficavam nervosas, as duas que ficavam tomando conta da gente levantavam e ficavam vigiando para ninguém levantar.

Não se falava em política naquela época. Em todas as Colégios em que passei era uma forma universal de se manter neutro.

Meu pai sempre ia me visitar no Colégio São José em Ibiá quando meu primo era motorista do ônibus e sempre levava para mim as coisas que mamãe arrumava. Mas, não tínhamos contato direto. Então, se perdia muita coisa, biscoitos, doces, eles não entregavam. Eu tive muita dificuldade de adaptação com a alimentação que era feita com óleo, pois nunca tinha comido com óleo, sempre foi manteiga de porco. Então, me sentia muito mal no primeiro ano de internato, emagreci muito.

As visitas eram raras. Papai ia no parlatório conversava com ele rapidamente e entregava as coisas que levava para gente. O ônibus saía de Ibiá às 15h. Então, papai chegava meio-dia, às 13h eu podia encontrar com ele, ficava com ele muito pouco.

5) Havia um ideal de feminilidade difundido pelo Colégio São José? Como era compreendido pela sociedade da época as ideias de liberdade, igualdade e profissionalização feminina?

Trabalhei na Escola de Formosa como professora e estudava no mesmo Colégio. Tinha licença da Secretaria de Educação de Goiás, porque eu ainda não possuía documento de

²⁰⁸ Entrevista realizada face a face em Belo Horizonte na atual sede da Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores.

formatura. Na minha formação enquanto normalista havia muito respeito para com as professoras, era uma turma levada, mas respeitosa. Particularmente gostava mais de ciências exatas que de Matemática.

6) Como eram organizadas as salas de aulas e quantas salas existiam no Colégio São José? Como era mantida a disciplina da turma em sala de aula? Existiam momentos de recreação?

Nós éramos uma turma de 32 meninas internas, sendo 26 Martinhas. Naquele tempo as meninas chamadas Martinhas eram as meninas que ajudavam as Irmãs, eram aquelas meninas que não tinham pais, eram órfãos. Elas pegavam essas meninas ou algum parente levavam para lá, ganhavam alimentação e roupa, mas também ajudavam na limpeza da casa. Ajudavam na cozinha, na fonte, em forma de rodízio, cada semana era uma turma, assim todas passavam por todos os serviços. Eu era interna, mas gostava de fazer uma faxina, a Irmã me deu uma sala para eu fazer sempre, então sempre fazia essa faxina.

A gente ficava muito fechada na sala de estudos, tinha hora marcada para tudo. Tinha hora marcada para levantar, depois que você levantava tomava as providências necessárias depois ia tomar o café, depois ia rezar todas juntas. Então, teria as aulas. Quem teria aula de manhã tinha que correr para estar na sala até as 7h. As 11h batia o sino para o refeitório, almoçávamos e tínhamos o recreio de meia-hora, depois íamos para o estudo. Quem teria aula a tarde estaria em sala de aula até as 17h. As 15hs batia o sino para o café com intervalo de 15 minutos e voltávamos para os estudos. As 17h íamos rezar o terço com as Irmãs na Capela e as 18h tinha o jantar. As 19h tínhamos mais um tempo para os estudos até as 21 h quando as Irmãs batiam a companhia para fecharmos os livros e nos dirigirmos para o dormitório.

A gente ficava nas primeiras filas da sala de aula e não podíamos nos comunicar com as meninas externas. Mas, era um tempo bom! Assim, foram meus cinco anos que fiquei em Ibiá como interna. Fui muito bem tratada lá! As Irmãs eram boas de mais para gente, era uma família muito unida.

A gente ia passear na Praça da Matriz no domingo e tinha que vestir o uniforme de gala: blusa branca e saia pregueada, sapato fechado preto e meia preta e uma boina de marinheiro com umas coisinhas azuis e vermelhas. A gente ficava bonita, só você vendo! Mas, sabe como a gente passeava na Praça, com as mãos para trás, olhando para frente, uma Irmã à frente olhando a turma, uma no meio e outra no final da fila. Os rapazes jogavam balas para nós, mas a gente não podia fazer nada.

No penúltimo ano que fiquei em Ibiá recebi a incumbência de fazer os pagamentos de todos os meses entravam na caderneta. Então, a Irmã arrumava o dinheiro para que eu fosse até os lugares e efetuasse os pagamentos. Fiquei feliz porque a Superiora confiou na gente!! Com esse amor que recebi que eu confirmei seguir a vida religiosa.

7) Qual era a metodologia utilizada na prática do ensino do Colégio São José de Ibiá? Como eram realizadas as avaliações?

Tinha hora de pintura, tinha hora de recreação, mas tudo controlado. Tinha umas Irmãs bravas! Tinha um espaço fabuloso para o teatro, mas eu não participava dos espetáculos, eu era muito assim para trás, gente da roça. Mas, tinha belas apresentações em formato de dramas, tinha exposições de artes, aquilo que a gente bordava na sala de aula era colocado em exposição. Era tudo muito bonito!

No final do ano letivo tinha os dramas na formatura, nos meus cinco anos no Colégio São José assisti cinco dramas diferentes coordenados por Irmã Elisabeth Mendes Ferreira, cada um mais bonito do que o outro.

Em relação a metodologias de ensino utilizadas as Irmãs faziam uma espécie de gelatina onde tiravam cópias para nós. A Irmã esquentava essa gelatina e tirava cópia, eu não sei explicar como era realizado o processo. Mas, depois começaram a utilizar os slides, ministravam aulas

com slides e no quadro. As Irmãs usavam também muitos cartazes ilustrados com figuras de acordo com o tema da aula que iriam ministrar. Tinha o laboratório, a biblioteca com acesso aos alunos da cidade devido ao seu grande acervo. Cada sala recebia o nome de um santo e eram todas muito bem iluminadas e ventiladas e as carteiras eram de dois a dois.

Passei muito apertado com provas escritas e orais, mas foi um tempo muito bom. Foi um tempo apertado, mas também um tempo muito bom que eu aprendi muito, levei bem a sério, pois tive muitas oportunidades de aprender. Oh! Minha Nossa Senhora, o francês para mim era um martírio, o tal do latim, criatura!!

Sobre as Martinhas também eram internas, mas tudo delas eram separados, dormitório, refeitório. Eram umas meninas carentes, boazinhas. Mas, tinham algumas revoltadas. Assim, no Patronato tiveram meninas que foram para frente, fizeram bons casamentos. Nós tínhamos Patronatos em todos os Colégios, as meninas aprendiam muitas coisas. Mas, foi acabando tudo!! De forma que o ensino já estava avançado e o internato já estava ultrapassado com aquelas coisas tão reservadas.

1) Qual o seu nome completo?

2) Quando e onde a Sra nasceu?

Nascida em Ibiá em 1938. Terminei o Curso Normal no Colégio São José em 1956 e logo fui atuar no magistério, comecei ministrando aulas no Grupo Escolar Dom José Gaspar. Naquela época os concursos públicos eram através de títulos, assim fui nomeada em terceiro lugar na Escola São Dimas, conforme as notas do Colégio Normal São José. Atuei no Ginásio Bias Fortes, que passou a denominar-se Ginásio Estadual Dr. Pedro Dias dos Reis. De forma que comecei atuando no curso primário e posteriormente no secundário, contudo precisei fazer a faculdade em Patos de Minas, para continuar a docência no Ginásio, onde exigia formação a nível de terceiro grau. Lecionava matemática quando aposentei no Ginásio em 1994. Trabalhei demais, mas amava minha profissão.

Hoje eles falam que é difícil dar aula, eu digo que na minha época não. A educação dos alunos era aquela que eles traziam de casa. Não tenho reclamação de nenhum aluno ou de colegas, tive uma trajetória muito feliz, de 37 anos de profissão.

Quando estava no Colégio Normal São José estudei piano, em 1964 fui para Belo Horizonte fazer um Curso de Canto Orfeônico para dar aula nas escolas estaduais. O Colégio desenvolvia mais a parte teórica, fazíamos provas de solfejos, mas eu concatenava o instrumento com a parte teórica.

3) A Sra. tinha quantos irmãos? Qual era a importância da educação para sua família? Toda família teve oportunidade de estudar?

Filha única. Passamos também por dificuldades financeiras, minha mãe trabalhava como fiscal municipal no Colégio Normal São José. Ela ia no Colégio uma vez por mês revisava os registros, as aulas. Eu estava estudando o 4º ano Primário no Grupo Escolar Dom José Gaspar e as Irmãs pediram a mamãe para me levarem para o Colégio. Assim, estudei com bolsa de estudo o 4º ano associado ao Admissão, e o Curso Ginásial. Mas, no Curso Normal não era mais bolsista, pois meus pais já possuíam uma situação um pouco melhor.

Papai era açougueiro. Nem mamãe, nem papai eram formados, mas eles estudaram. Mamãe estudou em colégio de freiras em Barbacena e papai estudou em colégio de padres. Papai estudou em Belo Horizonte depois ele foi estudar no Liceu em São Paulo. Eles tinham uma boa formação instrucional e moral, minha mãe era ótima em redação e meu pai era ótimo em matemática.

4) O que te levou a optar pela profissão docente? Era uma profissão que dava status e prestígio? Era uma profissão valorizada, bem remunerada?

Só existia o Colégio das Irmãs que era feminino, os meninos que tinham condição de sair para estudar iam para fora. Então, fundaram o Ginásio Bias Fortes em Ibiá e me convidaram para dar aula de Geografia e História. Mas, o Sr. Edmar que era o diretor, ministrava aula de matemática, me chamou para dizer que como diretor não podia dar aula e pediu que assumisse as aulas de matemática. Então comecei com o 1º ano ginásial, dava aula de manhã no Grupo Escolar e estudava a tarde toda para ministrar aula de matemática à noite no Ginásio, e me sai bem, no ano seguinte prosseguia para o 2º ano ginásial. Mas, o Ginásio Bias Fortes passou a ser estadual e houve necessidade de cursar a faculdade de matemática. Dentre as normalistas do Colégio Normal São José que posso citar que trabalharam no Ginásio Bias Fortes, Auxiliadora Palhares, já falecida, Margarida Dias, também falecida, Yolanda, Wilma Duarte,

²⁰⁹ Entrevista realizada na residência da depoente, no município de Ibiá/MG, em 20 de fevereiro de 2023.

muita gente. Bom, todas as professoras da minha época formaram no Colégio e base delas era muito boa.

A formação do Colégio Normal São José era excepcional, de forma integral. Uma vez estava subindo a escada correndo, a Irmã estava na porta da clausura ela pediu para descer e subir a escada direito, fiquei morrendo de vergonha. Nós tínhamos aula de canto e música, aprendia as notas musicais, compassos, solfejos, uma vez por semana, trabalhos manuais, e educação física duas vezes por semana.

Professora tinha um status sim, respeitada não só pelos alunos, mas pela sociedade em geral. A primeira vez que votei fui também eleita junto com Rosa Cendón como as primeiras vereadoras do município de Ibiá. Um grupo de amigos fizeram minha campanha e assumi uma cadeira na câmara municipal em 1959 e lá permaneci por quatro anos. Eu era muito nova, não sabia o que era ser uma vereadora, devagar fui conseguindo absolver melhor todas as informações de forma a poder contribuir com o grupo de vereadores. Mas, fui muito bem recebida, tinha espaço de fala, mas não me sentia capacitada, com expertise suficiente para contribuir com as discussões do grupo, mas no final pude contribuir mais. Aprendi muito, foi uma experiência única. Nós tínhamos o vereador Carvalho que foi prefeito, Sr. Alvarenga que era vereador antigo reeleito, todo mundo capacitado de longa experiência política. Mas, posso dizer que fui bem recebida, sem preconceito algum, não senti diminuída nem fora do lugar, eles me tratavam com muito respeito e aprendi muita coisa com eles.

Depois de dois anos de atuação Rosa Cendón desistiu do cargo, pois foi morar em Belo Horizonte. Mas, permaneci até o final do mandato, mesmo sem remuneração alguma. Acreditava que era um espaço rico de experiência e novos aprendizados, e mesmo tendo feito opção pela educação, a experiência vivida só me agregou mais conhecimento.

5) Enquanto normalista, na Escola Normal São José de Ibiá, estudou em que formato: internato, externato ou semi-internato? Qual era o investimento para a concretização do curso normal? Havia alguma subvenção do Estado?

Fui aluna externa, no curso ginásial no período da tarde, no curso normal de manhã.

6) De que classe social era a maioria das alunas? As alunas faziam uso de uniforme? Era obrigatório? Qual a exigência de material didático utilizado nas aulas? O uniforme diário era saia azul marinho pregueada com a blusa branca de fustão de manga comprida, tinha uma gola marinheiro e uma gravatinha azul marinho. Tínhamos o uniforme de irmos à missa dominical, todos os domingos 6:15h da manhã, tínhamos o uniforme branco: saia branca pregueada, blusa branca de manga comprida com gola marinheiro azul marinho e gravatinha azul marinho, e a gente usava meia de seda, para nós é uma beleza, para quem usava meia preta a semana toda, e o sapato de verniz.

Nós não tínhamos muito contato com as Martinhas, elas ajudavam da limpeza do Colégio, nos encontrávamos quando coincidia de fazermos a mesma série. Tinha uma ou duas Irmãs que ficavam por conta das Martinhas, e o Colégio brilhava, elas eram de suma importância, ajudavam inclusive na cozinha.

Assim como o uniforme o material escolar era de responsabilidade dos pais. Em relação aos livros as Irmãs eram intermediárias, elas compravam os livros e vendiam pra gente. Estudei francês nos quatros anos do curso ginásial no Colégio. Teve um dia que fiquei muito feliz, estava passando no corredor e tinham duas Irmãs conversando em francês, fiquei muito feliz ao perceber que compreendia o que elas estavam dizendo. Para traduzir o francês eu era muito boa.

Quando a Madre Maria de Jesus vinha visitar o Colégio a gente sempre tinha uma folguinha das aulas para recepcioná-la. Ela era uma mulher de pequeno porte, magra e extremamente acolhedora, conversava com a gente com um português todo arrastado, e todas a chamávamos de *Ma Mère*. Estudei no Colégio Normal São José por sete anos consecutivos e

lembro perfeitamente da Madre, hábito todo preto. Mas, o contato com as alunas era pequeno, colocava-se as turmas no pátio e ela conversava com as turmas.

As aulas do Colégio não eram superficiais, era pra gente entender lá no fundo. As aulas de Canto não era só pra cantar não, aprendemos a ler partituras, claves de sol, claves de fá, ler as notas, valores das notas, aprendemos a dividir compasso de vários tipos. Uma educação completa.

Minha mãe Maria Candida de Paiva Avila mesmo tendo apenas o curso secundário assumiu por muitos anos a função de fiscal no Colégio Normal São José e assinou vários termos de visita.

Eu era Filha de Maria, mas além das Filhas de Maria o Colégio tinha a Irmandade dos Santos Anjos que era o grupo de meninas menores, elas usavam uma fitinha roxa. Nós da Irmandade das Filhas de Maria usávamos uma fita azul. Todo ano as alunas do Colégio inteiro participavam do retiro espiritual, eram três dias que ficávamos no Colégio e só íamos em casa para dormir. Vinham os padres pregadores e todo dia tinham palestras com orientação espiritual e moral, além de muitas orações. No final dos retiros as alunas que queriam fazer parte da Irmandade das Filhas de Maria recebiam a fita azul como símbolo daquela aliança religiosa. Todo sábado tinha reunião das Filhas de Maria como forma de unidade cristã e devoção à Maria.

7) Qual era a metodologia utilizada na prática do ensino da Escola Normal São José de Ibiá? Como eram realizadas as avaliações?

As carteiras em individuais, cada uma tinha sua mesinha com apoio para o material. As Irmãs ficavam em uma posição mais elevada sob o tablado. As aulas eram muito orais, não tinham muita dinâmica, usava-se muito a técnica de fazer resumo, o que nada mais era que uma lição escrita.

8) A Sra. tem contato com alguma colega daquela época? Sabe de alguém que tenha cadernos, documentos ou fotos desse período?

Formaram comigo oito colegas normalistas, éramos seis de Ibiá e três de Bambuí. Muitas colegas vinham de fora, pois o Colégio daqui era famoso na região. As turmas começavam com número grande de alunas no curso ginásial em média 40 alunas. Mas, muitas optavam por não continuar o Curso Normal.

9) Qual foi o papel da Escola Normal São José no processo de modernização do município e formação da sociedade escolarizada da época? (Quais eram as principais atividades econômicas da cidade nesta época e como se configurava a infraestrutura em relação à água e energia elétrica no período?)

Foi a partir das Irmãs com as normalistas, com as professoras formadas no Colégio Normal São José que o Ginásio Bias Fortes pode funcionar, eram todas com exceção dos advogados e farmacêuticos, Dr. Ivo, Dr. Sydnei, Dr. Pedro, etc, os homens que trabalhavam lá, a maioria do corpo docente era composto por nós ex-normalistas do Colégio Normal São José.

Tenho ótimas lembranças do meu tempo de professora, gostava de mais da minha profissão. Meus alunos parecem que também gostavam de mim, quando nos encontramos sempre dizem: “Que saudade das aulas da Senhora”. De forma que a gente fica feliz com aquela sensação de dever cumprido. Certamente como mestra e educadora pude contribuir mais do que se estivesse continuado com a carreira política na Câmara dos Vereadores de Ibiá.

Naquela época as Irmãs falavam entre elas em francês, na minha época de aluna, e pra gente era uma glória quando a gente entendia. Tem poema em francês que tenho na memória até hoje, estudamos muito francês. Eu lia fluente o francês e traduzia, mas acabei perdendo a prática. Ainda hoje tenho uma amiga, Irmã Lúcia, que atualmente está na França, ela cuida de uma casa de moças, de adolescentes.

O professor, hoje eu nem sei falar sobre ele, porque, ele reclama, ele está cansado, ele não é realizado, é diferente do que a gente viveu, ele não é feliz, ele está doente, esgotado, a esperança que ele tem não passa mais para o aluno, o aluno não tem. É difícil falar que o aluno acredita no professor. Fui muito privilegiada, porque fui de uma época diferente, que o aluno era uma parte de mim, mas eu também era uma parte dele. Não para aparecer nem para ganhar dinheiro, mas assim, por cidadania mesmo, por amor aquele que era e que seria gente, pela dignidade de cada um. Assim, ele tinha todo respeito por mim e eu tinha todo respeito por ele, mesmo numa época que a gente era autoritária e exigente. Hoje acredito que não daria aula do mesmo jeito, mas era o recurso que tinha na época.

Eu entrei na escola com seis anos, no Colégio das Irmãs, no jardim de infância, eu sabia ler, e escrever mais ou menos. Minha mãe era costureira e meu avó era fazendeiro, eu aprendi por silabação que era o que minha mãe sabia, costurando minha mãe me fez decorar a tabuada. Fiz o primário e o exame de admissão ao ginásio, cursei o ginásio e curso normal no Colégio. Com quatorze anos eu já ministrava aulas para as Freiras. Toda Irmã professora que faltava eu as substituía, dava aula de matemática, de história, de geografia, as alunas que se distinguiam faziam isso. A Irmã Maria das Graças adoeceu, perdeu a fala, e a aula era toda de salivação, então eu tive que pegar as aulas delas no segundo ano. Agora, veja, uma menina de quatorze anos de um meio muito simples, não tinha problema de disciplina, ia lá expunha o que eu sabia, estudava muito, dava as provas, fazia a correção. Eram quase todas as atividades individuais, mas algumas atividades eram desenvolvidas em grupos, nunca grupos grandes, e rendia. Para mim era muito bom, era uma forma de fixar os conteúdos, assim terminei o Colégio. Eu gostava muito de estudar, mas nem sei se aquilo era válido, era um estudo diferente tudo com muito decoreba, porque não tinha amplidão de pesquisa. Eu ia estudar o modernismo, então era o que os livros me davam, nada além daquilo. Tínhamos o museu.

Fui ao Rio de Janeiro duas ou três vezes com as Irmãs pra conhecer a sede da Congregação e o Colégio no Rio. Foram viagens muito boas, se elas tinham que escolher uma aluna quase todas me escolhiam. Elas avaliavam as alunas com notas, e teve um ano que só não tirei 100 pontos em Canto e Música, porque não tenho aptidão para música, isso ocorreu no 1º ano do Curso Normal. Então, devido ao meu desempenho fui contemplada com a bolsa de estudo da prefeitura para continuar o Curso Normal no Colégio. Foi muito bom, pois o que era mensalidade mamãe não pagou, mas tinha uniforme, muitos livros, tinha aula de pintura, bordado era muito caro.

Conversando com algumas colegas também ex-alunas, algumas acham que eram oprimidas, eu falo que não tenho complexo nem reflexo, eu acho que daquele jeito foi muito bom, não houve opressão. Os erros e os acertos foram uma opção, eu era muito consciente de tudo aquilo que estava fazendo. Meu pai não deixava sair para estudar fora, então estudei aqui, fui capaz de me formar e me manter com minha profissão. Mas, o Colégio também era muito preocupado pelas meninas estudantes de toda a região, principalmente para o internato, eu tinha colegas de Campos Altos e Matutina.

Eu ia de manhã cumpria com meu horário de aula a tarde as vezes a gente tinha pintura ou algum horário especial de estudo, as vezes voltava para ministrar aulas para as Irmãs.

²¹⁰ Entrevista realizada na residência da depoente, no município de Ibiá/MG, em 20 de fevereiro de 2023

Eu nunca fiz um trabalho doméstico, meu pai era impressionante, ele era inteligente demais, tinha uma visão de mundo, se ele me visse segurando uma vassoura ele dizia: “guarda isso, isso não dá futuro, mulher tem de ser executiva”. Não sei nem se ele sabia o que era isso, mas acredito que ele achava bonito a imagem daquelas mulheres com uma pasta nas mãos. Então, tinha onze anos e ele me deu de presente “Os Lusíadas” de Luís de Camões, ele dizia que eu precisava ler uma, duas, três vezes, *mesmo* se não entendesse, porque todas as pessoas importantes haviam lido aquele livro.

Eu gostava de ser professora, achava muito bom o contato com os alunos. Cobrava-se muito do ponto de vista moral, mas eu nunca fui de dar trabalho, de namorico. Acredito que as Irmãs tivessem o desejo que muitas de nós nos tornássemos freiras, da minha turma teve uma, Anísia, ela era do internado, ela veio e ficou pouco tempo, mas ela foi minha colega de turma.

As Martinhas viviam no Colégio recebiam as aulas em troca de serviços, elas não recebiam nada em termos de retorno financeiro em relação aos serviços prestados ao Colégio, mas recebiam estudo e todas as condições de subsistência. Mas, era cada coisa que a gente nem acredita, no Colégio o piso era um quadradinho vermelho e um quadradinho preto, aí uma passava a cera preta e a outra cera vermelha, nos mínimos detalhes. Elas trabalhavam demais!

Mas, elas sabiam colocar uma mesa, sabiam lavar, passar, esses serviços que hoje que ninguém se importa mais, mas que naquela época tinha toda uma etiqueta. As Martinhas trabalhavam, tinham o horário rigoroso porque nós todas tínhamos, a companhia era para calar, todo mundo calava, nós tínhamos que vestir de tal maneira elas também tinham que vestir. Mas, eu acho que elas ganharam muito com a oportunidade de formação dentro do Colégio, além do ensino primário. Tinha um adágio que a mulher tinha que ir da cozinha ao piano.

Eu casei no Colégio, elas arrumaram o salão lindamente, elas tiraram as peças maravilhosas que possuíam para compor o altar, o pátio que foi minha recepção.

A gente tinha admiração da sociedade, o reconhecimento como todos os outros profissionais da época. Eu formei em 1964.

As alunas que se distinguiam pelo desempenho eram premiadas no final do ano e geralmente a gente ganhava um livro como prêmio. Então, a gente subia no palco para receber a premiação das mãos de uma autoridade. Eu lembro que quando fui considerada a melhor aluna além do livro de Psicologia ganhei um anel. Mas, ao longo dos anos fui premiada com livros por bom desempenho aos estudos desde meu curso primário.

O traçar a letra, a primeira coisa tinha que ser legível, mas de legível para simetria ela ficava bonita, porque todas as letras maiúsculas eram do mesmo tamanho e todas as minúsculas do mesmo tamanho.

Lembro demais da *Ma Mère*, a gente fazia fila e ela abraçava uma por uma e fazia uma cruz na testa da gente. As meninas diziam que a cruz era pra ser freira e algumas lavavam o rosto depressa (risos). Era bem divertido! Ela tinha muito contato com as alunas. Quando ela vinha visitar o Colégio, arrumavam tudo para recebê-la, colocavam a bandeira da França, as alunas artistas tinham sempre um teatro para ela, a visita do prefeito, era sempre um acontecimento.

Os retiros espirituais aconteciam anualmente, tinham pregações, estudo, a gente ficava no Colégio por três dias. Mas, não me lembro se era obrigada a participação nos retiros, mas ficávamos doidas para fazer, rezava, fazia jaculatória, tinha confissão, depois tinha a missa com uniforme de gala, o coral era muito bonito. Fui Filha de Maria, tinha uma fita azul com a imagem de Nossa Senhora, a gente tinha reuniões semanais, durante a reunião alguém fazia uma ata, lia-se um texto bíblico, rezava-se o terço.

Eu fui professora no Colégio Normal São José por onze anos, trabalhava em um turno lá em outro no Estado. O Colégio foi vendido para o município, foi estadualizado, passei no concurso em 1º lugar.

Naquela época era tudo muito tolhido para mulher, mas a gente ia sem medo. Hoje eu

vejo o povo com tanto medo, a gente não tinha medo não. A gente nunca se sentiu frágil, fraca, fazíamos o esforço de falar corretamente, tínhamos preocupação com a postura, com o traje de acordo com o horário, podia ser pobre, mas sempre compunha. Acho que isso vem da formação e acredito que o Colégio contribuiu muito para isso. Você se torna capaz de se fazer algumas críticas e melhorar sua posição.

O amor a leitura é o meu maior bem, pois ela sempre me acrescenta.

Eu penso que o magistério daquela época, hoje se tem muito mais oportunidade, visão, opção, mas o que eu fiz foi o que dei conta. Eu não poderia ter feito outra coisa, nem melhorado ou piorado, pois era aquilo que era.